



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Mônica Fortuna Pontes

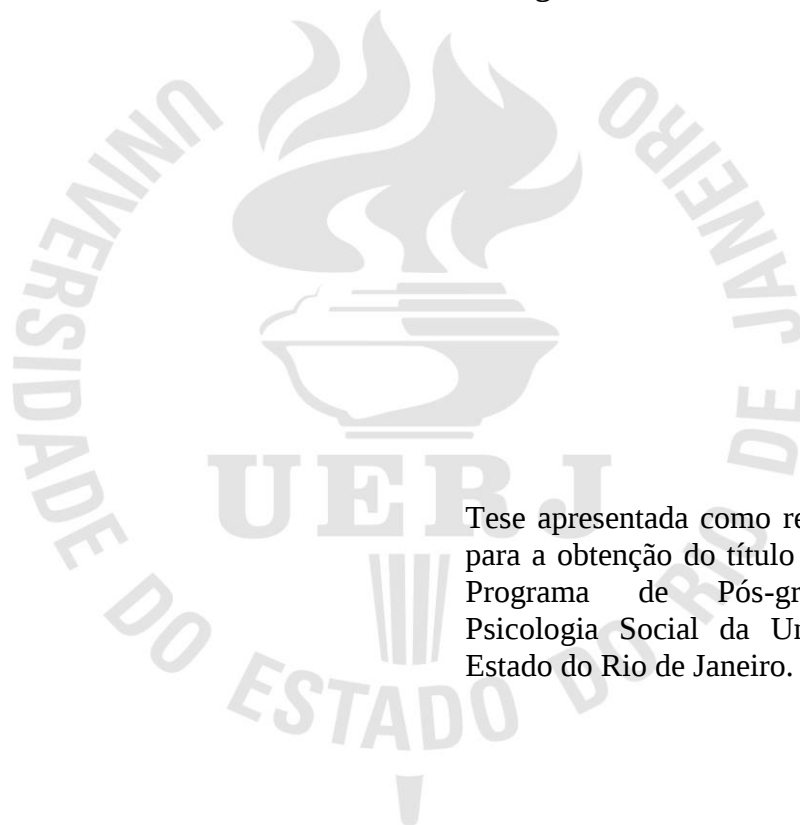
Filhas e filhos de mães lésbicas: caminhos e margens no Brasil e na França

Rio de Janeiro

2019

Mônica Fortuna Pontes

Filhas e filhos de mães lésbicas: caminhos e margens no Brasil e na França



Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutora ao
Programa de Pós-graduação em
Psicologia Social da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Anna Paula Uziel
Coorientador: Prof. Éric Fassin

Rio de Janeiro
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P813 Pontes, Mônica Fortuna.
Filhas e filhos de mães lésbicas: caminhos e margens no Brasil e na França/
Mônica Fortuna Pontes – 2019.
271 f.

Orientador: Anna Paula Uziel
Coorientador: Éric Fassin.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Psicologia.

1. Psicologia Social – Teses. 2. Mãe e filhos – Teses 3. Família – Teses. 4.
Homossexualidade – Teses. 5. Cartografia – Teses. I. Uziel, Anna Paula. II
.Fassin, Éric. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Psicologia. IV. Título.

es CDU 316.6(81+45)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mônica Fortuna Pontes

Filhas e filhos de mães lésbicas: caminhos e margens no Brasil e na França

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutora ao
Programa de Pós-graduação em
Psicologia Social da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2019.

Banca examinadora:

Prof.^a Anna Paula Uziel (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Éric Fassin (Coorientador)
Universidade Paris 8

Prof.^a Miriam Pillar Grossi
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Eduardo Steindorf Saraiva
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Aureliano Lopes da Silva Júnior
Centro de Ensino Superior de Valença – CESVA/FAA

Rio de Janeiro
2019

Às/aos que sonharam comigo
e ajudaram a tornar o sonho realidade...

AGRADECIMENTOS

Fui ajudada demais e por isso tenho muito a agradecer.

À Anna Paula Uziel, minha orientadora, uma presença marcante. Obrigada por confiar em mim, por apostar nesta pesquisa e por embarcar comigo para Paris, mesmo antes de eu saber se iria. Aprendi com você como aluna, orientanda e em momentos em que você não pretendia ensinar, e sempre com tanta suavidade. Você deu impulso e foi abrigo seguro.

Ao professor Éric Fassin que me recebeu em Paris, em sua universidade, possibilitando uma das experiências mais enriquecedoras da minha vida e fazendo parte dela. Agradeço por seus comentários instigantes que muito auxiliaram a repensar os rumos desta pesquisa.

Au professeur Éric Fassin qui m'a reçu à Paris, à son université, rendant possible l'une des expériences les plus enrichissantes de ma vie et en faisant partie d'elle. Je le remercie de ses commentaires incitateurs qui m'ont permis de repenser le chemin de cette recherche.

À professora Miriam Grossi e ao professor Eduardo Saraiva, por aceitarem o convite e comporem a banca examinadora, contribuindo com suas experiências e conhecimentos.

Ao professor e amigo Aureliano Lopes, pela composição da mesa, pela forma de expressar suas ideias e opiniões, fazendo tudo parecer tão simples e possível, desde a época da pré-qualificação. Obrigada por me acolher com carinho, humor, otimismo, vinho e macarrão. Amigo que incentiva e que quer ver a gente crescer. Como você foi importante lá e aqui!

À Virginie Descoutures, Virginie Rozée e Alice Sophie Sarcinelli por me auxiliaram na discussão deste trabalho, contribuindo para o crescimento da pesquisa. Ao professor Daniel Borrillo, pelos aprendizados nos encontros semanais nos Seminários da Université Paris X (Paris Nanterre).

Às associações APGL - *Association des parents et futurs parents gays et lesbiens*, em especial à Maggy; ADFH *Association des familles homoparentales*; Arc en Ciel *Les enfants d'arc en ciel – l'asso!* E à todas/os que me auxiliaram nos contatos com as/os protagonistas da história que conto aqui, em especial Joss Tricou (*Fassin Team*) e Márcia, minha amiga-irmã.

As entrevistadas e entrevistados que tão generosamente compartilharam suas histórias de vida comigo e tornaram este trabalho possível.

Às professoras Dorothée Boulanger, Elisabeth Champseix, Sophie, Odile e Lia Kalile por cada lição de francês, cada correção, cada conversa, com paciência e amor no que fazem.

Aos felizes encontros que Paris me proporcionou, fazendo o mundo parecer menor por juntar tantas nacionalidades num mesmo lugar, me dando de presente pessoas e momentos tão

marcantes, alegres e novos, junto as/os queridas/os Lunds, Oksana, Eva, Virgínia e Ana Carolina.

À Gizele, Luisa, Daniele, Bruna, Juliana, Livia, Vanessas, Bárbara, Nany e Adélia. Em especial, ao Carlos, por nossos encontros ao vivo e por Skype, no Brasil, no Equador, na Colômbia e na França, sempre pronto a trocar comigo. À Jimena, a quem recorri uma infinidade de vezes, pelas indicações, comentários e boa vontade sempre, ao compartilhar seu conhecimento, e à Patrícia, pelas conversas esclarecedoras sobre o caminhar na metodologia. Obrigada por formarem esse grupo mais que especial de pessoas tão inteligentes e gentis, vocês são fonte de energia!

Ao meu pai que, onde estiver, está olhando por mim...

À minha mãe, presença vibrante, seu entusiasmo e alegria pela vida me fazem acreditar que tudo vai dar certo. Obrigada por ter me ajudado, de várias formas, a chegar até aqui!

À Denise, companheira de tantas trocas, quem me ensina todos os dias que a reta é torta. Só você sabe o que a construção da tese significou para mim. Obrigada por ter sido porto para esse voo e margem para esse mergulho. Dançar é sempre melhor com você!

Ao Thor, nosso querido filhote peludo, meu companheiro de estudo. Como eu aprendi com você ao nosso lado!

Aos familiares, pessoas amigas, colegas e companheiras que das mais diferentes formas fazem minha vida mais feliz e que torceram, rezaram, acompanharam e ajudaram no percurso. Em especial meu irmão Marcos, pelo afeto; Sueli, pelas orações; Claudia, pelo carinho e força que transmite, que bom que a vida nos proporcionou esse reencontro! Thalles, que esteve ao meu lado naqueles cinco minutos mágicos que fizeram o tempo parar... nunca esquecerei; Margarida, pelo incentivo; Anna Paula Cordeiro, pela condução dos exercícios físicos, sempre com tanto cuidado; Vilma Rangel pela ajuda em encontros recentes; Maria Lessa, pelo auxílio final no texto; Emília, pelas dúvidas de formatação esclarecidas e Denilson, pelo socorro de última hora, aquele no momento de paginar e imprimir, antes de enviar o trabalho para a banca examinadora.

À Paris... que sempre estará lá, para que eu possa voltar. Obrigada por me acolher e desafiar. Foi uma experiência tão maravilhosa quanto difícil. Repetiria tudo.

Ao Rio de Janeiro, eu não sabia que gostava tanto de você. Voltar foi maravilhoso!

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa de estudos de doutorado FAPERJ nota 10.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos de doutorado sanduíche realizada em Paris, na França.

Pertenciam-se e comunicavam entre si pela intensidade dos sentimentos.

Tinham inventado uma família.

Valter Hugo Mãe

RESUMO

PONTES, Mônica Fortuna. *Filhas e filhos de mães lésbicas: caminhos e margens no Brasil e na França*. 2019. 271 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O presente trabalho é uma cartografia realizada com filhas e filhos jovens e adultas/os entre 12 e 45 anos criadas/os por, pelo menos, uma mãe lésbica, cisgênero. A partir de treze entrevistas realizadas, sete no Brasil e seis na França, com onze filhas e dois filhos, interrogou-se de que forma a homossexualidade das mães atravessa a vida de suas/seus filhas/os, numa sociedade regida pelas normas heterossexuais e pelo ideário de uma família heteroparental única e universalizada. Dois dispositivos distintos e que se entrelaçam, o da sexualidade e o da maternidade foram evocados. Como perspectivas metodológicas inter-relacionadas, que permitem acompanhar os processos descritos, foram utilizadas a abordagem genealógica, desenvolvida por Michel Foucault, para problematizar as linhas de força envolvidas na produção de subjetividades; a abordagem cartográfica, proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, vista como um mapa em construção; e a perspectiva da História Oral, como referencial que interroga a história solidificada por uma verdade única. Os diferentes caminhos percorridos por Brasil e França para a aquisição de direitos por homossexuais foram apresentados. O trabalho realizado nos dois países teve a intenção de desnaturalizar verdades consideradas absolutas em determinadas culturas e momentos históricos. As configurações das famílias homoparentais às quais essas/esses filhas/os pertencem são diversas. Observou-se, em linhas gerais: a larga busca pelos direitos, adquiridos ou não, como casamento, adoção e novas tecnologias reprodutivas em ambos os países e os seus desdobramentos no cotidiano das/os filhas/os; as formas de lidar com a diversidade sexual e com a correspondência da suposta linearidade sexo, gênero e sexualidade em suas vidas; a percepção das famílias como iguais às demais e, concomitantemente, como diferentes; os diversos sentidos do segredo sobre a homossexualidade das mães e seus efeitos, diferentes em função da idade das e dos filhas/os; os atravessamentos do gênero das mães na criação das/os filhas/os; os atravessamentos da demarcação do gênero masculino na vida de meninos e homens; e, finalmente, os afetos demonstrados pelas/os filhas/os que buscam proteger as mães, revertendo a potência discriminatória em potência de luta.

Palavras-chave: Homoparentalidades. Família. Filhas e filhos. Cartografia. Brasil e França.

RÉSUMÉ

PONTES, Mônica Fortuna. *Des filles et des fils de mères lesbiennes : des chemins et des marges au Brésil et en France*. 2019. 271 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Le présent travail c'est une cartographie qui a été réalisée avec les enfants jeunes et adultes âgés de 12 à 45 ans élevés par au moins une mère lesbienne, cisgenre. À partir de treize entretiens, sept au Brésil et six en France, avec onze filles et deux fils, nous nous sommes interrogés sur l'homosexualité des mères dans la vie de leurs enfants, dans une société régie par des normes et des principes hétérosexuels, par l'idéologie d'une famille hétéroparentale unique et universalisée. Deux dispositifs distincts et imbriqués, celui de la sexualité et celui de la maternité ont été évoqués. À fin de mieux suivre les processus décrits ont été utilisées comme perspectives méthodologiques: la généalogie développée par Michel Foucault pour problématiser les lignes de force impliquées dans la production de subjectivités; l'approche cartographique proposée par Gilles Deleuze et Félix Guattari, vue comme une carte en construction; et la perspective de l'Histoire Orale, en tant que référence qui interroge l'histoire solidifiée par une vérité unique. Les différentes voies empruntées par le Brésil et la France pour l'acquisition des droits des homosexuels ont été présentées. Le travail mené dans les deux pays visait à dénaturer des vérités considérées comme absolues dans certaines cultures et à certains moments de l'histoire. Les configurations des familles homoparentales auxquelles appartiennent ces enfants sont diverses. On a observé, en lignes générales: une large quête de droits, acquis ou non, tels que le mariage, l'adoption et les nouvelles technologies de reproduction dans les deux pays et ses conséquences sur la vie quotidienne des enfants; les manières de traiter la diversité sexuelle et de la correspondance de la supposée linéarité sexe, genre et sexualité dans leur vie; la perception des familles comme égales aux autres et en même temps, différentes; les différentes significations du secret sur l'homosexualité des mères et leurs effets, différents en fonction de l'âge des enfants; les croisements du genre des mères dans l'éducation des enfants; le croisement de la démarcation du genre masculin dans la vie des garçons et des hommes; et, enfin, les affections manifestées par eux qui cherchent à protéger leurs mères, reversant la puissance discriminatoire en pouvoir de combat.

Mots-clés : Homoparentalités. Famille. Filles et fils. Cartographie. Brésil et France.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	O CAMINHO QUE SE FAZ	21
1.1	Apresentação	21
1.2	O campo e as perspectivas metodológicas	27
1.3	Os primeiros passos no campo.....	36
1.3.1	<u>O ponto de vista do soldado raso</u>	<u>36</u>
1.3.2	<u>A-pesquisadora-que-se-impacta-se-apruma-e-segue</u>	<u>40</u>
1.4	As/os filhas/os e suas mães nas diversas configurações familiares	45
1.5	A primeira fase do trabalho de campo: um pouco das histórias brasileiras	48
1.5.1	<u>Carla.....</u>	<u>48</u>
1.5.2	<u>Ana.....</u>	<u>49</u>
1.5.3	<u>Lívia.....</u>	<u>50</u>
1.5.4	<u>Raquel</u>	<u>52</u>
1.5.5	<u>Bruna.....</u>	<u>53</u>
1.6	Deslocamentos	54
1.7	A segunda fase do trabalho de campo: um pouco das histórias francesas	61
1.7.1	<u>Mathias</u>	<u>61</u>
1.7.2	<u>Adèle.....</u>	<u>62</u>
1.7.3	<u>Sophie</u>	<u>63</u>
1.7.4	<u>Marion.....</u>	<u>64</u>
1.7.5	<u>Juliette.....</u>	<u>65</u>
1.7.6	<u>Rose</u>	<u>66</u>
1.8	A terceira fase do trabalho de campo: outras histórias	67
1.8.1	<u>Carlos</u>	<u>68</u>
1.8.2	<u>Betina</u>	<u>68</u>
2	CAMINHOS PERCORRIDOS PARA OBTENÇÕES DE IMPORTANTES DIREITOS: CASAMENTO, ADOÇÃO E REPRODUÇÃO ASSISTIDA	70
2.1	Legislações	70
2.1.1	<u>O caminho brasileiro.....</u>	<u>70</u>
2.1.2	<u>O caminho francês</u>	<u>77</u>
2.1.3	<u>Aproximações entre Brasil e França.....</u>	<u>94</u>
2.2	Repercussões sociais	97

2.2.1	<u>Desdobramentos das manifestações na França</u>	97
2.2.2	<u>Desdobramentos no Brasil</u>	104
2.2.3	<u>O Brasil e a França</u>	109
3	HOMOSSEXUALIDADE E A SAGRADA FAMÍLIA	112
3.1	Tecendo fios do dispositivo da sexualidade	112
3.2	A produção de sujeitos-mãe	120
3.3	As famílias homoparentais – inovações e reproduções	128
3.4	Diversidade na banalidade	143
4	SEXUALIDADES E GÊNERO	154
4.1	As mães e suas/seus filhas/os: nas trilhas da (homo)sexualidade	154
4.2	O contágio / A transmissão da homossexualidade	172
4.3	Atravessamentos de gênero das mães	180
4.3.1	<u>Família de mãe, mãe e filha/o</u>	185
4.4	Gênero masculino	195
5	HÁ UM SEGREDO A SER REVELADO?	200
5.1	Todas essas vidas entre dizer, contar e revelar	207
5.2	Desafios da gestão de um segredo	220
5.3	O armário das/os filhas/os	231
5.4	O analisador idade: histórias do contar	240
5.5	Desliza e cai no colo: quando as/os filhas/os são protagonistas	252
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
	REFERÊNCIAS	259

INTRODUÇÃO

É observado, na contemporaneidade, um aumento considerável do número de famílias compostas por mães lésbicas¹ no ocidente². Juntamente com o ganho de visibilidade pelas referidas famílias, vêm sendo adquiridos direitos e, como parte de um jogo de forças, as polêmicas em torno de si não cessam.

Uma das grandes preocupações constantemente apontadas pelas pessoas que são contrárias a famílias cujos pais e mães sejam gays e lésbicas recai sobre diversos aspectos do desenvolvimento das crianças, filhos/as de homossexuais. Há uma ideia equivocada e ainda muito difundida de que orientação homossexual e parentalidade não coexistiriam, como se fossem incompatíveis. Essa suposta incompatibilidade é sobretudo sustentada pelos defensores de um modelo euro-americano de parentalidade que impõe a reunião de conjugalidade, procriação e parentalidade nas mesmas pessoas (GROSS, 2013).

Com o objetivo de me aproximar das/os referidas/os filhas/os foi realizada, no presente trabalho, uma cartografia com filhas/os³ jovens e adultas/os entre 12 e 45 anos criadas/os por, pelo menos, uma mãe lésbica, cisgênero⁴, no Brasil e na França, a partir de entrevistas com as/os mesmas/os. Conjugou-se literatura sobre o tema da homoparentalidade⁵ com uma série de narrativas produzidas nos encontros com as/os participantes, o que possibilitou a construção de uma grande história, contada através da presente tese.

Vale apontar que o neologismo homoparentalidade, apesar das ambiguidades que porta, será um termo utilizado, assim como seus significados e alcances serão expostos ao longo da tese.

Importante ressaltar que as análises e os apontamentos presentes foram realizados a partir do ponto de vista das/os filhas/os e sempre em relação às mães. Interrogou-se como

¹ Lésbica, gay e homossexual serão termos utilizados, uma vez que, tanto no movimento LGBT, quanto na sociedade ocidental de um modo geral, na literatura e nas mídias, estas são as designações mais encontradas.

² O ocidente é aqui representado no sentido cultural contemporâneo: uma herança cultural de normas sociais, valores éticos, tradições, crenças, sistemas políticos, etc., que possuem alguma relação com a Europa, países da América e da Australásia.

³ Como a maioria das filhas e dos filhos entrevistadas/os é do sexo feminino, fiz a opção por utilizar a palavra filha, no feminino, seguida da barra e do sufixo masculino quando fizer referência às/aos entrevistadas/os. Nas demais situações, seguirei as regras da gramática da língua portuguesa, utilizando a palavra filho no masculino seguida da barra e do sufixo feminino.

⁴ Diz respeito às pessoas cuja identidade de gênero está alinhada com seu sexo de nascença, que por sua vez está em concordância com o padrão normativo masculino e feminino.

⁵ Homoparentalidade designa a situação em que pelo menos um dos membros da família, que se considera homossexual, deseja ser ou é pai ou mãe. Criado em 1997 pela associação de pais e futuros pais gays e lésbicas (*Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiens*) – APGL – situada em Paris.

essas/esses filhas/os lidam com atravessamentos da homossexualidade de suas mães em seus cotidianos.

Foram realizadas 13 entrevistas individuais: 11 filhas (6 brasileiras e 5 francesas) e 2 filhos (1 brasileiro e 1 francês). Houve também encontros com cinco mães e com duas crianças de oito anos de idade, em situações que serão explicitadas no primeiro capítulo. Contudo, para efeito de análise, serão consideradas as 13 entrevistas com as/os filhas/os jovens e adultas/os. Os demais encontros, com mães e crianças, estarão presentes na tese de maneira complementar.

As configurações das famílias expostas no presente trabalho são diversas, algumas são projetos parentais inscritos na conjugalidade, outras não; assim como os vínculos entre filhas/os e mães são variados. Todas pertencem às camadas médias e médias-altas das populações de ambos os países. Há histórias de: adoção nacional e internacional; tia que assumiu a maternidade da sobrinha; concepção através das novas tecnologias reprodutivas com sêmen de doador anônimo na Bélgica e na França; casais heterossexuais que se separaram e as mulheres passaram a viver com outras mulheres. Há casos em que as/os filhas/os foram criadas/os por duas mães; outros em que foram criadas/os por uma mãe e uma madrinha; outros em que foram criadas/os por uma mãe e a companheira desta – com ou sem a presença de um pai. Há diversidade também no vínculo legal estabelecido entre as/os filhas/os e as mulheres: guarda, adoção conjunta, adoção unilateral ou inexistência de vínculo legal.

As mães lésbicas se inscrevem tanto no hall das mulheres que cumpriram sua função na sociedade, concretizando a maternidade, quanto no hall das desviantes sexuais, o que remete necessariamente a questões que percorrerão todo o trabalho: estariam essas/esses filhas/os enredadas/os na história homossexual das suas mães? De quais formas?

Através da homossexualidade das mães, a sexualidade foi trazida para a cena. A sexualidade foi considerada como um modelo de saber-poder, que convida a enunciação da sexualidade por meio de instituições como igreja, escola, família, consultórios médicos, por exemplo; através de saberes como a psicologia, a psicanálise e a medicina. Essa produção discursiva não tem, fundamentalmente, o objetivo de reprimir ou proibir a prática sexual, ao contrário, aliás. A vontade de saber sobre a sexualidade funciona como parte essencial de estratégias de controle do indivíduo e da população. Tais estratégias reforçam o entendimento que exige coerência entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, instituída como algo obrigatório e universal, o que produz subjetividades, visto ser uma regulação direta e violenta, mas muitas vezes sutil, embora não menos violenta, porque a serviço da reiteração de normas. Nesse caso, normas de gênero coerentes visando à heterossexualidade compulsória. Segundo Foucault (2010), o poder disciplinador, sempre alerta e com objetivo normatizador, é

encarregado de controlar e corrigir os que se afastam das regras estabelecidas e naturalizadas. Aqueles que não se enquadram são categorizados como desviantes, anormais, doentes, degenerados, entre outros.

Dois dispositivos que se entrelaçam foram evocados, o da sexualidade e o da maternidade. O primeiro será evocado pelo fato de as/os filhas/os aqui abordadas/os estarem referenciadas/os à homossexualidade de sua/s mãe/s, o que acaba por marcar fortemente suas vidas; e o segundo será também acionado uma vez que “se ocupa em fazer ver e dizer diferentes modalidades maternas”, além de “fazer e dizer uma maternidade hegemônica” (MARCELLO, 2014, p. 202).

No campo das pesquisas acadêmicas, desenvolvidas desde os anos 1970 (GOLOMBOK; RUTTER; SPENCER, 1983; BAILEY et al., 1995; FLAKS et al., 1995; GOLOMBOK; TASKER, 1996; DAVIS; FRIEL, 2001; GOLOMBOCK et al., 2003; PATTERSON; RUSSEL; WAINRIGHT, 2004; PATTERSON; WAINRIGHT, 2006; FULCHER et al., 2008), nos movimentos sociais, assim como no terreno jurídico e legislativo, batalhas vêm sendo travadas para que famílias homoparentais possam existir legalmente e seus membros tenham direitos civis garantidos. Cada direito adquirido, como união civil, casamento, adoção, utilização das novas tecnologias reprodutivas, entre outros, traz consequências para as próprias famílias em questão, assim como auxiliam e provocam toda uma sociedade e cultura, no sentido de possibilitarem que homossexuais sejam enxergados como cidadãos de direitos iguais ou sejam, que não sejam mais rechaçados, por ocuparem um lugar que não lhes cabe.

Em um número cada vez maior de países, a lei reconheceu que gays e lésbicas não tinham que escolher entre a parentalidade e a homossexualidade. Alguns destes, além de permitirem o casamento e adoção por homossexuais, permitiram também o acesso às novas tecnologias reprodutivas, como é o caso brasileiro.

Existem ainda grandes discrepâncias entre os países no que diz respeito aos direitos civis de gays e lésbicas. Em alguns, num total de setenta e um – em sua maioria países da África, Ásia e América Central –, práticas homossexuais ainda são crimes (INTERNATIONAL LESBIAN AND GAY ASSOCIATION, 2017). Por outro lado, existem países onde as mesmas práticas não impedem que cidadãos tenham direitos civis básicos garantidos.

No ocidente, encontramos, atualmente, vinte e três países que legalizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo (ILGA, 2017). Na reivindicação de tal direito, encontra-se embutida a reclamação do respeito a direitos fundamentais, como à saúde, uma vez que esta é colocada em risco devido à violência gerada pela discriminação (WYLLYS; KOKAY, 2013). Essa violência que pode se expressar de forma explícita ou sutil, encontra-se presente no

cotidiano de gays e lésbicas de um modo geral, de pais, mães, filhos/as e membros das famílias homoparentais.

No ano de 2013, Brasil e França, ainda que mantendo certas distinções quanto aos direitos civis, regulamentaram, por meio de percursos diferentes, o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, ainda convivem com forte oposição daqueles que são contrários à existência legal das famílias homoparentais, colocando no centro da discussão os/as filhos/as criados/as por tais famílias. Em especial, no Brasil, pelo momento político e histórico que se encontra.

Atualmente, no Brasil, é permitido que casais de pessoas do mesmo sexo se casem, adotem e façam uso das técnicas reprodutivas; assim como registrem seus/suas filhos/as concebidos/as por reprodução assistida, independentemente de prévia autorização judicial, desde que casados/as ou em união estável. Tal direito de registro foi concedido recentemente, no ano de 2017, através do provimento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (BRASIL, 2017). Por não serem leis, tais direitos adquiridos são vistos como frágeis, de certa forma, principalmente no momento político e histórico que vive o Brasil.

Desde a campanha presidencial de 2018, a qual elegeu o atual Presidente da República, vozes conservadoras, contrárias a certas minorias discriminadas da população, como por exemplo a população LGBT, se intensificaram, apesar de já estarem se articulando há tempos e encontraram espaço e apoio através do próprio discurso do referido presidente.

As pesquisas que abordam a temática LGBT de um modo geral e, especificamente, as famílias constituídas por gays e lésbicas no Brasil adquiriram espaço de grande importância, principalmente a partir dos anos 2000, no meio acadêmico, possibilitando, assim, a explicitação de fenômenos sociais envolvendo a população LGBT como, por exemplo, a parentalidade, a adoção, a utilização da reprodução assistida e discussões jurídicas abarcando tais temas. Uma vez que a academia mantém o diálogo com movimentos sociais, discutindo políticas públicas, educação e direitos, através de debates interdisciplinares, principalmente entre a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e o Direito, tais pesquisas ampliam seu espaço de atuação e cumprem a função de referência, não somente no próprio ambiente acadêmico, mas junto aos agentes sociais.

A França foi o décimo quarto país no mundo a autorizar o casamento para casais homossexuais. De setembro de 2012 até maio de 2013, quando houve a promulgação da lei do *mariage pour tous*⁶, a lei de abertura do casamento e da adoção por homossexuais, o debate em

⁶ Casamento para todos.

torno do assunto se intensificou, com a homoparentalidade se tornando tema central numa polêmica que dividiu o país, reeditando o debate sobre o Pacto Civil de Solidariedade (PaCS⁷) em 1999. A referida lei foi promulgada apesar da forte oposição de membros da Igreja Católica, representantes do judaísmo e do islã e de alguns/algumas psicanalistas. Esses/as opositores/as tentaram alarmar a opinião pública sobre o que consideravam um atentado maior à família. Aqueles/as que eram favoráveis ao projeto de lei se apoiaram no princípio da igualdade de todos perante a instituição do casamento civil, na necessidade de se trazer uma verdadeira proteção jurídica aos/às filhos/as de famílias homoparentais, e nos numerosos estudos, alguns já mencionados acima, e que serão citados ao longo do presente trabalho, com crianças criadas em famílias homoparentais.

Apesar da diversificação das famílias contemporâneas na França, as leis de bioética francesas, entre as mais rígidas da Europa, limitam, atualmente, o acesso à procriação medicamente assistida (PMA)⁸ só aos casais heterossexuais inférteis. As/os celibatárias/os e as/os homossexuais não são admitidas/os. Sendo assim, muitas francesas buscam países vizinhos como Bélgica e Espanha para conceber através da PMA. Quanto à gestação de substituição, chamada na França de *gestation pour autrui* (GPA)⁹, esta não é permitida em nenhum caso.

A referida lei de bioética francesa deve ser revista este ano. Um grande debate aberto desde o ano de 2017, envolvendo várias instâncias da sociedade discute, entre outros assuntos que compõem a lei, a abertura da PMA para todas as mulheres, promessa de campanha do atual Presidente da República.

As políticas familiares encorajam os franceses a terem filhos/as. Contudo, homossexuais se veem ainda hoje restritos quanto às formas de concretização do desejo de paternidade e maternidade. Atualmente, na França, gays e lésbicas podem, sim, casar e adotar, apesar de existirem poucas crianças para adoção no país.

⁷ Pacte Civil de Solidarité. Na França, em 13 de outubro de 1999, mediante alteração do código civil, foi criado o PaCS, autorizando duas pessoas do mesmo sexo ou de diferentes sexos a firmarem contrato para “organizar sua vida em comum”. (DIAS, 2009, p. 66).

⁸ Na França são utilizadas as terminologias *procréation médicalement assistée* (PMA) ou *assistance médicale à la procréation* (AMP) para as técnicas de reprodução assistida (RA) ou novas tecnologias reprodutivas (NTR), terminologias utilizadas no Brasil. Tais nomenclaturas designam o conjunto de conhecimentos e procedimentos médicos visando a fecundação. Os métodos mais conhecidos e utilizados são a inseminação artificial e a fertilização *in vitro* (FIV). No presente trabalho será respeitada a terminologia adotada por cada um dos países, quando for feita referência a cada um deles.

⁹ Existe ainda a gestação de substituição, termo usado no Brasil e conhecido como *gestation pour autrui* (GPA) na França, que diz respeito ao uso da inseminação artificial ou da fertilização *in vitro* combinadas com a participação de uma mulher que vai gestar a criança. No presente trabalho será respeitada a terminologia adotada por cada um dos países, quando for feita referência a cada um deles.

As crianças e suas famílias estão no centro das inquietações dos Estados brasileiro e francês. Tais preocupações vêm de grupos religiosos e também de representantes de saberes científicos que lutam no sentido de reiterar normas vigentes e parecem ignorar o que centenas de estudos apontam e outras centenas de famílias já vivem.

Através de cinco capítulos, apresentarei as/os filhas/os de mães lésbicas na interação com suas famílias e com a sociedade.

No primeiro capítulo, farei a exposição das perspectivas metodológicas utilizadas e apresentarei de forma resumida a história das/os protagonistas desta tese, filhas e filhos de mães lésbicas.

As perspectivas metodológicas genealógica e cartográfica foram utilizadas como possibilidades de experimentação do acoplamento cartografia-genealogia, sem a intenção de considerá-las homogêneas, mas sob uma perspectiva complementar, possibilitando o exercício da problematização a partir de diferentes pontos de entrada (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011). A perspectiva da história oral também está presente como referencial que questiona a história consolidada por uma verdade única.

Iniciarei a referida apresentação com a exposição da história das cinco primeiras entrevistadas brasileiras. Farei uso do diário de campo que produzi durante o período de sete meses em que o doutorado foi realizado em Paris. A mudança do Brasil para a França proporcionou um deslocamento que foi para além do geográfico, desencadeando um grande movimento de ideias e percursos na pesquisa, além dos desafios do contato com outra sociedade e cultura, com seus códigos e costumes próprios. Em seguida, apresentarei as histórias das/os seis filhas/os francesas/es e, posteriormente, as duas últimas entrevistas, quando do meu retorno ao país, perfazendo, assim, um total de treze encontros.

No segundo capítulo, me dedicarei a expor os caminhos percorridos na França e no Brasil no que diz respeito à aquisição de direito ao casamento, à adoção e à reprodução assistida por homossexuais, um diálogo entre as legislações, regulamentações, políticas e as narrativas das/os entrevistadas/os. Interrogou-se sobre a luta para conquista de direitos e como o quadro legal e jurídico influenciou o cotidiano dessas/desses filhas/os.

O caminho encontrado pelos franceses para regulamentar os direitos dos homossexuais foi o poder legislativo, percurso bem distinto do brasileiro. Numa sociedade que se manifesta intensa e frequentemente diante das mais diversas situações, aspecto que tive a oportunidade de vivenciar no dia a dia, mesmo que por um curto período, as manifestações contrárias ao *mariage pour tous* tiveram impacto na vida das famílias homoparentais, em especial na das/os

filhas/os. Inclusive algumas/alguns relataram ter a expectativa do retorno das discussões e das possíveis agressões devido à revisão da lei da bioética, já mencionada.

A aprovação da lei do casamento foi antecedida por amplo e acalorado debate público que tomou conta da mídia, dos debates nas escolas e universidades e das conversas informais. Um coletivo de associações denominado *la manif pour tous*¹⁰ foi um potente organizador das manifestações contrárias ao casamento para pessoas do mesmo sexo, defendendo a dita família tradicional e utilizando argumentos que eram expressos em slogans pelas ruas da cidade, como: “*un père, une mère, nous ne mentons pas à nos enfants*”, “*mariage = un homme et une femme*” e “*Il n'y a pas d'ovules dans les testicules*”¹¹.

O que essas/esses filhas/os contam sobre isso? Como foram afetadas/os? O quanto foram explicitamente atacados, na França, neste período? O quanto essas/esses filhas/os precisam proteger suas famílias de ataques?

No Brasil, foi através do poder judiciário, por meio do Superior Tribunal Federal (STF), que os direitos de união estável dos casais heterossexuais foram estendidos para os homossexuais, em 2011. Dois anos depois, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução que obrigou todos os cartórios do país a oficializarem casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Tais decisões, tomadas por um grupo de ministros, foram importantíssimas e beneficiaram uma parcela discriminada da população brasileira. Mas o modo como foram tomadas não se deu através do envolvimento da população, nem gerou um grande debate a nível nacional.

De forma semelhante, as regulamentações do Conselho Federal de Medicina (CFM), que permitem a utilização da reprodução assistida por homossexuais, tanto por mulheres quanto por homens, e que fazem parte de um conjunto de normas éticas, foram decididas por uma comissão de médicos, sem um debate que envolvesse a população brasileira que as desconhecem, inclusive.

Acredito que a problematização dos elementos e das forças que compõem e sustentam decisões legislativas e/ou jurídicas, quanto ao assunto em questão, permitiu que aspectos sociais e culturais de ambos os países se explicitassem, apontando semelhanças e diferenças entre si.

Vale ressaltar que, durante o período em que estive em Paris, participei do Seminário *Droit des sexualités*¹², ministrado pelo Prof. Daniel Borrillo, na Universidade Paris-Nanterre.

¹⁰ Manifestação para todos.

¹¹ Tradução para o português: “Um pai e uma mãe, nós não mentimos para nossos/as filhos/as”; “casamento = um homem e uma mulher”; “Não existem óvulos nos testículos”.

¹² O direito das sexualidades.

Fez parte da avaliação final uma exposição oral sobre tema *Le mariage pour tous au Brésil et en France*¹³. O investimento na elaboração do trabalho e a própria apresentação serviram de subsídios para a escrita do capítulo 2.

No terceiro capítulo, apresentarei os dois dispositivos que se entrecruzam e que serão utilizados como ferramentas ao longo da tese para pensar a dinâmica presente nas relações das/os filhas/os com suas mães e das/os filhas/os com as sociedades em que vivem: o dispositivo da sexualidade e o dispositivo da maternidade. Mencionarei pesquisas, algumas citadas acima, sobre filhos e filhas criados/as em lares com mães lésbicas. A relevância desses estudos remonta aos idos dos anos 1976, quando a revista feminista *Spare Rib* publicou matéria em que abordava a situação pela qual passavam lésbicas que, após divorciarem-se de seus maridos, necessariamente perdiam a custódia de seus/suas filhos/as, uma vez que não corresponderia ao melhor interesse da criança ser criada por mães lésbicas. As crianças cresceriam, segundo os argumentos usados nos tribunais (EUA e Reino Unido), com desordens psiquiátricas, marginalizadas por seus/suas colegas e seriam gays ou lésbicas (GOLOMBOK, 2015).

É sabido da relevância de tais pesquisas e o quanto embasaram decisões judiciais, possibilitando, assim, que crianças permanecessem com suas mães lésbicas, uma vez que os estudos demonstraram não haver prejuízo para o seu desenvolvimento emocional: não experimentariam mais desordens psicológicas, nem mais problemas com seus pares e nem teriam desenvolvimento atípico de gênero, quando criadas em lares com suas mães homossexuais, contribuindo, assim, para a aquisição de uma série de direitos por parte das famílias homoparentais (GOLOMBOK, 2015).

É importante, contudo, que as pesquisas nesse campo não se limitem a comprovar que filhos/as de homossexuais não apresentam diferenças em relação aos/as dos/as heterossexuais, desconstruindo, assim, a ideia de que as famílias heteroparentais oferecem o modelo a ser seguido, e, assim, um apagamento das diferenças. Estaríamos livres, nos dias de hoje, das interrogações a respeito de possíveis prejuízos no desenvolvimento das crianças criadas em lares homoparentais?

Outro ponto abordado no capítulo dirá respeito às diferentes dimensões de construção da banalidade, ou seja, a percepção que filhas/os têm em relação às suas famílias no que tange a serem famílias como as outras, ao mesmo tempo que apontam serem diferentes, aos olhos da sociedade. Assim, serão discutidas as tensões existentes entre as inovações e as repetições que tais famílias vêm provocando e produzindo.

¹³ O casamento para todos no Brasil e na França.

No quarto capítulo, apontarei as maneiras através das quais a homossexualidade dessas mães introduziu de forma singular a sexualidade das/os filhas/os. Por meio de seus relatos e narrativas será exposta a forma como as/os filhas/os concebem a sexualidade e o ambiente em que foram criadas/os, na eterna articulação entre família fora da norma e busca por normalidade. Abordarei também o tema da homossexualidade enquanto ideia difundida de que é transmissível de mães para filhas/os – diria mesmo contagiosa se usarmos a conotação de doença, muitas vezes ainda ligada à homossexualidade. Aos olhos das/os filhas/os, haveria temor, por parte das mães, de que elas/eles se identifiquem como homossexuais ou que tenham relações homossexuais? Há preocupação por parte das/os filhas/os quanto à sua própria orientação sexual? Ou as/os filhas/os relatam ter sido criadas/os de maneira livre, com maior abertura?

Serão sinalizados também, nesse capítulo, os atravessamentos de gênero das mães na criação das/os filhas/os, em um lar formado por uma ou duas mãe/s, sem a presença de um pai e a visão difundida e popularizada da psicanálise¹⁴ como saber que reforça a importância da diferença sexual para o desenvolvimento adequado da criança, dentro do “famoso triângulo – pai, mãe, criança – que só serve para encerrar nos moldes da psicanálise edipiana todas as situações que ultrapassam o quadro dos comportamentos ditos normais” (GUATTARI, 1985, p. 115).

Ainda no capítulo quatro serão feitos alguns apontamentos sobre a presença de apenas dois rapazes entrevistados, num total de treze participantes, e considerações sobre as exigências de correspondência de gênero nos homens.

O segredo e seus vários sentidos serão o tema do quinto capítulo. A homossexualidade como um segredo fundante da identidade de gays e lésbicas (PECHENY, 2004) estaria presente na constituição da subjetividade das/os filhas/os? Seria uma outra versão do contágio?

¹⁴ “[...] A psicanálise viu surgir e se desenvolver em seu interior um movimento que, buscando refletir sobre suas bases teóricas, vem efetuando uma reconsideração completa de suas certezas e trabalhando sobre novas e interessantes teorizações sobre as problemáticas da função paterna, do Édipo e sobretudo da diferença sexual. Os psicanalistas Michel Tort, Geneviève Delaisi de Parseval e Sabine Prokhoris são três bons exemplos franceses desse movimento. Os psicanalistas Joel Birman, Paulo Roberto Ceccarelli, Regina Néri, Silvia Alexim Nunes e Márcia Arán são representativos de uma das vertentes desse movimento no Brasil. Se, do ponto de vista político, a posição desses autores pode ser dita certamente favorável à homoparentalidade, do ponto de vista teórico, mais do que buscarem na teoria psicanalítica ferramentas já prontas para sustentar teoricamente suas posições políticas, esses autores vão buscar rever alguns conceitos psicanalíticos que vêm se transformando em certezas inabaláveis e aos quais recorrem incansavelmente aquele que, supostamente em nome da psicanálise, tem se colocado contra não apenas as filiações homossexuais como também as inúmeras mudanças a que os avanços tecnológicos e as evoluções sociais vêm nos conduzindo.” (PERELSON, 2006, p. 722).

Serão levadas em conta nuances existentes entre os sentidos do dizer, do contar e do revelar sobre a homossexualidade das mães em dois âmbitos: na relação entre mães e filhas/os e na relação entre filhas/os e sociedade. Serão apontadas as bases para que mães e filhas/os digam, contem ou revelem sobre a homossexualidade que é das mães, mas que parece se tornar, em muitos momentos, uma questão familiar.

Interrogou-se sobre a obrigatoriedade de confissão que estaria embutida na relação entre esse compartilhamento ou não da informação. O que estaria em jogo em cada uma dessas escolhas e o que muda, em relação ao tema em questão, nas diferentes idades das/os filhas/os? Quais estratégias adotam em seus cotidianos e como o armário esteve presente?

E, finalmente, ainda no capítulo cinco, apontarei como essas/es filhas/os expressaram compreensão, afeto e admiração em relação ao que as mães já enfrentaram em suas vidas, na relação com as próprias famílias de origem, superando desafios por serem mulheres lésbicas vivendo numa sociedade que naturaliza a heterossexualidade. As/os filhas/os parecem mesmo tomar para si e defender, das mais diversas formas, a causa da homossexualidade, invertendo mesmo o potencial de estigma atribuído às suas famílias.

Durante a tese, as esferas do público e do privado não serão consideradas distintas, mas sim enquanto instâncias porosas, relacionais, e estarão presentes nos diversos assuntos abordados, seja nas consequências das legislações para a vida dessas/desses filhas/os, seja na maneira de lidar com os atravessamentos da homossexualidade das mães nas relações sociais, seja, ainda, na manutenção de um segredo, ou não, entre outros.

Outro ponto importante a ser esclarecido diz respeito à proposta do trabalho no Brasil e na França. Embora a comparação entre os dois países tenha sido inevitável em alguns momentos, a proposta não foi a de realizar um estudo comparativo clássico. A intenção comparativa teve o intuito de desnaturalizar aquilo que é considerado como verdadeiro, como um dado inquestionável nos países; assim como objetivar a inclusão do componente histórico, político e, assim, temporal em cada verdade estabelecida.

As famílias homoparentais aqui apresentadas serão pensadas para além do familismo, que nega “magicamente a realidade social, em evitar todas as conexões com os fluxos reais, só permanecendo possíveis o sonho e o isolamento infernal do sistema conjugal-familiar [...]” (GUATTARI, 1985, p. 117).

1 O CAMINHO QUE SE FAZ

1.1 Apresentação

caminante, son tus huellas
 el camino y nada mas;
 caminante, no hay camino,
 se hace camino al andar.
 al andar se hace el camino,
 y al volver la vista atrás
 se ve la senda que nunca
 se ha de volver a pisar.
 caminante no hay camino
 sino estelas en la mar¹⁵

Antonio Machado

A presente pesquisa é uma cartografia com filhas/os jovens e adultas/os (12 aos 45 anos) criadas/os por, pelo menos, uma mãe lésbica, no Brasil ou na França, realizada a partir de entrevistas e da literatura sobre o tema.

Os encontros com as/os filhas/os objetivaram, de uma maneira geral, o conhecimento do cotidiano delas/es no que diz respeito às formas como lidam com os atravessamentos da homossexualidade de suas mães, em diferentes idades, na relação com colegas, professores/as, familiares e com as próprias mães, nas escolas e nas universidades, ou seja, nas interações/interseções/porosidades dos espaços públicos e privados.

A escolha pelo trabalho com filhas/os de mães lésbicas tem relação com meu interesse em dar continuidade à pesquisa realizada com mães lésbicas por ocasião do mestrado, quando a busca foi por colocar em análise os desafios e percursos na maternidade homossexual. Ao ouvir essas mães falarem sobre seus/suas filhos e filhas que tinham entre zero e oito anos de idade, fazia a mim mesma uma série de perguntas sobre o que eles/elas pensariam sobre serem criados/as por mães lésbicas e o quanto isso atravessaria as vidas daquelas crianças.

¹⁵ Tradução para o português: caminhante, são tuas pegadas / o caminho e nada mais; / caminhante, não há caminho, / se faz caminho ao andar / Ao andar se faz caminho / e ao voltar a vista atrás / se vê a estrada que nunca / se há de voltar a pisar / caminhante não há caminho / senão há marcas no mar...

No presente trabalho, sendo o interesse voltado para as/os filhas/os, mesmo que em relação à/s sua/s mãe/s, importa como as/os mesmas/os são atravessadas/os pela homossexualidade dela/s enquanto pertencentes a uma família homoparental e inseridas/os numa sociedade heteronormativa.

A orientação sexual de pais e mães não determinaria diferenças no desenvolvimento das crianças, de acordo com estudos realizados a partir da década de 1970 (GOLOMBOK; SPENCER; RUTTER, 1983; FLAKS; FICHER; MASTERPASQUA; JOSEPH, 1995; DAVIS; FRIEL, 2001; VANFRAUSSEN et al., 2002; GOLOMBOCK et al., 2003; MACCALLUM; GOLOMBOCK, 2004; WAINRIGHT; RUSSELL; PATTERSON, 2004; WAINRIGHT; PATTERSON, 2006; GOLDBERG, 2007; FULCHER et al., 2008). Ou seja, não foram encontradas diferenças significativas entre filhos e filhas criados/as em lares heteroparentais e homoparentais quanto ao desenvolvimento emocional da criança, a relação com seus pares e a orientação sexual desses filhos e filhas. Tal afirmação é questionada por Stacey e Biblarz (2001), que apontaram a ênfase que os referidos estudos deram na afirmação sobre a “não diferença significativa” encontrada, quando da comparação entre filhos/as criados/as em lares homoparentais e heteroparentais, ainda que algumas especificidades fossem apresentadas, como, por exemplo, o fato de que filhas de lésbicas experimentaram mais relações homossexuais do que filhas de famílias heteroparentais, apesar de, na idade adulta, se identificarem como heterossexuais.

Cabe lembrar que um dos argumentos, por parte daqueles que se opõem à família homoparental, tem relação com a possibilidade de gays e lésbicas gerarem mais gays e lésbicas. Seria, então, politicamente importante que os estudos ressaltassem somente uma parte de seus resultados? A contextualização histórica é relevante para pensarmos sobre isso. Parece ter sido vital, na época em que os estudos se iniciaram, que se mostrasse que filhos/as de lésbicas eram crianças como as outras, filhos/as como os/as outros/as, as mães eram como as outras e que famílias de mães lésbicas eram famílias como as outras. E hoje em dia? As especificidades (se é que elas existem) das famílias e, em especial das homoparentais, podem aparecer?

Ainda que direitos tenham sido conquistados e muito se tenha caminhado desde então, muito ainda há para conquistar. Diante disso, num determinado momento da pesquisa, me perguntei se lançar luz sobre certas questões vinculadas às/aos filhas/os de lésbicas – como, principalmente, tocar no assunto da abertura para experiências homossexuais e orientações sexuais – seria “jogar contra”.

Entretanto, ao me deparar com a emergência desse assunto, nos encontros de orientação, e com meu interesse nele, me defrontei também com questões éticas relacionadas. Fazer uma

pesquisa com filhos e filhas de mulheres homossexuais, uma configuração familiar já tão estigmatizada, poderia, talvez, reforçar estereótipos, dependendo daquilo que poderiam me contar?

Mas, se a intenção é trabalhar com aquilo que as/os próprias/os filhas/os relatam, como não apresentar o que contam?

A partir de nossos encontros, e que serão discutidos adiante, pode-se dizer que essas famílias têm uma maior abertura para tratar de assuntos ditos tabus, como sexualidade, por exemplo, nas relações familiares de modo geral? Como essas famílias funcionam? Quais especificidades? Se pensam família como as outras? Fazem dessa pergunta uma questão? Usam como parâmetro famílias heteroparentais? Mas isso implicaria pensar os/as filhos/as de homossexuais em função de um referencial externo, concebido como modelo a ser atingido? Como ser filho/a como os/as outros/as se vivenciarão situações que nunca serão vivenciadas por muitos/as de seus/suas amigos/as? Como, se crescerão com a presença de um modelo de relacionamento afetivo-sexual distinto daquele previsto pela norma vigente? Se isso não torna ninguém tão diferente do modelo, igual certamente não dá para dizer que serão. E por que é tão importante que sejam iguais? Se construirmos a imagem de um caleidoscópio e mexermos um pouco nele, mudando seu ângulo, observaremos que nenhuma família é igual a outra, e estou de acordo quanto a isso, todas elas teriam suas particularidades, ao mesmo tempo que guardariam semelhanças enormes. Entretanto, quando se trata de heteronorma, tudo o que escapa de seus limites não é visto e respeitado como uma diferença possível, mas como inferioridade. E é desta forma que, muitas vezes, a família homoparental é vista, como de segunda categoria.

Cabem aqui alguns apontamentos sobre aquilo a que me refiro quando menciono família homoparental e família heteroparental e sobre o uso do termo homoparentalidade.

De quem estamos falando quando dizemos família heteroparental? A família heteroparental universal não existe, a não ser como uma das formas de existência das famílias. Bell hooks (1984) coloca em questão essa “verdade” do modelo familiar ao apontar que, ao se uniformizar esse modelo comparativo (famílias heteroparentais e famílias homoparentais), observa-se o quanto há de preconceito relacionado à raça e classe. A parentalidade atravessada por raça e classe nos faz pensar que uma família mais negra e mais pobre pode ser bem distinta do modelo hegemônico da família branca burguesa, no qual os cuidados para com os/as filhos/as não circulam entre diversas outras pessoas que não pertençam àquele núcleo familiar; assim como o papel da mãe, que muitas vezes criou esses/as filhos/as sozinha e precisou trabalhar fora, precisou da ajuda de vizinhos, parentes, amigos/as, não é visto como um exemplo

de maternidade a ser considerado, cuja maternidade inclusive é destituída facilmente pela justiça.

Ou seja, a utilização da família heteroparental burguesa branca como referência está necessariamente atravessada pela heteronormatividade e não levaria em conta raça e classe, por exemplo, naturalizando-as. Assim, quando se buscam semelhanças entre as famílias, recorre-se a um determinado padrão familiar: um pai e uma mãe heterossexuais, brancos, pertencentes às camadas médias da população e cujos/as filhos/as são criados/as nesse núcleo familiar – cuja violência, que sabemos existente em muitos casos, não faz parte do imaginário.

Ainda que eu faça uso do termo famílias heteroparentais, inclusive um termo bem pouco usado porque entendido como sinônimo de parentalidade, o farei com consciência de que indica uma configuração familiar entre outras e com o objetivo de chamar a atenção para sua configuração, não como padrão, mas como mais uma que merece tanta descrição quanto as demais. Contudo, devido à heteronormatividade, passou a ser usado como único, universal e o modelo correto a ser seguido.

Sobre a homoparentalidade, a invenção do termo teve por objetivo dar visibilidade às famílias compostas por ao menos um pai ou uma mãe que se autoidentifiquem como homossexuais, buscando torná-las, com isso, uma categoria sociológica e demográfica (GROSS, 2013). Segundo Gross (2015, p. 165, tradução nossa): “para fazer existir a categoria, é necessário nomeá-la [...]”¹⁶. A autora sinaliza que algumas nomeações utilizadas seriam inapropriadas como, por exemplo, “família do mesmo sexo”, uma vez que nem todos/as são do mesmo sexo na família. Da mesma forma o uso de “família homossexual”, “família gay”, “família lésbica” ou “casal homossexual” não seriam adequados porque os indivíduos são homossexuais, não a família ou o casal.

De fato, o termo homoparentalidade encontrou uma grande repercussão e foi introduzido no dicionário francês *Grand Robert* em 2001, confirmando, assim, a necessidade de nomeação de uma realidade já existente. O neologismo homoparentalidade serviu como um grande guarda-chuva e englobou uma pluralidade de situações familiares: filiações estabelecidas através da adoção, da utilização da procriação medicamente assistida (PMA), da gestação de substituição (GPA), além de crianças concebidas em relações heterossexuais anteriores à formação da união homossexual e de crianças concebidas em coparentalidade¹⁷. Contudo, houve os que o criticassem, argumentando que pais e mães homossexuais formam

¹⁶ O texto original é: “pour faire exister la categorie, il fallait la nommer”.

¹⁷ Famílias formadas de uma decisão comum entre dois casais ou entre duas pessoas que desejam ter filhos/as juntas, sem que exista uma relação de conjugalidade entre elas.

famílias como as outras e não necessitariam de um termo específico, muito menos um que ressaltasse a sexualidade dele/delas, antes mesmo de suas competências parentais (GROSS, 2013).

O contato que estabeleci com a literatura francesa a respeito do tema da homoparentalidade foi um impulso para o desenvolvimento da pesquisa na França.

Isto posto, apontarei algumas motivações para o estudo transnacional Brasil e França e apresentarei a perspectiva metodológica utilizada durante a pesquisa.

A escolha pela França, como local a ser realizada a pesquisa além do Brasil, envolveu aspectos acadêmicos e pessoais. Quando da realização de minha dissertação de mestrado (2009/2010) – ocasião em que fui apresentada aos estudos franceses sobre a homoparentalidade –, fiquei na dependência das traduções, pois não conhecia o idioma francês. Ainda que com acesso reduzido, me interessei pela forma como o assunto era discutido e abordado naquele país. A partir daí, veio o estudo da língua e, aos poucos, o aumento do contato com as pesquisas lá produzidas e a maneira de pensar o assunto.

Algum tempo depois, quando da elaboração do projeto para ingresso no doutorado, e já com objetivo de estudar os/as filhos/as, busquei conhecer as legislações francesa e brasileira em relação aos direitos homoparentais. Deparei-me, assim, com interessantes distinções e semelhanças entre os países no que tange aos direitos dos/as homossexuais ao casamento, à adoção e à reprodução assistida, o que tornou o estudo dos dois locais ainda mais interessante. Uma vez cursando o doutorado, tomei conhecimento do intercâmbio entre professores e professoras brasileiros/as e franceses/as, em eventos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), assim como em instituições francesas. Mesmo a presença do prof. Éric Fassin na banca de qualificação desta pesquisa em 2016 é um exemplo disso. Assim, a possibilidade de realização de uma parte do trabalho na França foi tomando forma. Os limites e possibilidades de um estudo comparativo serão também objeto desta tese.

Conforme apontado na introdução, a intenção comparativa servirá muito mais para desnaturalizar aquilo que enxergamos como verdadeiro em nossos países. A proposta da presente tese não é a de realizar um estudo comparativo clássico, como seria relevante para uma pesquisa quantitativa, controlada e cujos resultados pudessem ser avaliados ou replicados. O ponto de vista da comparação nos possibilita olhar as particularidades históricas. Ou seja, conforme propõe Nardi (2008, p. 12), “pensar como a ferramenta da comparação pode ser utilizada como mecanismo de desnaturalização de práticas e pré-noções no cotidiano da pesquisa”.

Segundo Fassin (2001, p. 220, tradução nossa), “uma perspectiva comparativa pode ser útil porque ajuda a criar uma distância. A comparação fornece um espelho que pode ser favorável a essa ‘reflexão’”¹⁸. Como somos parte da história que nos propomos analisar, a comparação usada como ferramenta nos permitiria pensar criticamente argumentos, proposições e estratégias políticas utilizadas, considerando o contexto histórico do qual fazemos parte. O reflexo do espelho produziria uma imagem distorcida e confusa para olhares acostumados a uma determinada visão, para olhares que esperam respostas já costumeiras. O efeito proporcionado pelo espelho desnaturalizaria verdades consideradas absolutas numa determinada cultura, num dado momento histórico.

A comparação entre França e Estados Unidos é usada por Fassin para mostrar um paradoxo que o espelho transatlântico refletiu quando da discussão em torno do casamento entre pessoas do mesmo sexo nos dois países, nos anos 1990. Argumentos em prol do casamento entre pessoas do mesmo sexo poderiam mesmo parecer conservadores num país, enquanto considerado radical em outro.

De acordo com Nardi,

fazer o exercício de imersão em outra língua e outra cultura produz, na hipótese com a qual trabalhamos, um efeito de estranhamento duplo, isto é, tanto em relação ao que pensamos conhecer em nossa cultura, pois o que ouvimos e vemos não corresponde ao já visto e, assim, nos faz pensar em outras formas de analisar; tanto quanto na direção da nova cultura na qual buscamos uma imersão, pois o que vemos nos é estranho, uma vez que nossa matriz analítica (mesmo que compartilhe de conceitos e autores) não é a mesma utilizada pelos “nativos” na análise de seu próprio contexto. (NARDI, 2008, p. 13).

O autor propõe o duplo esforço de desnaturalização, da minha cultura e da outra cultura onde a imersão foi feita, ou seja, da brasileira e da francesa, na busca por “construir um distanciamento de análises de cunho positivista cujo objetivo é de utilizar a comparação como forma de ampliar a capacidade de generalização de conclusões e afirmar a essencialização de experiências/comportamentos” (NARDI, 2008, p. 13).

¹⁸ O texto original é: “a comparative perspective might prove helpful because it helps to create a distance. The comparison provides a mirror that might be favorable to this ‘reflection’”.

1.2 O campo e as perspectivas metodológicas

é sempre mais difícil
ancorar um navio no espaço
Ana Cristina Cesar

Como perspectivas metodológicas que permitirão acompanhar os processos aqui descritos serão utilizadas a abordagem genealógica, desenvolvida por Michel Foucault, para pôr em análise as linhas de força envolvidas nas diferentes formas de constituição das subjetividades dos sujeitos em questão, assim como para deslocar investigações sobre o poder, e a abordagem cartográfica, proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, “tomada como um mapa em constante processo de produção, instaurando um processo de experimentação contínua capaz de criar novas coordenadas de leitura da realidade, criando uma ruptura permanente dos equilíbrios estabelecidos” (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011, p. 457). Também será feito uso da perspectiva da história oral cujo interesse surge da percepção das aproximações existentes com as abordagens genealógicas e cartográficas. Ou seja, naquilo que a história oral possibilita para além da escuta objetiva, construindo os caminhos durante os encontros com as/os entrevistadas/os, uma vez que “a história oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo” (PORTELLI, 1997, p. 26).

O conceito de dispositivo de Michel Foucault promove e produz a desestabilização de elementos como sexo, sexualidade, gênero e maternidade, os quais com frequência são enxergados como fixos, uma vez naturalizados em nossa sociedade. Na complexidade dos diversos elementos do dispositivo, eles se relacionam de forma flexível e se reúnem em um conjunto que se adensa de diferentes formas ao longo do tempo. É justamente na articulação de elementos que o dispositivo se dá. O dispositivo atuaria “como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 135).

O dispositivo da sexualidade será evocado pelo fato de as/os filhas/os aqui abordadas/os estarem referenciadas/os à homossexualidade de sua/s mãe/s, entendendo sexualidade como participante dos jogos de saber e poder.

Segundo Foucault,

não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens

e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. (FOUCAULT, 1988, p. 114).

Além do dispositivo da sexualidade, o dispositivo da maternidade será também acionado para pensar as “formas de falar e de ver maternidades e sujeitos-mãe”, conforme denominado por Marcello (2014, p. 201). Uma vez que o dispositivo se ocupa das distintas modalidades maternas, maternidades lésbicas entre elas, coloca em jogo a produção de um sujeito-mãe moldado pelas práticas contínuas de maternização (MARCELLO, 2014).

Assim, na composição da rede através da qual o dispositivo se faz e, ainda, na trama das relações mães, filhas/os e heteronormatividade, como o dispositivo maternidade seria acionado na família homoparental? E como os dispositivos sexualidade e maternidade se inter-relacionam, são atualizados e como operam no terreno da família, da família com filhas/os de mãe/s lésbica/s?

As entrevistas tiveram início no final de 2015 e foram encerradas em julho de 2018, percorrendo, assim, praticamente todo o período do doutorado, e pode-se dizer que foram realizadas em três etapas. A primeira, em que cinco filhas/os participaram das entrevistas realizadas no Brasil, aconteceu entre novembro de 2015 e março de 2017. A segunda, entre setembro de 2017 e março de 2018, período em que vivi em Paris e participei do Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior – PDSE¹⁹, durante a qual fiz seis entrevistas com seis filhas/os; e a terceira ocorreu após meu retorno ao Brasil, quando realizei ainda outras duas entrevistas com dois filhas/os, em junho e julho de 2018. Totalizam-se, assim, treze participantes.

Acompanhando os fluxos e movimentos de uma pesquisa cartográfica, a definição da idade das/dos participantes, já mencionada (dos 12 aos 45 anos), se deu no decorrer do percurso. A faixa etária a ser pesquisada nem sempre foi esta. Iniciei o trabalho de campo tendo dois encontros com dois irmãos gêmeos de 8 anos de idade e tinha a perspectiva de continuar trabalhando com outras crianças. Contudo, a partir de uma determinada fase da pesquisa, após certos desafios e dificuldades relatados adiante, decidi por trabalhar somente com jovens, a partir dos 12 anos de idade, e com adultas/os, no final de 2016²⁰.

Quando Araújo e Fernandes (2006, p. 22) chamam atenção para a importância dos sujeitos, no caso os/as entrevistados/as, como “seres de carne e osso” e para a “valorização [...]”

¹⁹ Tal programa consiste na concessão de bolsa de estudos pela coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – CAPES, objetivando a realização de uma parte do doutorado no exterior.

²⁰ Além das treze entrevistas realizadas com filhas e filhos jovens e adultos, e com os referidos gêmeos, foram também realizadas entrevistas com algumas mães, que servirão para iluminar certas questões do trabalho, como explicitarei ainda neste capítulo.

das trajetórias de vida”, trazendo “o sujeito vivo para dentro do fazer histórico aproximando-o do historiador” (ARAÚJO; FERNANDES, 2006, p. 24), penso que isso diz respeito, também, ao sujeito vivo da entrevistadora, com suas memórias, questões psíquicas, desejos e conflitos.

A decisão pela mudança da faixa etária ocorreu, mais especificamente, após minha participação no Seminário de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, na UERJ. Apesar de já ter conversado com minha orientadora sobre não dar continuidade aos encontros com crianças, foi no referido Seminário, a partir de algumas considerações do prof. Marcos Nascimento, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que consegui decidir sobre isso. Posso dizer que me senti mais segura para tomar a decisão sobre a faixa etária e passar a trabalhar apenas com os/as jovens e adultos/as, ainda que eu já tivesse entrado em contato com as mães de aproximadamente doze filhas/os com idades inferiores aos 12 anos.

Alguns estudos já foram e vêm sendo desenvolvidos sob a perspectiva de jovens e adultos/as que crescem e/ou cresceram em famílias homoparentais (GOLDBERG, 2010; SASNETT, 2015; DALY; MACNEELA; SARMA, 2015), apesar de serem ainda poucos. E é sob essa perspectiva das/os filhas/os jovens e adultas/os, como já mencionado, que centro o presente trabalho.

Embora a primeira investida no campo (realizada graças aos dois rapazinhos mencionados) tenha sido de enorme importância para compor a construção do trabalho, o material obtido nos encontros não fará parte das análises que serão realizadas, ainda que algumas questões surgidas venham a ser aqui apresentadas e iluminem algumas ideias.

Sendo assim, treze filhas/os serão consideradas/os para efeito de análise no presente trabalho. Sete entrevistas realizadas no Brasil: 6 filhas brasileiras e 1 filho brasileiro. Seis entrevistas realizadas na França: 5 filhas francesas e 1 filho francês²¹.

Entre os brasileiros, uma vive no Canadá, outra em São Paulo e os demais, no estado do Rio de Janeiro. Apesar de a maioria das/os entrevistadas/os francesas/es morar atualmente em Paris, quase todas/os foram criadas/os fora da capital francesa: Rennes, Marseille, Orléans e Rouen.

²¹ Os nomes de todas/os as/os entrevistadas/os, brasileiras/os e francesas/es, são fictícios. Ainda que algumas das/os participantes não se importassem com a identificação.

A realização das entrevistas começou, no Brasil, através da retomada de certos contatos já existentes por ocasião de minha pesquisa de mestrado²². O estabelecimento dos demais foi feito com a ajuda de pessoas conhecidas pertencentes à minha rede social e acadêmica, conforme explicitarei quando da apresentação de cada participante.

Os encontros na França começaram a ser planejados bem antes da minha saída do Brasil e foram realizados inicialmente através de duas importantes associações: a *Association des parents et futurs parents gays et lesbien*²³ (APGL) e a *Association des familles homoparentales*²⁴ (ADFH), ambas em Paris. Iniciei o contato com as instituições tornando-me associada e observando suas publicações e atuações em movimentos políticos e em debates públicos. Posteriormente, uma vez em Paris, pude dar continuidade de forma presencial ao contato preestabelecido, me mantendo próxima da dinâmica de cada uma delas, participando de suas atividades, como fóruns de discussão e encontros.

Na busca por filhos/as participantes, contei, ainda, com o auxílio de uma terceira associação, chamada *Les Enfants d'Arc en Ciel – l'Asso!*. Além da ajuda das três Associações denominadas acima, busquei outros/as entrevistados/as através de relações que fui estabelecendo ao longo da estada em Paris, as quais explicitarei adiante quando apresentar cada um/a, ainda neste capítulo.

As Associações de pais e mães gays e lésbicas francesas exercem um papel muito importante na luta por igualdade de direitos relacionados as famílias homoparentais, além de oferecerem apoio para seus associados/as, promoverem debates e trocas, formando uma importante rede. Mas o papel dessas Associações vai além disso na França. Elas compõem um cenário onde movimentos sociais, Estado e academia fazem parte e se inter-relacionam. Há, por exemplo, membros das Associações na academia, fato que contribui para publicações sobre o tema da homoparentalidade. Inclusive, a relação entre trabalho militante e trabalho científico tem suas peculiaridades no contexto francês, uma vez que o trabalho militante precedeu o científico no que diz respeito ao tema em questão. A própria criação do termo

²² Por ocasião da minha pesquisa de mestrado, intitulada “Desejo por filhos em casais de mulheres: percursos e desafios na homoparentalidade” (PONTES, 2011), nove lésbicas com filhos/as concebidos através das novas tecnologias reprodutivas (NTR) foram entrevistadas. Os encontros aconteceram em 2010 e alguns de seus relatos foram aqui integrados, dado que o presente trabalho pode ser considerado como uma extensão da pesquisa realizada no mestrado. A dissertação mencionada tinha como interesse conhecer o processo de escolha dos casais pela utilização das NTR, e como as questões legais envolvendo a mãe não biológica se apresentavam, entre outros. Apesar da dissertação ter sido defendida no ano de 2011, no momento em que as entrevistas foram feitas, as regulamentações do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça ainda não existiam. Assim como a resolução do Conselho Federal de Medicina, que vigorava na época, era pouco clara em relação às NTR para casais de mulheres, conforme será discutido no capítulo 2.

²³ Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas – APGL

²⁴ Associação de Famílias Homoparentais– ADFH.

homoparentalidade, mencionada acima, é um exemplo disso, por ser um termo militante, criado pela APGL e que se tornou científico. Além disso, o acesso às entrevistadas e aos entrevistados francesas/es para a presente pesquisa se deu através das Associações, conforme descrito anteriormente.

Dentre as Associações francesas, a APGL foi a primeira criada, existe desde 1986.

No Brasil, contamos com um única Associação de pais e mães gays, lésbicas e transexuais, a ABRAFH, Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas, que foi criada em 2015.

Algumas/alguns filhas/os entrevistadas/os foram provenientes das Associações, e pode-se considerar que, por isso, possuem um discurso politizado e um entendimento diferenciado sobre a questão da homoparentalidade, tal aspecto. Porém, são também afetadas/os pelos atravessamentos da heteronormatividade. Na presente pesquisa, 4 francesas/es e 1 brasileira tinham ligação com alguma das referidas Associações.

Além das entrevistas realizadas com as/os filhas/os, houve, ainda, entrevistas feitas com algumas mães que se dispuseram, apesar de não serem as protagonistas da pesquisa. Também tive a oportunidade de estabelecer contato com elas e, apesar de não ter ido em busca disso, julguei importante entrevistá-las, assim como mencionar, ao longo do trabalho, certas colocações por elas feitas, como forma de complementação.

No Brasil, conversei com as duas mães dos meninos gêmeos de 8 anos e com a mãe de Ana, a entrevistada de 12 anos. Na França entrevistei a mãe de uma criança de um ano e meio, e uma das mães de um menino de 8 anos.

O campo de pesquisa, de acordo com a perspectiva cartográfica, é construído durante a caminhada, sem definições prévias, e sim com possibilidades. É atribuído valor à subjetividade e à memória do/a entrevistado/a e do/a entrevistador/a. Assim, a cartografia se apresenta como um campo de multiplicidades (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011) onde é possível que se vá além do objetivo e do óbvio, e que se revisitem os platôs invisíveis para o olho-do-visível (ROLNIK, 2014).

Sendo “a realidade a ser investigada composta de processos e não só de objetos (coisas e estados de coisas) delimitados por contornos precisos e atemporais” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 300), busquei a aproximação aos processos dos/as participantes através das entrevistas, encarando-as como uma conversa, conforme colocada por Deleuze e Parnet (1998), como experiências compartilhadas, sem roteiro fixo a ser seguido.

O/a pesquisador/a constrói seu campo de pesquisa escolhendo a maneira de abordá-lo e problematizá-lo. Assim, o investigador se aproxima dos processos, não dos objetos ou dos

problemas, os quais não têm por que existir de maneira autônoma nessa realidade social (PICHARDO, 2009).

Nessa perspectiva, o manejo cartográfico das entrevistas ofereceu o rigor necessário durante o percurso de aproximação dos movimentos da vida, donde a reversão metodológica proposta: de *metá-hódos*, que seria a meta estipulada a ser seguida, para *hódos-metá* que sugere caminho (*hódos*) a ser percorrido. Não se trata de deixar de lado a precisão e o rigor da pesquisa, mas, sim, de tratá-los de outra forma, com menor rigidez e maior acompanhamento dos fluxos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 10).

Ainda que tenha ciência de que cada encontro é único, vale ressaltar que a maneira como estive com cada entrevistada/o movimentou-se ao longo do percurso, e especialmente a partir da segunda parte do trabalho de campo. O fato de eu ter feito um deslocamento para outro país e ter realizado parte do trabalho de campo em outro idioma proporcionou uma série de desafios a enfrentar, o que afetou profundamente a maneira como estive com cada uma/um e em cada fase do percurso.

As entrevistas que realizei duraram em média uma hora, contudo devemos nos interrogar sobre o que seria o término destas. Todas²⁵ foram gravadas, com a devida permissão das/os participantes, assim como foram realizadas algumas poucas anotações ao longo do encontro e, em seguida, todas as entrevistas foram transcritas.

A experiência de as ouvir, transcrever, reler e de compartilhá-las com orientadora e com coorientador e, por vezes, com o próprio grupo de orientandas, poderia ser caracterizada como uma ampliação dos “limites temporais e espaciais da situação de entrevista?” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 317). Além da questão do término da entrevista, os/as referidos/as autores/as interrogam sobre seus desdobramentos na escrita, na narrativa do que se ouviu, na maneira de transcrever e de como o fazer de forma que a transcrição transmita a experiência da entrevista.

Kastrup e Passos (2013, p. 274), ao tratarem da construção de conhecimento na pesquisa de campo, abrangendo pesquisadores e pesquisados, sugerem que as semióticas singulares envolvidas e a busca pelo traçado de um plano comum, assegurando o protagonismo dos participantes, apontam um problema de tradução. Segundo os referidos autores, “a tradução não diz respeito apenas à narrativa dos sujeitos da pesquisa, mas atravessa todo o processo” (KASTRUP; PASSOS, 2012, p. 274). Dessa forma, questionam as semelhanças em relação ao que os próprios tradutores enfrentariam:

²⁵ Exceto a que realizei com Adèle. Ela concordou com a gravação mas tive um problema com o microfone do gravador.

de todo modo, os problemas com que estamos às voltas são próximos daqueles que são colocados pelos próprios tradutores. A tradução pode ser fiel? Não estaria inevitavelmente sujeita a distorções? Não seria uma forma de traição? Quando traduzimos estamos somente revelando uma realidade ou estamos projetando nossa própria realidade? O cenário se configura entre dois extremos: a representação de uma suposta realidade preexistente, que predomina na ciência que se pretende positiva, e o reconhecimento de uma inevitável projeção teórica e valorativa, que se destaca nas posições subjetivistas e relativistas. (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 274).

Aos questionamentos já presentes quanto à tradução dos conteúdos expostos pelas/os participantes, somou-se a necessidade de traduzir as entrevistas do francês para o português. E foi aí que as interrogações expostas acima, de fato, se intensificaram.

No momento em que comecei a fazer as transcrições das entrevistas francesas, eu pretendia já fazê-las em português. Contudo, isso não foi possível, uma vez que me pareceram dois trabalhos completamente distintos. Por isso, decidi transcrevê-las em francês, para que, em outro momento, fosse feita a tradução. Eu guardava a impressão de que estava alterando a narrativa ouvida cada vez que tentava traduzir as falas dos/as participantes. Foi, portanto, uma das últimas coisas que realizei. A tese foi sendo escrita enquanto os relatos das/os filhas/os se mantiveram no idioma francês por muito tempo.

De acordo com François Jullien, a tradução seria uma zona de aventura e

a passagem de uma língua a outra sem que haja uma língua por trás, que pudesse funcionar como um ponto de vista externo, garantido ou afastado. Estamos sempre numa língua ou noutra, não há uma língua por trás que constitua um solo seguro que garanta a passagem de uma a outra. (JULLIEN, 2009 apud KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 274).

A noção de equivalência é apontada pelo autor como aquela que tomaria o lugar de, que desempenharia o mesmo papel nas duas línguas. Para tal, podendo ou devendo passar por transformações até que chegue ao ponto da equivalência. Desta forma, ambas as línguas se colocariam em perspectiva e se alinhariam.

Considero, de fato, muito instigante e difícil essa busca pela equivalência, no tocante à tradução, uma busca intensa e desafiadora. Gostaria, inclusive, de destacar os encontros ocorridos na França. Eles foram especialmente marcantes por eu ter sido atravessada e, por vezes, fortemente afetada pelas especificidades da geografia, do clima, dos costumes, do ritmo de vida e da língua. A questão da tradução permeou, assim, toda a pesquisa, em seus vários aspectos, e a utilização da perspectiva cartográfica me auxiliou nessa busca por equivalência, e não pela busca de uma verdade escondida e preexistente:

a cartografia é um método de investigação que não busca desvelar o que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente. Partimos do pressuposto de que o ato

de conhecer é criador da realidade, o que coloca em questão o paradigma da representação. (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 264).

Assim, conhecer seria participar, acompanhar o processo de criação, produção, transformação e não representação de um objeto.

Tendo isso em consideração, uma história é contada a partir de, é situada num conjunto de práticas, levando em conta seus atravessamentos de saber e de poder na constituição de uma verdade. Segundo Zambenedetti e Silva,

ao invés de uma perspectiva universalista, ou de uma história contada pela versão dos vencedores, a genealogia constitui a história a partir de diferentes perspectivas, situadas, dando visibilidade a diferentes vozes. Dessa maneira, busca-se fazer com a história uma outra coisa: ao invés de aprisioná-la, fazer emergir o devir e a diferença na história. Se a pesquisa histórica tradicional busca fatos que estariam supostamente à espera de serem coletados, à mercê da melhor ferramenta para tal empreendimento, a genealogia busca deslocar a história dessa suposta verdade cristalizada (em um sentido totalizante), interrogando-a, situando-a em relação a um conjunto de práticas. É neste ponto que se dá a aproximação e complementaridade entre as abordagens genealógica e cartográfica, pois, assim como Foucault, Deleuze critica a abordagem histórica tradicional. (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011, p. 459).

Nesse sentido, observam-se as abordagens cartográfica e genealógica indo em uma mesma direção, propondo-se a construir um traçado de forças, buscando entender como estas se agenciam na constituição de uma determinada forma; não concebendo a história de forma linear e cronológica; não podendo ser tomadas como métodos cristalizados com regras preexistentes; tendo como finalidade dar suporte a novos modos de fazer pesquisa em Psicologia, entre outras áreas; oferecendo ferramentas de análise e de problematização, não modelos baseados em regras e procedimentos que possam ser generalizados. Nesse traçado de forças, seus componentes surgem como efeitos de determinadas práticas de saber-poder (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011). A genealogia e a cartografia são “duas abordagens que têm como fundamento análises referentes aos modos de subjetivação” (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011, p. 454).

Guattari e Rolnik (2005, p. 47) se referem aos processos de subjetivação como não tendo relação com o indivíduo: “[a] meu ver, não existe unidade evidente da pessoa: o indivíduo, o ego ou a política do ego, a política da individuação da subjetividade, são correlativos de sistemas de identificação os quais são modelizantes”.

De maneira semelhante, para Foucault, o sujeito soberano ou uma forma universal de sujeito não existiriam, apenas as formas de subjetivação. O que interessa a Foucault é a maneira com a qual o sujeito se constitui de uma forma ativa através de esquemas encontrados em sua própria cultura e que lhe são propostos, oferecidos, determinados pela sociedade e por seu grupo

social, uma vez que tal sujeito é marcado pelas práticas de seu tempo. E é nessa rede social que as relações de poder se enraízam.

A perspectiva da história oral é mais um referencial que interroga a história solidificada por uma verdade única e repetidamente contada por alguns. A presente pesquisa é um caminho percorrido e construído através do que a literatura expõe sobre o tema, mas conduzido a partir do que foi narrado pelas/os filhas/os e no que os encontros produziram neles/as e em mim. De acordo com Barros:

a imprecisão do oral não nos deve enganar; também existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, contornando silêncios e falseamentos, revelando segredos que o próprio autor do texto não pretendia revelar, mas que escapam através da linguagem, dos modos de expressão, da súbita iluminação que se espalha pelo texto [...]. (BARROS, 2004, p. 133).

Tal citação questiona “verdades” sobre aquilo que os documentos expõem, sobre aquilo que está escrito e registrado, assim como contesta a inexistência da subjetividade no texto escrito.

Seria justamente aí, justamente quando a “verdade” de um documento oficial é questionada, quando se põe em questão a existência da “verdade” das coisas, que algo novo pode se revelar. Assim, durante a construção do presente trabalho, ouvi as narrativas dos/as participantes naquilo que se destacou como um “saber particular” das pessoas (FOUCAULT, 2010, p. 9), assim como também me ouvi, me desafiei e me coloquei em questão.

Relacionados a esses saberes, há poder. Visto que o poder está por toda a parte, como uma rede, “entranhado em diversas outras relações que coexistem no mundo humano: a família, a sexualidade, o amor, o parentesco [...]”, buscou-se, então, as relações de poder, nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados, de acordo com as colocações de Foucault, sobre o método genealógico desenvolvido por ele, e que me possibilitou olhar o poder em todos os pontos da sociedade (BARROS, 2004, p. 142).

De acordo com Araújo e Fernandes (2006), a partir dos anos 1960, observou-se importante renovação do debate historiográfico em meio aos acontecimentos políticos e renovações de comportamento no ocidente – que se estenderam nas décadas de 1970 e 1980, quando novos atores políticos reivindicaram seu espaço, dentre eles os homossexuais. Sharp (apud ARAÚJO; FERNANDES, 2006, p. 17) afirma que “vários historiadores, em vários países, sentiram-se tentados a explorar o potencial deste tipo de fonte e narrar a história ‘do ponto de vista do soldado raso e não do grande comandante’”.

A história do ponto de vista do soldado raso tem relação com o que Foucault entende sobre os “saberes sujeitos”:

[...] toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. E foi pelo reaparecimento desses saberes de baixo [...]: o do psiquiatrizado, o do doente, o do enfermeiro, o do médico, mas paralelo e marginal em comparação com o saber médico, o saber do delinquente, etc. – esse saber que denominarei, se quiserem, o ‘saber das pessoas’ (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas ao contrário, um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam) [...]. (FOUCAULT, 2010, p. 9).

Através do “saber das pessoas” (FOUCAULT, 2010, p. 9), verdades históricas podem ser desconstruídas. E é a história das pessoas, contadas pelas pessoas, compostas e atravessadas pelas discussões trazidas pela história oral, pela cartografia e pela genealogia que serão utilizadas na construção da presente pesquisa.

1.3 Os primeiros passos no campo

1.3.1 O ponto de vista do soldado raso

Criações de verdades a respeito de mães lésbicas e de suas/seus filhas/os se multiplicam e são repetidas. Contudo, mães e filhas/os têm vozes e expressões, as quais serão aqui apresentadas de diferentes formas. Procurei escutá-las/os durante os encontros e as/os reescutar a partir das gravações e transcrições e na produção deste texto. Nesse processo em que estive completamente envolvida, na medida em que me deixei afetar pelo que ocorre nos intervalos, pelo impreciso, pelo inexato e incerto, busquei sentir onde as falas me chamavam e mereciam ser analisadas e aprofundadas, “possibilitando o exercício da problematização a partir de diferentes pontos de entrada” (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011, p. 455). Buscando aproximações com a referência de Deleuze (1992, p. 155) ao surfista, ao windsurfista ou ao praticante de asa-delta que se fazem “aceitar pelo movimento de uma vaga, de uma coluna de ar ascendente, ‘chegar entre’ em vez de ser origem de um esforço”.

Eu não tinha como norma me apresentar como psicóloga. De maneira geral, eu dizia que era doutoranda e que realizava estudo com filhos/as de mães lésbicas no Brasil e na França. Será que apresentar-me como psicóloga que pesquisa sobre filhos/as de famílias homoparentais poderia suscitar preocupações nos/as entrevistadas/os em mostrar como são saudáveis e deram certo? Buscando atender aos ideais de família?²⁶

²⁶ Comentário feito por Virginie Rozée quando do encontro, em que conversamos sobre a pesquisa.

Segundo Portelli,

na maioria dos casos, o poder, o status e o prestígio – reais ou imaginários – oferecidos por nossa profissão interferem no desempenho do trabalho. Portanto, se tivermos um compromisso com a ‘verdade’, como conseguiremos que nossas ‘fontes’ nos deem sua versão daquilo que realmente acreditam ser verdadeiro?”. (PORTELLI, 1997, p. 20).

Consciente de que “não existe um campo constituído a priori e um pesquisador neutro em relação a ele, operando uma ‘coleta de dados’” (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011, p. 457), iniciei os primeiros encontros com as/os entrevistadas/os. Tinha determinados objetivos, mas tomava cuidado de não chegar com conclusões pré-estabelecidas ou com problemas pré-determinados.

Apesar disso, no início do percurso da pesquisa, a questão de a homossexualidade das mães ser tratada como um segredo ou não pelas/os filhas/os nas suas relações sociais era um tema que eu esperava que as/os mesmas/os abordassem. Talvez porque essa questão seja central na produção de subjetividades dos/as homossexuais, ainda que tenha atravessamentos geracionais importantes (jovens gays e lésbicas, de maneira geral, lidam com isso de formas mais abertas). Num primeiro momento do presente trabalho, essa questão foi chamada de “o segredo”.

Assim eu mantinha um olhar para o referido tema. Ele de fato surgiu nas entrevistas, ou eu o vi porque o aguardava: o quanto as mães escondiam, ou não, sua orientação sexual?; o quanto o “armário” protegia e libertava mães e filhas/os?; quais estratégias de proteção foram desenvolvidas pelas/os filhas/os para evitar possíveis discriminações e preconceitos, mesmo que nunca concretizados?; como essas/es filhas/os haviam sido apresentadas/os à homossexualidade das mães?; haveria diferença entre as/os filhas/os criadas/os desde sempre sabendo sobre a homossexualidade das mães e aquelas/es que não foram criadas/os desta forma?

Ou seja, no início da pesquisa, eu levantava como hipótese que as maneiras através das quais a homossexualidade das mães atravessava ou não a vida dos/as filhos/as, e os possíveis desdobramentos disto, estavam mais relacionados a lidar com o tema como um segredo ou não. Além disso, havia certa mistura na minha forma de olhar o assunto que acabava se transformando em hipótese, mesmo sem querer. Durante minhas indagações, acabava por transitar das questões pertencentes às mães àquelas pertencentes às/aos filhas/os, um deslizamento tão natural que parecia o único olhar possível. Mães e filhas/os estão envolvidos numa mesma história, sim, mas de formas distintas. Contudo, isso só foi ficando claro ao longo do caminho.

Ademais, eu guardava a impressão de que famílias formadas por mulheres lésbicas seriam forçosamente liberais, transgressoras e vanguardistas. Mas será que a necessidade de correspondência às normas falaria mais alto? E por que famílias formadas por mulheres lésbicas seriam forçosamente liberais, transgressoras e vanguardistas? Inclusive, o fato de não serem também não significa que estejam necessariamente se submetendo às regras da heteronormatividade.

Kastrup e Passos (2013, p. 277) apontam que: “Segundo Despret, quando entramos no campo da pesquisa, nosso olhar é permeado por uma série de preconceitos”. Por mais que estivesse disposta a chegar com menos concepções possíveis, deparei-me algumas vezes indo em busca, durante as entrevistas, de conceitos já formados por mim sobre o assunto, os quais busquei problematizar ao longo do trabalho, à medida que foram ficando claros.

As primeiras pessoas que entrevistei foram os dois irmãos gêmeos de oito anos, ainda em 2015, no final do primeiro ano do doutorado. Naquele período da pesquisa, eu ainda não tinha claras as idades dos/as filhos/as com os/as quais trabalharia. Existia a possibilidade de trabalhar até mesmo com crianças, jovens e, também, com adultos/as. Os primeiros encontros com as crianças compõem o texto, fizeram parte da trajetória percorrida e do movimento na pesquisa, gerando várias das questões que me acompanharam e ajudaram na definição das pessoas com quem eu conversaria.

Desde a finalização da pesquisa de mestrado, em 2011, até o início do trabalho de campo para o doutorado, em 2015, tive poucos contatos com as mães dos gêmeos, e todas elas por e-mail. Quando expliquei a respeito da nova pesquisa em andamento, ambas se mostraram dispostas a participar, assim como concordaram com a participação de seus filhos. Com isso, solicitei, como de costume, que escolhessem local e horário para que eu fosse ao encontro delas e deles.

Elas optaram por um sábado à tarde, na própria casa onde residem. Antes de conversar com os meninos, procurei saber, com as mães, sobre o dia a dia da família de um modo geral, saber se haveria alguma questão que não gostariam que eu abordasse. Solicitei a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²⁷, permitindo que o encontro com seus filhos fosse gravado e deixando claro outros pontos importantes das entrevistas, como a possibilidade de interromperem a conversa quando quisessem e sobre o sigilo dos/as participantes.

Esse procedimento aconteceu nas três situações em que meu contato ocorreu com filhos e filhas menores de 18 anos: primeiramente, o contato aconteceu com uma das mães ou com a

²⁷ Certificado de Aprovação para Avaliação Ética – CAAE – n. 62512016.3.0000.5282, Plataforma Brasil.

madrinha – no caso de haver duas responsáveis, aquela com quem fiz contato levou a questão para a outra; posteriormente, houve a escolha do local do encontro, feita por elas e, no encontro propriamente dito, eu conversava primeiro, dependendo da configuração familiar e da disponibilidade dela/s, com uma mãe, duas mães ou madrinha. Isso aconteceu mais precisamente com a mãe de Ana (12 anos) e com a madrinha de Carla (16 anos), além de com as mães dos gêmeos.

Em alguns casos, como o dos gêmeos Caio e Alex e o da jovem de 12 anos, permaneci um período conversando com as mães, antes de estar com seus/suas filhos/as e, em seguida, estive tanto com a/s mãe/s quanto com os/as filhos/as numa conversa conjunta. Posteriormente, a conversa aconteceu somente com os/as filhos/as.

Claudia e Flávia, mães de Caio e Alex, têm respectivamente 43 e 46 anos. Claudia, psicóloga, branca e Flávia, comerciante, também branca, coabitam há 20 anos em uma cidade do estado do Rio de Janeiro. Desde o início do planejamento para a maternidade, sabiam que a preferência era por filhos/as biológicos/as e que quem engravidaria seria Claudia, uma vez que Flávia, apesar de sempre ter querido filhos/as, temia que algo lhe acontecesse durante a gravidez. Buscaram médicos, clínicas e passaram por todo o processo juntas. Escolheram características do doador que se assemelhassem ao tipo físico e étnico de Flávia. Fizeram seis tentativas entre inseminações e fertilizações até que Claudia engravidou. Ambas se consideram mães dos meninos e demonstram interesse em realizar os procedimentos para a legalização da maternidade de Flávia, uma vez que ainda não possui nenhum vínculo legal com as crianças. Claudia sai para trabalhar diariamente na parte da manhã, retornando à noite. Flávia, por sua vez, fica responsável pelos meninos e pela casa, apesar de não assumir o papel da dona de casa, somente pelo fato de estar em casa. Flávia sempre trabalhou como comerciante, mas, desde o nascimento dos filhos, dedica-se integralmente a eles e sua receita é proveniente de uma pensão deixada por sua mãe. Caio e Alex chamam ambas de mãe.

O meu interesse no encontro com os meninos girava em torno de questões como: o dia-a-dia de cada um, os relacionamentos com seus colegas e, ao longo do encontro, procurar observar de quais formas estariam sendo atravessados pela homossexualidade de suas mães e como lidariam com esses atravessamentos.

Tendo isso em mente e explicando para as mães a pesquisa de maneira geral, até porque naquele momento as ideias existiam de forma genérica mesmo, pedi que me contassem como os meninos estavam, o que gostavam de fazer, como estavam na escola, como era a relação com os amigos, como era seu dia-a-dia, etc. Elas deram vários exemplos que demonstravam uma boa relação dos meninos com colegas, dentro e fora do colégio, o quanto são ativos, saudáveis,

gostam de esporte e também o quanto “são preconceituosos”, segundo palavras de uma das mães.

Após a conversa com as mães, iniciou-se o primeiro contato com os meninos. Pode-se dizer que a aventura, como nos fala Suely Rolnik (2014), começou aqui.

1.3.2 A-pesquisadora-que-se-impacta-se-apruma-e-segue

Para esse primeiro encontro, não foi feita nenhuma preparação em especial. Nenhuma lista de perguntas predefinidas, nenhum material como jogo ou livro para estimular uma conversa. Foi planejado somente solicitar que as crianças contassem sobre sua família.

Eu tinha em mente, principalmente, a preocupação em não direcionar, em não antecipar algum assunto, em não tratar algo como um problema, sem saber se seria de fato um problema para crianças de 8 anos de idade, numa tentativa de evitar uma “*profecia auto-realizadora*” (RODRIGUES, 2002, p. 128). Como bem descreve Annunziato (2007, p. 148): “[...] estereótipos que nos fazem concluir antes mesmo de ver, já que colhemos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, para nós, pela nossa cultura”.

Ao iniciar a conversa com Caio e Alex, na sala de jantar da casa (as mães se encontravam na cozinha, ao lado da sala), expliquei que estava realizando pesquisa sobre famílias e que seria importante para o trabalho que a conversa fosse gravada. Eles concordaram. O gravador foi acionado e foi pedido a eles que falassem sobre sua família.

Como entrar no assunto que me interessava, sem invadir? Excesso de precaução minha? Senti que eu, uma mera estranha, sem ter proximidade com crianças, devia, no máximo, continuar uma conversa, sem colocar, em primeiro lugar, meus objetivos específicos para não correr o risco de gerar algum tipo de mal-estar. Eu tinha naquele momento inúmeras dúvidas e conflitos.

Assim, conversamos sem que nenhuma pergunta direta sobre suas vidas fosse feita, mesmo que já houvesse conhecimento de alguns importantes assuntos colocados pelas mães. Quando percebi que eles já estavam impacientes e que gostariam de voltar para suas atividades de lazer fora de casa, perguntei se poderia acompanhá-los. Lá fomos nós três para o campo de futebol que se localiza em frente à casa.

A brincadeira consistia em qual dos dois faria dez gols primeiro. Assim seguiram, chutando a bola com muita força. Eu permaneci dentro do campo, próxima dos dois e, eventualmente, perguntando sobre suas habilidades no futebol, sobre quando começaram a

jogar, sobre os jogos na escola, sobre as regras do jogo, etc. Após um deles ter completado os dez gols, retornamos à casa. E eu impressionada, talvez pelo meu distanciamento do convívio com crianças, com a força de seus chutes, uma vez que são meninos franzinos de 8 anos.

Segundo Rolnik:

o cartógrafo vai sendo tomado de perplexidade. Ele sente no ar uma mistura nebulosa de potência e fragilidade. Fica intrigado e quer entender o que provoca sensações tão paradoxais. Respira fundo, toma coragem, apela para seu olho nu e também para a potência vibrátil, não só do olho, mas de todo seu corpo. (ROLNIK, 2014, p. 85).

Após o jogo de futebol, conversei um pouco mais com as mães enquanto tomamos um café, e os meninos entravam e saíam de casa sem cessar.

Nos dias que se seguiram ao encontro, refleti sobre esse primeiro contato e sobre como poderia ser o próximo. Encontros demorados deixam os meninos entediados. Seria importante mesclar conversa com algum outro jogo, algo que fosse divertido e, ao mesmo tempo, pudesse me proporcionar mais material em relação ao tema do meu trabalho. Eu sentia um misto de medo e de desejo de revê-los. Estava mais para “*confronto-tática*” do que para “*encontro-diálogo*” (RODRIGUES, 2002, p.114).

Em relação às gravações, toda a conversa com as mães foi registrada. Da mesma forma pensei ter feito com a conversa com os meninos. Contudo, antes de iniciar a conversa com eles, acionei, provavelmente, duas vezes o *touch* do gravador e, assim, a gravação não foi realizada. Fato do qual só me dei conta horas depois.

Busquei auxílio de minha orientadora, conversamos sobre o ocorrido no primeiro encontro e separamos alguns livros sobre família. “[O] trabalho com história oral demanda a criação de modos originais de contar, relatar ou narrar” (RODRIGUES, p.114), e eu precisava muito de um modo original de lidar com essas crianças.

A partir dos livros, seriam disparadas algumas questões e eu poderia fazer perguntas sobre famílias de modo geral, sobre sua família em especial ou sobre a relação deles com seus/suas colegas. Mas eu mantinha o receio de que eles pudessem se sentir pressionados ou invadidos devido a alguma pergunta feita por mim. Eram crianças. Qual o direito que eu tenho de criar angústia nessas crianças?

Portelli (1997, p. 20) comenta as relações de indivíduos que não estão em pé de igualdade:

devemos, não obstante, fazer um esforço para criar um ambiente em que as pessoas tenham condições de estabelecer os próprios limites e de tomar as próprias decisões a esse respeito. Não o conseguiremos ignorando as diferenças que nos tornam desiguais, nem paternalística (e desonestamente) simulando uma igualdade que inexiste. Em vez disso, devemos deitar por terra a diferença, encará-la menos como uma distorção da

comunicação do que como a própria base desta e situar a conversa da luta e do trabalho, com o intuito de criar igualdade.

Alguns dias depois, ao retornar para um segundo encontro, levo comigo alguns dos livros infantis sobre famílias diversas, e também alguma convicção de que não teria problema em perguntar, diretamente, sobre algumas situações ocorridas na escola e nas relações com colegas. Situações essas contadas a mim por suas mães.

Enquanto me preparava para dar início à gravação do encontro, percebi que havia levado o microfone errado. Mais uma vez teria que contar com minha memória.

Após uma conversa rápida entre nós cinco (eu, mães e filhos), na sala da casa onde moram, subimos, Caio, Alex e eu, até o andar de cima, onde se encontram os quartos. Os meninos começaram a me mostrar seus uniformes de futebol, roupas de skate, troféu e chuteiras. Entre eles estava um uniforme do jogador de futebol Cristiano Ronaldo.

Num papo descontraído e animado, contam sobre a competição de skate de que haviam participado, mostram algumas marcas no corpo de tombos do skate, falam do aniversário que terão naquele mesmo dia e do amigo que dormirá na casa deles após a festa. Alex, prontamente, diz que vai com seu uniforme do Cristiano Ronaldo e com as chuteiras novas.

Aproveito o tema, e menciono que sua mãe Flávia havia me contado sobre o seu professor de educação física ter dito que Cristiano Ronaldo era gay. Alex me responde: “não, ele tem uma namorada modelo”. Após essa resposta, faz-se um certo silêncio. Eu não poderia quebrá-lo mantendo o mesmo assunto. Eles também não deram continuidade. Barros (2004, p.140) aponta a importância do silêncio e do seu significado, questionando: “sobre o que silencias?”.

Eu não conseguia prosseguir com o assunto além dessa primeira resposta, como se estivesse encerrado, não importando que meu roteiro imaginário (desta segunda vez havia um roteiro imaginário) contivesse algumas perguntas a serem exploradas.

Continuava sendo difícil para mim, mesmo com informações confirmadas e autorizadas pelas mães, aprofundar esse assunto. Segundo Portelli (1997, p. 46): “Os silêncios – ensinounos Luisa Passerini, há muito tempo – têm tanta importância quanto as palavras, em todas as formas de comunicação. [...] quando me deparo com um muro ou encontro sólida resistência, não interfiro, é melhor deixar como está, em minha opinião”.

Poderia ser importante obter respostas sobre o assunto, mas poderia ser perturbador demais para eles? Ou desinteressante? O silêncio, nesse caso, seria “como estratégia de sobrevivência de grupos e indivíduos” (ARAÚJO; FERNANDES, 2006, p.26)?

Sinto-me vivendo um dilema ético. Sou psicóloga clínica e sei o quanto uma pergunta pode abalar, com ou sem resposta. E, no momento da entrevista para a pesquisa, não sou terapeuta deles. Sou uma pesquisadora que, com sorte, estarei com eles mais algumas poucas vezes para fazer um monte de outras perguntas. Não vou acompanhá-los terapeuticamente, tampouco se formulou uma demanda nesse sentido. Lembro que “o bem-estar do entrevistado sempre prevalece sobre os interesses da pesquisa” (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 1996, p. 70).

Certamente que “quando fazemos uma entrevista, invadimos a privacidade de outra pessoa e tomamos seu tempo” (PORTELLI, 1997, p.21), mas me questionava se estaria atingindo o limite daquelas crianças. Talvez o meu.

Após o silêncio, começamos a jogar cartas. Eles me ensinaram rapidamente as regras do “Uno” e jogamos algumas partidas. Eventualmente discutiam entre eles, mas tudo se acertava, e ríamos bastante. Diante da clara demonstração deles de que precisavam mudar de atividade, mostrei os livros com desenhos de vários tipos de família e seguimos o encontro descontraidamente, conversando sobre sua família de duas mães. Eles não pareciam enxergar diferenças específicas entre a família deles e dos/as colegas pelo fato de terem duas mães. As famílias se diferenciavam pelo número de filhos/as, por exemplo.

Em seguida, estive com as mães novamente. Elas queriam saber se eu havia conseguido conversar com eles sobre assuntos do meu interesse. Percebi que elas tinham uma preocupação de que eles dissessem a verdade. Achavam que, se eles fossem ao meu consultório e conversassem comigo individualmente, estariam fora da influência do meio e da interferência um do outro, e assim poderiam focar nas respostas às minhas perguntas.

Diante do exposto, recorro a Araújo e Fernandes (2006, p. 25) que apontam para a subjetividade presente e valorizada na história oral: “O fator singular presente no depoimento oral é que a fonte é constituída por uma narrativa e que esta consiste na interpretação da experiência vivida, longe da objetividade e da verdade almejada pela historiografia tradicional”. Assim como os críticos da história oral, que procuram o que realmente aconteceu, essas mães imaginam que os filhos poderiam me contar suas verdades dos fatos. De acordo com Portelli (2008), ter o objetivo de saber como algo aconteceu realmente acarreta a negligência de outros aspectos importantes do testemunho oral.

É essa dimensão subjetiva, da fonte e do historiador (no caso, entrevistadora), que está no centro das questões levantadas pela história oral. Segundo Portelli, (1997, p. 31) “a subjetividade faz parte da história tanto quanto os ‘fatos’ mais visíveis”. Não se pretende

eliminar supostas falhas e sim considerar a imaginação e os desejos das fontes, as quais divulgam o significado dos fatos, mais do que os fatos (PORTELLI, 2008).

Interessa-me o que os meninos acreditam ser verdadeiro para eles, aquilo que é revelado naquela relação comigo, com toda diferença e dimensão subjetiva que reveste uma relação.

Quando busco ouvir esses meninos e suas mães, não esqueço que estão inseridos em uma sociedade, atuando e fazendo parte de relações de poder, enquanto produtos e produtores de suas subjetividades. Assim como eu.

Quando procurei o contato com as crianças, não tinha a expectativa de que me depararia com tantos questionamentos e instabilidades diante delas. Durante esses dois encontros, me flagrei pensando: “Com criança não vai acontecer...”. Contudo, há a possibilidade de transformar o obstáculo em material de trabalho. Conforme Portelli:

[...] transformamos em vantagens os obstáculos, no tipo de trabalho que realizamos. Sempre que algo interfere [...] considero maravilhosas as interferências. Sempre que algo se interpõe e muda a situação, muda o que fazemos, ou o que as pessoas dizem, não há problema [...]. Todos os obstáculos constituem descobertas. (PORTELLI, 1997, p. 45).

A partir destes discursos, que não são objetivos, nem claros, nem transparentes, é que pretendo problematizar as maneiras como os/as filhos/as lidam com os atravessamentos da homossexualidade de suas mães, não apenas descrevendo o que os/as entrevistados/as disseram, mas construindo, assim, uma História Problema (BARROS, 2004), por intermédio das apreensões que podem ser realizadas através do *olho-retina* – apreensões conscientes, visíveis, limitadas – mas também por intermédio do corpo vibrátil – apreensões inconscientes, invisíveis, ilimitadas, desestabilizadoras, nômades (ROLNIK, 2014).

Desse modo, traço um caminho como pesquisadora, construído com obstáculos. Entre dúvidas e escuridões, “as cartografias vão se desenhando ao mesmo tempo (e indissociavelmente) em que os territórios vão tomando corpo: um não existe sem o outro (ROLNIK, 2014, p. 46).

Dessa forma, a partir das perspectivas e abordagens que escolhi utilizar, há a possibilidade de reverter aquilo que considerei inicialmente um obstáculo em material riquíssimo a ser explorado. Assim, o encontro com a história oral, com a cartografia e com a genealogia tem me auxiliado na maneira de encarar as inúmeras questões surgidas desde o início do trabalho.

1.4 As/os filhas/os e suas mães nas diversas configurações familiares

Entre as várias formas de constituição das famílias homoparentais, aquelas das quais os/as filhos/as entrevistados/as fazem parte se constituíram de diversas maneiras. Vejamos. No Brasil: tia que assumiu a maternidade da sobrinha e criou a criança juntamente com sua companheira; adoção por uma mulher lésbica solteira; mãe que passou a viver com sua companheira após separação de seu marido, com quem teve uma filha; mãe biológica que entregou sua filha para que sua irmã e a companheira dela cuidassem, resultando numa adoção por parte do casal de mulheres; filho criado pela mãe biológica e sua companheira, tendo sido concebido durante relacionamento com um homem. Quanto à relação com seus genitores: duas entrevistadas, dentre as sete, sempre conviveram com eles (Lívia e Betina); uma delas tem pouquíssimo convívio com o pai (Raquel); e quatro delas/es perderam seus pais enquanto eram bem pequenas/os (Carla, Ana, Bruna e Carlos).

Observa-se que o universo das possibilidades de formações de homoparentalidades, mencionadas por Grossi (2003), no início dos anos 2000, já contava com a utilização da reprodução assistida e da adoção. Contudo, na atualidade, a reprodução assistida é largamente utilizada; a adoção pode ser feita conjuntamente; e as crianças podem ser reconhecidas legalmente como tendo duas mães, tanto no Brasil quanto na França.

Há diversidade também no vínculo legal estabelecido entre os/as filhos/as e as mulheres. No Brasil: tia biológica que assumiu a maternidade da filha e que possui sua guarda, após a morte do pai biológico (Carla); madrinha (companheira da mãe) cujo laço legal com a filha é inexistente (Carla); vínculo legal de filha e mãe através da adoção individual (Ana); vinculação biológica entre mãe e filha com paternidade mantida (Lívia e Betina); adoção conjunta por duas mães lésbicas com perda do poder familiar tanto da genitora quanto do genitor (Raquel); vinculação biológica entre mãe e filha e falecimento do pai (Bruna); obtenção da guarda por parte da companheira da mãe biológica após a morte desta (Carlos). Ou seja, duas guardas, um vínculo afetivo sem legalização, uma adoção nacional individual, uma adoção conjunta (dupla maternidade) e três situações onde há vínculos biológicos e legais com um pai e uma mãe.

Na França foram encontradas as seguintes histórias: mãe que passou a viver com sua companheira após separação de seu marido, com quem teve um/a filho/a (Mathias e Juliette); concepção através das novas tecnologias reprodutivas com sêmen de doador anônimo, na Bélgica e na França (Adèle, Sophie e Rose); adoção internacional por uma das mulheres de um casal lésbico (Marion). Quanto ao convívio com seus genitores, Mathias e Juliette sempre conviveram com eles. Adèle, Sophie e Rose foram concebidas através de doadores anônimos

de sêmen em países em que a legislação não permite que os conheçam e Marion perdeu o pai quando criança.

Quanto aos vínculos legais estabelecidos na França, as/os participantes apresentam as seguintes características: vinculação biológica entre mãe e filho/a com paternidade mantida, no caso de filha/o concebida/o em relação heterossexual anterior (Mathias e Juliette); vinculação biológica entre mãe e filhas concebidas através de procriação medicamente assistida (PMA) e doador anônimo com posterior adoção²⁸ das filhas por parte da mãe não biológica (Adèle e Sophie), e sem posterior adoção da filha por parte da madrinha (Rose); vinculação legal entre mãe e filha realizada através de adoção internacional, sem laços legais entre a madrinha e a filha (Marion). Ou seja, duas situações em que há vínculos biológicos e legais com um pai e uma mãe; três situações de concepção por PMA com doador anônimo, em duas das quais a companheira da mãe adotou; e uma situação de adoção internacional por uma das mulheres do casal lésbico.

Quanto às camadas sociais as quais as/os entrevistadas/os pertencem, apesar de não ter sido feita uma investigação direta sobre a questão, nem terem existido perguntas específicas durante a entrevista, foram levados em conta alguns indicadores, como por exemplo tipo de moradia, local de moradia, meio de transporte utilizado, escola frequentada, profissão e cargo ocupado, das/os filhas/os e das mães e a própria maneira como foram concebidas – no caso da reprodução assistida, um procedimento custoso que envolve consultas médicas e medicamentos, e sendo proibida na França, exige deslocamento do próprio país, envolvendo hospedagem, passagem, etc. Diante disso, pode-se dizer que as/os participantes são consideradas/os pertencentes às camadas médias²⁹ e médias-alta da população brasileira e francesa.

Ao longo da tese, termos êmicos serão utilizados, respeitando a forma como as/os filhas/os nomeiam suas mães e madrinhas. Adèle, Sophie e Marion referem-se ora como tendo duas mães, ora como tendo mãe e madrinha. Tal assunto será discutido no capítulo 5.

²⁸ Adoção realizada após a promulgação da lei do *mariage pour tous*.

²⁹ Ver, entre outros, Entrevista com Gilberto Velho. Revista *Habitus*, vol 1. nº 1, 2003.

Tabela 1 – HOMOPARENTALIDADES

Nome	Idade	Modo concepção	Criação	Vínculo legal	Situação atual	Revelação ³⁰
Carla BR	16 a	Pai e mãe bio	Mãe (tia bio) e madrinha	Mãe (tia bio) tem a guarda; madrinha sem laços legais; pai falecido; mãe bio com problemas mentais	Reside em duas casas; mãe (tia bio) e madrinha se separaram	9 anos
Ana BR	12 a	Pai e mãe bio	Mãe adotiva e companheira (dos 8 aos 12 anos) ³¹	Adotada pela mãe; genitores desconhecidos; pai falecido.	Ana vive com sua mãe	Desde sempre
Lívia BR	25 a	Pai e mãe bio;	Pai e mãe bio (até 8 anos); mãe e companheira (dos 8 aos 24 anos)	Pai e mãe bio; contato com o pai mantido	Vive com seu companheiro em outro país	8 anos
Raquel BR	32 a	Pai e mãe bio;	Duas mães	Adotada pelas duas mães (tia bio e companheira dela); raríssimo contato com o pai	Vive com seu companheiro; mães se separaram	9/10 anos
Bruna BR	19 a	Pai e mãe bio	Mãe e companheiras	Pai e mãe bio; pai falecido; não o conheceu	Vive com sua mãe	Desde sempre
Mathias FR	20 a	Pai e mãe bio; contato com o pai mantido	Pai e mãe bio (até 3 anos); mãe e companheiras	Pai e mãe bio	Vive com sua mãe	Desde sempre
Adèle FR	22 a	PMA Bélgica; Doador anônimo	Duas mães	Adotada pelas duas mães	Vive em outra cidade; mães casadas	Desde sempre
Sophie FR	19 a	PMA Bélgica; Doador anônimo	Duas mães	Adotada pelas duas mães	Vive em outra cidade; mães casadas	Desde sempre
Marion FR	23 a	Pai e mãe bio	Duas mães	Adoção inter por uma das mães; pai falecido; conheceu mãe bio	Vive em outra cidade com companheiro; mães casadas	Desde sempre
Juliette FR	45 a	Pai e mãe bio	Mãe e companheiras; pai e mãe bio	Pai e mãe bio; contato com o pai mantido	Vive com marido e 3 filhos	Desde sempre
Rose FR	28 a	PMA França; Doador anônimo	Duas mães	Mãe bio	Vive com companheiro; mães se separaram (6a); madrinha faleceu (17a)	Desde sempre
Carlos BR	24 a	Pai e mãe bio	Duas mães	Mãe bio faleceu; guarda definitiva mãe não bio; pai falecido, não o conheceu	Vive com um amigo	Desde sempre
Betina BR	18 a	Pai e mãe bio	Pai e mãe bio (até 2 anos); mãe e companheiras	Pai e mãe bio; contato com o pai mantido	Vive com mãe	Desde sempre

³⁰ Esta informação constitui um elemento importante no trabalho, que será explorado no capítulo 5, por isso uma coluna com o nome revelação, nome propositalmente instigador.

³¹ Algumas semanas após a entrevista, lia me procura e conta que havia se separado de Júlia.

1.5 A primeira fase do trabalho de campo: um pouco das histórias brasileiras

1.5.1 Carla

Alguns meses depois dos dois encontros com os gêmeos – que ocorreram no final de 2015 –, fiz contato com a madrinha de uma jovem de 16 anos. A referida madrinha, chamada Mara, já havia sido entrevistada por mim, em 2010, por ocasião da pesquisa de mestrado. Retomei, então, o contato com ela explicando sobre a nova pesquisa, dessa vez com filhas/os, e solicitando um possível contato com sua filha. Mara levou a solicitação ao conhecimento de Carla e da mãe desta, Lara, sua ex-companheira. Todas estiveram de acordo. Assim, entrei em contato com a jovem através do aplicativo *WhatsApp*, conforme sugestão da madrinha³², para combinarmos dia e horário do encontro. Este foi marcado na casa de Mara porque naquele dia da semana seria o dia de Carla ir para a casa da madrinha. Ela costuma dividir sua semana entre as duas casas.

Logo que cheguei, Carla me recebeu e em seguida Mara surgiu na sala. Nós três conversamos um pouco sobre o termo de consentimento. Mara assinou-o concordando que o encontro fosse gravado e já se despediu, dizendo que nos deixaria à vontade e sairia para resolver um problema com seu carro.

Carla tem 16 anos, se autodefine como parda, é estudante do ensino médio, pertence à classe média da população, e é filha biológica de Pedro e Maria. Quando Carla nasceu, Pedro fez um pedido para sua irmã Lara: caso alguma coisa acontecesse com ele, gostaria que sua filha fosse criada por Lara, uma vez que a mãe biológica de Carla tinha problemas mentais e, como ele, era dependente química:

desde que eu tinha 2 meses moro com minha mãe [Lara]. Minha mãe na verdade é minha tia. Minha mãe biológica não tinha condições de me cuidar, ela tinha problema mental. Meu pai, que era irmão dela [Lara], morreu quando eu tinha 2 meses. Ele falou com minha mãe que qualquer coisa que acontecesse, eu ficasse com minha mãe [Lara]. (Carla).

Maria, genitora de Carla, conheceu Pedro em uma clínica para dependentes químicos em uma das vezes em que se internaram. Pedro, portador do HIV, morreu atropelado, perto de uma boca de fumo quando Carla tinha 2 meses de idade. Carla esteve com Maria apenas duas vezes. Tendo sido feita a vontade de Pedro, quando este morreu, Carla passou a ser criada por

³² “Como boa adolescente, utiliza muito o whatsapp”, disse Mara.

Lara e como, no momento da morte de seu irmão, mantinha um relacionamento com Mara, esta participou intensamente da vida de Carla desde que ela tinha 2 meses de vida: “Estou com minha mãe desde os dois meses, que é minha tia, mas é a minha mãe. Minha mãe tava namorando com a minha dinda e aí, acho que a partir dos 2 anos eu morei com as duas, porque elas foram morar juntas” (Carla). Carla cresceu chamando uma de mãe (Lara) e a outra de dinda (Mara). Lara (52 anos) e Mara (54 anos) são profissionais da área de saúde e já estão separadas há alguns anos, mas sempre estiveram presentes na vida de Carla, assim como dividem suas despesas. Desde os 2 até os 9 anos de Carla, viveram as três no mesmo apartamento. Após a separação do casal, Carla passou a ter duas casas. Elas sempre moraram perto uma da outra.

1.5.2 Ana

Aproximadamente dois meses depois da entrevista com Carla, ou seja, em meados de 2016, fiz contato com Lia, a mãe de Ana, uma jovem de doze anos. O encontro se deu através de uma amiga minha que conhecia Lia e mantinha algum contato com ela através de rede social.

O contato com Lia foi feito através do aplicativo *WhatsApp*. Ela concordou que sua filha participasse da pesquisa e foi combinado dia e hora da entrevista, que ocorreu em sua casa. Assim que chego no local combinado, um apartamento duplex situado em uma cidade serrana do estado do Rio de Janeiro, sou recebida por uma empregada da casa, que me indica a escada que devo subir. Assim o faço, e encontro Lia nesse segundo andar do apartamento. Na verdade, nós já nos conhecíamos de vista. Fazíamos esporte no mesmo clube, no Rio de Janeiro, quando éramos adolescentes. Sua irmã havia feito esporte numa mesma equipe que eu, mas à época eu não tinha nenhum contato com Lia. Nunca mais soube delas até o momento em que uma grande amiga minha lembrou que Lia havia adotado uma criança, e falou com ela sobre minha pesquisa. Lia prontamente concordou em participar. Assim que entro em sua casa, relembramos rapidamente que já nos conhecíamos.

Início explicando os objetivos do trabalho, mas Lia não parecia muito interessada em detalhes. Nem quis ler o termo de consentimento, deu uma olhada rápida e disse, “você vai me fazer ler isso?” e, em seguida, começa a falar de sua vida. Após alguns minutos, Ana surge na sala. Houve um momento inicial em que eu estive na sala somente com Lia. Posteriormente, a conversa se deu com ambas e também houve momentos em que estive a sós com Ana.

Lia, 48 anos, branca, no momento não estava trabalhando e vivia com a pensão deixada por seu pai, adotou Ana em seus primeiros dias de vida. Ana tem 12 anos, é negra e estudante

do ensino fundamental. Foi através de uma amiga que Lia chegou até Ana. Lia conta: “Adotei ela com 2 dias de nascida através de uma amiga que ligou pra mim e falou assim ‘tô com uma menina que acabou de ser abortada porque a mãe tentou abortar com o crack, com 7 meses, só que eu acho que não vai sobreviver’, aí eu respondi ‘então traz pra mim’”. Lia foi ao encontro da criança numa rodoviária e relatou assim:

A dita cuja pegou, assinou um documento, já queria dinheiro pra poder tomar droga. Eu dei dinheiro, ela foi embora [...]. Eu fui pegar elas na rodoviária e tinha um monte de gente, inclusive com bebês. Só que eu olhei pra ela e falei, “ela é minha filha”. E era. Era uma coisa inacreditável. Ela estava pesando 750 gramas. (Lia).

A legalização da adoção só se concretizou seis anos depois. Várias tentativas de solicitação para que a mãe biológica comparecesse foram realizadas por parte do juiz, mas esta nunca compareceu. Lia conta:

Meu pai falou assim “vamos fazer pela lei”. Eu tinha tudo na minha mão. [...] eu podia ter dado entrada no hospital, falar que ela nasceu em casa, pegar a certidão de nascimento, dane-se, mas não [...]. Aí entrei com processo, aí o juiz mandou 5 notificações lá pra mulher lá, pra ver se ela vinha [...]. Mas levou 6 anos, com muita angústia. (Lia).

Primeiramente, viviam juntos mãe, filha e os pais de Lia. Posteriormente, Lia passou a viver somente com Ana. Há quatro anos, a companheira da mãe, chamada Júlia (38 anos), passou a viver também com ambas. Ana chama Júlia de tia.

As entrevistas seguintes aconteceram no início de 2017: Lívia (25 anos), Raquel (32 anos) e Bruna (19 anos).

1.5.3 Lívia

Em janeiro de 2017 conversei, por *Skype*, com Lívia, 25 anos, branca, terceiro grau completo. Vivendo no Canadá, Lívia passava férias em São Paulo, na casa da mãe, quando conversamos. Meu contato com Lívia se deu através de pessoa de minha rede social, a qual conhecia a própria Lívia e sua mãe (49 anos). Essa amiga fez o primeiro contato e, em seguida, me passou o e-mail de Lívia. Alguns meses antes da entrevista, entrei em contato com ela, por e-mail, mas não obtive resposta. Na segunda tentativa que fiz, ela respondeu afirmativamente e relatou que trabalha e estuda muito no Canadá, o que impossibilita que ela se comprometa com outras coisas. Mas, como estava no Brasil de férias, confirmou sua disponibilidade em participar da pesquisa. Devido à distância em que nos encontrávamos e o pouco tempo que Lívia passaria no Brasil, a opção do *Skype* me pareceu a mais adequada. Marcamos dia e horário

para conversarmos, mas o encontro foi desmarcado por ela. Marcamos um segundo horário e dessa vez o contato foi estabelecido. Ela parecia sempre muito atarefada, mesmo de férias, mas se disse disposta a participar da pesquisa, apesar de já ter desmarcado uma vez e, dessa vez, ter confirmado em horário que estava indo para o aeroporto resolver documentação de seu cachorro, para uma viagem de avião. Fiquei um pouco surpresa quando me dei conta de que a entrevista seria feita enquanto ela estava no banco do carona de um carro que a mãe dirigia. Ou seja, percebi que a entrevista seria realizada na presença de sua mãe, que me cumprimentou, quando Lívia virou a câmera do celular para ela. Eu tinha conhecido sua mãe havia pouco tempo, através da amiga à qual referi.

Seria a primeira vez que eu faria entrevista dessa forma, assim, algumas questões se colocaram. Como o uso das tecnologias pode interferir e de que modo: “É possível entrevistar por Skype? Em que medida e como a experiência do dizer em curso é transformada e interferida pela tecnologia utilizada? Como considerar essa especificidade?”, são questões colocadas por Tedesco, Sade e Caliman (2013, p. 317). Expressão e conteúdo são elementos caros numa entrevista. Sua interdependência reveste a fala e, conseqüentemente, a conversa de afetos.

O distanciamento físico entre entrevistadora e eventuais problemas técnicos numa conversa por *Skype* reduziria a possibilidade de observação e, conseqüentemente, o contato direto com o/a entrevistado/a, afetaria na captação das nuances e diminuiria a possibilidade da percepção das “irregularidades do dizer – a entonação: variações de altura, velocidade, silêncios, repetições” que seriam “efeitos diretos do plano dos conteúdos, ou seja, indicadores da presença da experiência na fala” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 303).

Problemas técnicos de fato ocorreram durante a entrevista com Lívia. A ligação foi interrompida algumas vezes e, quando era retomada, demorava um certo tempo até que o mesmo assunto fosse reestabelecido. A partir de um determinado momento da conversa, não foi possível retomar a conexão por *Skype*, devido ao fraco sinal de internet onde Lívia se encontrava. Demos, então, prosseguimento por meio de ligação telefônica, situação que tornou o contato ainda mais restrito. Apesar disso tudo, foi observado que seu tom de voz era, na maior parte do tempo, forte, muitas vezes de aborrecimento e indignação. Diante de sua história de vida, acredito que a conversa tenha sido uma oportunidade para que ela dissesse para a mãe coisas que nunca havia dito. E eu estava sendo, talvez, a possibilidade para isso.

O contato por telefone impossibilitou a gravação das palavras de Lívia. Somente minha voz continuou sendo registrada. Ao mesmo tempo que eu ouvia, procurava anotar o quanto possível os dizeres da entrevistada, principalmente as falas consideradas, por mim, as mais significativas. Destas, eu fazia anotações literais.

Lívia viveu com seu pai e sua mãe até os 8 anos de idade, quando o casal se separou. Logo depois, sua mãe começou uma relação com outra mulher, que passou a viver na casa delas. Sua mãe e a companheira dormiam juntas, mas desmanchavam o sofá da sala para dar a impressão de que uma delas dormia na sala. Seu cotidiano foi cercado de segredos quanto ao assunto até seus 12 anos. Viveram na mesma residência até Lívia completar 24 anos. Nunca teve uma boa relação com a companheira da mãe e sempre a chamou pelo apelido, como todos faziam. Há aproximadamente um ano, mudou-se para o Canadá com o namorado, onde estudam e trabalham.

1.5.4 Raquel

Poucos dias depois da conversa com Lívia, entrevistei Raquel, psicóloga, 32 anos, se autoidentifica como parda³³, moradora da cidade do Rio de Janeiro. Raquel tem pouquíssimo contato com seu pai biológico (William) e um contato maior com sua mãe biológica (Marieta), apesar de ter sido criada e adotada por um casal de mulheres (Mila, 79 anos, do lar e Luana, 69 anos, técnica de enfermagem), desde seus 15 dias de vida. Conta: “Com 15 dias de nascida elas já eram um casal, elas ficaram por 38 anos casadas e 40 anos juntas. Quando se separaram, foi o pior dia da minha vida” (Raquel). Adotaram Raquel quando ela tinha 31 anos. Sua mãe biológica é a irmã de uma de suas mães adotivas. Raquel é filha biológica de Marieta e William. Marieta é irmã de Mila. Em consequência de uma briga violenta entre Marieta e William, presenciada por Mila, quando Raquel tinha 15 dias de vida, Marieta saiu de casa com Raquel e sua outra filha de 4 anos (Paloma) e foi morar com o casal Mila e Luana. Segundo Raquel, sua mãe (Marieta) era meio nômade, do tipo “eu tô contigo, mas se não tô feliz, eu saio, se não posso levar minha filha, eu deixo na casa de alguém” (Raquel). Sendo assim, sua irmã Paloma, até seus 4 anos de idade, já havia morado com várias pessoas de sua família. Diante disso, Mila diz para sua irmã Marieta, segundo palavras de Raquel: “Você não vai fazer isso com a Raquel, o que você faz com a Paloma, deixa ela aqui. Aqui ela vai ter um lar, a gente vai cuidar dela”. E assim foi. Seus genitores, Marieta e William, concordaram com a adoção de Raquel por Mila e Luana, ambos compareceram à audiência e confirmaram sua concordância diante de autoridades legais. Raquel relata que: “Eu falei assim ‘bom, eu já sou maior de idade. Meus pais se não quiserem ok, não precisa necessariamente da autorização deles pra isso mais, porque sou maior de idade. Era uma coisa que a mãe Mila sempre sonhou”.

³³ Apesar de constar cor branca na certidão de nascimento.

Mas, independentemente da regulamentação da adoção, que só aconteceu tardiamente, Mila e Luana sempre foram suas mães, apesar de Raquel também chamar sua genitora de mãe. Os deveres e direitos parentais foram, desde seus primeiros dias de vida, assumidos por Mila e Luana, sem qualquer interferência de William ou Marieta, apesar de eles estarem presentes, de alguma forma, na vida de Raquel. Marieta muito mais presente do que William. Raquel conta sobre sua família: “Minha avó Carmen teve sete filhos, seis mulheres, cinco são gays. Então eu cresci vendo mulheres com mulheres”.

Raquel está casada há cinco anos com um homem, que é seu segundo marido. Com o primeiro, permaneceu casada por dez anos. Meu contato com Raquel se deu através de minha orientadora, de quem Raquel já havia sido aluna, por meio do *WhatsApp* e, no mesmo dia, Raquel se dispôs. Ela parecia muito contente de estar de volta à universidade, revendo as pessoas com as quais já havia estudado e desenvolvido trabalhos voltados para a população LGBT. Muito falante, descrevia com desenvoltura suas histórias e experiências que havia passado com suas mães e familiares e parecia também, desde o primeiro contato, muito disposta a participar. Durante a conversa, Raquel mencionou sua sobrinha Bruna, também criada por mãe lésbica. No final da entrevista, Raquel telefonou para Bruna, que concordou em participar.

1.5.5 Bruna

Em março de 2017, entrevistei Bruna, sobrinha de Raquel, 19 anos, estudante universitária que se autoidentifica como parda, reside na cidade do Rio de Janeiro. A entrevista foi realizada na universidade onde faço o doutorado por opção da própria Bruna. Tivemos alguns contratempos em relação à marcação da data para o encontro devido às greves e paralisações na universidade. Mas Bruna sempre se mostrou muito disponível para o encontro.

O pai de Bruna morreu durante a gravidez de sua mãe (38 anos). Quando Bruna completou 2 anos de idade sua mãe começou a se relacionar com Mariana, relação que durou aproximadamente 10 anos e foi bem significativa para Bruna, que manteve contato próximo com ela e com sua família mesmo após a separação, mas nunca a chamou de mãe: “de 1 ano e pouco até uns 12 ou 13 anos eu morei junto com a Mariana. Depois eu também morei com outras mulheres que minha mãe namorou, foi casada, assim, agora é que eu não moro mais [agora somos] só eu e minha mãe” (Bruna). Relata ter uma relação muito boa com sua mãe e que hoje em dia conversam sobre tudo.

Bruna tem várias tias homossexuais e bissexuais, assim como uma avó: “Minha bisa teve sete filhos, um homem e seis mulheres. Dessas seis mulheres, quatro são bi” (Bruna).

Até esse momento da pesquisa, eu havia entrevistado cinco filhas com idades de 12, 16, 19, 25 e 32 anos, além dos gêmeos de 8 anos, suas mães e a mãe de Ana. Existia, desde o início do doutorado, a perspectiva de dar continuidade à pesquisa na França, e lá realizar as demais entrevistas.

A realização desse projeto foi possível a partir da participação no Programa Doutorado-Sanduíche no Exterior – PDSE, com bolsa de estudos concedida pela CAPES, no período de setembro de 2017 até o final de março de 2018, num total de sete meses. Os estudos foram realizados em Paris, sob orientação do professor Éric Fassin, na Universidade Paris 8.

1.6 Deslocamentos

A ida para França não significou somente um deslocamento geográfico, foi muito além disso, uma vez que fui profundamente marcada por todo o processo pelo qual passei durante o período do sanduíche – desde não conseguir achar a rua onde morava, na primeira vez em que saí à noite, até a pesquisa propriamente dita, a qual se movimentou ao longo do percurso.

O trabalho foi ganhando novos questionamentos desde o primeiro encontro de orientação realizado com o prof. Fassin. Antes da primeira vez que nos reunimos, enviei-lhe um resumo do material que vinha desenvolvendo. Havia algumas referências bibliográficas e alguns relatos de entrevistas já feitas no Brasil. Foi ali o momento em que as primeiras modificações mais profundas começaram a acontecer, quando ele me fez certas colocações ressaltando pontos como, por exemplo, o fato de eu estar tratando das/os filhas/os de lésbicas através de referenciais que diziam respeito aos homossexuais, sem mencionar a relação entre ambos: homossexuais e filhas/os de homossexuais. Qual a relação existente? Porque é importante falar da sexualidade se estou tratando de filhas/os? Qual a relação dessas/esses filhas/os com a sexualidade de suas mães?

Até aquele momento da pesquisa, [como mencionei acima], meu interesse estava bastante voltado para a questão do segredo na vida das/os filhas/os. Estariam, então, as/os filhas/os envolvidas/os nessa história homossexual? Como de uma coisa (homossexualidade das mães) eu havia deslizado para outra (filhas/os de mães homossexuais) sem perceber?

Ele apontou também a importância de se pensar sobre o quanto a questão do “contágio”, termo usado por ele com muitas aspas e ressalvas, da homossexualidade das mães para as/os filhas/os, estaria presente e justificaria, até mesmo, o meu deslizamento. A homossexualidade das mães alertaria para a própria orientação e/ou identidade sexual dos/as filhos/as? A questão era se eles seriam homossexuais ou não, era isso? De maneira geral os/as filhos/as de famílias heteroparentais se colocam tal questão? O quanto isso seria vivido como angústia pelas mães e pelas/os próprias/os filhas/os das famílias aqui pesquisadas?

Num determinado momento de nossa conversa, o professor me perguntou se alguma das entrevistadas se dizia homossexual. Respondo que não, mas ressalto que, segundo algumas delas, até aquele momento, parecia haver maior abertura, por parte de suas mães, no sentido de aceitar uma possível relação homossexual vivida pela filha. Eu ainda não havia feito nenhuma análise das entrevistas, mas esse aspecto, que chamei de “uma maior abertura”, já aparecia. Eu também não tinha me dado conta de que tal colocação poderia ser um ponto a ser interrogado: o que estaria presente nas formas

como mães lésbicas encaravam a sexualidade de suas/seus filhas/os e como isso era percebido por elas/eles?

Até aquele momento da pesquisa, eu diria que para as/os filhas/os o segredo teria a função de proteção contra possíveis discriminações que pudessem vir a sofrer, pelo fato da sociedade, de modo geral, não aceitar a homossexualidade de suas mães. Eu entendia a função do segredo como sendo basicamente esta. Mas, a partir das importantes colocações acima mencionadas, e de trocas com minha orientadora, o trabalho aos poucos foi ganhando outras possibilidades de exploração. Talvez o segredo guardasse outros aspectos. Seria ele uma outra versão do “contágio”? A quem falo, quando, como e o que está em jogo nessa escolha? Seria uma questão estruturante nas famílias homoparentais, o medo da/o filha/o homossexual? Ou tais famílias nunca tiveram esse receio, ou o deixaram no passado?

Como mais uma provocação feita pelo professor, seriam tais famílias homofóbicas (termo também utilizado com ressalvas), por razões lógicas? Por que? Para tranquilizarem-se em relação à sexualidade de suas/seus filhas/os?

O medo do “contágio” da sexualidade acabaria por transmitir a necessidade de segredo e do “armário”? Além da transmissão da sexualidade haveria a transmissão do segredo?

Talvez aí resida o deslize feito por mim, sem me dar conta, da passagem das mães às/aos filhas/os: o que há, o que resta de homossexualidade quando se trata de filhas/os de homossexuais? A questão do “contágio”, do medo do “contágio”, da necessidade do segredo, tanto das mães que, talvez, não declarem esse medo, quanto das/os filhas/os que regulam quem sabe sobre suas mães e sobre elas/eles; ou seja, o medo de fazer filhas/os homossexuais e o medo de ser considerado/a homossexual.

Um outro ponto que chamava atenção até aquela primeira conversa era que eu só havia entrevistado mulheres (cinco), filhas de lésbicas. Ainda que o trabalho de campo estivesse em andamento (nenhuma entrevista havia sido feita na França, ainda), isso foi apontado como aspecto importante a ser levado em conta. Estava sendo um acaso? O quanto o gênero importa? O que quer dizer estar numa família de mulheres, e não somente numa família com mães lésbicas? Nesse caso, a ênfase estaria nos atravessamentos de gênero e não somente nos atravessamentos da orientação sexual. Quais os significados de a maioria das participantes serem mulheres?

E, assim, os questionamentos iam se ampliando e enriquecendo.

Uma outra leitura que fez a diferença em relação à direção que o trabalho tomaria foi o livro *Nous, enfants d'homme: homoparentalité, une génération témoigne*³⁴, escrito pela jornalista Stéphanie Kaim. Ela entrevistou filhos e filhas jovens e adultos de homossexuais franceses e americanos, os quais expressaram suas diversas experiências, inclusive relacionadas à sexualidade. Mesmo que se deva considerar o fato dele ter sido escrito por uma jornalista, e aquilo que se diz para uma jornalista pode não ser aquilo que se diz para uma pesquisadora psicóloga, por exemplo, ele foi outro importante conteúdo para me ajudar a trazer à tona aspectos a serem explorados, os quais eu não estava considerando.

Ainda no primeiro mês de estada em Paris, participei de uma reunião na ADFH que funcionou como uma das atividades iniciais importantes da segunda parte do percurso. Eu havia escrito para o presidente da ADFH, assim que cheguei em Paris, expondo o meu trabalho e solicitando auxílio no sentido da divulgação da minha proposta entre seus/suas associados/as, na expectativa de que a rede de contato pudesse se iniciar³⁵. No mesmo dia em que eu enviei o referido e-mail, participei de um evento promovido pela mesma associação, intitulado «*Tous projets parentaux*»³⁶ com a ressalva que contaria com a presença de um jurista. Esse encontro era destinado aos/às associados/as com objetivo de discutir sobre os variados projetos parentais, como adoção, coparentalidade, PMA e GPA.

Eu havia escrito um e-mail fazendo minha inscrição na reunião, conforme solicitado, me apresentado como associada e doutoranda, e a resposta havia sido afirmativa. Apesar disso, eu me senti um pouco constrangida por estar presente como observadora, ainda que eu tivesse explicitado no e-mail minha intenção ao participar,

³⁴ Nós, filhos e filhas de homos: homoparentalidade, uma geração testemunha.

³⁵ Eu obtive o contato do presidente da ADFH através do antropólogo Flávio Tarnowski.

³⁶ Todos os projetos parentais.

o tema de minha pesquisa, assim como meu interesse em conversar com alguns/algumas participantes.

Assim que cheguei ao local da reunião, apresentei-me ao responsável e este, ao dar início ao evento, apresentou-me ao grupo presente, esclarecendo que eu poderia falar com as pessoas sobre minha pesquisa, ou antes ou após a reunião³⁷.

A reunião começou no horário marcado, todos eram identificados ao entrar na sala e percebi que só existiam homens presentes, exceto eu. Até o final do encontro era um total de trinta, aproximadamente. Alguns sozinhos, mas a maioria formava casais.

A reunião iniciou com o porta-voz da associação perguntando sobre o interesse de cada participante quanto ao projeto parental. Interrogou quem era pai ou desejava sê-lo por adoção e ninguém se manifestou. Em seguida, perguntou se alguém buscava a paternidade através da coparentalidade, e ninguém se manifestou. Dessa forma, foi dado início às explicações sobre a GPA. Alguns já estavam com o processo em andamento, outros já eram pais com auxílio da GPA, mas a maior parte estava interessada em informações para iniciar o processo rumo à paternidade biológica.

Interessante apontar que, por vezes, durante o andamento da reunião, a porta da sala se abria com a chegada de algum participante atrasado e, imediatamente, o porta-voz interrompia a reunião e perguntava seu nome e conferia na lista de inscritos. Em uma das ocasiões, um rapaz entrou, forneceu seu nome, mas o mesmo não foi encontrado. O responsável perguntou, então, como ele ficara sabendo do encontro. O rapaz explicou que decidira participar em cima da hora e que não havia feito a inscrição. Após algumas outras perguntas e instantes de suspense ficou claro que ele era um pai GPA e que poderia adentrar o recinto.

Importante ressaltar o aspecto do sigilo envolvido no evento. Era possível perceber, de fato, uns segundos de expectativa quando a porta se abria. Ainda que se tratasse de evento puramente informativo, e de a liberdade de informação ser assegurada, o evento tocava em assunto polêmico e ilegal no país, apesar da ciência de todos/as de onde e como cidadãos franceses realizam a GPA. Vale apontar a sanção recebida pela Associação NOSIG (*Nos Orientations Sexuelles et Identités de Genre*), em Nantes, meses depois da referida reunião³⁸.

Aproximadamente duas semanas depois dessa reunião, recebi um e-mail de Mathias, que seria meu primeiro entrevistado, dizendo que fazia parte da ADFH e que estaria disponível para responder minhas questões.

Entre setembro e dezembro me dediquei, entre outras atividades, a dois Seminários, com aulas semanais, que finalizariam em dezembro³⁹, conforme explicitado na introdução. Com a conclusão de ambos, os primeiros quatro meses terminavam e eu já tinha uma rotina. A historinha de que os três primeiros meses são de adaptação, não era historinha. Fiz ainda uma mudança de residência, de um extremo ao outro da cidade, após o terceiro mês. O frio tinha chegado para ficar, com neve de bônus...

³⁷ Situação bem diferente aconteceu quando a reunião foi somente com as mulheres associadas e interessadas em realizar o procedimento de PMA/AMP nesta mesma associação, algumas semanas mais tarde. Eu não pude participar da reunião e a justificativa dada pela responsável pelo encontro foi que as mulheres não se sentiriam bem com a presença de uma pesquisadora.

³⁸ O tribunal administrativo de Nantes ordenou o cancelamento da concessão, em 2016, pela cidade de Nantes de uma subvenção para a associação NOSIG (www.clgbt-nantes.fr). A decisão do tribunal foi motivada, entre outras coisas, pela organização, em novembro de 2015, de uma reunião de informação sobre GPA, organizada pela APGL nas instalações do NOSIG, bem como por suas repetidas posições quanto à abertura da PMA a todas as mulheres. Após a decisão do tribunal de Nantes, a APGL, sendo uma organização de interesse geral de natureza familiar, divulgou informe marcando posição de que as reuniões ajudam a informar o público preocupado sobre as diferentes formas de parentalidade entre pessoas do mesmo sexo e reafirmando que a informação não é uma ofensa criminal, que a reunião de informação sobre o GPA se enquadra no campo da liberdade de expressão, que é absoluta, e acima de tudo de interesse público, levando em conta decisões judiciais amplamente divulgadas desde 2013. A decisão do tribunal administrativo de Nantes sancionando a cidade de Nantes, portanto, põe em risco a liberdade de expressão e o direito de reunião, e mina a liberdade de ação do Nosig, de acordo com manifestação da APGL (<https://www.apgl.fr/article/item/564-l-apgl-aux-cotes-de-la-ville-de-nantes-et-en-soutien-a-l-association-nosig>).

³⁹ Seminários *Droit des sexualités*, ministrado pelo prof. Daniel Borrillo, na Universidade Paris-Nanterre e *Genre et Politique*, ministrado pelo prof. Éric Fassin, na Universidade Paris 8.

Minha orientadora chegou no início de janeiro de 2018. Ela havia recebido uma bolsa para desenvolver sua pesquisa sobre GPA e ficou duas semanas em Paris. Eu sabia que uma nova fase se iniciava. Decidi não acompanhar nenhum outro Seminário, mas continuar a frequentar as conferências, palestras e reuniões que constantemente aconteciam. Eu precisava me concentrar no campo.

Logo nos primeiros dias de janeiro, num encontro de orientação, eu e Anna conversamos sobre os possíveis rumos da pesquisa. Relendo as anotações, revisitei um receio que me acompanhava quando li a pergunta: “E se não entrevistar aqui??”. Até aquele momento eu havia feito somente uma entrevista.

Foi ainda no referido encontro com Anna que tomou forma a ideia, que já me havia atraído desde a leitura de Stacey e Biblarz (2001)⁴⁰, de tratar do que poderia parecer politicamente incorreto, a sexualidade dos/as filhos/as de lésbicas. Sendo assim, preparei o material escrito para o segundo encontro de orientação em Paris, desta vez com orientadora e coorientador.

Os primeiros elementos para uma possível comparação Brasil-França surgiram por ocasião desse encontro, principalmente no que dizia respeito aos diferentes significados de certas noções nas culturas brasileira e francesa e a importância de problematizar seus significados em cada contexto social.

Dando prosseguimento à busca por entrevistados/as, uma das atividades interessantes entre as quais participei ocorreu no mês de janeiro de 2018. Tratava-se do lançamento de um livro, na livraria da PUF⁴¹, chamado *Le corps reproductif*, com a participação de vários autores e autoras dos textos que compunham a publicação. Após uma roda de conversa e a exposição das ideias de alguns dos autores, aconteceu um pequeno coquetel. Foi nesse momento que a professora Miriam Grossi, que sabia da temática da minha pesquisa, aproximou-se e me incentivou a fazer contato com pessoas que ali estavam e que poderiam me auxiliar nas entrevistas, e deu o exemplo de uma escritora em especial. Me explicou que apesar de ela ser uma feminista e lésbica, foi contra o *mariage pour tous* e uma das pioneiras nas pesquisas com lésbicas na França. Em princípio, as peças não se encaixavam: como seria possível uma lésbica feminista não ser a favor da luta pela igualdade de direitos?⁴² Mais um importante elemento que desloca o caleidoscópio e muda os referenciais. Aproximei-me então dessa senhora e me apresentei. Falei sobre o que estava estudando e da minha procura por filhos e filhas para entrevistar. Ela me pediu um pedaço de papel e caneta e anotou o endereço de seu blog e de seu e-mail, dizendo algo como “vou conversar com umas pessoas, talvez possam te ajudar, não hesite em me escrever para me lembrar disso”. Como escreve Françoise Héritier (2014) referindo-se às coisas simples que fazem a vida valer a pena: “ficar contente feito criança com o que se acabou de fazer”. Assim eu estava.

Dois meses depois recebi um e-mail dela dizendo que Juliette, filha de mãe lésbica “vous racontera des choses passionnantes”.

Nos meses de janeiro e fevereiro, eu ainda tive a oportunidade de conversar sobre meu trabalho com Sophie Alice Sarcinelli, Virginie Descoutures e Virginie Rozée, todas estudiosas do tema da homoparentalidade, direta ou indiretamente. Em todos os três encontros, os temas sugeridos por elas, como importantes no cenário atual dos estudos da família homoparental, se assemelhavam: os desdobramentos das manifestações contrárias ao *mariage pour tous*, na França, na vida dos/as filhos/as de homossexuais; a maneira desses/as filhos/as serem criados/as, no que diz respeito à maior ou menor abertura na maneira de enxergar o mundo, assim como sua própria sexualidade; a norma heterossexual na família homoparental; as formas de esses/as filhos/as protegerem suas famílias, entre outras.

Após alguns dos encontros e conversas mencionados, observei que eu também estava pretendendo proteger essas famílias, mantendo certos cuidados e pudores. Era como se eu não pudesse ousar fazer alguns questionamentos, caso os fizesse, eu estaria depondo contra uma forma já tão atacada de se formar família.

⁴⁰ Leitura indicada pelo prof. Fassin, por ocasião da banca no exame de qualificação, em setembro de 2016, intitulado (*How*) *does the sexual orientation of parents matter?*. Eu havia ficado impactada por essa leitura que ficou como um referencial relevante, mas cuja dimensão só fui compreender algum tempo depois.

⁴¹ Presses universitaires françaises.

⁴² Argumentos que expõe esse ponto de vista estão bem expostos no livro *Adieu les rebelles!* (BONNET, 2014).

Perceber isso me auxiliou a construir uma outra relação com a pesquisa na França, naquele momento, e, posteriormente, de volta ao Brasil: diminuía o receio de tocar em certos assuntos, os quais estavam, anteriormente, interditados para mim, de certa forma, e o assunto sexualidade das/os filhas/os era um deles. Observei que pude, depois de algumas experiências, incluir de maneira mais tranquila perguntas sobre sexualidade nas conversas com essas/esses filhas/os, se fosse o caso.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, realizei mais duas entrevistas com duas filhas de um casal de lésbicas. Entrei em contato com elas através de uma outra associação chamada *Les Enfants d'Arc en Ciel, l'Asso!*⁴³.

Eu havia escrito um e-mail para a presidente dessa associação explicando minha proposta de pesquisa e meu interesse em entrevistar jovens e adultos/as, filhos/as de lésbicas. Ela me respondeu em seguida e sugeriu que nos falássemos por telefone⁴⁴, para que pudesse saber alguns detalhes da pesquisa. Telefonei no dia e horário combinados e tivemos uma conversa objetiva, bem proveitosa e sem tropeços, em que ela pediu alguns esclarecimentos e disse que enviaria uma mensagem para os/as associados/as informando sobre a pesquisa. Foi-me solicitado um resumo do trabalho, o qual enviei em seguida.

Era início de fevereiro de 2018 e eu já havia contatado as três Associações de pais e mães mais importantes de Paris: ADFH, *Les Enfants d'Arc en Ciel, l'Asso!* e APGL. Através da primeira, eu havia realizado uma entrevista e, através da segunda, outras duas. Quanto à APGL, eu havia recebido uma resposta positiva da presidente ao meu e-mail, me colocando em contato com a responsável pelas pesquisas na associação e solicitando que eu aguardasse. A APGL passava por algumas mudanças, como a troca da responsável pela área das pesquisas, o que explicaria uma possível demora no retorno à minha solicitação por parte da nova responsável.

A APGL é a maior e foi a primeira associação de pais e mães gays e lésbicas (e futuros pais e mães) gays e lésbicas da França, conta atualmente com 17 seções locais espalhadas pela França e eu tinha uma expectativa de que dali surgiriam pessoas interessadas em participar da pesquisa. Contudo, o mês de fevereiro transcorreu sem que eu tivesse uma resposta definitiva, apesar do interesse demonstrado.

Foi então que comecei a buscar outras formas de contato com possíveis participantes. Após uma reunião do grupo de doutorandos/as⁴⁵ orientados/as pelo prof. Fassin, expliquei a situação para meus/minhas colegas, e uma delas me sugeriu um bar frequentado por lésbicas, chamado Bar'Ouf⁴⁶, no Marais. Ela me descreveu esse bar como tendo um público composto majoritariamente por mulheres entre 40 e 50 anos, e que possivelmente teriam filhos/as das idades que eu procurava. Um outro colega lembrou-se de uma conhecida dele, que talvez pudesse conversar comigo. Chegamos a trocar e-mails, ela concordou que seu filho adolescente participasse, assim como ele, mas, infelizmente, não foi possível entrevistá-la por uma questão de agenda.

Outra sugestão recebida foi a utilização das redes sociais, algo que eu ainda não tinha feito e com a qual não tinha muita proximidade. Conteí com a ajuda de alguns/algumas colegas: criei um formulário no *Google Forms* e fiz um perfil dedicado à pesquisa no *Facebook*⁴⁷.

Tracei também uma lista de associações de pais e mães gays e lésbicas e de associações LGBT dentro e fora de Paris. Outras possibilidades seriam aquelas que se

⁴³ Eu nunca tinha ouvido falar nessa associação, diferentemente da APGL e da ADFH. Quem me sugeriu que a procurasse foi Virginie Descoutures em e-mail que trocamos antes de nos encontrarmos.

⁴⁴ Os telefonemas eram um desafio à parte devido ao idioma. Eu procurava os contatos pessoais, por email, whatsapp ou mensagens de texto, deixando os contatos telefônicos como última opção. Tal desafio era compartilhado entre outros/as estudantes brasileiros/as com os/as quais eu mantinha contato.

⁴⁵ Essas reuniões aconteciam aproximadamente uma vez por mês.

⁴⁶ Lá estive algumas vezes, me apresentei às proprietárias, com quem deixei meu contato telefônico, mas não surgiram entrevistados/as.

⁴⁷ Carlos Hermosa, um colega equatoriano, que fez parte do nosso grupo de orientandos/as da prof. Anna Uziel, durante seu doutorado sanduíche na Uerj, sugeriu o *Google Forms*. Eva Oslejskova, uma colega tcheca, me auxiliou no texto e indicando o que seria adequado compor no perfil no Facebook.

encontravam em cidades menores⁴⁸. Talvez tivessem maior disponibilidade para atender a esse tipo de pedido. Eu procurava, assim, seguir todas as possibilidades apontadas.

Enviei em torno de vinte mensagens, através de e-mails e do *Facebook* explicando de forma resumida a proposta da pesquisa para vinte associações diferentes, entre elas: *Sos homophobie*, *DECLA – association des enfants*, *Centre LGBT*, *Inter LGBT*, *psyGay*, *MAG*, *FÉDÉRATION LGBT*, *Centre lgbt Côte d’Azur*, *Association Rainbow*, *Association Bicause*, *Association CONTACT Maine-et-Loire*, *Lesbo actu.com*, *La Station LGBTI Alsace*, *le President de l’Association Autre Regard*, *CGLBT Rennes*, *CIGALE centre lgbt Dijon*, *Equinox – association nancy lorrainne*, *CONTACT ile de France* e *Jeanne Magazine*.

A maioria não respondeu. Entre as que responderam, algumas informaram que não divulgavam em seus sites ou páginas do *Facebook*, outras disseram que divulgariam internamente em suas associações. Somente uma das associações, localizada na Alsácia, propôs um encontro pessoal para conhecer melhor o trabalho. Pelo fato de a Associação não ser localizada em Paris, o que me demandaria um planejamento de viagem, e também pela resposta ter chegado bem próximo da data do meu retorno ao Brasil, o encontro não aconteceu. A Revista *Jeanne Magazine*⁴⁹ também respondeu afirmativamente, dizendo que colocaria um anúncio na edição seguinte.

Durante a busca por participantes, assisti aos vídeos⁵⁰ dos testemunhos dados por quatro filhos/as de gays e lésbicas, na Assembleia Nacional Francesa⁵¹, quando da discussão sobre a possível promulgação da lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo, na França, em 2013. Procurei por eles e por elas no *Facebook* e consegui o contato das duas filhas e também descobri que um dos filhos havia criado, por volta de 2013, uma associação de filhos e filhas de gays e lésbicas. Escrevi para ele e para elas um breve texto me apresentando, explicando a pesquisa e perguntando se teriam disponibilidade para participar.

Dois dias depois, uma das filhas me respondeu, dizendo: “*Bonjour, je veux bien partager mon ressenti*”. Foi desta forma que, um pouco mais de um mês após a entrevista com Sophie, marquei a quarta entrevista, desta vez com Marion, de 23 anos. Uns dias após a entrevista com Marion, recebi um e-mail da responsável pelas pesquisas na APGL, sugerindo um almoço para que pudesse conhecer um pouco mais do meu trabalho antes de enviar um chamado por e-mail às associadas sobre minha pesquisa. O encontro já tinha sido adiado por ela uma vez, mas, no dia 20 de março, nos encontramos, num agradável almoço, durante o qual ela quis saber, entre outras coisas, um pouco mais sobre a situação brasileira em relação à PMA, GPA, casamento, adoção, etc. E, ao final do encontro, se colocou à disposição para uma entrevista, mesmo sendo mãe de uma criança com pouca idade. No dia seguinte, os e-mails para os/as associados/as da APGL já haviam sido enviados.

De imediato recebi alguns e-mails em resposta ao chamado: de algumas mães de crianças; de uma futura mãe, que inclusive estava de mudança para o Brasil; e, finalmente, de uma jovem de 28 anos, Rose, criada por duas mulheres.

Interessante apontar que, quando as associações enviam e-mails para seus/suas associados/as sobre uma determinada pesquisa, no caso a respeito de filhos/as de mães lésbicas, são as mães que os recebem. O conhecimento dos/as filhos/as sobre a pesquisa e a possibilidade de participação fica na dependência das mães. Quem participa das associações, são as mães.

⁴⁸ Para facilitar o contato dos/as possíveis interessados/as, além de eu enviar uma espécie de chamada em formato power point, que dizia: *êtes-vous fille ou fils de mère(s) homo? Je voudrais vous connaître un peu plus*; eu também enviava um texto bem sucinto com meu e-mail e com um link em que a pessoa seria direcionada a um questionário no *Google Forms* com 4 perguntas bem objetivas. A ideia do link era justamente que a pessoa deixasse seu contato e eu pudesse procurar por ela, evitando, assim, que ela precisasse escrever um e-mail pra mim, caso não quisesse.

⁴⁹ Conheci a Jeanne magazine através da sugestão de uma das participantes num encontro sobre chinesas lésbicas em Paris, no Centre LGBT.

⁵⁰ Seguindo sugestão de Virginie Descoutures.

⁵¹ Durante os debates em torno da lei do *mariage pour tous*, quando além de especialistas das áreas da sociologia e antropologia, dois filhos e duas filhas de casais do mesmo sexo foram ouvidos/as. Tais depoimentos podem ser acessados através de < <https://www.youtube.com/watch?v=aegjoibonzu> >.

Após os e-mails recebidos, realizei uma entrevista por *Skype* com Isadora, uma vez que ela habitava em Carcassonne⁵², e uma outra entrevista com Mariane, mesmo elas sendo mães de crianças, e não filhas de lésbicas. Levei em conta a ideia de que poderia ser um complemento para o trabalho.

No dia seguinte, viajei de trem para Nantes e fui ao encontro de Juliette, a quinta entrevistada na França, resultado do contato estabelecido há aproximadamente um mês, conforme relatado.

Um dia depois, ou seja, no dia 28 de março de 2018, estive com Rose, a participante que atendeu ao chamado da pesquisa, enviado pela APGL. Depois do encontro com ela, a sexta entrevistada na França, eu encerrava meu período em Paris sentindo-me muito satisfeita por ter realizado muito mais do que um objetivo.

(Diário de campo, Paris, outubro a março de 2018)

Eu não tinha um roteiro fechado a seguir, deixava que a entrevista transcorresse e escolhia uma via ou outra para avançar, ou uma onda ou outra para entrar, procurando ser guiada pelos movimentos, conforme Deleuze (2013, p. 156) aponta: “[...] se as opressões são tão terríveis é porque impedem os movimentos”, acompanhando, assim, o jeito da pessoa e também de como eu me sentia diante dela. Havia entrevistadas/os que falavam bastante, desenvolviam o tema, de um assunto passavam para outro sem que eu precisasse colocar questões. Havia outras/os que respondiam a pergunta de forma objetiva e ficavam caladas/os, como se esperassem a próxima.

Esses aspectos, aliados ao fato de eu estar falando em outro idioma e com pessoas de outra nacionalidade – o que implicava em costumes e códigos diferentes –, me permitiam não seguir um script pronto, o que encontrava eco na cartografia. Mais especificamente em relação ao idioma, percebi que alguns questionamentos feitos por mim, durante as entrevistas francesas, eram realizados de maneira mais direta, sem tantos rodeios. Acredito que mesmo que eu estivesse mais à vontade para tratar do tema, considerando importante que fosse explorado e tratando-o de forma menos formal, o fato de estar dialogando numa língua que não é a materna fez com que abordasse a questão de maneira mais direta. Não acho que tenha sido positivo ou negativo, mas a maior objetividade em certas perguntas foi uma diferença entre as entrevistas feitas no Brasil e na França.

Ter especificado, acima, os dias e meses de cada encontro na França foi importante porque tal precisão ajuda a dar a dimensão da realização do campo no exterior e, assim, retratar minha vivência e implicação no processo. Além de acompanhar o processo da pesquisa, tão caro à cartografia.

⁵² Comuna francesa situada no sul do país.

1.7 A segunda fase do trabalho de campo: um pouco das histórias francesas

1.7.1 Mathias

Mathias é branco, tem 20 anos, estudante de Direito, morador de Marseille, viveu com seu pai e com sua mãe até seus 3 anos de idade, quando o casal se separou. Ele passou, então, a viver somente com sua mãe e, eventualmente, com as companheiras dela. Mantém contato com seu pai, apesar de relatar divergências entre eles e de, na época da separação, o pai tentar interferir na relação entre Mathias e a mãe, alegando que ela não estaria bem da cabeça pelo fato de estar se relacionando com mulheres.

Mathias faz parte de um projeto da ADFH que consiste em informar, esclarecer e dialogar com outros/as filhos/as de mães lésbicas ou pais gays, que façam parte desta associação, e que necessitem trocar ideias sobre certos aspectos relacionados a crescer em famílias homoparentais. Apesar de estar disponível para tal atividade, devido ao fato de as crianças filhas dos/as associados/as serem ainda de pouca idade, não houve procura.

Por viver em Marseille, acabei propondo a entrevista por Skype⁵³, fato a respeito do qual me arrependo atualmente. Um contato pessoal teria sido mais rico, certamente, e não seria comparável ao contato através de um computador. Contudo, eu me encontrava no início do trabalho de campo na França, em momento de adaptação e ainda pouco à vontade com deslocamentos, os quais se tornaram simples e corriqueiros no final do período.

Apesar da minha apreensão inicial, uma vez que seria o primeiro contato com um entrevistado francês, a entrevista correu de forma tranquila. Nos referimos um ao outro utilizando o pronome pessoal *vous*⁵⁴, indicativo de uma formalidade na relação. Mathias se mostrou um rapaz objetivo na maneira de responder às questões colocadas, fornecendo respostas relativamente sucintas. Com isso, a entrevista foi a mais curta entre todas, durou trinta minutos, mas tratamos de temas relevantes e foi um grande estímulo à continuidade do trabalho.

⁵³ Uma discussão feita sobre a utilização do Skype para a realização das entrevistas foi feita acima, neste mesmo capítulo, e acredito ser válida para o caso de Mathias.

⁵⁴ No início de todas as relações que estabeleci com franceses/as, utilizei o pronome pessoal *vous*. Em algumas, conforme a intimidade que se estabeleceu, ou a informalidade presente, passei a utilizar o *tu*, como por exemplo entre os/as alunos/as da universidade, no grupo dos/as doutorandos/as que riam de mim quando eu usava o *vous*, ou até mesmo com algumas/uns entrevistadas/os ao longo das conversas. Em outras relações, o *vous* se manteve durante todo o tempo, significando uma formalidade no trato, uma demarcação de hierarquia ou diferença significativa de idade entre as pessoas.

1.7.2 Adèle

A segunda entrevista na França aconteceu no final de janeiro de 2018, através da Associação chamada *Les Enfants d'Arc en Ciel, l'Asso! - Association de familles et futures familles LGBTparentales* e foi feita com Adèle.

No mesmo dia em que fiz contato com a referida associação, recebi e-mail de uma jovem adulta, branca, de 22 anos, chamada Adèle, se dizendo disponível para uma entrevista. O encontro foi realizado no final de semana seguinte, em dia, horário e local escolhidos por ela, que optou por um café.

Cheguei no lugar combinado aproximadamente 10 minutos antes do horário marcado, escolhi uma mesa mais reservada – como se isso fosse possível em Paris. Devido ao horário, o café estava pouco frequentado, possibilitando a escolha de um canto.

Avisei, por SMS⁵⁵, que havia chegado mais cedo e que estava à sua espera, uma vez que não a encontrei no *WhatsApp*. Ressaltei, na mensagem, que usava óculos, uma maneira de ela me identificar. Ela respondeu em seguida que já estava chegando e que vestia *manteau* cinza e uma grande echarpe. Eu já havia deixado separado o *iPod*, caso ela concordasse que o encontro fosse gravado.

Instantes depois, entrou no café uma jovem com as características descritas, dirigiu-se a mim de forma simpática e nos cumprimentamos com um aperto de mão.

Pergunto se o local que escolhi para sentar estava adequado, ela responde que sim, demonstrando indiferença quanto a isso. Agradeço sua disponibilidade em conversar comigo, já reconhecendo internamente um certo alívio por perceber que era uma pessoa bem acessível, o que torna o encontro agradável e auxilia no desenrolar da conversa.

Dou início à entrevista confirmando algumas informações práticas que ela mesma já havia fornecido ao me escrever, como sua idade, sua configuração familiar e forma de concepção: criada por um casal de mulheres e nascida de PMA realizada na Bélgica com doador anônimo.

Conversamos por aproximadamente duas horas e somente quinze minutos de conversa foram gravados. Descobri a falha no microfone do gravador somente depois da entrevista ter terminado. Desta forma, tive que contar com minha memória para anotar o ocorrido naquela

⁵⁵ Adèle utiliza o sms (*short message service*), ou “torpedo” como costumamos nos referir no Brasil, ou “texto” como também costumavam nomear em paris. Inclusive muitos/as franceses/as utilizam frequentemente o sms, assim como algumas instituições e empresas, e nem mesmo usam o aplicativo whatsapp, tão largamente utilizado no Brasil.

tarde. Como já disse Rodrigues (2002, p. 131), “nenhuma memória é inocente”. Mesmo ciente disso, tentei registrar o encontro assim que possível, com a intenção de minimizar o esquecimento, como se a memória dependesse somente do tempo passado entre o ocorrido e o registrado.

Araújo e Fernandes (2006), citando Alessandro Portelli, nos falam da memória como um processo e não um depósito de dados. Desta forma, ciente do quanto estarei atravessada pelo meu próprio processo de subjetivação ao transcrever aquilo que não gravei, sigo sendo fiel às minhas recordações. Vale ressaltar que gravações precisas e transcrições literais não significam necessariamente isenção de invenções. De acordo com Portelli (1997, p. 13): “A rigorosa obediência a diretrizes profissionais pode não ser incompatível com formas mais profundas de manipulação e com estratégias mais sutis de deturpação – nem se tornar, na verdade, uma justificativa para ambas”.

Adèle viveu com sua *maman* (50 anos), com Kitty⁵⁶ (67 anos) e com sua irmã mais nova Sophie (19 anos), em Rennes até 2015 quando se mudou para Paris, para estudar. Suas mães se casaram há aproximadamente um ano e ela e sua irmã foram adotadas por sua mãe não biológica alguns meses atrás. Suas mães vivem juntas há 30 anos.

1.7.3 Sophie

Alguns dias depois da entrevista com Adèle, conheci sua irmã Sophie, uma jovem branca, de 19 anos. Concebida também por PMA na Bélgica com sêmen de doador anônimo, não o mesmo doador da irmã: “Somos meias-irmãs”, diz Sophie, que viveu em Rennes até o ano passado, quando se mudou para Paris, onde vive com sua irmã.

Combinamos nosso encontro por SMS (foi Adèle quem me sugeriu o contato por *texto*, com Sophie). Como de costume, pergunto onde e quando seria mais conveniente para a pessoa. Ela sugeriu sábado às 15h, após sua aula na universidade e que nos encontrássemos em frente à Sorbonne Nouvelle.

Cheguei uns minutos mais cedo e lhe enviei uma mensagem dizendo que estava em uma pequena livraria em frente ao local marcado, e que não teria pressa alguma, até porque eu havia chegado antes do horário combinado. Alguns minutos depois, entrou na livraria uma jovem com um capuz ou gorro na cabeça. Andou em direção a mim, nos apresentamos e nos cumprimentamos.

⁵⁶ Ela utiliza os nomes *maman* e Kitty para se referir às mães.

Eu logo disse que não conhecia a região e ela indicou um café ao lado que, por ser sábado e ter pouco movimento de estudantes, deveria estar vazio. Caminhamos até lá e, ao entrarmos, perguntei onde ela gostaria de sentar, ela respondeu que era indiferente. O local tinha uma música com volume um pouco alto. Escolhi uma mesa localizada perto de uma janela, que obviamente estava fechada devido ao frio, por ser local um pouco mais reservado para uma conversa. Mas aquela parecia ser uma preocupação somente minha.

Sophie se dirigiu, imediatamente, ao balcão⁵⁷ onde eram feitos os pedidos e comprou um café. Disse que 3 horas de curso a deixavam cansada. Demonstrando estar com frio, Sophie encolhia o corpo e parecia se aquecer segurando na bebida quente. Comprei também um café.

Perguntei se ela se importaria que eu gravasse a conversa. Obviamente, eu já havia comprado outro microfone para o *iPod*. Ela responde que não havia problema quanto à gravação. Expliquei de forma geral a pesquisa e pedi que ela me falasse de como era a dinâmica familiar entre ela, suas mães e sua irmã. Assim, começamos uma conversa que durou um pouco mais de uma hora e meia.

1.7.4 Marion

Aproximadamente um mês depois de entrevistar Sophie, conheci Marion a partir do testemunho dado por ela na Assembleia Nacional, conforme explicitado. Através do *Messenger*, marcamos nosso encontro em local e horário escolhidos por ela.

Marion morava na região de Puteaux⁵⁸, e ali mesmo escolheu para o encontro um restaurante muito bonito. Contudo, o ambiente tinha uma música bem alta, por isso decidimos conversar em outro lugar. Marion sugeriu um café nas proximidades. Nos deslocamos até lá, onde conversamos por aproximadamente uma hora e meia.

Apesar de o café escolhido ser menos barulhento do que o restaurante anterior, tive bastante dificuldade para entender o que ela dizia. Ela tinha um tom de voz bem baixo e uma maneira de falar em que não pronunciava bem o final das palavras, o que fez com que eu tivesse que pedir, algumas vezes, para que ela repetisse o que havia dito. Ela pareceu não se incomodar em falar mais de uma vez e de maneiras diferentes a mesma coisa. Assim, Marion acabou por explicar um pouco mais certas situações e usar exemplos. Isso foi interessante porque quando

⁵⁷ O estabelecimento parecia uma espécie de lanchonete, não havia garçons, precisávamos ir até o balcão para pedir e pagar.

⁵⁸ Puteaux é uma comuna francesa localizada a 40 minutos de trem de Paris. Nessa região, encontra-se, por exemplo, la grande arche de la défense.

a pessoa busca outro modo de falar a mesma coisa, acaba por fornecer informações adicionais ou transmitir outros sentimentos não habituais. Ainda mais no caso dela, uma pessoa que já deu algumas entrevistas sobre o mesmo tema: “É verdade que você não é a primeira”, ri.

Marion se autoreferê como negra e tem 23 anos. Ela foi adotada por uma de suas mães, no Haiti, quando tinha aproximadamente 4 anos de idade. Suas mães também adotaram seus outros dois irmãos, com quem ela não possui vínculo biológico. Cada uma adotou um deles. Marion viveu até seus 17 anos em Orléans com suas mães e irmãos, quando mudou-se para Paris com o objetivo de estudar. Vive há aproximadamente um ano com seu companheiro. Suas mães são brancas enquanto ela e seus irmãos são negros, eles têm 17 e 14 anos.

1.7.5 Juliette

No mesmo mês conheci Juliette, com quem estive em Nantes para realizar a quinta entrevista. Juliette é uma mulher de 45 anos, filha de lésbica, mãe de três filhos (17, 14 e 8 anos) e casada há 26 anos com um homem. Conheci Juliette através de uma conhecida historiadora e feminista, com quem estive dois meses antes, conforme contado anteriormente.

Marcamos uma entrevista em seu local de trabalho, em Nantes, a duas horas de trem de Paris. Fui e voltei no mesmo dia. Já era dia 27 de março e eu teria que voltar para o Brasil no dia 31 daquele mês.

Juliette é diretora geral de um conhecido festival cultural realizado anualmente, foi criada por sua mãe, em Paris, após a separação do pai e mãe, quando tinha 4 meses de vida. Apesar de a mãe ter perdido sua guarda na justiça, foi ela própria quem acabou criando Juliette, uma vez que seu pai viajava muito a trabalho. Ela foi criada de forma muito livre, num lar com muitas festas e com a presença de muitos gays e lésbicas, de acordo com seus relatos. Sua mãe teve algumas companheiras, mas uma delas, com quem se relacionou por sete anos, foi marcante em sua vida. Juliette guarda um afeto especial por ela: “Quase uma segunda mãe, posso dizer hoje em dia”.

A mãe de Juliette tem uma relação bem próxima com os netos e seu contato com seu pai, um homem bastante conservador, se manteve frequente:

[...] uma mãe que, eu acho que, sabia sem saber que ela era lésbica, mas na época, porque estávamos nos anos 1970, eu nasci em 1972, além disso isso era na Bretanha, então, não era Paris. Minha mãe viveu com meu pai e ela descobriu todo um meio, entre aspas, lésbico em Paris. Ela se apaixonou por uma mulher, ela se disse “na verdade, não está bem, me enganei” e ela deixou meu pai quando eu tinha 4 meses. É isso, então, eu vivi com minha mãe e suas companheiras e eu direi, principalmente, uma, a primeira companheira que para mim é sempre importante na minha vida. Isso

é do lado materno. Meu pai, eu não o vejo mais muito. Meu pai que nunca compreendeu de fato o que lhe aconteceu, que é um homem muito tradicional. Se eu caricaturou, eu tenho uma mãe intelectual de esquerda e um pai de direita, extrema direita. (Juliette).⁵⁹

1.7.6 Rose

Um dia após meu encontro com Juliette, fiz a sexta e última entrevista na França. Rose, 28 anos, branca, moradora de Rouen, soube da minha pesquisa através de sua mãe, associada da APGL. Sua mãe leu o e-mail da associação e o encaminhou a Rose com a observação de que aquilo poderia lhe interessar. A mãe de Rose, que está aposentada, mas foi professora, já havia tentado criar um mini-grupo de discussão sobre homoparentalidade em Rouen⁶⁰, mas se frustrou por não ter funcionado. Rose acrescenta que a militância na Normandia é algo difícil.

Rose não só se interessou em participar da pesquisa como demonstrou, nas trocas de e-mails que realizamos, sua satisfação em fazer parte da pesquisa, colocando-se à disposição desde o primeiro momento. No dia de nosso encontro, Rose relatou que sua mãe também estava muito feliz pelo fato de a filha estar participando. Inclusive, minha intenção era de ir ao encontro de Rose em Rouen, onde habita. Mas ela me disse preferir ir até Paris em seu dia de folga e, assim, combinamos dia e horário.

Rose estudou sociologia, mas, atualmente, trabalha num colégio como assistente pedagógica e se prepara para fazer concurso para professora.

Rose foi concebida por PMA com doador anônimo, na França:

Minha mãe tinha 40 anos e minha madrinha 48 anos quando eu nasci. Quando elas se encontraram, minha mãe que me contou, minha madrinha sempre falou sobre ter um filho. Minha mãe não tinha o desejo realmente, e o desejo veio bem tarde. Então, neste momento elas começaram a explorar o terreno para tentar encontrar. Elas foram indicadas à agência que é reservada aos casais casados. Elas foram e disseram: “Desculpe, não é possível. Mas se vocês quiserem, vocês vão conseguir”. Elas terminaram por conseguir o contato de um ginecologista em Paris que as colocaram em contato, que tinha uma rede de doadores. Era possível fazer, mas era na total

⁵⁹ Original em francês: « [...] une mère que je pense qui savais sans savoir qu’elle était lesbienne mais à l’époque puisqu’on est quand même aux années 1970, je suis née en 1972 qui en plus c’était en Bretagne, donc c’était à Paris. Ma mère est allée vivre à Paris avec mon père et elle a découvert tout un milieu entre guillemet lesbien à Paris. Elle a flashé sur une femme. Elle s’est dit : « vraiment, ça va pas, je suis trompée » et elle a quitté mon père quand j’avais 4 mois. Voilà, donc, du coup moi après j’ai vécu avec ma mère et ses compagnes. Je dirait surtout une la première compagne qui pour moi est toujours très importante dans ma vie. Ça c’est pour le côté maternel. Mon père, je le vois plus trop, mon père qui a jamais compris en fait ce qui lui était tombé dessus, qui est très traditionnel. Si je caricature j’ai une mère intellectuelle de gauche et un père de droite, voire d’extrême droite » (Juliette).

⁶⁰ A maioria das/os participantes francesas/es cresceram fora de Paris: Rennes, Marseille, Orléans e Rouen. Apesar do comentário de Rose sobre Rouen, não surgiram relatos vinculados ao fato de terem sido mais afetadas pelo preconceito ou menos afetadas pelos atos da *manif pour tous*, que tiveram lugar em Paris, por viverem em locais que não na capital. As cidades citadas, apesar de não serem metrópoles, são de porte médio, exceto Marseille que é considerada uma cidade grande.

ilegalidade. Durante meses elas se questionaram mas terminaram por ter essa oportunidade em Paris. (Rose).⁶¹

Rose viveu com sua mãe e sua *marraine* até seus 6 anos, quando o casal se separou. A partir, daí passou a viver com sua mãe, mas manteve contato próximo com a *marraine*, apesar desta ter se mudado para Paris. Sua madrinha faleceu há aproximadamente dez anos, sem que possuísse vínculo legal com Rose, mas mantiveram laços afetivos estreitos até seu falecimento: “Eu tenho duas mães⁶², uma morreu há 10 anos, elas se separaram quando eu tinha 6 anos... elas estiveram próximas até o final. Eu sempre tive realmente *deux parents*⁶³, *totalment soudé*” (Rose)⁶⁴. Hoje, Rose vive em Rouen com seu companheiro.

Dois dias após a entrevista com Rose, eu retornei para o Brasil, concluindo, assim, o período do doutorado sanduíche.

1.8 A terceira fase do trabalho de campo: outras histórias

De volta ao Brasil, não pretendia fazer mais nenhuma entrevista, contudo, surgiu a possibilidade de conversar com um rapaz de 24 anos, através de um contato de minha orientadora feito com uma aluna dela. Isso seria interessante pelo fato de eu não ter tido a possibilidade de conversar com nenhum filho do sexo masculino, no Brasil. Dessa forma, deu-se início à terceira fase do campo em que realizei as duas últimas entrevistas. As mesmas aconteceram quando eu já estava atenta a outras questões, com a escuta ampliada, digamos assim, para certos assuntos que ganharam relevância ao longo da pesquisa. O que foi enriquecedor para o trabalho, certamente em movimento.

⁶¹ Original em francês : Ma mère avait 40 ans et ma marraine 48 ans quand je suis née. Quand elles se sont rencontrées, c’est ça ma mère qui m’a raconté, ma marraine tout de suite a parlé d’avoir un enfant. Ma mère n’en avait pas le désir vraiment et ça lui est venu assez tard. Donc à ce moment là elles se sont mises à ressuer sur le terrain pour essayer de trouver, elles se sont renseignées auprès d’une agence classique, qui est réservée aux couples mariés. Elles y sont allées. On leur a dit « bah, désolé mais ce n’est pas possible. Mais si vous voulez y arrivez, vous y arriverez ». Elles ont fini par obtenir le contact d’un gynécologue à Paris qui les pouvait mettre en lien, qui avait un réseau de donneurs. C’était possible de faire ça mais dans l’illégalité totale. Pendant des mois elles se sont battues et elles ont fini par avoir cette opportunité là, à Paris (Rose).

⁶² Às vezes Rose diz ter duas mães, às vezes se refere a uma delas como madrinha.

⁶³ Na língua portuguesa não existe um único termo, um termo neutro, que traduza a palavra em francês *parent*, que significa pai ou mãe.

Original em francês: « J’ai deux mamans, une est décédée depuis une dizaine d’années, donc elles se sont séparées quand j’avais 6 ans... elles étaient très proches jusqu’à la fin. J’ai toujours eu vraiment deux parents, totalement soudés ».

1.8.1 Carlos

No final de junho de 2018, após ter conversado com cinco filhas de mães lésbicas, entro em contato por *WhatsApp* com Carlos, o décimo segundo entrevistado e o sexto participante brasileiro. Como de costume, agradei sua disponibilidade e perguntei quando o encontro seria adequado para ele. Minutos depois ele respondeu. Disse que viajaria naquela semana, e que talvez na próxima fosse melhor, pede desculpas por isso. Marcamos, então, na semana seguinte em um restaurante sugerido por ele, na zona sul do Rio de Janeiro, onde conversamos por uma hora e trinta minutos.

Carlos, 24 anos, tem cor de pele branca e foi criado na zona sul do Rio de Janeiro por suas duas mães até seus 8 anos de idade, quando sua mãe biológica faleceu. A partir daí, até seus 23 anos, foi criado por sua mãe não-biológica. Isso foi possível após ela ter conseguido sua guarda definitiva na justiça. Até aquele momento, ela não possuía nenhum vínculo legal com o filho, e o avô de Carlos reivindicou sua guarda, após a morte de sua filha. A mãe falecida era uma figura pública, artista reconhecida nacionalmente, assim, a referida disputa tornou-se notícia de jornal no Brasil. A disputa pela guarda de Carlos trouxe à tona uma discussão importantíssima e deu visibilidade à dupla maternidade lésbica e à existência ou não dos vínculos legais entre as mães e a/s criança/s.

Carlos não chegou a conhecer seu pai porque este veio a falecer ainda durante sua gestação. Suas mães já viviam juntas quando uma delas ficou grávida. Carlos se refere a ambas como mãe. Quando pequeno utilizava a nomeação mãe e mãinha. Após o falecimento de sua mãe biológica passou a chamar a mãinha de mãe.

Carlos deu início aos seus estudos universitários, mas teve que interrompê-los devido às viagens de trabalho. Ele é cantor e viaja com frequência para realização de shows. Divide atualmente um apartamento com um amigo.

1.8.2 Betina

Aproximadamente um mês após o encontro com Carlos, participei do II Congresso da ABRAFH (Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas), em Brasília, e conheci Betina.

Betina era uma das filhas que fazia parte de uma mesa de palestrantes intitulada “Filiação LGBTI+”, cujo assunto era descrito da seguinte forma: “Com a palavra, os filhos!”. Ao término da exposição, procurei por Betina, me apresentei e propus a entrevista. Ela

concordou imediatamente e combinamos de nos encontrarmos após o almoço, naquele mesmo dia. Conversamos durante uma hora e meia nas escadas da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, por ser um lugar fresco e tranquilo.

Betina tem 18 anos, é branca, está namorando um rapaz e estuda psicologia em São Paulo, onde vive com sua mãe, com quem tem um relacionamento bem próximo. Betina viveu com seu pai e sua mãe até seus 2 anos de idade quando o casal se separou. Passou a viver, então, somente com sua mãe. Quando Betina tinha aproximadamente 5 anos, sua mãe se casou com uma mulher e as três passaram a viver juntas. Depois de dois ou três anos o casal se separou.

Betina sempre manteve contato com seu pai e hoje as famílias de pai e mãe recompostas relacionam-se harmoniosamente. Seu pai casou-se novamente, tem um filho e está à espera de uma filha, e sua mãe está de casamento marcado com sua companheira e a relação de Betina com a futura esposa da mãe é muito boa.

2 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA OBTENÇÕES DE IMPORTANTES DIREITOS: CASAMENTO, ADOÇÃO E REPRODUÇÃO ASSISTIDA

2.1 Legislações

2.1.1 O caminho brasileiro

No Brasil, no Poder Legislativo com uma bancada cada vez mais religiosa, apesar do Estado ser laico, parece cada vez mais distante a extensão dos direitos civis para homossexuais.

Um dos principais avanços dos últimos anos, a decisão de 2011, dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, certifica a existência jurídica do casal homoafetivo, termo utilizado pelo STF, retirando-o do lugar de inacessibilidade aos direitos e convocando o Legislativo para que se criem leis específicas.

Vale destacar algumas considerações quanto ao neologismo “homoafetividade”, criado por Maria Berenice Dias, que visa abrandar posturas preconceituosas e aponta para o aspecto afetivo nas relações entre pessoas do mesmo sexo. Foi cunhado com o objetivo de quebrar paradigmas existentes e evidenciar que é o afeto que une os pares (DIAS, 2009), diluindo o forte caráter sexual do imaginário. Tal expressão “foi complementada pela valoração que o vínculo afetivo entre os sujeitos recebe do ordenamento jurídico, posto como salutar, o que justificou o termo homoafetividade” (MOSCHETTA, 2011, p. 57). Tanto na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), como no voto do relator Ministro Ayres Britto, e de outros ministros, quanto na decisão final do STF, o termo “homoafetivo” foi utilizado.

Longe de ser um consenso, tal neologismo é muitas vezes criticado por segmentos do movimento LGBT, e visto como uma maneira de purificar propostas de modificações sociais proporcionadas pela pluralidade sexual (DE GARAY HERNANDEZ, 2013). A apropriação do termo “homoafetivo”, por parte de alguns setores da sociedade pretende distanciar o/a homossexual da figura do/a desviante mas, concomitantemente, tende a outro enquadramento. Costa e Nardi (2015, p. 147) apresentam argumentações que buscam apontar as fragilidades e pôr em questão os argumentos que embasam a noção de homoafetividade:

A primeira delas diz respeito ao plano individual, pois o conceito falha em oferecer um modelo que dê conta de toda a diversidade sexual e afetiva. No plano social, falha pois reforça o preconceito que supostamente estaria ajudando a combater, assimilando modos de relacionamento entre pessoas do mesmo sexo à prevalecente norma social.

Finalmente, falha no plano político, por solapar uma esfera pública universal, único lugar onde o direito democrático da sexualidade pode se concretizar.

A problematização do uso de tal termo e seus significados é de grande importância e devem ser colocados em análise devido às “implicações subjetivas e políticas do uso da justificativa afetiva para a regulamentação das uniões de pessoas do mesmo sexo no Brasil” (COSTA; NARDI, 2015, p. 138).

Em 1995, foi proposto o Projeto de lei n. 1.151/95, de autoria da então deputada federal Marta Suplicy, objetivando a instituição da união civil entre pessoas do mesmo sexo, mas nunca foi votado, apesar de ter gerado uma série de importantes debates sobre a conjugalidade homossexual. Nem tampouco seu substitutivo, do ano seguinte, do deputado Roberto Jefferson, aprovada apenas na Comissão e pronto para a aprovação desde 1997. Em 2001, baseado no projeto francês, o mesmo deputado propõe o PL nº 5.252, arquivado em 2007 como o anterior. Em 2010, aproximadamente quinze anos após a criação do primeiro projeto, a Câmara dos Deputados recebeu o Projeto de lei n. 7.018/2010, que pretendia proibir a adoção de crianças ou adolescentes por casais formados por pessoas do mesmo sexo (AMARAL, 2010). Tal PL foi arquivado, contudo, em 2015.

Por outro lado, tramitou no Supremo Tribunal Federal uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 (ADPF), apresentada pelo Governo do Estado do Rio, de 2008, e uma Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 (ADI), apresentada pelo Ministério Público, de 2009, a favor do reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo. O ajuizamento dessas ações objetivava o tratamento como entidade familiar à união entre pessoas do mesmo sexo, desde que atendidas as necessidades exigidas para a constituição da união estável entre homem e mulher. Os argumentos baseavam-se na ideia de que o não reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo implicaria a violação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), da proibição de discriminação odiosas (art. 3º, inciso IV), da igualdade (art. 5º, caput), da liberdade (art. 5º caput), e da proteção à segurança jurídica (STF, 2008; 2009).

Em resposta ao julgamento da referida ADI 4277 e também da ADPF 132, a decisão foi tomada no julgamento em que o STF decidiu a extensão dos direitos aos homossexuais, justamente baseado na importância dos princípios, interpretando a Constituição de forma ampla e não restrita.

Lorea (2006, p.494; p.488), já em 2006, sustentava “a desnecessidade de criação de lei nova para regular o casamento de homossexuais”, além daquela já existente para os heterossexuais, uma vez que “a instituição do casamento deve estar acessível a todos os

cidadãos, independentemente de sua orientação sexual, sob pena de discriminação vedada na Constituição Federal”. Não se trata de alcançar um novo direito para os homossexuais, “mas apenas assegurar-lhes o direito que já possuem: o de não serem discriminados”.

Através da criação de novas leis ou da interpretação das já existentes, de forma não discriminatória, faz-se necessário o estabelecimento de garantias de direitos aos casais ou aos/às pais/mães homossexuais. Assim, os avanços a serem alcançados, neste sentido, passariam a não depender apenas de lutas a serem travadas nos tribunais e de decisões no âmbito judicial, mas já seriam, de antemão, afiançados pelo poder público.

A referida decisão de nossa Corte Suprema é de grande magnitude e influenciará julgamentos que, até a véspera de seu anúncio, dependiam somente da interpretação das leis existentes por parte das autoridades judiciais. Assim, é importante chamar atenção para o fato de que alguns dos operadores do direito equiparavam a união entre pares do mesmo sexo a um negócio, destacando o aspecto societal da união, em oposição àqueles que caracterizam uma relação conjugal:-

Estas autoridades não concordavam com a analogia feita entre uniões heterossexuais e homossexuais, ou seja, discordavam de que a união entre pessoas do mesmo sexo pudesse ser equiparada à união estável. Argumentavam que união estável existe entre um homem e uma mulher, conforme parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição Federal: “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” (BRASIL, 1988), sem se debruçar sobre a dimensão de construção do casal, o mais importante nesta descrição.

Para os ministros do STF que decidiram pelo reconhecimento da união entre casais homossexuais, o fato de não haver referência a tais uniões, na Constituição Federal, não pode ser entendido como proibição. Prevaleceu uma interpretação ampla da Constituição com relevância para princípios constitucionais como liberdade, dignidade, igualdade e proteção da segurança jurídica.

No dia 5 de maio de 2011, por unanimidade, os ministros da Suprema Corte decidiram que as mesmas regras da união estável heterossexual, previstas no Código Civil, passarão a ser aplicadas na relação homossexual. Por analogia, os/as cônjuges de mesmo sexo poderão, por exemplo, demandar: declaração conjunta no imposto de renda; pensão, em caso de morte ou separação; partilha de bens e herança, desde que comprovada a convivência com o parceiro ou parceira. Tal decisão unifica os entendimentos distintos de tribunais e juízes sobre o assunto.

Seria, segundo o jurista Dalmo Dallari (2011, p.3), “o começo de uma solução, mas o Judiciário não substitui o Legislativo, apenas reconhece a existência de uma situação de fato,

que acarreta efeitos jurídicos semelhantes ao casamento”. Mesmo não criando legislação específica com a referida decisão, tampouco alterando a existente, o STF abre precedentes jurídicos, ampliando, assim, os conceitos jurídico-constitucionais para casais homossexuais e preenchendo uma lacuna deixada pela legislação brasileira.

A Corte decidiu também que cabe ao Congresso aprovar leis que estabeleçam direitos decorrentes das uniões entre pessoas do mesmo sexo: “É como uma convocação. A decisão da Corte implica que o Legislativo assuma essa tarefa de regulamentar a equiparação” (PELUSO, 2011, p.3). Apesar de o Supremo não definir quais os direitos concedidos, entende-se como um destes direitos a adoção oficial de crianças por duas pessoas do mesmo sexo, prática essa que já vinha ocorrendo no Brasil, desde 2005.

Poucos dias após esta histórica decisão do Supremo, pesquisa realizada pelo Jornal O Globo, junto à Câmara, ouviu 320 dos 513 deputados em relação à união de homossexuais e à adoção de crianças pelos mesmos. Dentre os 320 deputados, 228 votaram a favor da união estável, 86 foram contra e 30 não votaram. Quanto à adoção por homossexuais, o resultado já foi diferente: 145 disseram não concordar, enquanto 154 foram a favor da ideia (CARVALHO; DEMÉTRIO; MALTCHIK, 2011).

Tanto no Brasil quanto na França, observa-se uma rejeição maior quando o assunto é a filiação, o argumento no Brasil, contrário à parentalidade por homossexuais diz respeito à sacralização da família brasileira.

Mesmo que se observe tal diferença na aceitação entre a conjugalidade homossexual e a parentalidade homossexual, direitos parentais vêm sendo adquiridos, ainda que não sejam leis instituídas. Como, por exemplo, o registro em cartório dos/as filhos/as em nome de duas mães ou de dois pais, o que hoje em dia é permitido e concede direitos iguais às crianças (BRASIL, 2017).

Não obstante a resolução de 2011, do STF, em relação às uniões homossexuais, alguns cartórios rejeitavam o pedido de casais de gay e de lésbicas de conversão da união estável em casamento. Sendo assim, em 14 de maio de 2013, por maioria dos votos, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, a resolução n. 175, em que os cartórios, em todo o território nacional, passaram a ser obrigados a celebrar o casamento civil e converter a união estável em casamento.

Já no que diz respeito, especificamente, à utilização da reprodução assistida por homossexuais, a regulamentação brasileira em vigor n. 2.168/2017, através de resolução do Conselho Federal de Medicina, deixa claro que é permitida. Situação distinta ocorre em outros

países, como por exemplo na França, onde a legislação não permite que homossexuais se beneficiem do auxílio da reprodução assistida.

Reprodução assistida (RA) é o termo utilizado no Brasil para demarcar um conjunto de conhecimentos e procedimentos médicos paliativos, em condições de in / hipofertilidade humana, pretendendo-se a fecundação. Esse conjunto de técnicas também é conhecido como novas tecnologias reprodutivas (NTR). Tal denominação é mais utilizada em estudos em que há uma conotação crítica da relação entre medicina, tecnologia e sua intervenção na procriação (CORRÊA, 2001).

Essas significativas descobertas biotecnológicas, que serão chamadas no presente estudo tanto de reprodução assistida quanto de novas tecnologias reprodutivas ocorreram a partir da segunda metade do século XX, ocasionando transformações na área da biomedicina. Primeiramente, o advento da pílula anticoncepcional desvinculou a relação sexual da concepção. Após alguns anos, a partir do avanço das técnicas reprodutivas, desvinculou-se a concepção da relação sexual. Tais técnicas referem-se aos métodos da medicina de reprodução humana que substituem o ato sexual na concepção (LUNA, 2005) e, dentre as mais conhecidas, encontram-se a inseminação artificial (IA), a fertilização *in vitro* (Fiv).

Hoje, a busca pelos recursos tecnológicos na reprodução atinge demandas cada vez mais variadas, que vão além dos tratamentos para infertilidade de casais heterossexuais. Segundo Corrêa (2001), outra forma de enfocar as NTR seria defini-las como um conjunto de técnicas complementares à relação sexual, o que seria mais adequado se considerarmos sua utilização por pessoas celibatárias ou homossexuais. Em consonância com tal colocação, a resolução em vigor n. 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina demonstrou que o papel da reprodução assistida seria o de auxiliar na solução de problemas relacionados à reprodução humana, sendo a pessoa interessada infértil ou não (BRASIL, 2017).

No ano de 1992 o Conselho Federal de Medicina (CFM) regulamentou as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida / novas tecnologias reprodutivas no Brasil. Desde então, tal resolução sofreu alterações nos anos de 2010, 2013, 2015 e mais recentemente, em 2017.

Apesar de tramitarem, há anos, no Congresso Nacional diversos projetos a respeito da regulamentação de normas éticas relacionadas às técnicas reprodutivas, o Brasil não possui, até o momento, legislação específica sobre reprodução assistida. Sabe-se que, diante das tensões e incertezas nesta área, predomina a decisão judicial, que inclusive gesta a resolução, uma vez que determinações do Poder Judiciário brasileiro têm primazia em relação às resoluções éticas do Conselho Federal de Medicina.

De 1992, ano em que a primeira resolução sobre o assunto entrou em vigor, até 2017, ano da publicação da resolução atual, algumas modificações na regulamentação das normas ocorreram. Especificamente no que diz respeito às alterações relacionadas à utilização da reprodução assistida por homossexuais, tomou-se como base o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Vejamos.

Em relação aqueles que podem fazer uso das técnicas de reprodução assistida, a resolução de 1992 explicita que as mulheres poderiam fazer uso de tais tecnologias, mas, no caso de estarem casadas ou em união estável, a aprovação do cônjuge ou do companheiro fazia-se necessária (BRASIL, 1992). Na resolução de 2010, não apenas as mulheres, mas todas as pessoas capazes que tenham solicitado o procedimento poderão utilizar as técnicas reprodutivas, com a condição de que os participantes estejam esclarecidos (BRASIL, 2010). Esta modificação apontou para a possibilidade de homossexuais, casais ou não, ou homens solteiros se beneficiarem.

Já nas resoluções seguintes, de 2013 e também a de 2015, fica explicitado, e não mais apenas apontado, que o uso das técnicas de reprodução assistida é permitido para “relacionamentos homoafetivos e pessoas solteiras”, evitando assim que homossexuais ou pessoas solteiras ficassem sujeitos a diferentes interpretações da resolução (BRASIL, 2013; 2015).

Outro ponto que diz respeito aos/às homossexuais é a permissão da gestação compartilhada em casos de união homoafetiva feminina, sem infertilidade, acrescentada na resolução de 2015. No caso de casais de mulheres em que o embrião é gerado a partir do óvulo de uma das parceiras, e transferido para o útero da outra, torna possível a participação de ambas no processo, sendo uma delas considerada a mãe biológica e a outra a mãe gestacional (BRASIL, 2015), fenômeno conhecido como ROPA (recepção de óvulos da parceira).

No caso dos casais de homens que desejam filhos/as biológicos/as, tornou-se possível a partir da resolução de 2013, e mantida na resolução de 2015, através da gravidez de substituição. O casal ou apenas um dos homens doa o material genético para uma terceira pessoa, a qual irá gerar a criança. Tal doadora temporária do útero deverá pertencer à família de um dos parceiros em parentesco consanguíneo até quarto grau (BRASIL, 2015).

Assim sendo, na contemporaneidade, diante de uma sociedade em movimento, a explicitação pelo Conselho Federal de Medicina de que homossexuais possam vir a pleitear o uso de tais técnicas é de grande relevância, apesar da inexistência de legislação que regule o tema em questão. Demonstra o ganho de visibilidade a respeito de questões que eram muito mais tabu em torno da homossexualidade e os desdobramentos através da conquista de direitos.

Ainda que essas conquistas venham acompanhadas da possibilidade de objeção por parte do médico.

No que diz respeito à doação de gametas e embriões, a resolução brasileira estabelece o seguinte quanto ao sigilo:

Os doadores não devem conhecer a identidade dos receptores e vice-versa; será mantido, obrigatoriamente, o sigilo sobre a identidade dos doadores de gametas e embriões, bem como dos receptores. Em situações especiais, informações sobre os doadores, por motivação médica, podem ser fornecidas exclusivamente para médicos, resguardando-se a identidade civil do/a doador/a; as clínicas, centros ou serviços onde é feita a doação devem manter, de forma permanente, um registro com dados clínicos de caráter geral, características fenotípicas e uma amostra de material celular dos doadores, de acordo com legislação vigente (BRASIL, 2015).

Com a possibilidade do recurso à reprodução assistida regulada por decisão do Conselho Federal de Medicina, outra questão fez-se presente para aqueles casais que planejaram a maternidade conjuntamente: o vínculo legal com a criança. Até março de 2016, no Brasil, no caso do nascimento de um/a filho/a, na constância de uma união homossexual, este/a filho/a só teria vínculo legal com a mãe que o/a gerou. Em nenhum momento se apresenta automaticamente a ideia de presunção da maternidade por parte da mãe que não gerou, ideia tão presente na sociedade brasileira em relação aos homens, julgados pais pelo casamento.

Sabe-se que na inexistência de leis que regulem a parentalidade homossexual no Brasil, os operadores do Direito buscam um modo de conquistar alguns direitos que a legislação nega a estas famílias, através das lacunas das leis e nas analogias com as leis já existentes, respaldados pelos artigos 4º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil⁶⁵. O caput do artigo 1597, inciso V do Código Civil brasileiro diz: “Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido” (BRASIL, 2007, p. 443). Contudo, a interpretação da lei vinha sendo feita de modo a não decidir de acordo com analogias, ou seja, no caso de um casal de mulheres, tal lei não se aplicava.

Sendo assim, até recentemente, os casais de mulheres buscavam legalizar a situação entre a mãe que não gerou a criança e os filhos/as, através da adoção unilateral. Mesmo que o projeto parental tivesse se realizado conjuntamente. Existiam sim casos bem-sucedidos de pedido de dupla maternidade com a alegação da presunção da maternidade, em que o casal dava entrada em tal pedido, antes mesmo do nascimento da criança. Contudo, fazia-se necessário um

⁶⁵“Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito” e “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum” (BRASIL, 2007, p. 251; 252).

processo judicial. Atualmente, no entanto, mais precisamente desde março de 2016, é possível que a emissão da certidão dos/as filhos/as havidos por reprodução assistida seja no nome das duas mães, independentemente de autorização judicial, em função do Provimento n. 52, do Conselho Nacional Justiça (BRASIL, 2016). Em novembro de 2017, um novo Provimento do Conselho Nacional Justiça, n. 63, estendeu o benefício também à dupla paternidade, dispondo sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e da maternidade socioafetivas (BRASIL, 2017).

2.1.2 O caminho francês

Stambolis-Ruhstorfer (2015), ao comentar o livro *Homosexualité et parenté*, organizado por Courduriès e Fine (2014), ressalta que a permissão de adoção e do casamento para casais do mesmo sexo, na França, em 2013, suscitou interessantes debates no parlamento e na sociedade. E, mesmo deixando lacunas a serem preenchidas, essa lei tem uma abrangência simbólica e material importante. Para os defensores, essa institucionalização das famílias homoparentais responde às necessidades reais dos casais que se encontram face às desigualdades para assegurar os laços entre o casal e com seus/suas eventuais filhos/as. Já para os opositores, a reforma no Direito constitui uma “ruptura antropológica” que traria o risco de fragilizar a base da ordem social. Segundo eles, o fato de uma criança poder vir a ter dois pais ou duas mães apagaria as referências fundamentais que estruturam a filiação. Diante disso, torna-se ainda mais importante dispor de informações empíricas que permitam explicitar e ilustrar as reivindicações de alguns e responder aos temores de outros. Assim, apesar da promulgação da lei que permite o casamento e a adoção para pessoas do mesmo sexo, o acesso à PMA e à GPA ainda permanece como direito a ser conquistado.

Segundo Agnès Fine (2013, p. 115), longe de ser uma “ruptura antropológica”, as reivindicações atuais trazidas por homossexuais expõem, explicitamente, questões sobre a filiação, já suscitadas pelas mudanças familiares há aproximadamente uns cinquenta anos, e ainda não solucionadas.

A emergência da parentalidade homossexual coloca em cena os componentes de uma montagem ideológica que será explicitada a seguir. A doutrina dos juristas consolidou há muito tempo a posição dos juízes na França. Nos diferentes processos legislativos de reconhecimento dos casais do mesmo sexo, como PaCS e *mariage pour tous*, a hostilidade da doutrina dominante não parou de crescer. É nesse contexto, particularmente desfavorável à legalização,

que a intervenção do legislativo se fez necessária a fim de permitir o acesso ao direito dos indivíduos e famílias homoparentais (BORRILLO, 2015).

Para demonstrar a pouca inclinação de juristas franceses quando o assunto é a igualdade de direitos, Borrillo (2015) apontou os limites da plasticidade da jurisprudência quando do surgimento de casais do mesmo sexo no litígio familiar. Para recusar aos concubinos homossexuais algumas vantagens concedidas, sem dificuldades, aos concubinos heterossexuais, a jurisprudência usou o argumento segundo o qual os direitos são concedidos na medida em que se assemelhem ao casamento. Como o casamento não era permitido aos homossexuais e era definido como a união entre um homem e uma mulher, os casais do mesmo sexo não poderiam ser contemplados pela jurisprudência relacionada ao concubinato.

Essa jurisprudência hostil relacionada ao concubinato foi abolida por ocasião da lei de 1999 que regulamentou o PaCS, introduzindo no código civil o artigo 515-8 definindo o concubinato como: “uma união de fato caracterizada por uma vida comum apresentando característica de estabilidade e de continuidade entre duas pessoas, de sexo diferente ou do mesmo sexo, que vivem como casal”. A partir de então, todos os direitos e obrigações concedidos aos concubinos heterossexuais deveriam se estender aos concubinos homossexuais, do contrário, a ordem jurídica estaria sendo contrariada. Contudo, tal lei não colocou fim à desigualdade dos cônjuges: o casamento ficaria reservado aos casais heterossexuais. Mas nem a esquerda socialista e, ainda menos, a direita republicana vieram a considerar essa situação como discriminatória.

O debate parecia então fechado até que a prefeitura de Bègles⁶⁶ decidiu, por um gesto de desobediência civil, interpretar o Código Civil em favor dos casais do mesmo sexo, celebrando um casamento entre dois homens. Em 2004, após a celebração de tal casamento, Noel Mamere é suspenso de suas funções de prefeito durante um mês, o que bloqueou a possibilidade de outros casamentos. Mas foi graças a Bègles que a questão do casamento se tornou, a partir daquele momento, politicamente possível.

Após o referido casamento, a Corte de cassação, numa decisão de 2007, anula tal união sob o seguinte argumento: “segundo a lei francesa, o casamento é a união de um homem e uma mulher; que esse princípio não é contestado por nenhum dos dispositivos da Convenção europeia dos direitos do homem e da Carta dos direitos fundamentais da união europeia [...]”, assim tal casamento é anulado (LIBÉRATION, 2007).

⁶⁶ Uma comuna no sudoeste da França, nos arredores ao sul de Bordeaux.

Diante de uma justiça resistente, e isso é observado claramente na inversão da lógica jurisprudencial em relação ao concubinato, será somente pela iniciativa do governo, e no plano legislativo, que o projeto igualitário passará a tomar forma.

Conforme Fassin (2008), desde os debates sobre o PaCS, ninguém gostaria de ser visto como homofóbico e todos gostariam de combater a homofobia, tanto os de direita quanto os de esquerda, principalmente depois da aprovação do projeto de lei (PaCS) e com o apoio da opinião pública. Contudo, esta suposta vontade de combater a homofobia não impedia que a questão da desigualdade em relação ao casamento e à família, endossada implicitamente pelo Estado, ficasse clara. Segundo Borrillo (2010, p. 24):

Se a homofobia afetiva (psicológica) caracteriza-se pela condenação da homossexualidade, a homofobia cognitiva (social) pretende a diferença homo/hetero; neste aspecto, ela preconiza a tolerância, forma civilizada da clemência dos ortodoxos em relação aos heréticos. Neste último registro, ninguém rejeita os homossexuais; entretanto, ninguém fica chocado pelo fato de que eles não usufruam dos mesmos direitos reconhecidos aos heterossexuais.

A estratégia que os socialistas criaram com o PaCS, em 1999, parecia evidente: oferecer certos benefícios aos casais do mesmo sexo, recusando-lhes, contudo, o acesso ao casamento e à filiação. Alguns anos depois da adoção do PaCS, assim como a direita, os socialistas estavam de acordo em considerar que o Pacto Civil de Solidariedade seria suficiente para os homossexuais e que, por consequência, não haveria lugar de debate sobre o casamento.

Entretanto, um trágico fato colocou fim ao consenso que parecia se instalar no cenário político francês. O anúncio de que Sébastien Nouchet, um francês de 33 anos, sofrera queimaduras de terceiro grau, vítima de agressão homofóbica, em 2004, produziu uma comoção política. O presidente Chirac escreve ao companheiro da vítima uma carta demonstrando sua “profunda indignação”. As manifestações contra homofobia foram organizadas por diversas associações e por dois partidos políticos. As consequências políticas que esse caso desencadeou foram incontestáveis.

Nesse contexto de mobilização contra a homofobia, dois outros acontecimentos permitiram manter a pressão midiática: em fevereiro de 2004, Gavin Newsome, jovem prefeito democrata de São Francisco, decide afrontar a lei e começa a casar os casais de mesmo sexo. Algumas semanas mais tarde, o primeiro ministro espanhol Zapatero anuncia que seu governo apresentará um projeto de lei permitindo o casamento e adoção aos casais homossexuais.

Pouco tempo antes, o governo francês cedia às exigências europeias introduzindo na lei uma infração de discriminação fundada na orientação sexual. Tal dispositivo consistia na

proteção dos homossexuais nos empregos e no acesso aos bens e serviços; mas não incluía os direitos em matéria de família.

É neste contexto que Didier Eribon juntamente com Daniel Borrillo redigem um manifesto pela igualdade dos direitos, onde consta que: recusar o acesso de gays e lésbicas ao casamento e adoção, ou o acesso de lésbicas ou de mulheres solteiras à PMA parecia homofóbico e discriminatório. Graças à intervenção de Eribon e de personalidades que assinaram o manifesto, como por exemplo Jacques Derrida, Éric Fassin, Paul Veyne, Pierre Bergé, Alain Touraine, em 17 de março, o jornal *Le Monde* decidiu publicá-lo. Além desses intelectuais e artistas, muitos prefeitos de esquerda também o assinaram (BORRILLO, 2015).

O argumento jurídico colocado era simples, não é necessário mudar a lei, é suficiente que os prefeitos⁶⁷ a interpretem em favor dos casais do mesmo sexo. Assim, com 3 mil assinaturas e o apoio de uma centena de associações LGBT, o “Manifesto pela legalidade dos direitos”⁶⁸ se tornava quase um movimento político completo. Houve uma infinidade de manifestações contrárias de psicanalistas, católicos e de partidos políticos de diversas posições.

A possibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo será integrada, oito anos mais tarde, no programa político de François Hollande. Ele, que era ainda candidato à presidência da república, anunciava que lutaria contra todas as formas de discriminação e que estenderia o direito ao casamento e adoção aos casais do mesmo sexo.

Em 7 de novembro de 2012, o Primeiro ministro submete ao Conselho dos ministros o projeto de lei “abertura do casamento aos casais do mesmo sexo”, que começa com uma exposição de motivos retratando sucintamente a evolução histórica do casamento, e lembrando que a maioria dos franceses naquele momento era favorável (65% segundo a enquete do Instituto francês de opinião pública⁶⁹ realizado entre 9 e 13 de outubro de 2012 com 2000 pessoas). Uma lógica igualitária parece ser válida somente para as relações conjugais e não para a filiação, uma vez que o projeto de lei limitava o direito dos casais homossexuais apenas à adoção. Como mencionado acima, no Brasil, ainda que por razões distintas da França, a filiação suscita grandes preocupações.

Assim, um casal de lésbicas, mesmo estando casadas, não terá acesso à PMA. O governo havia considerado que essa questão deveria ser objeto de uma outra reforma. A limitação dos direitos de filiação à adoção constitui o ponto mais problemático da lei porque uma

⁶⁷ Na França, são os prefeitos os responsáveis pela realização dos casamentos civis.

⁶⁸ Manifeste pour légalité des droits.

⁶⁹ Institut français d'opinion publique, Ifop.

discriminação se perpetua entre os casais casados, quando se trata de uma união hetero ou de uma união homo.

Além disso, a ação dos juristas conservadores não cessa de crescer a fim de atacar não somente os avanços da lei, mas também de limitar os efeitos de algumas disposições tomadas pelo governo, como a circular Taubira⁷⁰, facilitando a obtenção da nacionalidade francesa aos filhos nascidos no estrangeiro através da gestação de substituição.

A situação é mais complicada do que a Corte de Cassação afirma. Em uma sentença de 2013, fica estipulado que a filiação estabelecida no estrangeiro não pode ser inscrita sob os registros franceses de estado civil. Da mesma forma, em 30 de abril de 2014, o tribunal de grande instância de Versailles recusa o acesso ao pedido de adoção plena, da esposa da mãe biológica de uma criança concebida no estrangeiro por PMA.

O pedido de adoção por parte da mãe que não gerou a criança é o único meio possível, na França, para que a situação legal entre os/as filhos/as gerados por PMA e a referida mãe sejam assegurados. O ato de reconhecimento pela mãe social⁷¹ não é possível, a não ser que a adoção da criança, filha/o da cônjuge ocorra, para que, assim, a obtenção da legalização de filiação entre criança e a mãe social se estabeleça. Tal adoção tornou-se possível desde a aprovação da lei *mariage pour tous*, em 2013. Desta forma, o casamento, muito mais do que um fim em si mesmo, cumpre o papel de possibilitar a proteção jurídica das crianças e das mães sociais que, através da adoção da/o filha/o biológica/o da sua companheira, torna-se mãe legal (DARIUS E DÉCHAUX, 2016).

A hipótese de incapacidade dos juízes de proteger as novas famílias não cessa de se confirmar pelas decisões, mesmo se a Corte Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) e a Corte de Cassação tenham limitado o alcance das mesmas.

Na vida cotidiana, no auge da discussão sobre o *mariage pour tous*, as pesquisas de opinião, a propósito do casamento de duas pessoas do mesmo sexo testemunham uma evolução na França, de acordo com Martine Gross (2013). Entre 1995 e 2012, tais pesquisas indicaram um número crescente de pessoas favoráveis ao casamento em questão. As porcentagens passaram de 51% para 65%. O mesmo ocorreu com o percentual de pessoas favoráveis à adoção de crianças por casais homossexuais, que passou de 39%, em 1995, para 52%, em 2012. Segundo a referida autora, esta modificação, sem significar absolutamente o fim da homofobia,

⁷⁰ Christiane Taubira era a Ministra da Justiça à época dos debates e da aprovação da lei do *mariage pour tous*.

⁷¹ Os autores Darius e Déchaux (2016) utilizam o termo mãe social para se referirem aquelas mães que não geraram as crianças. Destacam que tal termo, longe de ser perfeito, seria preferível ao de “mãe biológica” ou “mãe não-legal”.

afetaria a percepção das/os homossexuais em relação a si próprias/os e facilitaria a vivência da homossexualidade afastada do lugar de vergonha ou de um vício a esconder.

Uma vez que casais de pessoas do mesmo sexo não podem procriar, devem necessariamente voltar-se para a adoção, como único modo de estabelecer a filiação desligada da procriação. Entretanto, os homossexuais não são individualmente estéreis. Famílias homoparentais não se constituem somente por adoção e integram a diversidade de famílias existentes.

Cinco anos após a promulgação da lei francesa, os dados mostram que os casamentos são numerosos, apesar das adoções continuarem difíceis. Desde 2013, aproximadamente 40.000 casais homossexuais casaram-se segundo *L'Institut national de la statistique et des études économiques* - Insee. Hoje a tendência é estável, depois de um pico de mais de 10.500 casamentos em 2014. Aproximadamente 7000 casamentos gays e lésbicos por ano, correspondendo a 3% do total de casamentos. O número de PaCS entre pessoas do mesmo sexo é estável também, em torno de 7.000 por ano, segundo os dados disponíveis. Não é possível saber o número de divórcios porque as estatísticas não distinguem casais homossexuais dos heterossexuais. Abaixo, alguns dados:

Tabela 2 - casamentos

	Total Popul.	Hetero 2016	Homo 2013	Homo 2014	Homo 2015	Homo 2016	Total	Homo %
Brasil *	207 milhões	1.090.181	3.701	4.854	5.614	5.354	1.095.535	0,48%
França **	67 milhões	228.000 ***	7.367	10.522	7.751	7.000 ***	235.000 ***	2,97%

* IBGE 2016; 2017

**INED 2016; 2017

*** dados provisórios

O Insee mostra também que os casamentos de homossexuais são mais frequentemente celebrados nas grandes cidades do que as uniões heterossexuais: 18,7% dos casais gays se casam no meio rural, enquanto 23% das lésbicas e 22,7% dos casais hetero. Paris acolhe 25,8% dos casamentos gays, comparados com 13,5% dos casamentos lésbicos e 16,6% dos

heterossexuais⁷². As últimas sondagens mostram que o casamento para todos entrou na vida dos/as franceses/as.

Pesquisas encomendadas pela APGL ao IFOP – *Institut d'Études Opinion et marketing en France et à l'International*⁷³ – mostraram que em 2016, 63% dos franceses/francesas consideravam pais e mães homossexuais com filhos/as como uma família com direitos, demonstrando um aumento de dois pontos em dois anos. Além disso, 62% foram contra a revogação da lei Taubira, um crescimento de cinco pontos no mesmo período⁷⁴.

De acordo com Insee, casais do mesmo sexo se casam em geral mais tarde que os casais heterossexuais, segundo os últimos dados disponíveis (referentes ao ano de 2016). Observa-se um pico de união a partir de 28 até 32 anos para os homens e entre 26 e 31 para as mulheres. Quanto aos casais gays, depois dos 40 anos e as lésbicas entre 27 e 39 anos.

Entretanto, cinco anos após a promulgação da lei, o direito de adotar não se mostrou efetivo⁷⁵. “Não existem dados oficiais, mas o número de casais que puderam adotar na França ou no exterior é inferior a dez”, declara Nicolas Faget, porta voz da APGL.⁷⁶ O procedimento continua complicado na França porque são os conselhos de família compostos, entre outros, de eleitos do conselho departamental que examinam os dossiês que obtiveram uma aprovação prévia. Alguns desses eleitos são abertamente contra o *mariage pour tous*. “Não temos nada contra os casais do mesmo sexo, mas enquanto tivermos casais jovens, estáveis, com um pai e uma mãe, iremos privilegiá-los”⁷⁷ assume Jean-Marie Müller, que preside o conselho de família de *Meurthe-et-Moselle*⁷⁸. Algumas associações reivindicam o anonimato dos dossiês com o objetivo de evitar discriminações. Quanto à adoção no exterior, não se trata de processo simples. Vários países recusam adoção por casais homossexuais. Desde 2013 o número de crianças adotadas no exterior caiu 50% segundo o ministério das relações exteriores. No México, um

⁷² 26,6% dos homens do mesmo sexo casam numa cidade de mais de 200.000 habitantes, contra 28,16% das lésbicas e 23,85 dos casais hetero.

⁷³ Sondage IFOP/ADFH - la question des droits des homosexuels et des familles homoparentales dans la campagne présidentielle (<https://adfh.net/portfolio-items/sondage-ifopadfh-la-presidentielle-2017-et-les-droits-des-homosexuel-le-s-et-des-familles-homoparentales/>)

⁷⁴ Os dados demográficos, de 2005, na França estimaram que havia entre 24 000 e 40 000 crianças francesas que vivendo em uma família homoparental, segundo o Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED) (GROSS, 2013). A APGL, por sua vez estima que este número esteja em torno de 300.000. Isso pode ser explicado pelo fato do INED e da APGL terem formas distintas de considerar esses/essas filhos/as. O INED inclui apenas crianças menores que vivem hoje em um lar homoparental, ou seja, com um casal do mesmo sexo; e a APGL considera todas os/as filhas/os, adultos/as ou não, cujos/as pais/mães são homossexuais (ROZÉE, 2012).

⁷⁵ <http://www.europe1.fr/societe/cinq-ans-apres-le-mariage-pour-tous-en-chiffres-3631682>

⁷⁶ Em boletim recente, a APGL afirma que as autoridades responsáveis pela adoção dão preferência aos casais heterossexuais. <https://www.apgl.fr/article/item/565-adoption-seine-maritime>

⁷⁷ Original em francês : « On n'a rien contre les couples de mêmes sexe, mais tant qu'on aura des couples jeunes, stables, avec un père et une mère, on les privilégiera ».

⁷⁸ Um departamento francês situado ao leste do país e que faz fronteira com Luxemburgo e Bélgica.

dos poucos países onde a adoção por casais do mesmo sexo é permitida, nenhuma adoção foi concluída desde 2014.

É importante levar em consideração, na informação de que homossexuais se casam mais tarde, o fato de algumas uniões homossexuais, que se transformaram em casamentos, já existirem há muito tempo, como por exemplo a união das mães de Marion e das mães de Adèle e Sophie. Elas casaram-se recentemente, um pouco depois da promulgação da lei, mas já viviam juntas e criavam suas filhas há muitos anos.

Com a promulgação da lei do casamento na França, muitos casais de lésbicas casaram-se para que a mãe não biológica pudesse, assim, adotar suas crianças. Como as/os filhas/os e suas famílias fizeram uso desse direito adquirido e como, na percepção delas/deles, isso pode ter legitimado ou não suas famílias? A adoção de crianças na França está condicionada ao casamento do casal que adota e foi uma estratégia adotada por algumas famílias entrevistadas.

Marion

Mônica – depois da lei do casamento, suas mães se casaram ?

Marion – sim, dois anos depois, eu acho.⁷⁹

Sophie

Mônica - como foi o processo de adoção?

Sophie – [...] foi longo, dois anos, tomou tempo, eu me ocupei escrevendo meu testemunho, [...] foi um pouco complicado, porque minha madrinha é um pouco como eu, ela procrastina. Houve um encontro para saberem como as coisas se passaram, como aconteceu e depois os documentos. Depois foi o Natal, foi como um presente

Mônica - é recente, muito recente, então

Sophie - um mês e meio, um pouco mais [...] houve o casamento [...] foi meu primeiro casamento, fiquei muito feliz. Esse foi meu primeiro casamento, o das minhas mães, simpático isso

[...]

Mônica – teve festa?

Sophie - sim. Uma pequena reunião com amigos da família. Foi muito bom ...

Mônica - um momento importante para celebrar

Sophie – sim

Mônica - e a adoção, você também queria a adoção?

Sophie - Foi muito importante para a minha irmã, ela queria ser adotada quando pequena por questões administrativas, cada formulário que tinha que preencher: nome do pai [...] então era muito frustrante, quando você é pequena, em hospitais, por exemplo, em caso de morte, por herança. Na verdade, não é muito positivo adotar por esses motivos, mas sei que é importante. Também formaliza nossa relação de filhas, depois de 22 anos para minha irmã e 19 anos para mim. Na verdade, não muda nada. Nós éramos uma família antes, ou o que? Na verdade, é prazeroso. Eu gosto de dizer que sou adotada. Ela é reconhecida pela sociedade como sendo minha mãe, é importante também. É isso.⁸⁰

⁷⁹ Original em francês :

Mônica – après la loi du mariage vous mères se sont mariées ?

Marion – oui, deux ans après, je crois

⁸⁰ Original em francês:

Mônica – comment ça s’est passé ce processus d’adoption ?

Adèle e Sophie foram adotadas há pouco tempo. Apesar de Sophie ter dito que foi um processo muito importante para sua irmã, Adèle, ao mesmo tempo que achou importante, relatou ter achado muito estranho o fato de Kitty adotá-la, de ter sido adotada pela própria mãe. Em relação ao processo em si, disseram que tudo transcorreu de forma tranquila.

Rose perdeu sua deuxième maman⁸¹, como ela chama, em 2008, quando ainda não existia possibilidade da oficialização da união entre pessoas do mesmo sexo, nem adoção por parte da mãe não biológica:

Mônica - ela tinha uma vinculação legal com você? Acho que não

Rose - não. E quando ela morreu foi muito duro nesse sentido porque eu não era sua filha, não era reconhecida como... é verdade que, é uma pena porque eu digo a mim mesma que se ela estivesse viva ainda hoje, eu teria podido fazer o processo para que eu pudesse ter seu nome também, ser reconhecida como, para que eu estivesse no livro [de registro] de família simplesmente... é extraordinário que essa lei passe, mesmo que ainda seja muito difícil porque a PMA não ganhou. Eu sei de casais que reconheceram o parentesco da segunda mãe

Mônica - mas as duas mulheres devem ser casadas, não?

Rose - eu acho, mas eu diria para elas fazerem isso, não importa⁸² (risos)

Mônica - eu escutei histórias como essas, mulheres que se casaram só para que pudessem adotar [...]. Então isso seria importante para você?

Rose - sim⁸³

Sophie – comment ça s’est passé, bon... c’était long surtout, ça prenait du temps, après j’étais occupée à écrire mon témoignage... c’était compliqué parce que ma marraine a une tendance, elle est un peu comme moi, elle procrastine, elle procrastine... après, il y avait un rendez-vous pour savoir qu’est-ce qui s’est passé et voilà, après le papier. Après Noël, du coup c’était comme un cadeau... ça fait un mois et demi, deux mois presque qu’on a été adoptées officiellement à peu près...

Mônica – c’est récent, très très récent

Sophie – [...] c’était mon premier mariage, j’étais très contente [...] mon premier mariage c’était de mes parents, j’étais fière, c’était sympa [...]

Mônica – il y a eu une fête ?

Sophie – oui. Un petit comité avec principalement des amies de la famille. C’était très sympa...

Mônica – un moment important pour célébrer

Sophie – oui, exactement

Mônica – et l’adoption, tu voulais aussi l’adoption ?

Sophie – Alors, c’était très important pour ma soeur... parce que c’était très frustrant à chaque formulaire « nom du père », « je n’ai pas de père », du coup c’était très frustrant quand tu es petite dans l’hôpital... en cas de mort pour l’héritage. Du coup ce n’est pas très positif de faire l’adoption pour ça mais je sais que c’était important. Et puis ça officialise aussi notre relation enfants après 22 ans pour ma soeur et 19 ans pour moi [...]. En fait ça change rien... On était une famille avant, ou quoi du coup en fait ça fait plaisir. J’aime bien dire que je suis adoptée... elle est reconnue par la société comme étant mon parent, c’est important aussi. Voilà.

⁸¹ Segunda mãe.

⁸² Suas mães se separaram bem antes da segunda mãe falecer.

⁸³ Original em francês :

Mônica – elle avait une liaison legal avec vous ? je pense que non

Rose – non. Et d’ailleurs quand elle est décédée ça a été très dur à ce niveau là parce que je n’étais pas sa fille, je n’étais pas reconnu comme... c’est vrai que, c’est un regret je me dis si elle était encore en vie aujourd’hui j’aurais pu faire les démarches pour que je puisse porter son nom aussi, être reconnue comme, que je sois sur le livret de famille tout simplement... c’est assez extraordinaire que cette loi ça va passer, même si c’est encore très difficile parce que la PMA ce n’est pas gagné, je sais qu’il y a des couples qui ont pu faire reconnaître la parenté du deuxième parent, la deuxième maman

Mônica – mais les deux femmes doivent être mariées, non ?

Rose – je pense, mais je leur aurais dit de le faire tant pis (rises)

Apesar da diversificação das famílias contemporâneas, na França, as leis de bioética de 1994, dentre as mais rígidas da Europa, limitam o acesso à PMA só aos casais heterossexuais que sofrem de uma patologia da fertilidade. Os celibatários e os homossexuais não são admitidos. A nova versão das leis de bioética, de 2011, não mudou quase nada em relação aos dispositivos já em vigor. O legislativo privilegia um modelo procriativo, ao restringir o acesso à PMA aos casais cuja união sexual é potencialmente procriativa. A filosofia geral das leis de bioética é de excluir os casos ligados às novas configurações familiares (GROSS, 2013).

Uma nova versão das leis da bioética está em discussão na França, neste momento, com previsão para ser votada em junho de 2019. Desde 2017 são realizados debates, manifestações, discussões na televisão, na internet e divulgadas matérias nos jornais. A discussão está aberta à população e existe inclusive um site⁸⁴ em que todos/as podem participar, dando opiniões sobre o tema e onde a PMA faz parte dos assuntos mais debatidos dentre aqueles regulados pela lei da bioética e que podem ser revistos.

De acordo com Borrillo (2015), a PMA não foi pensada politicamente nem constituída juridicamente a partir de um direito subjetivo ou de uma liberdade (como foi o caso para a contracepção ou IVG - *Interruption volontaire d'une grossesse*⁸⁵), mas como um ato médico que serve de paliativo a uma esterilidade ou para evitar a transmissão de uma doença grave. Juntamente com esta razão médica para a adoção da PMA, há a promoção de um certo tipo de organização familiar, aquele que é formado pelo casal heterossexual em idade procriativa. Na França, a legislação sobre a PMA é legítima para esse conceito de “parentalidade natural”, fundado sob a ideia de que um futuro filho tem o direito de ter uma mãe e um pai, e dos laços biológicos de verossimilhanças com as pessoas que cumprem essa tarefa social. Esses valores descritos como universais se encontram, além disso, na origem da inclusão da PMA dentre os serviços reembolsáveis pela seguridade social.

Desde as discussões sobre o PaCS, as famílias homoparentais são apontadas como aquelas que colocam em perigo a ordem simbólica da sociedade e, conseqüentemente, seus/suas filhos/as estariam em perigo devido à falta de referência ligada à ausência de um outro sexo na família, necessário ao desenvolvimento normal da criança. Todo um discurso de vulgarização da psicologia foi lançado, no qual uma criança só poderia se estruturar numa família onde pai e mãe assumiriam cada um deles a função paternal e a função maternal. Já para os partidários,

Mônica – j’ai écouté des histoires comme ça, il y a des femmes qui se sont mariées juste pour qu’elles puissent adopter [...] donc c’est importante pour vous ?

Rose – oui

⁸⁴ <https://etatsgenerauxdelabioethique.fr/>

⁸⁵ Interrupção voluntária da gestação.

o sexo e a orientação sexual não são considerados como elementos importantes para determinar o valor de uma família, são percebidos como variáveis secundárias que contam pouco na educação das crianças. Variável principal seria o amor, a atenção voltada para os/as filhos/as (DESCOUTURES, 2010, p.2). Tais argumentos contrários foram encontrados durante as discussões sobre o *mariage pour tous*, e ainda são encontrados hoje quando das discussões sobre a possibilidade de a PMA ser permitida a todas as francesas.

Ainda que se observem tantos impedimentos legais, dados demonstram o aumento da busca pela PMA e GPA em homossexuais franceses/as (GROSS, 2013). Pesquisa realizada em 2012 (GROSS; COURDURIÈS; FEDERICO, 2014) indica um aumento das famílias homoparentais, na França, que se constituíram com o auxílio da PMA ou GPA. Participaram do referido estudo 405 mães lésbicas e 139 pais gays. Os resultados demonstraram ainda que 51% dos filhos das mães lésbicas e 22% dos filhos de pais gays foram concebidos através da PMA ou GPA.

Uma vez que a utilização da PMA, por mulheres homossexuais, não é permitida na França, as lésbicas francesas se encaminham atualmente aos países vizinhos (Espanha, Bélgica, Países Baixos, dentre outros), onde o recurso às tecnologias reprodutivas lhes é autorizado. Os homens gays, por sua vez, dirigem-se principalmente aos Estados Unidos para recorrer à gestação de substituição. Além disso, como apontam Darius e Déchaux (2016), durante esse difícil período de buscas precisam ainda encontrar um médico que aceite realizar os procedimentos para a procriação medicamente assistida com discrição, devido ao caráter ilegal do procedimento⁸⁶.

Alguns casais, ao realizarem o procedimento fora do território francês e após o nascimento da criança, foram acusados de fraudarem as leis francesas, uma vez que a Corte de Cassação, jurisdição mais alta da ordem judicial francesa, impedia o reconhecimento de laços de filiação estabelecidos no estrangeiro.

Mesmo quando os casais são casados, a adoção da criança pela mãe social não está assegurada, especialmente quando ela é concebida através de uma inseminação artificial efetuada no estrangeiro. Alguns procuradores se opõem à aprovação de tal exílio procriativo do casal, voltado, nessa perspectiva, a contornar a lei francesa. Assim, os casais se questionam de

⁸⁶ Os médicos franceses estão sujeitos à pena de cinco anos de reclusão e multa de 75 000 euros caso transmitam informações sobre a prática de PMA no estrangeiro, de acordo com a circular de 21 de dezembro de 2012 (INTERASSOCIATIVE LESBIENNE, GAY, BI ET TRANS, 2016; APGL, 2016). Ainda que seja possível encontrar no site da APGL, um manual chamado Guide IAD (L'insémination artificielle avec don de sperme) onde consta detalhadamente, os países e as cidades, os nomes de clínicas e hospitais com endereços, valores referentes aos procedimentos de PMA no exterior, e ainda a opção de escolha de um doador anônimo ou aberto (APGL, 2013).

devem ou não revelar que a criança foi concebida no estrangeiro (DARIUS E DÉCHAUX, 2016).

Até 26 de junho de 2014, a Corte de Cassação impedia o reconhecimento desses laços estabelecidos no estrangeiro alegando vários motivos, o mais recente foi o de fraude à lei. Utilizou-se o argumento de que, enquanto as pessoas procuram contornar a lei francesa, indo a outros países para realizarem práticas que lhes são proibidas, no caso da PMA ou GPA, nenhum efeito jurídico dos atos estabelecidos no estrangeiro é reconhecido. Esse não reconhecimento seria a melhor maneira, segundo os juristas favoráveis a essa interpretação, de dissuadir os futuros casais de se engajarem por esse caminho (ASSOCIATION DE PARENTS ET FUTURS PARENTS GAYS ET LESBIENS, 2014).

Contudo, em decisão da Corte Europeia dos Direitos Humanos (CEDH), de 26 de junho de 2014, ficou estabelecido que a criança nascida em território francês é francesa. A CEDH condenou a França por ter se recusado a transcrever o registro de crianças nascidas, através de gestação de substituição, nos EUA: recentemente, duas crianças nascidas nos EUA, cidadãs americanas, não tinham obtido a nacionalidade francesa (que é direito quando ao menos um dos pais é francês)⁸⁷.

Em onze países⁸⁸ da União Europeia, a PMA para todas as mulheres está legalizada⁸⁹. Tal legalização está entre as promessas de campanha do atual presidente da França, Emmanuel Macron, em 2017, e fará parte integrante da referida revisão das leis de bioética no primeiro semestre de 2019. Se a extensão não acontecer, as francesas vão continuar recorrendo aos países vizinhos para a realização do procedimento.

Os partidários da PMA para todas estimam que se trata de uma medida de igualdade para os casais de homossexuais em relação aos casais heterossexuais. A associação Inter-LGBT enxerga isso como uma maneira de colocar fim a uma discriminação fundada na orientação sexual. Uma porcentagem de 60% dos/as franceses/as é favorável à PMA para todas. Ao

⁸⁷ Em duas sentenças de 13 de setembro de 2013, a Corte de cassação recusou a inscrição, no registro civil, de crianças nascidas por GPA no estrangeiro, apesar de uma circular do Ministério da Justiça permitindo a referida inscrição. A fraude à lei francesa foi invocada pela Corte de cassação para impedir o estabelecimento da filiação à despeito do pai francês, deixando assim a criança numa total insegurança jurídica (COUR DE CASSATION, 2013).

⁸⁸ Esses países são Irlanda, Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Países Baixos, Dinamarca, Portugal, Finlândia, Suécia e Croácia e Reino Unido (uma vez que os efeitos do brexit, a saída britânica do bloco, só entrarão em vigor a partir de 2020), ainda que cada país regule a questão de maneiras distintas. Bélgica, Espanha, França têm legislações sobre anonimato e características do doador. Bélgica e Espanha preservam o princípio do anonimato do doador, enquanto Suécia e Países Baixos, por exemplo, têm outro tipo de legislação relacionado a tal princípio.

⁸⁹ <http://www.leparisien.fr/societe/pma-pour-toutes-la-france-est-a-la-traine-par-rapport-au-reste-de-l-ue-19-07-2018-7826715.php>

contrário, os anti-PMA, como *La Manif pour Tous*, denunciavam que os/as filhos/as crescerão sem pai e que prejudicará o desenvolvimento das crianças. A Igreja católica se opõe, mesmo entre heterossexuais. Em 2017, seis franceses em cada dez eram favoráveis a abertura da PMA aos casais de mulheres segundo uma pesquisa de opinião realizado pela BVA, uma empresa francesa de pesquisa e consultoria. Ou seja, um aumento de seis pontos em relação a 2014.

No seu boletim mensal *Population et Sociétés*, o INED aponta que a PMA desenvolveu de maneira linear desde os anos 1980. Ela representa, entretanto, um nascimento sobre 30 (ou seja 3,4% em 2018). Segundo o instituto, o número total de pessoas nascidas por PMA deveria atingir 400.000 no final do ano de 2019. No imaginário coletivo, a PMA é sinônimo de doador de esperma ou óvulo. No entanto, na realidade, na grande maioria dos casos, 95% das crianças são concebidas com os gametas do pai e da mãe. O recurso a um terceiro doador existe em 5% dos nascimentos por fertilização *in vitro*: 4% de doadores de esperma e 1% de doadoras de óocitos. Além dos casais de lésbicas, a PMA é proibida na França às mulheres solteiras e àquelas com mais de 43 anos (de La ROCHEBROCHARD, 2018).

Elise de La Rochebrochard (2018) aponta que a Espanha representa somente 8% dos nascimentos da União Europeia, assegura 19% dos doadores de esperma e 59% dos doadores de óocitos. Essa diferença é também observada na Dinamarca (1% dos nascimentos e 26% dos doadores de esperma) ou Bélgica (2% dos nascimentos e 20% dos doadores de esperma).

Entre 2012 e 2016 mais de 4.600 francesas buscaram clínicas espanholas na rede IVI, o centro de medicina reprodutiva mais importante da Espanha⁹⁰. Isadora, uma das mães francesas com a qual conversei, realizou PMA na Espanha e relatou que é um verdadeiro negócio: “Eu até acho que podemos fazer as inseminações sem conhecer a equipe antes. Já ouvi falar que algumas mulheres fazem tudo pelo correio, e já vão para a primeira inseminação na Espanha. É realmente um grande negócio, infelizmente”.

No ano de 2017⁹¹ as respostas sobre PMA⁹² para casais de mulheres e mulheres homossexuais solteiras ou GPA foram as seguintes: 60% dos franceses foram favoráveis à PMA aos casais de lésbicas. Eram somente 47% em 2013. A PMA para mulheres homossexuais solteiras foi aprovada por 49% das pessoas participantes, um aumento de um ponto em um ano. Quanto à GPA para casais do mesmo sexo, 44% dos franceses se disseram favoráveis, ou seja, 3 pontos a mais do que em 2014. Segundo o relatório 2017 SOS homophobie⁹³, 212 agressões

⁹⁰Para detalhes sobre importantes redes de reprodução assistida, ver:
https://www.myferti.com/page/clinique/IVI_1839

⁹¹ <http://www.europe1.fr/societe/cinq-ans-apres-le-mariage-pour-tous-en-chiffres-3631682>

⁹² <http://www.europe1.fr/politique/la-pma-reveillera-t-elle-les-anti-mariage-pour-tous-3374366>

⁹³ https://www.sos-homophobie.org/sites/default/files/rapport_annuel_2017.pdf

físicas de caráter homofóbico foram computados em 2016 na França, uma alta de 20%. Mas se o casamento e a família homoparental entram pouco a pouco no cotidiano, isso se traduziu em redução da homofobia. Uma observação da Associação, destaca, por exemplo, que o término dos debates sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo não interrompeu a homofobia e que os ataques aumentaram consideravelmente.

Mathias relata o que observou após a promulgação da lei do casamento para todos e sobre a homofobia:

Mônica – você acha que após a lei do *mariage pour tous* a situação mudou, melhorou em relação a compressão dos homossexuais pela sociedade ou não?

Mathias - Não, na verdade não. De fato, durante [a discussão sobre a legalização do]casamento para todos nós tivemos um pico de homofobia que subiu e que recomeça a voltar um pouco para a média que tínhamos antes. Agora começa a se acalmar [...].Falamos muito, muito sobre casamento e agora as pessoas, éé, não dão importância, é isso, elas tiveram seus casamentos, melhor para elas. A questão não se coloca mais, recomeça novamente com a PMA [...]. Retornamos ao nível que tínhamos antes da discussão pelo do casamento para todos, digamos assim. Durante a discussão, aumentou e agora retorna ao mesmo nível de antes. Na verdade não melhorou, é isso que quero dizer. 94

O relato de Mathias aponta para a legislação que não é sinônimo de legitimação nem de reconhecimento. A conquista do casamento foi sinônimo de alguma redução de homofobia, assim como a dificuldade de adoção, na França, por um casal homossexual persiste, cinco anos depois.

Tanto Mathias quanto Adèle vislumbraram a possibilidade de sentirem-se, uma vez mais, atacados publicamente pelo fato de terem mães lésbicas, por ocasião da discussão em torno de suas famílias, neste momento, mais especificamente em relação à PMA. Apesar de julgarem importante a luta para que a lei seja aprovada, citam a volta dos ataques mais direcionados. Os/as filhos/as parecem esperar que a discussão seja reiniciada nas bases do que já ocorreu anos atrás.

As formas encontradas para que essas mulheres cheguem até seus doadores na França é bem distinta do Brasil, uma vez que as decisões que regulam tal matéria são distintas. No caso francês, onde essas mulheres vão para conceberem seus/suas filhos/as, como escolhem o país

⁹⁴ Original em francês:

Mônica – vous pensez qu’après le mariage pour tous la situation a changé, à amélioré par rapport à compréhension des homos par la société ou pas?

Mathias - Non, pas vraiment. En fait, si vous voulez pendant le mariage on a eu un pic d’homophobie qui est monté et là on recommence à retrouver un peu la moyenne qu’on avait avant [...]. Juste là ça commence à se calmer [...]. On a beaucoup beaucoup parlé du mariage et puis maintenant les gens, bah, s’en foute un peu, voilà, ils ont leur mariage, tant mieux pour eux. La question se pose plus trop on recommence à se poser maintenant avec la PMA [...]. On a retrouvé un niveau qu’on avait avant le mariage, on va dire. Pendant le mariage s’est monté et maintenant se retrouve au même niveau, ça s’est pas vraiment amélioré, je veux dire.

onde farão os procedimentos? Rozée (2012) descreve as redes que se formam como tendo um papel central na decisão de recorrer à AMP no estrangeiro e sobre a maneira de fazê-lo. As redes podem ser coletivas, pessoais e médicos.

Existem os fóruns de discussão na internet onde há uma infinidade de trocas de experiências e por onde as informações são trocadas. Existem as Associações que formam grupos frequentes de discussão tanto pela internet quanto ao vivo⁹⁵, além dos encontros em áreas de lazer quando as trocas são feitas em ambiente informal. Através mesmo das Associações, os/as associados/as têm acesso a um guia de AMP fora da França, onde detalhes sobre os diferentes países, endereços de hospitais, clínicas, centros médicos. As referidas redes auxiliam na tomada de decisão.

Existe ainda um comércio ilegal na França que é estrategicamente mais acessível que em outros lugares do ponto de vista financeiro, geográfico e administrativo. Rose, comenta sobre a forma como foi concebida: “Para me terem, elas [suas mães] buscaram esperma anônimo na França, totalmente ilegal, no final dos anos 80, eu nasci em 1990 [...]”

A grande maioria dos casais de mulheres busca a Bélgica e a Espanha. Os critérios são acessibilidade, rapidez e a qualidade dos cuidados médicos. A Bélgica é um país geograficamente próximo e acessível, por falarem o mesmo idioma, contudo a espera é maior, podendo chegar a dois anos. O aumento da demanda principalmente francesa explica por que o intervalo é cada vez mais longo e os cuidados médicos cada vez mais caros. Com o aumento da demanda estrangeira e uma nova lei que impôs um limite de nascimentos para cada doador, a Bélgica recorre ao esperma dinamarquês, essencialmente para os cidadãos não belgas (ROZÉE, 2012).

Os casais de mulheres buscam também a Espanha. Os preços são mais elevados do que na Bélgica, chegando a 3 ou 4 vezes mais caros, mas o período de espera é menor (média 3 meses). A busca pelas clínicas espanholas é feita principalmente pelas mulheres que vivem nos departamentos franceses situados ao sul, o que representa um acesso mais rápido (ROZÉE, 2012).

Isadora, mãe francesa entrevistada, explica seus motivos:

[...] sabendo que estamos no sul da França, materialmente para ir aos Países Baixos é muito complicado. Como estamos realmente na fronteira espanhola, para fazer uma inseminação em Barcelona são 3 horas na estrada, de fato. Podemos ir num dia de manhã, fazer a inseminação e voltar ao trabalho no dia seguinte, relativamente fácil, é isso... fomos acompanhados por uma ginecologista na França que era muito aberta a esta questão, fizemos uma inseminação, fui eu que... engravidei desde a primeira

⁹⁵ Descrição de um desses encontros em que estive presente, na ADFH em Paris, foi feita no capítulo 1.

vez, é isso, fiquei grávida desde a primeira inseminação, isso é... e depois a gravidez correu bem.⁹⁶

Algumas mulheres não podem esperar muito devido à idade. Na Bélgica é menos caro e mais demorado, na Espanha é mais rápido e mais caro. Além disso, nos dois países o doador de espermatozoides deve ser anônimo, justamente o que convém à maior parte dos casais entrevistados por Rozée (2012). Por outro lado, alguns casais de mulheres fazem a escolha de ir até os Países Baixos, Dinamarca ou Finlândia para terem acesso a um doador não anônimo, para deixarem a possibilidade de escolha ao/à filho/a de conhecer a identidade do doador.

Uma vez que as decisões são tomadas e as escolhas feitas em relação à implementação do projeto parental, inicia-se um caminho árduo, semelhante ao que casais heterossexuais vivem, porém mais complexo com os procedimentos administrativos, que podem ser mais ou menos demorados (ROZÉE, 2012). Quando se deseja realmente uma criança, um meio é encontrado, e quando ela chega, os percalços são esquecidos (ROZÉE, 2012; PONTES, 2011).

A recusa da França em permitir a PMA às mulheres solteiras ou casais de mulheres, embora não impeça sua realização no exterior e, portanto, não tenha controle sobre ela, questiona os fundamentos médicos, éticos e, especialmente, sociológicos de sua recusa e de sua manutenção⁹⁷ (ROZÉE, 2012).

Na França, contudo, a distinção tradicional entre reprodução (fato biológico) e filiação (fato cultural), fundamento do direito civil moderno⁹⁸, se encontra profundamente questionada devido à crença na comprovação biológica (sanguínea ou genética) e devido ao temor de uma institucionalização da homoparentalidade. No lugar de assumir a dimensão convencional da filiação e considerar a vontade como suficiente para fundar a ordem parental, a corrente neobiologista se obstina em refundar a filiação sob a base da verdade das origens (BORRILLO, 2015).

⁹⁶ Original em francês : Isadora - [...] sachant que nous sommes au sud de la France, matériellement pour aller au Pays Bas c'est trop compliqué. Comme on est vraiment à la frontière espagnole, pour faire l'insémination à Barcelone, c'est 3h de route en fait. On peut partir le jour même le matin, faire donc l'insémination à la journée et retourner au travail le lendemain, c'est relativement facile, voilà... on a été accompagné par une gynécologue en France qui était très ouverte à cette question là. Donc on a fait une insémination, c'est moi qui est... je suis tombée enceinte dès la première fois, voilà, je suis tombée enceinte dès la première insemination, ça c'est... et puis la grossesse s'est bien passée

⁹⁷ De forma bem distinta, na província do Quebec, desde 2002, as técnicas reprodutivas podem ser utilizadas por pessoas solteiras e casais do mesmo sexo. Inclusive, a terminologia “reprodução medicamente assistida” foi substituído por “reprodução assistida” com o objetivo de demonstrar que tal procedimento pode se estender aos que não apresentem, necessariamente, problemas de infertilidade (ALLEBRANDT, 2015).

⁹⁸ O direito moderno rompe com o naturalismo do direito canônico. Assim, o direito moderno se inscreve na tradição do direito romano através do qual a filiação permitia organizar as sucessões e as tutelas por exemplo (BORRILLO, 2015).

Pichard (2015) questiona, justamente, se o desejo de se tornar pai/mãe não seria suficiente para tal, apontando a vontade como fundamento ideal para a construção de um direito de filiação.

Entretanto, a vontade ainda está submetida às leis naturais e à ordem simbólica, e a importância do acesso às origens ganha ainda mais força neste dispositivo neo biológico através da figura do genitor, chamado a partir de então de doador da procriação. A ideia é que esse genitor deixe de ser um doador anônimo de uma substância, através da suspensão do anonimato, para que a entendida verdade da concepção surja, ancorando, assim, a filiação em uma base biológica. Com a possibilidade de casais de mesmo sexo adotarem, a parentalidade não mais poderia ser baseada na verossimilhança biológica. Assim, o caminho encontrado para que a filiação continue tendo seu fundamento biológico seria a suspensão do anonimato. Desta forma, a homossexualidade estaria tendo um papel fundamental na construção desse novo dispositivo ideológico⁹⁹ (BORRILLO, 2015).

O que chama a atenção é que a suspensão do anonimato dos doadores aparecia no contexto político, não tanto como um direito do indivíduo a conhecer suas origens, mas como um direito da Humanidade “à não falsificação da filiação”. As propostas visando não só a suspender o anonimato dos doadores, mas também o fim do *accouchement sous x*¹⁰⁰ e a revogação da adoção plena encontravam-se em um projeto de lei sobre a família que se inscrevia completamente numa visão naturalista da filiação. Entretanto, o governo renunciou ao projeto de lei devido à mobilização de certos grupos (BORRILLO, 2015).

Segundo Fine (2013), é necessário, sim, que se rompa com o modelo biologizante que é imposto às famílias. Contudo, a autora defende que a adoção plena, a PMA com doador e o anonimato do doador são utilizados para que os pais/mães que não procriaram possam se encaixar em um molde, o do modelo pseudo-procriativo. Desta forma, não se trataria de privilegiar o sangue em relação à vontade ou a biologia em relação à adoção, como alguns apontam, muito menos contribuir para a desestabilização da criança adotada ou daquela concebida por um doador anônimo; mas ao contrário, de permitir que a criança construa sua identidade sob uma filiação estável e através de um melhor conhecimento de sua própria história de como veio ao mundo.

⁹⁹ Com a aprovação da lei que permite a adoção por casais do mesmo sexo, o direito não pode mais fazer como se os pais/mães que adotam, coincidam com o casal procriativo, como era o caso quando somente os casais heterossexuais podiam adotar (BORRILLO, 2015).

¹⁰⁰ De acordo com o Código Civil, art. 326, quando do nascimento de uma criança, a mãe pode solicitar que o seu registro de entrada em uma clínica ou hospital para dar a luz não seja revelado, assim como solicitar o anonimato de sua própria identidade, tendo o direito de entregar seu/sua filho/a recém-nascido/a aos serviços do Estado. Assim, não haverá ligação de filiação entre a mãe e a criança.

Por outro lado, Borrillo (2015) mostra que, na França, a homoparentalidade é admitida desde que o estabelecimento da filiação não nomeie a criança como nascida de um casal do mesmo sexo. Como se, desta forma, ficasse assegurado o não ocultamento da realidade biológica da procriação. Segundo o autor, trata-se de uma visão naturalista da filiação, um processo que avança em direção à biologização do gênero, em que a heterossexualidade se reduziria a sua dimensão mais elementar: o espermatozoide e o óvulo. Tendo isso como base, a diferença sexual estaria finalmente salvaguardada.

Conforme o exposto, vivemos um momento de mudanças e mobilizações em relação às famílias, ainda que com grande oposição promovida, principalmente, por grupos religiosos e representantes de saberes científicos. A criança e sua família estão no coração das preocupações do Estado francês, no que diz respeito à manutenção de costumes e da moral (GROSS, 2013).

2.1.3 Aproximações entre Brasil e França

No Brasil, apesar da preocupação com o futuro das crianças criadas por duas mulheres ou dois homens, é a importância da família tradicional que aparece com destaque nos discursos religiosos. Evidentemente, a família tradicional está inscrita na norma heterossexual.

Como reação aos direitos que foram conquistados pela população LGBT no Brasil, podemos citar um movimento que se intitula Escola sem Partido que, através do discurso de combate à chamada ideologia de gênero¹⁰¹, defende a exclusão do debate sobre gênero nas escolas e, conseqüentemente, na esfera da vida pública em geral. Este movimento tem início de forma tímida em 2004 e ganha força desde o início de 2017, após o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

A partir do momento que casais do mesmo sexo começaram a usufruir de um certo número de direitos parentais, em contrapartida se desenvolve, segundo Borrillo (2015), um mecanismo político-jurídico, caracterizado por um retorno ao biológico em matéria de filiação. Fica claro, de acordo com o autor, como a questão da ordem simbólica da diferença sexual

¹⁰¹ O termo ideologia de gênero ganhou destaque, no Brasil, durante a campanha presidencial de 2018, sendo popularizada pelo atual presidente da república. A referida expressão não possui base acadêmica e surgiu como forma de desqualificar os estudos de gênero, um campo de estudos composto por diversas disciplinas e que analisa e problematiza questões relacionadas ao gênero: processos sociais e relações de poder envolvendo homens e mulheres, além da própria construção do gênero e suas representações. De acordo com Miskolci e Campana (2017, p.743): “[...] tudo indica que os empreendedores morais contra a ‘ideologia de gênero’ são grupos de interesse conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas. Sobretudo, dentro do recente campo discursivo de ação reconstituído [...], buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àqueles que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional”.

sempre esteve associada à filiação. Assim, o discurso do “maior interesse da criança” é utilizado como justificativa para manutenção da ordem social, fundamentada na heterossexualidade.

Tudo foi construído, no Direito de família, para que haja uma imitação procriativa, uma pseudo-procriação, em torno da qual foi organizada a adoção e a PMA. Interessante é que existia toda uma proteção jurídica para que um pai infértil passasse por genitor, como forma de copiar a paternidade biológica e de fazer com que reprodução e paternidade permanecessem juntas (NEIRINCK; GROSS, 2014). Além disso, em uma sociedade regida por normas bem definidas de sexo, gênero e orientação sexual, a fertilidade de um homem é símbolo de sua masculinidade, e deve ser preservada a qualquer preço.

Segundo Borrillo (2015), a naturalização da ordem das filiações não tem como objeto de proteção o interesse da criança, apesar deste ser um argumento utilizado, mas a manutenção da ordem simbólica da diferença sexual, dito de outra maneira, a manutenção da supremacia da heterossexualidade.

Além disso, a filiação seria definida no Direito francês não somente em relação à família, mas também à nacionalidade. Fassin (2009; 2013¹⁰²) enfatizou a sacralização da filiação na França. Segundo o autor, quando se diz que a filiação é algo natural e que é, consequentemente, intocável e não modificável, significa que há implicações que vão além da questão da família e que diria respeito à questão de quem é francês. Pode-se dizer que a questão da nacionalidade não é importante no Brasil nesse ponto.

Segundo Fassin (2009, p.380), “ a questão homossexual terá sido o revelador da naturalização da filiação nacional”¹⁰³, na França. A conexão, segundo o autor, “entre a filiação familiar e filiação nacional [...] se toca na heterossexualidade”¹⁰⁴ (2009, p. 381), “ de fato, a filiação pertence tanto ao direito de família quanto ao direito à nacionalidade francesa”¹⁰⁵ (2009, p.373).

Gostaria de propor aqui uma outra interpretação do aumento do poder (ou da potência) do modelo naturalista da filiação na sociedade francesa. Ao invés de tomar como ponto de partida a questão homossexual, podemos nos interrogar sobre a própria questão da filiação [...]. Por que a filiação adquiriu tamanha importância no debate público na França? A hipótese aqui é que a chave está nos debates em torno da

¹⁰² Du Pacs au mariage pour tous: enjeux sociaux et politiques. <https://www.youtube.com/watch?v=sfldtBJIxAY>

¹⁰³ O texto original é : "la question homosexuelle aura été le révélateur de la naturalisation de la filiation nationale".

¹⁰⁴ O texto original é : « entre filiation familiale et filiation nationale [...] touche aussi bien l'hétérosexualité » (2009: 381)

¹⁰⁵ O texto original é : « en effet, la filiation appartient à la fois au droit de la famille et à celui de la nationalité » française (2009, p.373).

nacionalidade. Dito de outra forma, pode-se falar de uma lógica de naturalização da nacionalidade”¹⁰⁶ (FASSIN, 2009, p.377).

Além disso, a sacralização pressupõe um elo indissolúvel com o que é divino e não pode ser tocado ou violado. A filiação parece ser tratada por alguns franceses como inviolável. Essa inviolabilidade tem um duplo objetivo: a preservação da nacionalidade francesa e o "paradoxo laico" (FASSIN, 2001).

Apesar da laicidade do Estado francês, observa-se a influência da religião nos argumentos usados por aqueles que se opõem aos casais homossexuais. Isso é o que Fassin (2001) chama de "paradoxo secular".

Na França, a laicidade é um princípio valorizado e um ideal com o qual eles se identificam. Isso impediria que as ideias religiosas influenciassem o exercício do poder político e administrativo, ao separar claramente o poder político e as organizações religiosas, contribuindo assim para a manutenção da igualdade republicana, tão cara a essas pessoas.

Fassin (2001, p. 95) enfatiza que "a sacralização da filiação é o outro lado da secularização da sociedade" ¹⁰⁷. Em nome da laicidade, se justificaria a preservação da instituição do matrimônio, bem como o pertencimento e a lógica democrática. Para ilustrar isso, o autor menciona que Guy Coq, que se apresenta como filósofo, socialista, católico e laico, no debate sobre o PaCS, disse: "Existem relações sociais e até mesmo instituições que precedem o status de cidadão, e que são necessárias para a construção da sociedade. Entre essas instituições, há família, casamento e filiação "(p. 94).

Em outras palavras, a superioridade do casal heterossexual estável e durável é confirmada e o casal homossexual representaria a organização da decomposição do corpo social (FASSIN, 2001).

Embora existam algumas fortes distinções ainda neste aspecto, podemos dizer que os dois países convivem com o "paradoxo laico" e que o discurso de especialistas os apoiam.

A pseudo-laicidade do Estado brasileiro impede a aprovação das leis em torno da família homoparental e acaba contando com um judiciário que se apresentou, em certo momento político, como descrito anteriormente, como de vanguarda em relação a pautas que são nomeadas como “costumes”. Como apontou Borrillo (2017)¹⁰⁸, a sociedade brasileira parece

¹⁰⁶ O texto original é : « On voudrait toutefois proposer ici une autre interprétation de la montée en puissance du modèle naturaliste de la filiation dans la société française. Au lieu de se donner pour point de départ la question homosexuelle, on peut en effet s’interroger sur la filiation elle-même [...]. Pourquoi la filiation a-t-elle acquis une telle importance dans le débat public le débat public en France ? On fera ici l’hypothèse que c’est dans les débats autour de la nationalité qu’il faut en chercher la clé. Autrement dit, on peut parler d’une logique de naturalisation de la nationalité ».

¹⁰⁷ O texto original é « la sacralisation de la filiation est l’autre face de la laïcisation de la société ».

¹⁰⁸ Seminário *Droit des Sexualités*, 6 de dezembro de 2017, na Universidade Paris Nanterre.

mais aberta do que a francesa por causa dos direitos descritos anteriormente, porém os direitos são mais frágeis. Não há leis para casamento, para adoção ou para PMA e GPA no Brasil.

De fato, no atual Parlamento brasileiro, os projetos de lei não avançariam, ao contrário, a legislatura que assumiu o congresso em 2019 parece mais conservadora e mais religiosa. Os dois campos de saber que encarnam a governamentalidade, o Direito e a Medicina, se fazem Estado e legislam, ainda que de forma frágil, sobre assuntos de família e direitos sexuais e reprodutivos: seja através do Conselho Federal de Medicina, seja através da suprema corte brasileira, STF.

2.2 Repercussões sociais

A dicotomia entre vida pública e privada é tomada como base para os argumentos que sustentam a homofobia liberal, deslegitimando gays e lésbicas. Com aparência de defesa dos homossexuais, o discurso liberal apoia a escolha livre e individual, a tolerância para com os gays e lésbicas, mas considera a heterossexualidade como:

a única a merecer o reconhecimento da sociedade e, por conseguinte, o único comportamento sexual suscetível de ser institucionalizado. [...] relativamente a gays e lésbicas, o Estado deve simplesmente assegurar o respeito por suas vidas privadas no sentido estrito do termo, ou seja, garantir o respeito da esfera íntima do indivíduo; no entanto, além dessa esfera, não se deve, em nenhuma hipótese, ceder às reivindicações de igualdade (BORRILLO, 2010, p. 76).

2.2.1 Desdobramentos das manifestações na França

Du coup je me suis rendu compte qu'il avait une difference pour la société¹⁰⁹

Sophie

Argumentar que homossexuais devam ter direito à uma vida livre, porém privada, é considerar que a vida pode ser vivida sem reconhecimento social. Tolerância para com gays e lésbicas deve haver, sim, acesso aos direitos iguais, não.

Tais argumentações, apesar de reivindicarem tolerância à existência livre dos homossexuais, são formas de mantê-los em um lugar segregado. Quando das manifestações

¹⁰⁹ Tradução para o português: "Então eu percebi que existia uma diferença para a sociedade".

pró-casamento para todos, na França, quando parte considerável da sociedade pediu igualdade no acesso a direitos, os/as homossexuais apareceram em massa, tanto nas manifestações quanto na mídia e nos debates, num período de revelação da face pública que deveria, segundo alguns, permanecer secreta. Gays e lésbicas, com ou sem famílias e filhos/as, saíram do confinamento e do silêncio da vida privada e as dicotomias privado/público, dentro/fora, interior/exterior se mostraram como frágeis separações.

As manifestações contrárias à aprovação da lei do *mariage pour tous* aconteceram de forma muito intensas e homossexuais de modo geral, pais e mães gays e lésbicas, filhos e filhas de gays e lésbicas sentiram-se fortemente atacados. O fato de existirem parece poder ser tolerado, mas que ficassem no interior de suas casas, sem pleitearem igualdade de direitos. Dessa forma a dicotomia poderia se manter intacta.

Quando do debate em torno da lei de abertura do casamento e da adoção aos casais do mesmo sexo, em 2013, podia-se ler nos cartazes de manifestantes contra a aprovação da referida lei alguns slogans como: “um pai, uma mãe, nós não mentimos para nossas crianças”, ou “todos nascemos de um homem e de uma mulher”, ou ainda “casamento = um homem e uma mulher”. Mobilizados por argumentos catastróficos, provenientes da direita e da Igreja católica unidas contra a aprovação do projeto de lei, os participantes expressavam suas convicções para salvar uma sociedade ameaçada de extinção, impedir que elas pudessem vir a ser privadas de um pai e de uma mãe e proteger as crianças de mentiras sobre suas origens (GROSS, 2013). Como se possível fosse que duas mães ou dois pais se fizessem passar por genitoras/es.

As manifestações contrárias foram sentidas como agressões e ofensas públicas e assim relatadas por algumas/alguns das/os filhas/os ouvidos no presente trabalho.

Mathias, de 20 anos, ao comentar por que ainda hoje em dia escolhe para quem contar sobre sua constituição familiar, e o que poderia acontecer, caso não escolhesse, relata que as pessoas poderiam “reagir de forma bizarra” e continua: “Quando se vê as reações que houve antes do *mariage pour tous*. Há pessoas com o olhar virulento sobre a homossexualidade”.

Em outros dois momentos da entrevista, Mathias expressou o quanto foi afetado pelos comentários ouvidos sobre a família homoparental por ocasião do debate e das manifestações relacionadas a lei do casamento para todos. Interessante observar que eu não havia feito perguntas diretas sobre o assunto, contudo suas respostas trouxeram o tema, mostrando, assim, sua relevância. Vejamos o primeiro exemplo:

Mônica – existe alguma coisa que seja importante para você sobre essa questão [homoparentalidade], algo que seja importante a ser dito sobre o assunto?

Mathias – tem uma coisa que seria boa, principalmente quando vejo as pessoas que são contra o casamento para todos, em especial lhes dizer que passem uma semana

numa família homossexual, homoparental e verão porque muita gente, justamente, durante a discussão do casamento para todos diziam que os filhos de homossexuais eram desequilibrados, infelizes, sentiriam falta das referências, tudo que é contra, sem nunca terem conhecido uma família homoparental e justamente lhes dizer para passar uma semana que seja e verem como os filhos são criados, da mesma maneira que os filhos de famílias heterossexuais, que são amados da mesma maneira e nós não somos malucos [...].¹¹⁰

Em um outro momento da entrevista, Mathias responde a outra pergunta, também evocando o momento das manifestações e dos debates:

Mônica - quando você era pequeno, ou mais jovem, você já passou por situações difíceis devido à homossexualidade de sua mãe?

Mathias – sim, isso aconteceu porque tinha gente que eu dizia que minha mãe era homossexual e pensava que não aconteceria nada e não somos mais amigos. Isso aconteceu quando eu era pequeno. Depois quando eu estava um pouco mais velho, durante o *mariage pour tous*, foi muito duro porque havia muitos comentários feitos na escola. Eu me lembro de um debate organizado pela professora, justamente sobre o casamento para todos, e eu me lembro das pessoas que disseram coisas horríveis sobre os homossexuais. Eu tinha o que? eu tinha 12 anos. Não, talvez mais, 14 anos. Eram coisas que eles tinham ouvido na rádio, ouvido dos seus pais, não eram coisas que eles diziam por eles mesmos. Mas quando ouvimos, no fundo de nós, eu ficava doido, quando eles diziam que os filhos dos homossexuais eram tarados, eu tinha vontade de dizer: “não, olha, eu não sou maluco”. Só que eu não dizia. Eu não queria me “queimar”.¹¹¹

Como já descrito no capítulo anterior, a entrevista com Mathias aconteceu logo no início do período do doutorado sanduíche em Paris, e a questão dos efeitos das manifestações nos/as filhos/as não era uma percepção que eu já tivesse. Interessante como as referências de nossos próprios países se fixam e a imersão na França auxiliou justamente no deslocamento de algumas questões que acabam por ser dadas como naturais.

¹¹⁰ Original em francês :

Mônica - y a-t-il quelque chose d'important pour vous à ce sujet [homoparentalité], quelque chose qui est important à dire sur le sujet?

Mathias – moi je pense un truc que serait bien et surtout quand je vois tous les gens qui sont contre le mariage et tout ça, c'est surtout leur dire passer une semaine dans une famille homosexuelle, homoparental et vous verrez parce que beaucoup de gens justement pendant le mariage pour tous étaient là ils disaient que les enfants d'homosexuel étaient des détraqués, étaient pas heureux, avaient de manque de repère tous ceux qui étaient contre ça n'avaient jamais connu une famille homoparentale et justement leur dire passer il ne serait qu'une semaine et voyez comme les enfants sont élevés comme les enfants des familles hétérosexuels qui sont aimés de la même manière et on n'est pas fou [...].

¹¹¹ Original em francês :

Mônica - Quand vous étiez petit ou plus jeune, vous êtes déjà passé par quelque situation difficile à cause de la sexualité de votre mère ?

Mathias – oui, ça m'est arrivé parce qu'il y a des gens à qui je disais que ma mère était homo et je pensais que ça ferait rien et avec qui, bah, on a plus été amis. Alors ça c'est quand j'étais petit. Après quand j'étais un peu plus grand pendant le mariage pour tous ça a été dur parce qu'il y a eu beaucoup beaucoup de remarques qui ont été faites à l'école. Je me souviens même d'un jour c'était un débat organisé en cours par la prof justement sur le mariage pour tous et je me souviens il y avait des gens qui avaient dit des trucs horribles, horribles sur les homosexuels. Après on avait quoi ? on avait 12 ans. Non, peut-être plus, 14 ans. Ça ce qu'ils disent ces gens là c'est des trucs qu'ils avaient entendu à la radio, ou que c'était dit par leurs parents, qu'ils n'avaient pas dit eux-même. Mais quand on l'entend au fond de nous, je suis devenu fou et moi, quand ils disaient les enfants d'homo sont tarés, moi j'avais envie de leur dire, bah non, regardez je suis pas fou. Sauf que je ne le disais pas. J'avais pas envie de me griller.

Essa questão me foi colocada como algo a ser observado durante os encontros de orientação. E, de fato, esteve presente na fala das/os franceses desde a primeira entrevista realizada.

Quando entrevistei Sophie, a terceira entrevistada francesa, a referida questão já fazia parte do meu universo de temas importantes a serem tocados. Contudo, de forma semelhante a que aconteceu com Mathias, antes que eu colocasse o assunto, Sophie o trouxe. Durante nosso diálogo, Sophie mencionou que quando ela cresceu, entendeu que existia diferenças, e seguiu a conversa dizendo que se sentiu ferida durante as manifestações contrárias à lei do casamento:

Sophie – [...] eu me dei conta no momento da manifestação contra a família principalmente... me senti ferida.

Mônica – em 2012?

Sophie - um pouco depois. [...] Naquela época, percebi que ainda existia uma parte da sociedade que achava que o modo de funcionamento da minha família não era normal (risos). É um absurdo. Naquele momento tinha um monte de cartazes contra a PMA. Tenho a impressão de que colocavam palavras na minha boca. Eu estou muito bem sem pai, então não vejo por que outros filhos não poderiam estar. Naquele momento me dei conta de que as pessoas falavam sem saber, as pessoas no ensino médio, muito conservadoras, católicos...

Mônica - em Rennes?

Sophie - sim, em Rennes. Na mesma escola que minha irmã, tinha pessoas que usavam camisetas da *manif pour tous*. Eu não entendia porque, se eles não me conheciam, eles não conheciam minhas mães e eles tinham essas ideias de que elas eram desse jeito. Parece absurdo para mim. De fato, é preconceito. Então percebi que tinha uma diferença para a sociedade.¹¹²

Adèle também expressou o quanto foi tocada pelas manifestações contra o *mariage pour tous*. Ela contou que sofreu bastante quando descobriu o que as pessoas pensavam sobre sua família e que não foi capaz de permanecer tranquila quanto a isso, tendo sido um momento de mudança em sua vida. Tornou-se militante em defesa da família homoparental, enquanto suas mães “só queriam levar uma vida sossegada em Rennes”. Relata o quanto se sente bem na associação LGBT da SciencePo. Fala com alívio do fato de estar num meio onde todos são

¹¹²Original em francês :

Sophie - [...] je me suis rendu compte au moment de la manif contre la famille, principalement... je me suis senti blessée

Mônica – 2012 ?

Sophie – à-peu-près. Avant là on n’avait même pas parlé. Moi j’avais sur Internet des temps en temps... j’étendais parler mais pas autant comme ça. En fait à ce moment là je me suis rend compte qu’il y avait quand même une partie de la société qui trouvait que le mode de fonctionnement de ma famille n’était pas normale (rires). Enfin, c’est absurde ! À ce moment y avait plein d’affiches contre la PMA. J’ai l’impression qu’on met les mots dans la bouche. Je suis très bien sans père donc je ne vois pas pourquoi les autres enfants ne le pourraient pas. Du coup, à ce moment là je me suis aussi rendu compte que les gens parlaient sans le savoir. Je voyais des gens dans mon lycée assez conservateurs, catholiques...

Mônica – à Rennes ?

Sophie – oui, c’était à Rennes. Au même lycée que ma soeur. Il y avait de gens qui portait de [t-shirt] de la manif pour tous. Enfin, je ne comprenais pas parce que s’ils ne me connaissaient pas, ils ne connaissaient pas mes parents et ils ont cette idées que les parents sont comme ça. En fait ça me paraît absurde. En fait c’est préjugé. Du coup je me suis rends compte qu’il y avait une différence pour la société.

gays, apesar de ser hetero. Ressalto que lá ela é a diferente. Ela ri, concorda. Repete que lá ela é a diferente, mas que ninguém se importa com isso. Adèle ministrou recentemente uma palestra, foi dar um testemunho sobre sua família e sua vida. Suas mães estavam preocupadas com isso, com sua exposição, com o que diria. Mas ela acha isso muito importante, poder falar de sua experiência, e assim o faz.

Segundo Adèle e Mathias, o assunto homoparentalidade retorna neste momento na França devido à discussão que acontece a respeito da lei da bioética, e que pode alterar as regras sobre a PMA, mas com a diferença de que, atualmente, as questões colocadas se dirigem contra os/às filhos/as e não às mães ou aos pais.

Sophie, que na época das manifestações tinha 14 anos, se disse com raiva e, em certos momentos, cansada, como se estivesse no limite devido ao que ouvia na escola sobre o manifest pour tous e começou a fazer sua própria pesquisa na internet, encontrar comunidades LGBT, ler sobre o assunto. Um pouco mais tarde começou a descobrir o que significava ser uma militante. Hoje se considera uma militante individual, ou seja, não faz parte de nenhuma associação, não participa necessariamente de manifestações, passeatas e reuniões, mas se interessa pelo assunto diversidade sexual, de gênero e discute sobre isso com sua irmã, com seus/suas amigos/as. Considera-se uma pessoa que questiona as normas e quando há manifestações procura saber mais sobre para então decidir se participará ou não.

Comenta também que suas mães nunca foram militantes e que as manifestações contrárias ao casamento deixaram as duas muito frustradas, mas que são somente as duas filhas que militam. Quando pergunto à Sophie sobre o pós-manifestações, ela respondeu que: “nós acordamos, nos demos conta que havia um problema, que a sociedade não nos aceitava como normais, não fizemos mal a ninguém...”.

Rose, de 28 anos, diz que se sentiu decepcionada em relação ao que ouviu sobre sua família em 2013. Na entrevista com Rose, fui eu que introduzi a questão sobre como ela lidou com o que ouviu na época. Apesar dos efeitos em sua vida não terem sido tão intensos quanto os efeitos na vida de Adèle, por exemplo, seu relato demonstra o sentimento que viveu:

Mônica - em 2013, qual era a sua idade?

Rose - 23 anos

Mônica - Eu imagino que você tenha ouvido muitas coisas sobre família homoparental...

Rose – sim

Mônica - como você se sentiu?

Rose – as manifestações contra... me senti insultada, insultaram minhas mães, minha vida, nossa vida, ao mesmo tempo um sentimento (pausa) não de desgosto, mas de decepção. Pessoas que não entendem coisas que são normais.¹¹³

¹¹³ Original em francês :

Juliette relata não concordar com os ataques contra a família homoparental, mas fala de maneira mais distanciada da situação. Não parece ter sido afetada como as/os entrevistadas/os acima, como se a situação não tivesse mesmo muita relação com ela:

Mônica – sobre as manifestações contrárias ao *mariage pour tous*...

Juliette - Eu acho que há duas questões sobre isso, eu sempre digo: "Eu conheço meu pai e eu conheço minha mãe", então eu não sou, entre aspas, uma filha de um casal completamente lésbico, [ou seja] duas mulheres que decidem ter um filho, [...] Eu sei de onde eu venho e esse assunto, eu sou incapaz de responder sobre os sentimentos de filhos que num dado momento... mas é a mesma coisa para filhos de *sous x* e que vão procurar suas mães e sabemos que num dado momento procuramos de onde viemos e sabemos que um filho também ... eu sempre disse, eu fui criada por uma mãe lésbica, isso não me causou nenhum problema. Eu vivo muito bem minha vida... existem muitos casais hetero, fazem filhos sem pensar, podemos ver o resultado. Você vê ? pra mim é só uma questão de identidade da origem, passando esse assunto aí eu não sei por que um casal homo... eu não tenho problemas relacionados a isso e sobre o casamento eu não estou nem aí, bem, na minha opinião, cada um faz o que quiser. [...] apesar de compreender o que dizem minha mãe e muitas feministas, muitas lésbicas gostam desse lado fora da norma [...]. Há também um desejo de normalidade que se pode perguntar, afinal qual é o objetivo? mas eu não sou contra ... Eu não me importo. Mas sou contra as pessoas que estavam na rua dizendo insanidades [...] é escandaloso ... era mais isso que me aborrecia naquele momento [...].¹¹⁴

Vale ressaltar algumas diferenças entre os primeiros relatos de Mathias, Adèle, Sophie, Rose e Juliette. As idades talvez sejam distinções relevantes. Mathias, Adèle, Sophie eram bem jovens, tinham entre 14 e 17 anos em 2013 e Rose tinha 23 anos. Eram estudantes que estavam em escolas ou universidades e que ouviam com frequência todo tipo de crítica de pessoas

Mônica – en 2013 vous avez quel âge ?

Rose – 23 ans

Mônica – j’imagine que vous avez écouté beaucoup de chose sûr la famille homoparentalle

Rose – oui

Mônica – comment vous vous êtes sentie?

Rose – C’était des manifestations de gens contre, je me suis sentie insultée, ils ont insulté mes parents, ma vie en fait, notre vie, en même temps un sentiment (pause) pas de dégoût, mais de déception. Vis-à-vis de ces gens qui ont l’air de ne pas comprendre quelque chose qui pour moi est normale.

¹¹⁴ Original em francês:

Mônica – sur les manifs contre le mariage...

Juliette – je pense qu’il y a deux sujet là dessus, moi je dis toujours « je connais mon père et je connais ma mère », donc je ne suis pas entre guillemets une enfant d’un couple complètement lesbien entre guillemets. Elles sont deux femme qui vont décider d’avoir un enfant, [...] Je sais d’où je viens et ce sujet là, moi, je suis incapable de vous répondre, les sentiments des enfants qui à un moment donné... mais c’est la même chose pour les enfants des *sous x* et qui vont chercher leurs mères et on sait qu’à un moment donné on recherche d’où on vient et on sait aussi qu’un enfant... après j’ai toujours dit, j’étais élevée par une mère lesbienne et ça ne m’a pas posé de problèmes. Je vis très bien ma vie... il y a plein de couples hétéros, on fait des gamins sans réfléchir, on peut voir le résultat. Vous voyez ? Pour moi il y a juste la question d’identité d’origine, passant ce sujet là je ne comprends pas pourquoi un couple homo ne pourrait pas éduquer leurs enfants. Je n’ai pas de soucis par rapport à ça et sur le mariage moi je m’en fous, enfin, à mon avis chacun fait ce qu’il veut, donc s’il y a des mariages tant mieux, après je comprends ce que disent ma mère et les féministes... beaucoup de féministes et beaucoup de lesbiennes aiment ce côté hors norme... tel désir de normalité [...] qu’on peut se demander mais c’est quoi en fait le but du but, mais moi, je ne suis pas contre... je m’en fiche en peu, par contre j’étais contre les gens qui étaient dans la rue disant des insanités sur le sujet, c’est scandaleux... c’est plus ça qui m’a dérangé à ce moment-là...

próximas, seus/suas próprios/as colegas, por vezes. Justamente com quem poderiam se solidarizar e encontrar apoio. Além disso, Adèle, Sophie e Rose não têm pai, foram concebidas por PMA com doador anônimo, e muitas das críticas contra aprovação da lei do *mariage* recaíam sobre a importância de se ter um pai e uma mãe e do quanto filhas/os sofreriam as consequências de uma criação fora da norma. Assim, se sentiram pessoalmente agredidas/os com as palavras de ordem pronunciadas por opositores e sentiram que os ataques eram direcionados às suas famílias. Esse foi o impulso para que algumas/alguns delas/deles se envolvessem em projetos em prol da causa LGBT.

Juliette, por sua vez, tinha por volta de 40 anos à época das manifestações, já era casada e tinha três filhos. Não se identificava com as pessoas agredidas e ressaltou logo no início de sua narrativa a questão de conhecer seu pai e sua mãe. Aponta isso como algo que pode vir a fazer diferença na vida dos/as filhos/as, não pela orientação sexual de pai ou mãe, mas pelo fato de não se poder conhecer sua origem.

Apesar de ter sido criada desde sempre por sua mãe lésbica, a própria mãe não apoia o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ela acha que as feministas lutaram muito contra a instituição do casamento para que lésbicas saíssem às ruas, hoje em dia, em busca de igualdade através da mesma instituição do casamento. Juliette cresceu ouvindo esse ponto de vista da mãe, o que pode ter sido mais um elemento que a diferencia das demais filhas/os.

Adèle e Sophie se sentiram impulsionadas a se envolver de certa forma com a defesa da população LGBT. Mathias também se coloca disponível para participar de um projeto na ADFH onde poderá conversar com outros/as filhos/as de homossexuais com o objetivo de orientá-los. Marion, em seus relatos a respeito das manifestações, transmitiu uma postura compreensiva alegando que as pessoas tendem a rejeitar aquilo que não conhecem bem, contudo, participou diretamente na luta pela promulgação de lei, quando deu um depoimento, enquanto filha criada por duas mulheres, na Assembleia Nacional, contribuindo.

Na opinião de Isadora, mãe lésbica francesa com quem também conversei, a situação na França evoluiu bastante. Ela acha que, hoje em dia, tem muito menos preocupação que seu filho de 8 anos sofra preconceito do que tinha há anos, e comenta o seguinte:

Isadora – na *manif pour tous* em 2012 e 2013, honestamente, foi a primeira vez na minha vida que eu senti a homofobia tão perto. Foi um período que eu não estava bem. Foi muito difícil mas acho que isso já passou. De forma geral, na sociedade, está mais fácil... como acontece na escola, no médico, eu no meu trabalho, jamais tivemos problema, de fato. Nós tivemos sorte. Os pais e mães vêm buscar as crianças, abrem a porta. Eles deixaram as crianças com Violette [sua ex-companheira e também mãe de Henri] e sou eu que me ocupo de devolvê-lo e então eles me perguntam se eu a tia. Eu lhes digo que eu sou a mãe e por 30 segundos... mas depois... nunca tivemos história de “eu não quero que ele conviva com essa criança, isso não é normal”,

jamais. Eu acho que a sociedade vai se organizar, eu espero que sim, de toda forma. No nosso cotidiano, esse é o caso. Então, eu não estou preocupada sobre a homossexualidade... cada vez menos de preocupação quanto a dizerem que é nossa culpa...

Mônica - você acha que a discussão vai voltar, por causa da revisão da lei da bioética que vai ser revista este ano?

Isadora – não sei, honestamente, eu adoraria que mudasse, mas não creio. Quando François Hollande foi eleito em 2012, eu pensei realmente que... eu estava muito decepcionada... quando Henri nasceu era o Nicolas Sarkozy o presidente, não imaginava que isso seria possível na verdade.¹¹⁵

Como foi possível observar acima, os caminhos percorridos pelo Brasil e pela França na direção da aquisição de direitos por gays e lésbicas foram bem diferentes e revelam um pouco dos aspectos distintos encontrados nessas duas sociedades.

Na França, as/os filhas/os puderam saber de forma explícita, nas ruas e nas mídias como uma parcela da sociedade rejeitava a ideia da família homoparental adquirir direitos reservados à família heteroparental, e muitas/os vivenciaram tal rejeição como um ataque pessoal às suas famílias.

2.2.2 Desdobramentos no Brasil

No Brasil, os/as filhos/as também ouviram e ouvem muitas coisas negativas sobre. Contudo, esse tipo de debate amplo, aberto e da magnitude dos ocorridos na França, quando da discussão sobre a lei do *mariage*, não fez parte do cenário brasileiro. Talvez por isso, a maioria não tenha relatado sentimento de agressão direta, o que não quer dizer que haja menos preconceito e discriminação no Brasil. O fato das/os filhas/os francesas/franceses se sentirem frontalmente atacadas/os também não quer dizer que haja mais discriminação na França.

No período em que fiz as entrevistas, observei poucas narrativas de brasileiras/os que fossem equivalentes às falas dos/as francesas no que diz respeito a maneira como se sentiram

¹¹⁵ Original em francês:

[...] la manif pour tous en 2012 et 2013 ... c'était la première fois dans ma vie que j'ai senti l'homophobie si proche. C'était une période où je n'étais pas bien... c'était très difficile mais je trouve que ça s'est passé. Globalement, dans la société c'est plus facile... comment ça s'est passé à l'école, chez le médecin, moi dans mon travail... jamais on a eu des problèmes en fait. Après on a de la chance... les parents viennent chercher les enfants, ils ouvrent la porte. Ils les déposaient à Violet et c'est moi qui m'occupe au retour et donc ils me demandaient si je suis la tati, voilà, je leur dis que je suis la maman et pour 30 seconde... mais après... jamais on a eu des histoires de « je ne veux pas qu'il fréquente cet enfant... c'est pas normal » jamais, je pense que la société va s'arranger là dessus, j'espère en tout cas. Dans notre cadre quotidien c'est le cas. Donc je ne suis pas inquiète sur l'homosexualité... de moins en moins d'inquiétude qu'ils disent que c'est de notre faute...

Mônica – maintenant à cause de la loi de bioéthique qui va changer cette année, vous pensez que la discussion va retourner?

Isadora – je ne sais pas honnêtement j'aimerais que ça change mais j'ai du mal à le croire. Quand François Hollande a été élu en 2012, j'ai pensé vraiment que... j'étais très déçu quand même de la loi alors... quand Henri est né c'était Nicolas Sarkozy qui était le président, on n'imaginait pas la possibilité en fait...

em relação ao assunto tratado. Não tivemos, no Brasil, um amplo debate e acaloradas discussões quando da aquisição de certos direitos pela população LGBT. Isso não significa que o assunto homossexualidade/homoparentalidade não esteja sendo discutido pela sociedade brasileira em diferentes esferas e ambientes, e que diferentes posições não provoquem disputas e discussões constantes. O assunto está longe de ser um consenso no Brasil. Ainda mais no momento político atual, em que projetos como o Estatuto da família¹¹⁶, o Estatuto do nascituro¹¹⁷, os movimentos Escola sem partido e Movimento Brasil Livre (MBL)¹¹⁸ estejam na ordem do dia, defendidos pelo novo presidente da república, que fez sua campanha baseado nesses valores.

Por mais que atingissem um público bem restrito, três grandes temas ocuparam os jornais durante alguns meses: a distribuição nas escolas, que não aconteceu, de um material produzido pelo MEC sobre combate à homofobia, o conteúdo do material, inclusive, foi gravemente distorcido; a discussão do PL122¹¹⁹, sobre a criminalização da homofobia, que acabou sendo retirado de pauta; e a polêmica em torno da retirada do termo “gênero” dos planos

¹¹⁶ Trata-se de um projeto de lei (PL 6583/2013) que define regras e políticas públicas relacionadas à família. Tem o objetivo de restringir a noção de família a uma configuração familiar em especial e protege-la através da adoção de programas e ações como por exemplo a criação dos conselhos da família, que seriam órgãos responsáveis por tratar das políticas públicas para garantir a aplicação de direitos. O texto apresentado define que a família é formada pela união entre um homem e uma mulher ou por um homem ou uma mulher e seus/suas filhos/as. Excluindo, conseqüentemente, a união de casais do mesmo sexo do conceito de família. O texto do Estatuto foi elaborado com base no conceito de família que é previsto na Constituição Federal. Segundo o art. 226, §3º da CF, a família é a base da sociedade, formada pela união entre homem e mulher, ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, tenha estendido os direitos dos casais heterossexuais aos casais homossexuais, reconhecendo a união entre pessoas do mesmo sexo como família.

¹¹⁷ O Estatuto do Nascituro é um projeto de lei brasileiro (478/2007) que visa garantir proteção integral ao nascituro, atribuindo direitos fundamentais ao embrião, mesmo que ainda não esteja em gestação, dando-lhe o mesmo status jurídico e moral de pessoas nascidas e vivas. Alvo de inúmeras discussões e críticas, seu texto acaba por proibir o aborto em qualquer situação, pois considera que a vida humana surge desde a concepção, constituindo, assim, uma incompatibilidade com os direitos já estabelecidos. O embrião terá mais direitos que a mulher, mesmo quando a vida e a saúde das mulheres estiverem em risco, violando, assim, os Direitos Humanos e reprodutivos das mulheres, a Constituição Federal e a lei penal vigente. Hoje, a lei não pune o aborto realizado em casos de risco de vida e de estupro. O Estatuto do Nascituro ignora a relação de causa e efeito entre a ilegalidade do aborto, os altos índices de abortos inseguros, e as altas taxas de morbidade e mortalidade materna no Brasil, e põe em risco a saúde física e mental e até mesmo a vida das mulheres.

¹¹⁸ O MBL se define como um movimento liberal e republicano e apresenta os seguintes objetivos: imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras. O financiamento do MBL tem sido questionado, uma vez que o grupo não revela de forma transparente a origem de seus recursos. Ainda que se auto defina como suprapartidário, gravações de áudio reveladas em 2016 levantaram suspeitas sobre o recebimento de ajuda de partidos políticos. O movimento nasceu com o objetivo de mobilizar a população a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). O MBL vem se apropriado de pautas ultraconservadoras em diversos campos como: a redução da maioria penal e o fim do estatuto do desarmamento; a luta contra o aborto, o feminismo, a "ideologia de gênero", o "politicamente correto"; o apoio ao movimento Escola Sem Partido, que prega o fim daquilo que denominam como doutrinação nas escolas.

¹¹⁹ Sobre a tramitação do PL 122 e as disputas políticas em torno dele, ver a tese de Adélia Zimbrão: Igualdade de diferença em tensão: disputas travadas por reconhecimento de direitos na arena legislativa.

nacional, estaduais e municipais de educação¹²⁰. Este último gerou, inclusive, abaixo assinados que eram disponibilizados em praças públicas, convocando as pessoas a assinarem, contra a confusão que o Partido dos Trabalhadores queria fazer, ao ensinar as crianças que não havia distinção entre meninos e meninas, pautado pela direita através do que intitulam “ideologia de gênero”.

Estes momentos que ganharam grande visibilidade, mas não dizem respeito especificamente à homoparentalidade. Talvez no Brasil as expressões de ideias e pensamentos contrárias à população LGBT estivessem mais camufladas, tanto que durante a campanha para a escolha do novo presidente da república, que ocorreu em outubro de 2018, depois que minhas entrevistas já tinham sido feitas, parte da sociedade se manifestou de forma a deixar clara suas posições contrárias à união entre pessoas do mesmo sexo, estimulada por alguns comentários do candidato que acabou por se eleger. É provável que muitos/as homossexuais, filhos e filhas tenham se sentido afetados/as ao longo da campanha política antes das eleições presidenciais, devido às referidas declarações. Talvez mesmo as/os filhas/os com as/os quais conversei, uma vez que foi possível observar um crescimento nas expressões de ódio, não só nas redes sociais, mas nas ruas do país, onde os apoiadores do referido candidato diziam que a partir daquele momento, ou seja, a partir das eleições, a situação mudaria. Houve uma corrida aos cartórios para que casais do mesmo legalizassem suas uniões antes da posse do novo presidente.

Aquilo que os/as brasileiros/as relataram ter ouvido em público, no período em que entrevistei, de 2016 até início de 2018, sobre suas famílias, vieram, geralmente, de salas de aula na escola ou universidade, uma manifestação ou outra na internet e conversas entre colegas.

As reações contrárias às famílias homoparentais ou à homossexualidade também estiveram presentes nos relatos, contudo, são distintos daqueles encontrados nos relatos dos/as entrevistados/as franceses. Vejamos as falas de Ana e Carla:

Ana

Ana – [...] tem muita gente que fica falando que não pode, que é feio...

Mônica – você escuta isso, mas é direcionado a você ou a outras pessoas?

Ana – a outras pessoas

Mônica – como é pra você quando escuta isso?

[...]

Mônica – te incomoda quando falam sobre isso dessa forma?

Ana – às vezes sim

Carla

Carla – [...] teve esse ano, duas garotas da minha escola deram um selinho, e as garotas que eu ando falaram “meu Deus!”. Eu só fiquei ouvindo, teve uma hora que ela falou assim: “Eu não gosto, mas tudo bem”, aí eu falei: “Como assim?”. A garota disse: “Eu nunca faria, dar um selinho na minha amiga, mas eu não acho legal”. Eu disse: “Elas

¹²⁰ Embora já haja uma vasta produção sobre esta enorme e fundamental polêmica, ela não será objeto de análise nesta tese.

que estão dando selinho, vc não tem que achar legal ou não”. Aí ela tentou se defender que a questão era: “Elas estão namorando ou são amigas?”. Aí eu falei que era um problema delas. Aí ela falou: “Mas eu nunca vou dar um selinho na minha amiga”. Eu falei: “Então tá bom”. Porque também a gente tem q aceitar q a pessoa não aceita o diferente, eu não posso eu fazer um preconceito nela porque ela não aceita. Então eu só boto o ponto de vista: “Eu não acho isso legal”.

Betina passou por uma situação distinta e conta como se sentiu quando a bancada evangélica¹²¹ se pronunciou em relação ao que seria uma família. Esta foi a forma que escolheu para reagir a isso, contando sobre sua família e declarando sua posição contrária à da bancada evangélica:

Na verdade, foi quando a bancada evangélica alegou que o casamento, que família era pai, mãe e filho. E eu tava numa fase bem revoltante, eu tinha acho que em torno de 16 anos, foi em 2016. Quando eu vi aquilo ali eu falei: “Peraí, quer dizer que minha família não é família, o que eu tenho dentro de casa não é família? Não é isso!”. E eu tava vendo muita gente no facebook falando: “Tá certo”, eu falei: “Gente, como assim? Não é!”. Eu não pensei só na minha família, e aquele filho que a mãe morreu no parto? Ou que o pai faleceu quando era pequeno? Ele tá vendo isso, como vai reagir? E as crianças do abrigo? Elas têm ali a família delas. Mas então pra eles aquilo ali não é família? Eu fiquei revoltada por ver as pessoas criticando, eu falei: “Quer saber, chega!”. Foi quando eu postei, aí teve gente me excluindo.

Essa foi uma situação em que houve declarações públicas, em que políticos se utilizaram de conteúdo religioso para se manifestarem de forma contrária às famílias que não correspondem à norma, e receberam apoio de parte da população. Não foi uma discussão em nível nacional, contudo provocou fortes reações em Betina, que sentiu-se atingida pessoalmente por um posicionamento político em que parte da sociedade se manifestou a favor.

Carlos foi o único dentre os/as brasileiros/as entrevistados/as que, devido a sua história familiar particular, vivenciou a manifestação de parte da opinião pública brasileira se posicionando especificamente contra sua família. Sua mãe biológica foi uma figura pública, artista conhecida nacionalmente, que faleceu, como descrito no capítulo anterior, quando Carlos tinha 8 anos de idade e houve uma disputa familiar inesperada pela sua guarda, visto ter sido criado por suas duas mães desde seu nascimento. Carlos trouxe essas informações logo no início da entrevista quando conversávamos sobre a maneira como nomeava as duas mulheres que o criaram:

[...] assim, eu só fui ver preconceito mesmo quando a Giovana morreu, quando a minha mãe Giovana morreu porque teve a guarda, a coisa tomou, foi pra mídia, aí eu vi, caramba. É só porque minha mãe é mulher que eu tô correndo o risco de não ficar com ela, sabe. Minha mãe é mulher, é óbvio, só porque sou filho de um casal homossexual que eu tô correndo o risco de não estar com a pessoa que me criou. Foi

¹²¹ A bancada evangélica é um conjunto de políticos de diferentes partidos que são evangélicos e se nomeias desta forma. Essa frente parlamentar que compõe o Congresso Nacional brasileiro se mobiliza e se posiciona contrariamente à discussão de gênero, projetos pedagógicos e educativos que combatem qualquer tipo de discriminação de gênero e sexual.

aí que eu vi que tinha um risco mesmo, só por ser lésbica, só por ser homossexual, mas fora isso... eram questões de curiosidade de infância.

Em um determinado momento da entrevista, quando mencionei relatos de filhas/os franceses se sentirem diferentes aos olhos dos/as outros/as, ou se sentirem mal por pessoas que não conhecem, se posicionarem contra suas famílias, Carlos acrescentou o seguinte:

É, foi o que passei [...]. Todos os irmãos da Giovana apoiaram a gente, todo mundo menos o meu avô. Minha vó, ex-mulher dele também me apoiou, nos apoiou. E foi assim, eu nunca achei que [eu] fosse diferente, não foi nem isso que me estalou, que era diferente, era tipo: “Caraca, as pessoas não gostam!”. Era mais isso. É isso que eu tô tentando explicar. Na minha cabeça foi sempre tudo muito claro, sabe, nunca teve nada velado [sua história, suas duas mães, a homossexualidade das mães], as coisas foram sempre [...] o que me impactou foi nego não gostar mesmo, foi essa coisa que você acabou de falar, não conhecer e não gostar. Qual é o problema? Eu cresci assim, temos amigos, eu estudo, meus professores sabem. Inclusive pela minha escola que sempre foi aberta a discussão.

Na história relatada por Carlos, mesmo nos momentos de disputa, quando as pessoas se manifestavam negativamente sobre sua família, recebeu também o apoio de muitas outras. Ele ressaltou um outro lado das manifestações públicas, aquele em que as pessoas se posicionam de maneira favorável, que dão apoio e se mostraram do lado de sua família.

Apesar de não ter ouvido esse tipo de relato das/os francesas/es, suspeito que tenha ocorrido. Os relatos das/os filhas/os francesas/es apontaram para afirmações violentas proferidas contra as famílias homoparentais de um modo geral, mas, por identificação, sentiram-se atacados/as diretamente. No caso de Carlos, o ataque foi especificamente contra sua família. O caso envolvendo a morte da sua mãe e a disputa por sua guarda aconteceu no início dos anos 2000, quando não existiam direitos estabelecidos para a população LGBT. Mas foi a partir dos ataques direcionados à sua família de duas mães, e por uma delas se tratar de pessoa conhecida, que acabou por mobilizar meio artístico e opinião pública, auxiliando o surgimento de manifestações favoráveis.

Foi em outubro de 2002, quando Carlos tinha aproximadamente 8 ou 9 anos de idade que a questão de sua guarda ficou decidida. A decisão foi inédita no Brasil, na época. Gabriela, companheira de Giovana, e também mãe de Carlos, já possuía a guarda provisória do filho. Depois que o caso tomou uma grande repercussão, com manifestações públicas de artistas e pessoas favoráveis a permanência de Carlos com sua mãe Gabriela, com quem sempre viveu, houve um acordo entre as partes e a tutela definitiva ficou com Gabriela. De acordo com o juiz, o depoimento de Carlos foi decisivo. “Ele saiu do ventre de Giovana para os braços da Gabriela”, disse a avó de Carlos, segundo a imprensa, após a tão aguardada decisão judicial que

ocorreu aproximadamente um ano após a morte de Giovana. Durante a audiência, Carlos foi claro ao demonstrar seu desejo em ficar com a mãe, de acordo com notícias na imprensa¹²².

Carlos

Especificamente eu era muito novo aí, eu não entendia direito, eu lembro q, assim, minha mãe tentou me isolar dessa coisa da mídia, desse processo. Mas, assim, eu lembro disso, caramba, pô, [pensava]: “Por que meu avô quer me tirar da minha mãe”, sabe? É porque são duas mães e eu lembro de nego inventando mentira: “Ah! Porque são duas mulheres, a casa é sexo e droga. Só tem isso”, sabe. “O que que é droga?” Eu não entendia, mas eu via que gerava, porra, ódio a ponto de nego querer me tirar da minha mãe, de eu ter que sair de casa e morar com um cara que eu não conheço, só porque ele é um cara, tá ligado? Foi mais isso, eu não compreendia também, eu era um moleque. Mas assim, o que a minha mãe fez foi me jogou pra praia, me deixou com a minha madrinha [...].

Carlos

Eu tenho ainda um plus assim de ser uma história já contada, uma história revisitada por muita gente. Isso de alguma maneira facilitou. Pode ser as vezes por uma lado ruim, de nego tá entrando na sua vida, sem mais nem menos, sabe, te expondo, tirando foto, falando, que não é tb esse tipo de exposição q as pessoas procuram, mais uma aceitação enquanto ser, enquanto ser humano, enquanto pessoa que é, do que propriamente alguém fuçando sua vida particular. Mas teve esse lado bom que as pessoas procuraram entender a gente. Isso é uma barreira, um gelo que já quebrou, já quebra a pessoa, entendeu: filho da Giovana [...]. Que é o que a pessoa deve pensar, a última pergunta que ela vai fazer é se a minha mãe é homossexual, entendeu? É a última coisa que ela quer saber pq é a Giovana, [figura pública conhecida], “ai é legal!”. O que devia ser com todo mundo, “pô, uma pessoa, que pessoa legal!”. Mas não é assim. Isso que é doido, a primeira coisa que nego acha, é uma insegurança tão grande do outro que pra ele se sentir confortável com alguém ele não pode ser gay, sabe? Nem sei por que, sei lá, por que vai dar em cima de vc? Por que você vai querer dar em cima dela? Eu acho que é uma piração tão louca.

2.2.3 O Brasil e a França

As diferenças encontradas nas falas das e dos francesas e brasileiras e brasileiros falam das diferenças das sociedades, do caminho traçado por cada uma para buscar e adquirir direitos e do momento político de cada uma à época das entrevistas.

Um dos aspectos que chama a atenção é o quanto essas/esses filhas/os sentiram a necessidade de sair em defesa da família?¹²³ A partir do que algumas/alguns filhas/os francesas/es viveram e relataram, decidiram por atuar em defesa das pessoas LGBT, seja participando diretamente de associações ou seja de forma individual. Sabendo que o elemento presente e que torna suas famílias alvo de ataques e vulneráveis, muitas vezes, é a sexualidade de suas mães.

¹²² Colocar as reportagens da época revelaria a identidade do entrevistado, por isso optamos por apenas comentar alguns dos conteúdos.

¹²³ Uma conversa com Virginie Rozée me fez pensar nas semelhanças com as famílias de imigrantes, cujos filhos se sentem um pouco responsáveis por defender suas famílias, constantemente atacadas e acusadas de gerar violência, desordem. Ao conversar com Sophie Sarcinelli, ficou claro que um possível paralelo com as famílias de rua da Itália também seria uma discussão profícua, desafio a ser enfrentado em breve.

Foucault (1988) vai propor um olhar sobre as verdades da sexualidade, propor a análise da formação de um certo tipo de saber sobre o sexo. Verdades e saberes esses, partes integrantes de um dispositivo de controle, cuja relação não se faz somente com a lei ou com a repressão e sim com o poder. Dispositivo entendido aqui como: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (FOUCAULT, 1979, p.244), cuja discussão acontece no próximo capítulo.

E quanto ao poder, Foucault (1988, p. 102) esclarece o seguinte:

[...] não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais.

Assim, a menção de Foucault às relações de poder diz respeito às encontradas em quaisquer relações humanas, de diversas formas, diferentes níveis, e que são móveis e reversíveis. Sobre as resistências, nunca estão “em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 105). Existindo poder, existem resistências:

[...] são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento (FOUCAULT, 1988, p.106).

Os embates aqui descritos são talhados de poder e resistência, já que o poder não se encontra em um determinado local, mas é uma prática social historicamente construída. Ele se exerce e está distribuído em toda organização social, não tem um lugar específico (FOUCAULT, 2010). Só existe em ato, na relação; sendo o poder ação sobre ação (FOUCAULT, 1995), ele se exerce em rede, ele circula, funciona em cadeia. A reação de setores da sociedade, impulsiona jovens filhos/as na defesa de suas famílias, os movimentos conservadores ganham força quando a população LGBT adquire direitos.

Quando essas/esses filhas/os tomam a palavra das diversas formas possíveis, em favor de suas mães, numa conversa com amigos ou em manifestações nas ruas, em depoimentos públicos ou ajudando outros em associações, estão exercendo poder e estão resistindo:

É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização

dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais (FOUCAULT, 1988, p.107).

Através de relato indignado, de participação em associação de luta ou através da expressão de suas histórias, concordando em compartilhar suas vidas na presente pesquisa ou em ambientes públicos, essas/esses filhas/os pretendem respeito, reconhecimento e proteção para suas famílias.

O atual momento político do Brasil provavelmente gerará diferença de comportamento nesses filhos e filhas.

3 HOMOSSEXUALIDADE E A SAGRADA FAMÍLIA

3.1 Tecendo fios do dispositivo da sexualidade

Ora, o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de todo uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto.

Michel Foucault

As relações homossexuais são costumeiramente dissociadas das relações familiares e vistas com preconceito. Indivíduos com práticas homossexuais, sejam homens ou mulheres, ainda hoje são avaliados com muita reserva, como se sua pessoa fosse influenciada negativamente por uma prática sexual tida como desviante, uma vez que em desacordo com a norma vigente.

De acordo com Fonseca (2005, p.53-54),

O comportamento sexual – visto como uma questão de liberdade individual e de práticas consentidas entre adultos – era colocado de um lado, e a instituição sacrossanta da família, de outro. Essa divisão nas próprias categorias de percepção, sem dúvida, explica como muitos liberais conseguem a façanha de aceitar parcerias homoafetivas como “quase” normais, ao mesmo tempo em que rejeitam a possibilidade de *gays* adotarem crianças. Quando a sexualidade invade, dessa forma, o terreno da família, pronunciamentos sobre o comportamento homossexual se afastam rapidamente da categoria “normal”, recuando para o território do “perigoso” ou “potencialmente nocivo”, sem falar do “perverso”. A conjunção desses dois temas – sexualidade e família – é, portanto, sugestiva, pois nos obriga a estranhar certas associações e separações que ocorrem “naturalmente”; a desmistificar certas “fronteiras” – formas de classificação que acontecem no dia-a-dia sem que analisemos as consequências.

A prática sexual entre pessoas do mesmo sexo é apenas uma entre outras, mas passou a ser caracterizada como uma nova identidade social a partir de 1870 (MISKOLCI, 2005). A

homossexualidade surgia, então, segundo Foucault (1988), como uma figura da sexualidade, deixando de ser apenas uma prática sexual, e dando origem ao homossexual como espécie. Este passa a ser identificado como doente e desviante. O ano de 1870, segundo Foucault (1988), pode servir de data de nascimento da categorização psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade, quando assim foi caracterizada por Carl Westphal, psiquiatra alemão, em artigo intitulado “As sensações sexuais contrárias”.

Naquela época da história, a sexualidade se tornou objeto de estudos de especialistas e foi marcante o papel de psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, sexólogos e educadores na regulação e na normatização da sexualidade, definindo-se as formas aceitáveis e as inaceitáveis de a expressar. A sexologia passou a definir e a classificar todos os desvios das funções reprodutoras e, em associação com a psiquiatria, seu saber era destinado ao poder que perseguia, regulava e até mesmo detinha aqueles desviantes. No final do século XIX, através de suas obras, os psiquiatras Richard Von Krafft-Ebing e Cesare Lombroso reforçaram a visão preconceituosa e desfavorável da existência de uma sexualidade múltipla. Já os trabalhos de Magnus Hirschfeld e de Havelock Ellis, renomados sexólogos, no final do século XIX e início do XX, deram início a estudos direcionados ao reconhecimento da variabilidade sexual e de sua despatologização (MISKOLCI, 2005, 2009). Sigmund Freud, contemporâneo dos referidos médicos, por sua vez, propôs uma compreensão da sexualidade como polimorfa, opondo-se à difundida ideia da atração sexual entre os opostos, com o objetivo de procriação, como a forma “correta” de manifestação da sexualidade, “inaugurando um deslocamento sem precedentes à normalização sexual instaurada pela psiquiatria, medicina e sexologia do século XIX” (ARÁN, 2009, p. 655). Com o desenvolvimento da teoria freudiana, incluíram-se as formulações tão difundidas sobre o Complexo de Édipo, função paterna e diferença sexual. A teoria psicanalítica foi usada como ferramenta pronta e seus conceitos transformados em “certezas inabaláveis” (PERELSON, 2006, p. 722). Desse modo, a psiquiatria, a sexologia e a psicanálise colaboraram para que a sexualidade fosse enquadrada num modelo hegemônico, o heterossexual, em oposição ao homossexual, este último reunindo tudo aquilo que é indesejável, patológico.

Nos anos 1940, os estudos de Alfred Kinsey foram difundidos. Embora explicitem a pluralidade de práticas sexuais, suas justificativas sobre essa multiplicidade apoiam-se em explicações sobre instintos e essência do indivíduo, mantendo vivo o propósito da heterossexualidade como norma. A partir de 1960, estudos sociológicos sobre a sexualidade começaram a ser desenvolvidos, mas ainda com prioridade para a sexualidade convencional, mantendo o pressuposto da heterossexualidade como a “correta”. Já no início da década de 1980, estudos sociológicos sobre as minorias sexuais surgiram, mas sem abordar a homo e a

heterossexualidade como interdependentes, assim como não lançaram um olhar crítico sobre as categorizações sexuais. Os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual (MISKOLCI, 2009).

Segundo Costa (1998, p. 16), “histórica, sociológica e antropologicamente, pode-se afirmar que as práticas sexuais são tão variadas quantas são as culturas”, sendo a noção de sexualidade contingente e histórica. Em estudo sobre a sexualidade na Grécia antiga, Foucault (1984) aponta que existiu até mesmo uma dificuldade em encontrar, nos gregos, uma noção semelhante à de “sexualidade”. A noção mesma era outra e dizia respeito às práticas inseridas num local e momento histórico determinado.

Segundo Costa (1994), havia uma “homossexualidade” valorizada e exercida por uma parcela da alta sociedade grega e não podemos fazer uma correspondência com a “homossexualidade” das minorias gays atuais. A “homossexualidade” vista como trans-histórica estaria vinculada à crença numa essência da homossexualidade que só tem coerência “quando holisticamente articulada ao vocabulário moral da sexualidade burguesa oitocentista” (COSTA, 1994).

O que é crime, doença e desvio hoje, nem sempre foi percebido e julgado desta maneira no passado, e pode perfeitamente vir a ser admitido e recomendado amanhã ou vice-versa. Assim sendo, nenhum argumento filosófico, científico ou do senso comum pode justificar condutas preconceituosas que venham a constranger físico-moralmente o indivíduo em seu direito de auto-realizar-se afetivo-sexualmente, se esta auto-realização está de acordo com os valores básicos da cultura democrática, pluralista, humanista e individualista do Ocidente. (COSTA, 1998, p. 16).

Segundo Foucault (1979, p. 12), “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos”, num certo momento da história.

De acordo com Laqueur (1990), acreditou-se, por milhares de anos, que as mulheres tinham a mesma genitália dos homens, com a diferença de que a das mulheres ficava para dentro do corpo. Elas eram essencialmente homens, contudo, faltava-lhes calor vital. Eram vistas como homens virados para dentro. O ovário, por exemplo, não tinha um nome determinado. Vigorava o modelo de um sexo único, que permaneceu apesar de descobertas científicas. Contudo, no final do século XVIII, um novo modelo toma lugar, o de um dimorfismo radical e, no final do século XIX, a diferença entre os sexos, não em graus, mas em espécies, já estava fundamentada na natureza. Desde então, homem e mulher passam a ser vistos como opostos. A complementaridade entre os sexos é naturalizada e esperada.

Foucault (1988), valendo-se da perspectiva genealógica, constrói uma análise crítica sobre o discurso da sexualidade e seus atravessamentos por mecanismos de saber e poder, o que insere a sexualidade em um sistema de regulação social. Ou seja, uma trama formada por vários discursos e práticas que se materializam em saberes e poderes, circunscrevendo, desse modo, a sexualidade em um modelo de saber.

De acordo com Foucault (1988, p. 114), a sexualidade não é uma instância a ser domada, mas, sim, um ponto de passagem nas relações de poder, um elemento utilizável em manobras que pode servir de apoio e articular variadas estratégias – “entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população” (FOUCAULT, 1988, p. 114):

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 1988, p. 116).

As instâncias saber, poder e subjetividade se entrelaçam como uma rede, o que constitui o dispositivo, segundo o filósofo. O dispositivo da sexualidade se apresenta como uma estratégia potente e perversa não de repressão, mas de gerenciamento e controle da produção dos corpos, subjetividades e populações. Potente porque o poder avança cada vez mais fundo sobre os modos de existência; perverso porque produz formas de experimentação e de vivência da sexualidade como ilegítimas, não para as exterminar totalmente, mas, sim, para a manutenção das relações de poder (CASSAL; GARCIA; BICALHO, 2011, p. 466), uma vez que “o dispositivo raramente proíbe ou nega, antes controla e produz verdades moldando subjetividades” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 130).

O entendimento vigente, que reforça a necessidade da coerência entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, instituiu-se como algo obrigatório e universal para o processo de subjetivação considerado adequado, como se não fosse regulado por um poder sutil, a serviço da reiteração de normas. Nesse caso, normas de gênero coerentes, visando à heterossexualidade compulsória. Segundo Foucault (2010), o poder disciplinador, sempre alerta e com objetivo normatizador, é encarregado de controlar e corrigir os que se afastam das regras estabelecidas e naturalizadas. Aqueles que não se enquadram são categorizados como desviantes, assim como toda e qualquer dissidência passa a ser classificada do mesmo modo.

Denominada por Louro (2008) de matriz heterossexual, as normas heterossexuais são o modelo a ser seguido para que a heterossexualidade impere como válida e reconhecida socialmente.

De acordo com Miskolci (2009, p. 157),

historicamente, a prescrição da heterossexualidade como modelo social pode ser dividida em dois períodos: um em que vigora a heterossexualidade compulsória pura e simples e outro em que adentramos o domínio da heteronormatividade. Entre o terço final do século XIX e meados do século seguinte, a homossexualidade foi inventada como patologia e crime, e os saberes e práticas sociais normalizadores apelavam para medidas de internação, prisão e tratamento psiquiátrico dos homo-orientados. A partir da segunda metade do século XX, com a despatologização (1974) e descriminalização da homossexualidade, é visível o predomínio da heteronormatividade como marco de controle e normalização da vida de gays e lésbicas, não mais para que se “tornem heterossexuais”, mas com o objetivo de que vivam como eles.

Segundo o princípio da heteronormatividade, a sociedade se dividiria em homens e mulheres, os homens se sentiriam atraídos sexualmente pelas mulheres e as mulheres pelos homens (PICHARDO, 2009, p. 143). A heteronormatividade, termo criado por Michael Warner, em 1991, refere-se a

um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. (MISKOLCI, 2009, p. 156-157).

Assim, os diversos tipos de relações possíveis, em face da pluralidade das formas de ser, são regulados por um “sistema de valores sexuais, segundo o qual a sexualidade ‘boa’, ‘normal’ e ‘natural’, seria a heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não comercial” (RUBIN, 1989, p. 21). Outras formas de relação, diferentes das citadas acima, são consideradas “más”, “anormais” ou “antinaturais”.

Participantes do trabalho realizado por Pichardo (2009, p. 144, tradução nossa)¹²⁴ se referem ao modelo da heterossexualidade como

o caminho que todas/os devem seguir: ter relações sexo-afetivas com pessoas de sexo diferente, namorar, ficar noivo/a, casar, conviver, manter relações sexuais com seu/sua parceiro/a, ser fiel, trabalhar, conseguir estabilidade na vida profissional e

¹²⁴ Pichardo (2009) realizou pesquisa através de observação participante, aplicação de questionários e entrevistas (30 mulheres e 33 homens) com gays e lésbicas, jovens e adultos/as de até 75 anos, na Espanha. Abordou, entre outros pontos, os modos de participação dos/as homossexuais nas modificações da concepção de família.

conjugal, ter filhas/os, educá-los, que a mulher se encarregue dos cuidados com as/os filhas/os (trabalhando ou não fora de casa), comprar um carro e depois uma casa.¹²⁵

Carla expressa da seguinte forma sua visão sobre essa questão:

Desde criança a gente aprende que se você é mulher perguntam: “e o namoradinho?”. Nunca perguntam pra uma criança: “Você está gostando de alguma garota ou de algum garoto?”, não. Então é difícil. Porque a sociedade implantou coisas certas e erradas, que o errado é diferente. Então a gente vai sendo uma sociedade num mundo muito preconceituoso, que agora estamos conseguindo quebrar um montão de barreiras onde ser diferente é normal. É difícil as pessoas aceitarem isso. (Carla).

Segundo Carla, seria uma imposição generalizada que levaria a pessoa, desde criança, a enxergar de forma preconceituosa aquilo que rompesse com a linearidade sexo, gênero e desejo sexual.

Jimena de Garay Hernández (2013), em estudo com filhas de famílias homo/lesbo/transparentais no Brasil, aborda suas vivências frente à heteronormatividade, expondo os confrontos que atravessam nas escolas e nas relações com as famílias extensas, nas quais não há reconhecimento de suas experiências familiares como válidas. Contudo, tais experiências surgem como possibilidade de desafio à heteronormatividade e ao patricarcado, o que as constitui como processos de singularização.

Quando da emergência do dispositivo da sexualidade, as práticas sexuais ganham novas ordenações. A sexualidade passa a falar do sujeito mais do que ele próprio (Foucault, 1988). E isso é importante, porque “ser homossexual”, a partir de então, não vai falar apenas de desejo ou de práticas sexuais, e sim de uma série de características daquele sujeito – todos que têm práticas homoeróticas são transformados em doentes, desviantes (CASSAL; GARCIA; BICALHO, 2011, p. 466).

A heterossexualidade como norma de referência faz-se presente constantemente, no cotidiano, em qualquer tipo de família, heterossexual ou não. Tal norma é reiterada, assim como é afetada pelos diversos componentes dessas variadas configurações familiares.

Se a homossexualidade aparece como definidora da pessoa, sobrepondo-se a outras características, o mesmo acontece com as famílias homoparentais. Quando nos referimos a elas, a orientação sexual dos pais e mães ganha relevância e aquela família que teria apenas uma configuração distinta da tradicional, ou seja, dois pais ou duas mães, passa a se destacar pelas

¹²⁵ O texto original é: “«el caminito» que todos y todas debemos seguir: tener relaciones sexoafectivas con personas de distinto sexo, enamorarte, tener novio/a, casarte, convivir, mantener relaciones sexuales con tu pareja, ser fiel, trabajar, conseguir una estabilidad laboral y de pareja, tener hijos, educarlos, que la mujer se encargue del cuidado de los menores (trabaje o no fuera de casa), comprar un coche y después una casa”.

práticas sexuais desses pais ou dessas mães. A homossexualidade deles/as falaria mais do que eles/as próprios/as.

Especialistas foram e são convocados para reiterar a verdade sobre o ambiente familiar saudável para a criação de filhos e filhas e sobre o que seria indispensável ao bom desenvolvimento das crianças. Correntes psicológicas e psicanalíticas se organizaram, de maneira normativa, a partir da interpretação do Complexo de Édipo como estrutural. Assim, muitas dessas correntes acabaram por reforçar uma visão binária de gênero e uma concepção de desejo como necessariamente heterossexual, fixa e universal, na medida em que a resolução deste Complexo é que determinaria a identidade sexual. A definição da identidade e do desejo, na resolução do Complexo de Édipo, seria necessariamente heterossexual, havendo o desejo sexual pela figura do sexo oposto e o desejo de morte da figura do mesmo sexo, considerada uma rival. Dessa forma, baseada nessa teoria, seria fundamental a existência de pessoas de diferentes sexos para a constituição da subjetividade da criança.

Deleuze e Guattari, contudo, fazem uma referência completamente distinta sobre o Complexo de Édipo. A triangulação não seria o desvelar de uma verdade atemporal, mas sim um instrumento de poder médico e psicanalítico de se exercer sobre o desejo e o inconsciente (FOUCAULT, 2005). O triângulo seria

uma certa maneira de conter o desejo, de garantir que o desejo não venha se investir, se difundir no mundo que nos circunda, no mundo histórico; que o desejo permaneça no interior da família e se desenrole como um pequeno drama quase burguês entre o pai, a mãe e o filho. Édipo não seria pois uma verdade de natureza, mas um instrumento de limitação e coação que os psicanalistas, a partir de Freud, utilizam para conter o desejo e fazê-lo entrar em uma estrutura familiar definida por nossa sociedade em determinado momento. Em outras palavras, Édipo, segundo Deleuze e Guattari, não é o conteúdo secreto de nosso inconsciente, mas à forma de coação que a psicanálise tenta impor na cura a nosso desejo e a nosso inconsciente. (FOUCAULT, 2005, p. 29-30).

Muito se discute sobre a parentalidade não ter relação com a sexualidade de pais e mães. O próprio termo homoparentalidade, que “se impôs apesar das ambiguidades que porta”¹²⁶ (VECHO; SCHNEIDER, 2005, p. 273, tradução nossa), traz, por um lado, visibilidade a essas famílias e, por outro, à sexualidade de pais e mães, conforme apontado no capítulo 1 desta tese.

Uziel ressalta que:

se, por um lado, falar em homoparentalidade pode ser estratégico, no sentido de ganhar visibilidade, por outro, seria ratificar uma diferença que não se tem claro se é importante, quando o foco são as relações familiares, ou a “capacidade” ou a “disponibilidade” de alguém para o exercício da parentalidade. (UZIEL, 2007, p. 71).

¹²⁶ O texto no original é : « le terme s’est impose malgre les ambiguïtes dont il est porteur ».

Até mesmo para que certos direitos por parte das famílias homoparentais fossem adquiridos ao longo dos últimos anos, conforme explicitado no capítulo 2, foi importante que se dissociasse parentalidade e sexualidade.

Ao propor uma pesquisa que interroga sobre eventuais atravessamentos da homossexualidade da/s mãe/s na vida das/os filhas/os, acabo por trazer a (homo)sexualidade das mães para a cena, e por tratar tanto do campo da família quanto do campo da sexualidade. Nesse sentido, a sexualidade vai muito além de prática e desejo sexuais, o que diria respeito única e exclusivamente aos/às envolvidas/os. Ao serem mães lésbicas em sociedades heteronormativas, essas práticas e desejos passaram a ganhar novas significações e ordenações e a cumprir papel específico na trama que compõe o dispositivo da sexualidade. No entanto, não somente as mães, enquanto homossexuais, teriam papel específico no dispositivo da sexualidade, mas suas/seus filhas/os também, enquanto enredadas/os na história sexual de suas mães, conforme a discussão que organiza este capítulo.

Toda essa engrenagem compõe a cena familiar homoparental, assim como faz girar a engrenagem do dispositivo, que é dinâmica, bem como a família é parte integrante no funcionamento dessa “máquina abstrata” / manutenção desse dispositivo: “A família é o cristal no dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo” (FOUCAULT, 1988, p, 122).

Parte integrante do dispositivo da sexualidade, a homossexualidade se constitui como elemento criado pelo dispositivo, assim como uma disrupção nas relações entre seus elementos. Compondo um mecanismo saber-poder que se inter-relaciona constantemente, sofre seus efeitos e o afeta.

Os discursos de especialistas, criando verdades, inventando a homossexualidade como categoria sexual e mantendo o homossexual no lugar de desviante e de subordinado, em relação ao heterossexual, validaram saberes e permitiram que um sistema de regulação e de poder fosse exercido a serviço de uma norma vigente. Esta trabalha para a manutenção da célula base da sociedade, a instituição familiar heterossexual e reprodutora.

Os estudos em ciências humanas e sociais mantiveram, até recentemente, dois campos de estudos distintos: família e sexualidade. Encontramos, de um lado, os estudos sobre a família, os quais tratavam das configurações heteroparentais, e, do outro, os estudos sobre a sexualidade, em que se privilegiavam práticas homossexuais (FASSIN, 2015).

A sociologia da família teve o casal heterossexual como seu objeto central de estudos. A sociologia da família e da vida privada tem acompanhado há mais de 30 anos as

transformações familiares e sociais, suas uniões, separações e recomposições, passando pelo divórcio por consentimento mútuo – na França, em 1975, o voto do PaCS, em 1999. Ainda assim, produziu poucas pesquisas sobre a conjugalidade gay ou lésbica até 2010. No caso do Brasil, o divórcio foi instituído oficialmente em 1977, uniões civis consentidas em 2011 e as pesquisas acadêmicas também só se intensificaram alguns anos depois, conforme será exposto no capítulo 4.

Do ponto de vista da sociologia da sexualidade, pesquisas sobre homossexualidades foram impulsionadas pelo contexto da epidemia de aids dirigida principalmente à população gay, e são quase exclusivamente ligadas à sexualidade masculina e às suas práticas. (DESCOUTURES, 2010, p. 3 tradução nossa).¹²⁷

Num primeiro momento, a AIDS chegou a reforçar tal separação, mas, num segundo momento, a pandemia teria também desestabilizado essas representações, como demonstra Kath Weston em seu estudo intitulado *Families We Choose*, a partir de uma etnografia sobre gays e lésbicas em São Francisco (EUA), nos anos 1980 (FASSIN, 2015).

Não faz muito tempo, nos anos 1970, mulheres divorciadas de seus maridos perdiam com frequência a guarda de seus filhos/as por serem consideradas uma ameaça às crianças, uma vez que passariam a se relacionar com outras mulheres – como se a sexualidade das mães pudesse causar danos a essas crianças. Mas se, de acordo com Foucault (1988), a sexualidade fala do sujeito o tempo todo, para além das suas práticas e de seus desejos sexuais, interessa questionar de que forma os danos seriam causados. Em quais aspectos da vida da criança? O que estaria em jogo com esse temor? Como algo que deveria dizer respeito apenas a um aspecto da vida sexual dessas mães se manifestaria no cotidiano de filhos e filhas, fazendo com que participassem da história da homossexualidade de suas mães?

Pensando na engrenagem do dispositivo, que faz operar saberes e poderes, e que os poderes estão necessariamente em toda parte, interessa-me analisar como essa homossexualidade materna atravessaria a vida de suas/seus filhas/os e como as/os mesmas/os lidariam com isso.

3.2 A produção de sujeitos-mãe

Há anos, as expressões “mãe lésbica” ou “família homoparental” eram figuras de oximoro (GROSS, 2013; FASSIN, 2015), e, hoje, não há nada de paradoxal nelas. Isso mostra as modificações sociais e políticas em marcha.

¹²⁷ O texto original é : « Du point de vue de la sociologie de la sexualité, les recherches sur les homosexualités ont été propulsées par le contexte de l'épidémie du sida touchant principalement la population gaie, et se sont quasiment exclusivement attachées à la sexualité masculine et à ses pratiques ».

Fassin (2015) se refere ao trabalho de antropologia de Ellen Lewin para apontar o quanto as mulheres, independentemente da orientação sexual, estariam envolvidas numa cultura da maternidade, submetidas a suas normas e preocupadas em ser suficientemente boas. Se, num determinado momento social e histórico (mesmo que guardando as devidas distinções entre Brasil e França), as lésbicas lutaram por visibilidade, o que se observou a partir dos anos 1990, segundo Fassin (2015), foi mais uma luta para que fossem integradas à norma, do que uma inovação.

Fassin (2015, p. 85, tradução nossa) ressalta que, “se a intenção política inicial é de normalizar a maternidade lésbica, o resultado final não corre menos o risco de contribuir para a imposição de uma normalidade feminina definida pela maternidade, qualquer que seja a sexualidade”¹²⁸. Ainda segundo o autor, a normalização, nos seus vários sentidos, mostra-nos que aquelas famílias escolhidas, descritas por Weston em seu estudo realizado nos Estados Unidos, nos anos 1980, não são mais encontradas, pois cederam lugar, alguns anos depois, às famílias formadas por maternidades lésbicas e paternidades gays, na maioria das vezes na forma de um casal parental. hooks (1984) vai apontar que os próprios gays e lésbicas não teriam dado continuidade à parentalidade coletiva, um aspecto da transformação que se iniciou nas suas próprias famílias.

Segundo Fassin, é importante levarmos em conta o contexto político no qual estão inseridos diferentes pontos de vista para compreendermos melhor seu significado:

a ação política é menos a expressão atemporal de princípios abstratos do que a intervenção, na prática, dentro de uma história [...] a política de normas familiares não é um dado atemporal cuja lógica se desdobraria na história; ela mesma é atravessada pela história.¹²⁹ (FASSIN, 1999, p. 177, tradução nossa).

Assim sendo, a definição do que seria o casamento, a família ou a parentalidade, por exemplo, não seria possível senão num dado momento histórico, bem como não há resposta simples para a questão relacionada ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, isto é, se seria uma demonstração de conservadorismo ou subversão (FASSIN, 1999).

A pesquisa sociológica de Descoutures (2010), publicada quase uma década depois da pesquisa de Ellen Lewin, propõe a articulação dessas duas temáticas: maternidade e homossexualidade.

¹²⁸ O texto original é: « si l'intention politique initiale est de normaliser la maternité lesbienne, le résultat final ne risque pas moins de contribuer à l'imposition d'une normalité féminine définie par la maternité, quelle que soit la sexualité ».

¹²⁹ O texto original é: « [...] l'action politique est moins l'expression intemporelle de principes abstraits que l'intervention, en pratique, dans une histoire [...] La politique des normes familiales n'est pas une donnée intemporelle dont la logique se déploierait dans l'histoire ; elle est elle-meme traversée par l'histoire ».

Enquanto essa última é socialmente percebida como transgressão da norma de gênero (como ordem fundante e hierárquica dos sexos e das sexualidades), a maternidade é percebida como um papel socialmente esperado das mulheres¹³⁰ (DESCOUTURES, 2010, p. 3, tradução nossa).

Ou seja, um duplo paradoxo, a reunião daquilo que o senso comum e as normas sociais separam (VARIKAS, 2010).

A pesquisa da referida socióloga foi a primeira sobre casais de mães lésbicas na França. Realizando 48 entrevistas qualitativas com mães recrutadas através da APGL, Descoutures (2010) desenvolveu um estudo das práticas homoparentais que se inventam no quadro heteronormativo, ainda que sob a pressão normalizadora dos diversos guardiões do parentesco. Uma questão central que atravessa seu trabalho é o quanto essas famílias mantêm ou renovam as normas em vigor.

A referida autora vai justamente apontar como a heteronormatividade se manifesta através da vida cotidiana das mães lésbicas e como se dá a atualização da normalidade realizada pela margem, ao estudar mães lésbicas na França¹³¹. Descoutures destaca o enquadramento heteronormativo sobre o qual as ligações conjugais e de filiação estão necessariamente construídas. Isso aparece na definição da verdadeira família e na primazia da biologia sobre todas as outras formas de ligação. A autora ressalta diversas situações em que a questão da anormalidade do casal do mesmo sexo aparece, bem como a interiorização de discursos de detratores das famílias homoparentais. Seu estudo contribui, também, para atualizar o peso, sempre forte, da destinação das mulheres à maternidade, apontando situações nas quais a cultura da maternidade e a heteronormatividade são reafirmadas.

Especificamente em relação à mãe que não gerou a criança, a quem a autora chama de *mères non statutaires*¹³², outras questões se impõem e revelam os problemas e as práticas de cuidado que nomeou como *hypercorrection maternelle*¹³³: menos mulheres que as verdadeiras mulheres porque são homossexuais, menos mães do que as verdadeiras mães porque não têm laços biológicos com as crianças e sem status jurídicos para amenizar essa carência, elas devem fazer duas vezes mais. Levando em consideração que o trabalho de Descoutures foi publicado em 2010, ou seja, data de antes da lei do *mariage pour tous*, há que se pensar no que acontece quando a tecnologia e a legislação eliminam dois desses impedimentos.

¹³⁰ O texto original é: « alors que cette dernière est socialement perçue comme une transgression de la norme du genre (comme ordre fondant la hiérarchie des sexes et des sexualités), la maternité est perçue comme un rôle socialement attendu des femmes ».

¹³¹ Vale ressaltar que tal trabalho foi publicado em 2010, ou seja, sua realização data de antes da lei do *mariage pour tous* ter sido aprovada na França.

¹³² Mãe não legal.

¹³³ Hipercorreção maternal.

Diante do exposto em relação à heteronormatividade e à atualização da normalidade pelas margens, como diz Descoutures (2010), gostaria de pensar a maternidade lésbica a partir do dispositivo da maternidade. De acordo com Marcello (2004):

Mais do que fazer ver e dizer uma maternidade hegemônica, esse dispositivo se ocupa em fazer ver e dizer diferentes modalidades maternas (maternidade homossexual, adolescente, solteira, maternidade acima dos 40 anos, são apenas algumas delas). Fazer dessas modalidades maternidades algo visível, dá-las a conhecer – principalmente em suas diferenças – diz respeito a procedimentos concretos de objetivação discursiva, de apreensão e de investimento tático do poder sobre os corpos e sobre a forma mesma de ser sujeito-mãe (MARCELLO, 2004, p. 202).

As linhas de força que compõem o dispositivo da maternidade, fortemente ligadas à dimensão do poder, agindo agonisticamente, segundo Marcello (2014), não objetivam somente reforçar um modo semelhante de ser mãe entre as maternidades, “mas fazer e dizer as diferenças entre elas. Trata-se tanto de conceber maternidade de uma forma hegemônica, como de identificar, de nomear suas outras modalidades, suas diferenças” (MARCELLO, 2004, p. 205).

Mais do que socialmente aceita, a maternidade é incentivada e esperada. Tanto uma forma específica de exercício da maternidade quanto a sua quase obrigatoriedade atrelam maternidade e feminilidade ainda nos dias de hoje, constituindo parte central da identidade feminina. Confirma-se, implícita ou explicitamente, a existência de um instinto materno que une a mulher de maneira inevitável à função de mãe. Assim, por natureza, a mulher se destinaria à maternidade. Segundo Badinter (1985), os valores de uma sociedade podem ser tão dominantes que exercem pressão imensurável sobre os desejos.

Especialistas, como médicos, filósofos, psicólogos e psicanalistas, cumprem o papel de mantenedores do modelo da mulher realizada e satisfeita somente quando mãe e/ou quando exercendo a maternidade de maneira padrão (COSTA, 1979; SALEM, 1980; BADINTER, 1985; ALMEIDA, 1987; KITZINGER, 1996).

Mas o que dizer das mulheres lésbicas? A homossexualidade interrogaria a maternidade?

A maternidade de uma mulher lésbica geralmente se sobrepõe à sua orientação sexual. Essa mulher passa a ser vista sobretudo como mãe, cumprindo, assim, seu papel social. A homossexualidade pode mesmo ficar encoberta, invisibilizada para a sua própria família e para a sociedade de modo geral. Em relação a esta, há, inclusive, uma maior aceitação das mulheres homossexuais quando se tornam mães.

A maternidade reassocia o sexo com o gênero que deveria lhe corresponder socialmente. O momento do *coming-out* junto aos parentes, por exemplo, pode levar a rupturas familiares duras. No entanto, a maternidade de uma filha lésbica pode refazer laços rompidos,

transformando o que antes tinha sido rejeitado pelos pais e mães em um estilo de vida inteligível (DESCOUTURES, 2010). A maternidade representaria, assim, a normalidade perdida ou a verdadeira feminilidade.

Na França, há uma forte pressão social para que as mulheres procriem, a qual se intensifica com os avanços da medicina, que estigmatiza a infertilidade. Construído socialmente e percebido como um dever, tornar-se mãe, ainda que mãe lésbica, permite a reconciliação da sexualidade com o gênero, porque, assim, as mulheres se conformariam ao papel esperado delas, cumprindo etapa necessária para a construção da identidade feminina. Neste contexto, a homomaternidade seria, então, mais aceitável que a homossexualidade (ROZÉE, 2012, p. 12).

O dispositivo da maternidade acionaria tanto as diferenças quanto as semelhanças entre os tipos de maternidades. As modalidades externas ao padrão devem ser administradas, produzidas mesmo como fora do padrão, devem ser “faladas, especuladas, inquiridas na sua diferença mesma, e fazer com que isso se torne objeto de saber” (MARCELLO, 2004, p. 205). As mulheres lésbicas podem se reintegrar à normalidade a partir do momento que se tornam mães. Contudo, a homossexualidade pode sempre ser acionada como causadora de algo que possa vir a “dar errado” com suas/seus filhas/os.

O dispositivo opera também evidenciando as semelhanças, capturando todas as maternidades numa só forma de ser mãe, isto é, forma de agir, educar, dar afeto, enfim, como ser uma boa mãe. Torna, assim, “uma determinada forma de vivenciar a maternidade como fato natural, originário” (MARCELLO, 2004, p. 205).

Na concepção de boa mãe, alguns atributos são esperados, como a capacidade de ser terna, acolhedora, dedicada, amorosa, equilibrada, devotada e executora das tarefas que competem à sua função com destreza, prazer, felicidade e abnegação. O que garantiria o cumprimento adequado dessas atribuições seria o amor incondicional e inquestionável pelas/os filhas/os, supostamente inerente a todas as mulheres (BADINTER, 1985; ALMEIDA, 1987).

Segundo Marcello:

há que se considerar que, se a maternidade ganha destaque e formas de visibilidade e enunciação tão perspicazes e recorrentes em nosso tempo, em espaços como a mídia, por exemplo, não é porque ela é “poderosa” ou porque se constitui naturalmente como fato importante, mas justamente porque articula em torno de sua função esferas de outra ordem: da criação dos filhos, do controle do corpo e da alma da mulher, da maternagem das crianças etc. A maternização supõe relações de poder, longe de tê-las como seu objetivo primeiro e intencional. (MARCELLO, 2004, p. 206).

Estudos antropológicos de Fonseca (2006) e Lobo (2010), por sua vez, demonstram que a maternidade é desempenhada de acordo com determinada organização social, o que se contrapõe a um modelo universal de maternidade. Na prática e no cotidiano, a maternidade

exercida por uma mulher casada com um homem, que cria suas/seus filhas/os concebidas/os biologicamente, não esgota as múltiplas maneiras de se ser mãe, nem na contemporaneidade, nem em diferentes culturas ou momentos históricos.

Boas mães dedicam-se às/aos filhas/os de maneiras específicas, mas vale lembrar que a própria maneira “correta” de se criar as/os filhas/os está envolvida num referencial de raça e classe. A ênfase na mulher cuidadora não leva em conta a possibilidade de compartilhamento da criação da criança, tão necessária dependendo da classe social, e vai de encontro ao que se concebe como criar bem. De acordo com Marcello (2004, p. 206), “[é] isso, pois, que permite a constituição do dispositivo da maternidade: a forma complexa e relativamente estruturada pela qual se faz funcionar as relações de poder em função da produção de práticas de maternização”.

Fonseca (2006), em pesquisa realizada no ano de 1981, observou e descreveu o valor da circulação de crianças¹³⁴ nas camadas populares da cidade de Porto Alegre (Brasil), num bairro povoado por mendigos, papuleiros e operários da construção, apontando a desconstrução das categorias naturalizadas que, em geral, são ligadas à família e, especificamente, às mães. Na dinâmica da circulação de crianças, observam-se o trânsito das mesmas entre diferentes famílias, a aquisição de novos pais e novos irmãos, não se dando, necessariamente, interrupção das relações anteriores. Há um acréscimo no rol de pessoas relevantes que circundam essas crianças, incluindo a presença de novas mães, fato que não anula aquelas que as sucederam. Percebe-se a tranquilidade com que os moradores locais descrevem duas, três, e até quatro mães que tiveram.

A referida autora ressalta, ainda, que tal prática não é tão rara assim em nosso país e que nem sempre se restringiu às camadas mais pobres da população brasileira:

pesquisas históricas sugerem que a circulação das crianças é uma prática comum no Brasil, que, inclusive, nem sempre foi restrita às camadas mais pobres da população. Ela sofreu certamente importantes modificações desde a época colonial, pois, como todo elemento da dinâmica cultural, ela é constantemente reelaborada em função de novas circunstâncias. Contudo, planejadores, optando por conceitos eurocêtricos de família e categorias moralizantes para os pobres, conseguiram ignorar por completo a realidade com a qual se deparavam. (FONSECA, 2006, p. 24).

O compartilhamento contribuiria, também, para o enfraquecimento da verdade da parentalidade biológica, uma vez que cuidar de filhas/os que não são biológicas/os, por exemplo, seria um caminho para apagar as diferenças entre parentalidade biológica e não biológica (HOOKS, 1984).

¹³⁴ Este termo é utilizado para indicar o deslocamento de uma criança entre uma família e outra, sob a forma de guarda temporária ou de adoção propriamente dita (Fonseca, 2006).

A grande busca de mães lésbicas pela própria maternidade biológica é um aspecto a ser considerado nas relações dos elementos que compõem o dispositivo da maternidade, ainda mais com o advento da recepção de óvulos da parceira – ROPA¹³⁵. Tais pontos fazem girar o caleidoscópio mais uma vez e mostrar os diversos ângulos de onde a complexa questão pode ser vista.

Os dados de pesquisa Inserm-Ined 2006 (BAJOS; BELTZER, 2008) sobre o percentual de aceitação de homens ou de mulheres na criação das/os filhas/os fora da configuração parental dita tradicional mostram a adesão da maioria da população desde que se trate de um lar monoparental, sendo o percentual de aceitação maior para a monoparentalidade feminina em relação à masculina: 73% das mulheres e 68% dos homens estão de acordo que uma mulher crie uma criança sozinha, 63% e 55% estão de acordo quando se trata de um homem sozinho. Contudo, quando se trata de um casal homoparental, 53% das mulheres e 46% dos homens aceitam que as/os filhas/os sejam criadas/os por duas mulheres e 46% das mulheres e 34% dos homens, quando se trata de dois homens.

Ou seja, do ponto de vista tanto de um lar monoparental quanto de um homoparental, o lugar das mulheres na educação de filhos e filhas é preponderante, e a rejeição da homoparentalidade se apoiaria nas lógicas sociais que constroem a rejeição da homossexualidade. Estas combinam-se, ainda, às lógicas que constroem a relação com a maternidade e que mantêm a diferença entre homoparentalidade masculina e feminina, indicando a homossexualidade feminina como mais aceitável que a masculina (BAJOS; BELTZER, 2008). O que acaba por constituir a base da discussão sobre serem famílias como as outras.

A maternidade se sobrepõe à homossexualidade, mas a homossexualidade feminina se sobrepõe à masculina quando se trata de maternidade, fazendo assim, se mover a lógica da produção continua de sujeitos-mãe e modalidades maternas que o dispositivo aciona (MARCELLO, 2004).

A trama do dispositivo da maternidade se faz presente através da relação entre vários elementos. Casais de gays, por exemplo, consideram importante a presença de uma mãe para suas/seus filhas/os, segundo Rozée (2012). A autora aponta que a maior parte dos homens gays que desejam a paternidade pensa primeiro na coparentalidade antes de buscar a GPA. Eles declaram que a presença de uma mãe é necessária para uma criança, ao lado de um ou dois pais.

¹³⁵ No caso de casais de mulheres em que o embrião é gerado a partir do óvulo de uma das parceiras e transferido para o útero da outra, torna-se possível a participação de ambas no processo, sendo uma delas considerada a mãe biológica e a outra a mãe gestacional.

Os homens costumam procurar uma mulher que aceite tal projeto, seja entre suas amigas e conhecidas, seja através de anúncios na internet ou nos jornais. Mas, se esse projeto fracassa, são levados a escolher a GPA. Diferentemente, casais de lésbicas buscam preferencialmente criar as/os filhas/os sem a presença de um pai.

Na paternidade através da GPA, esses homens parecem encontrar uma boa saída para a construção de seu projeto familiar, uma vez que a mulher que gera geralmente é descrita por eles como mãe, são escolhidas em catálogos e, por vezes, mantêm contato¹³⁶, mesmo que atualmente na França a denominação *mère porteuse* (mãe que porta o óvulo fecundado de outra mulher) tenha sido substituída por *femme proteuse* (mulher que porta o óvulo fecundado de outra mulher).

De acordo com a autora, a personificação da mãe surge na grande parte das entrevistas como fundamental. O desejo expresso é o de que a criança deve crescer com um pai e uma mãe, mesmo que a mãe não esteja presente, mas deve existir e ser conhecida. Esses homens estabelecem um outro tipo de vínculo com a terceira pessoa na relação: “Eles constroem laços com ela/s para garantir a paternidade com um pai e com a/s mãe/s, em consonância com a imagem tradicional francesa da família que desejam fundar”¹³⁷ (ROZÉE, 2012, tradução nossa).

Assumindo um papel tradicionalmente associado ao feminino, pais gays parecem adotar práticas parentais mais femininas do que os pais heterossexuais. De acordo com revisão feita por Gato e Fontaine (2011)¹³⁸, lésbicas exercem o papel de mãe de maneira mais semelhante às mães heterossexuais do que os pais gays em relação aos pais heterossexuais. Estes se desviariam quer da masculinidade heterossexual convencional, quer dos estereótipos acerca dos estilos de vida gay. Pode-se mesmo afirmar que os pais gays se desviam mais da paternidade heterossexual normativa do que as mães lésbicas da maternidade heterossexual normativa.

Observa-se como as mães, mas não somente estas, são capturadas e cumprem, assim, seu papel no dispositivo: “[a]o capturar os sujeitos-mãe, ao torná-los visíveis e enunciáveis de modos específicos e bem diferenciados, os aparatos de visibilidade e enunciação tornam cada

¹³⁶ Participei de um encontro sobre GPA, em Paris, intitulado *La gestation pour autrui, parlons-en! Enfant, parent, mère porteuse, donneur/es: leurs droits, leur place*. Um dos pais gays com filho concebido por GPA deu seu depoimento sobre o processo até a paternidade, enfatizando bastante a relação que fazia questão de manter com a *femme porteuse*, para que seu filho tivesse uma mãe. A criança a conhecia e todos passavam férias juntos, sempre que podiam, apesar de ela viver nos EUA, local onde foi realizada a GPA.

¹³⁷ O texto original é: « ils tissent des liens avec elle(s) pour garantir une parentalité avec un père et une (des) mère(s), conforme à l'image traditionnelle française de la famille qu'ils souhaitent fonder ».

¹³⁸ Jorge Gato e Anne Marie Fontaine se dedicaram a investigar um conjunto de trabalhos, analisando o efeito da orientação sexual e do gênero na parentalidade.

vez mais eficazes os ‘agenciamentos concretos’, aos quais se destina o dispositivo” (MARCELLO, 2004, p. 203).

hooks (1984) vai torcer a questão da função materna ao questionar o porquê de ela continuar a ser chamada de função materna quando desempenhada por um homem. Por que a função paterna não poderia incluir cuidado e ternura? Uma vez que o homem exerce a parentalidade, ele pode fazê-la com cuidado, ternura, etc., e, assim, estar exercendo a paternidade. Não seria o caso de homens se tornando maternos. A palavra “paterna” deveria conter também esse significado. Quando a função materna é referida, a palavra continua carregada do significado de que aquilo pertence à mulher, de que são elas as mais adequadas para o papel. A função materna exercida por um homem continua sendo, contudo, uma função materna.

Mães lésbicas se preocupam de forma particular com o fato de a homossexualidade poder ser acionada para demonstrar “falhas” na criação de seus/suas filhos/as. A homossexualidade das mães pode vir a ser apontada como a responsável por eventuais “falhas” na criação das/os filhas/os porque representa e atualiza, aos olhos da sociedade, o que elas são como mulheres, mães, profissionais, etc. A sexualidade fala delas e por elas. Assim, “[...] tais mães e *co-parents*¹³⁹ parecem ter uma preocupação em cuidar de seus filhos de forma exemplar, para se defender de eventuais críticas em relação ao fato de formarem uma família homoparental” (GARCIA et al., 2007, p. 296).

Interessante que tal peso não foi observado nos relatos das/os filhas/os. De forma oposta até, as/os filhas/os em sua quase totalidade manifestaram grande admiração por suas mães e madrinhas, expressando uma postura de compreensão em relação a elas e de defesa em relação às suas famílias.

3.3 As famílias homoparentais – inovações e reproduções

Poucas pessoas me deram a impressão de se mover a cada momento, não de mudar, mas de se mover todo por meio de um gesto que ele fazia, de uma palavra que dizia, de um som de voz, como um caleidoscópio que a cada vez faz uma nova combinação

Deleuze e Parnet

¹³⁹ Pessoa que exerce com a outra a autoridade parental. O mesmo que co-pais e/ou co-mães, ou seja, companheiras/os das/os pais/mães que possuem vínculos biológicos e/ou legais com as crianças.

Os primeiros estudos realizados com crianças criadas por mães lésbicas datam dos anos 1970, são majoritariamente americanos (DUCOUSSO-LACAZE; GRATTON, 2017) e tiveram suas origens justamente em situações em que mulheres lésbicas necessariamente perdiam a guarda de seus/suas filhos/as após se divorciarem de seus maridos, em julgamentos ocorridos no Reino Unido e nos Estados Unidos (GOLOMBOK, 2015). O motivo alegado para a perda tinha relação com o melhor interesse da criança (GOLOMBOK, 2000), e ficar com mães lésbicas não corresponderia a isso.

Também naquela década, no Reino Unido, mães lésbicas começaram a ser conhecidas pela sociedade de maneira geral quando da divulgação, num jornal de Londres, de notícia sobre mulheres lésbicas que frequentavam clínica privada com o objetivo de realizar inseminação artificial com doador (GOLOMBOK, 2000).

Não existiam nessa época estudos nem pesquisas realizadas sobre o desenvolvimento psicológico das crianças em famílias de mães lésbicas e pairava um temor relacionado ao que aconteceria com elas (GOLOMBOK, 2000). Os maridos divorciados provavam que suas ex-esposas se relacionavam com outras mulheres, o que, segundo autoridades e *experts*, traria prejuízos aos/às filhos/as. Assim, os juízes concediam a custódia das crianças aos pais.

Os três principais argumentos levantados tinham relação com a afirmação de que essas mães seriam menos acolhedoras do que as mães heterossexuais, ou seja, menos aptas e, conseqüentemente, seus/suas filhos/as teriam problemas psicológicos; com o fato de que era esperado que essas crianças fossem rejeitadas por seus/suas colegas, o que também levaria a desordens psicológicas; e com a crença de que mostrariam um desenvolvimento atípico do gênero, meninos sendo menos masculinos e meninas, menos femininas em relação aos/às filhos/as criados/as em lares heteroparentais. Como desdobramento disso, acreditava-se que se identificariam como gays e lésbicas, o que era visto como altamente indesejável pelos tribunais de justiça (GOLOMBOK, 2015).

Perspectivas psicológicas, sociais, psicanalíticas, cognitivas e biológicas foram acionadas para justificar tais argumentos. Estariam tais crianças comprometidas? E, acrescento: comprometidas em relação a quê?

Uma das filhas com quem tive contato na França, Juliette, de 45 anos, relatou esse tipo de situação quando da separação de seu pai e de sua mãe. O pai contratou uma pessoa para seguir a mãe e provou, em juízo, que ela tinha o hábito de ir a bares e boates frequentadas por lésbicas. Isso ocorreu em 1973:

Juliette – [...] minha mãe, minha mãe obviamente perdeu no divórcio porque nos anos 70 ainda era assim, mas ela obteve minha guarda porque meu pai não estava sempre lá, ele estava frequentemente viajando

Mônica – Perdeu sua guarda

Juliette – Para meu pai

Mônica – Mas vocês moravam juntas

Juliette – Ele não podia se ocupar de mim, estava sempre se mudando por causa do trabalho dele, então minha mãe me recuperou. Minha mãe perdeu no divórcio e além disso meu pai é alguém que tem dinheiro, então ele mandou seguir minha mãe na boates homossexuais, então tiraram fotos dela e tudo isso, você imagina... então ela perdeu no julgamento [...]. Não conheço o conteúdo da acusação, ... mas, enfim, ligada a sua orientação sexual...

Mônica – Naquela época era comum

Juliette – Na França, naquela época com certeza, com certeza¹⁴⁰

A partir dos anos 1970, estudos (GOLOMBOK; SPENCER; RUTTER, 1983; BAILEY et al., 1995; FLAKS et al., 1995; GOLOMBOK; TASKER, 1996) buscaram comparar famílias homoparentais às famílias heteroparentais¹⁴¹ e mostraram reiteradamente que tudo vai bem com esses/as filhos/as, e, destaca-se, não encontraram diferenças significativas entre aqueles/as criados/as em famílias heteroparentais ou homoparentais no que diz respeito ao desenvolvimento psíquico, ao relacionamento com seus pares e à orientação sexual.

O estudo de Golombok, Spencer e Rutter (1983) abordou filhos/as em idade escolar e foi alvo de críticas, uma vez que esses/essas filhos/as poderiam vir a apresentar problemas numa idade mais avançada. Assim, Golombok e Tasker (1996) buscaram, nos anos de 1991 e 1992, ou seja, mais de dez anos depois da pesquisa referida, os/as mesmos/as filhos/as que haviam participado do estudo citado acima. Dessa forma, 25 jovens adultos/as criados/as em famílias lésbicas (8 homens e 17 mulheres) e 21 jovens adultos/as criados/as em famílias heterossexuais (12 homens e 9 mulheres) foram entrevistados/as e, dessa vez, estavam com idade média de 23,5 anos. Esse número representou 62% dos/as filhos/as que participaram da pesquisa anterior, que tinham idade média de 9,5 anos.

¹⁴⁰ Original em francês:

Juliette – [...] ma mère, ma mère évidemment a perdu le divorce parce que dans les années 70 c'était quand même pas ça, mais elle a obtenu ma garde parce que mon père n'était pas toujours là, il était toujours en voyage

Mônica – la garde était

Juliette – à mon père

Mônica – quand même vous habitez avec

Juliette – il ne pouvait pas s'occuper de moi, il était toujours en déplacement avec son boulot donc du coup ma mère a pu me récupérer. Ma mère a perdu le divorce et en plus mon père est quelqu'un qui a de l'argent donc il avait fait suivre ma mère dans toutes les boîtes homosexuelles, donc il avait fait prendre des photos et tout ça, vous imaginez... donc elle a perdu d'ailleurs elle a perdu le jugement. Je connais plus le chef d'accusation, mas, enfin, lié à son orientation sexuelle...

Mônica – à ce moment-là c'était fréquent

Juliette – bien sûr, en France à ce moment là bien sûr, bien sûr.

¹⁴¹ Ponderações acerca da universalização da família heteroparental foram realizadas no capítulo 1, com a problematização do modelo familiar.

Embora não tenha sido encontrada diferença significativa entre as proporções de adultos jovens de famílias lésbicas e heterossexuais que relataram sentimentos de atração por alguém do mesmo sexo, aqueles/as que cresceram em uma família lésbica eram mais propensos a considerar a possibilidade de vivenciar relacionamentos com pessoas do mesmo sexo, e a realmente fazê-lo. No entanto, a suposição de que crianças educadas por mães lésbicas se identificarão como lésbicas ou gays não foi confirmada pelo estudo, posto que a maioria das crianças que cresceram em famílias lésbicas identificou-se como heterossexual na idade adulta, e não houve diferença estatisticamente significativa entre jovens adultos de famílias de origem lésbica e heterossexual com relação à orientação sexual.

Desde então, muitos outros estudos (MACCALLUM; GOLOMBOK, 2004; BOS et al., 2004, 2007; FULCHER et al., 2008; BOS; SANDFORT, 2010; GARTRELL; BOS; GOLDBERG, 2011) foram e são desenvolvidos na busca por esclarecer diversos aspectos da vida de filhos e filhas criados/as por pais e mães gays e lésbicas e com uma perspectiva comparativa entre aqueles/as criados/as por famílias homoparentais e heteroparentais. Seus resultados continuaram a ser unânimes em apontar que não existem diferenças significativas entre os dois grupos. Vejamos alguns.

Brewaeys, Ponjaert-Kristoffersen e Vanfraussen (2002), em estudo realizado na Bélgica sobre o desenvolvimento psicossocial de crianças criadas em lares homoparentais, apontaram que avaliações do comportamento dessas crianças feitas pelos próprios pais e professores mostraram não haver diferenças importantes entre aquelas criadas em famílias heteroparentais e em famílias homoparentais. Apenas numa investigação, o bem-estar emocional e comportamental dos/as alunos/as com mães lésbicas foi avaliado, por seus professores, de forma mais negativa, detectando mais problemas comportamentais e de atenção nessas crianças. Contudo, tal observação não era compartilhada nem pelas mães, nem pelos/as próprios/as filhos/as. Tais resultados não foram compatíveis com aqueles encontrados por Flaks et al. (1995) anos antes, apesar de ter sido utilizado o mesmo instrumento em ambos os estudos conforme ressaltam Gato e Fontaine (2011).

Flaks et al. (1995) não observaram distinções significativas quanto ao funcionamento cognitivo dos dois grupos, assim como Vecho e Schneider (2005) em seu recenseamento de estudos sobre homoparentalidade, explicitado abaixo.

Mais recentemente, estudo de MacCallum e Golombok (2004) mostrou que as crianças com mães lésbicas as percebiam como mais disponíveis e dignas de confiança, discutiam com elas temáticas mais variadas de carácter emocional e mostravam mais interesse, investiam mais esforço e tinham resultados escolares melhores (MACCALLUM; GOLOMBOK, 2004).

Vecho e Schneider (2005) arrolaram e analisaram 311 estudos sobre homoparentalidade publicados de 1972 até o ano de 2003, apresentando um levantamento de trinta anos de publicações sobre o assunto. Trinta e cinco deles diziam respeito ao desenvolvimento psicológico de 1000 a 1500 crianças criadas em famílias homoparentais. Dentre os estudos anteriores ao ano de 1990, dez tiveram suas origens nos Estados Unidos, um na Dinamarca e um no Reino Unido. Após 1990, outros nove estudos foram realizados nos Estados Unidos, enquanto um no Canadá, cinco na Bélgica, um na França, seis no Reino Unido e um nos Países Baixos. Quase a totalidade dos estudos publicados, 90%, foi realizada com filhos/as de mães lésbicas. Os estudos arrolados e analisados pretendiam, principalmente, como já apontado, fornecer respostas a preocupações quanto ao desenvolvimento psicossocial das crianças, ao relacionamento com o contexto social, como a possibilidade de discriminação, e ao desenvolvimento psicosssexual.

Os referidos autores mostram que antes de 1990, 67% das pesquisas abordavam adultos e adolescentes e 50% delas eram voltadas para crianças. Tal diferença estaria provavelmente relacionada à predominância de temas centrados na orientação sexual, o qual é dificilmente abordado nas crianças. Depois de 1990, houve uma reversão da situação e as crianças se tornaram alvo privilegiado das pesquisas (95% delas).

Os resultados do trabalho de levantamento de Vecho e Schneider (2005) apontaram que esses/essas filhos/as não se encontram em situação de maior vulnerabilidade do que aqueles/as criados/as em lares heteroparentais. Os autores apontam, ainda, um campo de pesquisa limitado pelo contexto controverso e militante que acompanhou o surgimento desses trabalhos, e que novas pesquisas merecem ser conduzidas com uma abordagem que não seja simplesmente a de comparar a variável “orientação sexual dos pais” com as características de desenvolvimento das crianças.

Após anos de estudos desenvolvidos, de lutas dos movimentos sociais, de busca por reconhecimento e igualdade que resultaram em conquistas de direitos, a afirmação de que não existem diferenças significativas imperou. Ainda que haja muito a se conquistar, especificamente no momento político brasileiro, em que a onda conservadora ganha força, talvez possamos explorar as nuances e olhar as particularidades de um tipo de família que é, mas não é como as outras e, assim, apontar as singularidades de certas configurações familiares que podem sugerir diferenças, as quais obviamente não significam insuficiências.

A experiência sexual das filhas de mães lésbicas apareceu, desde as primeiras pesquisas realizadas, como mais diversificada, ainda que se identificassem como heterossexuais (GOLOMBOK; TASKER, 1996). Contudo, quando da divulgação do resultado, a ênfase era

posta na identificação heterossexual apresentada pela maioria, ressaltando que mães lésbicas não influenciariam na sexualidade de suas filhas. Uma espécie de celebração por não terem se contaminado.

As filhas nas famílias de mães lésbicas estariam sendo criadas a partir de outros referenciais de gênero e sexualidade em que a linearidade sexo, gênero e orientação sexual não precisaria ser seguida, mesmo que inseridos numa sociedade heteronormativa? Seria esta uma especificidade de famílias homoparentais? Não existiriam, de fato, diferenças significativas em relação a certos aspectos relevantes, como a maneira de vivenciar a sexualidade?

Proponho pensar sobre as possíveis especificidades das famílias homoparentais em relação às heteroparentais, à luz do que dizem Stacey e Biblarz (2001) quando analisaram as interpretações de vinte e um estudos psicológicos realizados nos anos 1981 e 1998. Tais estudos, os quais comparavam filhos/as criados/as em lares homo e heteroparentais, apontaram não haver diferenças significativas em relação aos estilos de parentalidade, ao ajuste emocional e à orientação sexual dos/as filhos/as, por exemplo.

Todavia, o que dizer das especificidades que as famílias homoparentais podem nos apresentar, em particular no que tange à repercussão da orientação homossexual dos/as pais/mães, no desenvolvimento dos/as filhos/as? De que formas a fixação no padrão vigente exige que se apresentem como semelhantes, sob pena de taxarem as famílias homoparentais de desajustadas, desviantes e inferiores?

Stacey e Biblarz (2001) se perguntam sobre o papel tão fortemente exercido pelo heterossexismo nessas interpretações, justamente naqueles estudos simpáticos à causa LGBT. De acordo com os autores, com raras exceções, até os mais simpáticos à causa gay procederam a partir de posturas altamente defensivas e aceitaram a parentalidade hetero como padrão.

Quando pesquisadores minimizam diferenças, perdem a oportunidade única de explorar os efeitos de gênero, identidade sexual, ideologia e comportamento na investigação de como as diferenças da orientação sexual adulta podem levar a distinções na forma como as crianças se desenvolvem. Estas se produzem nos encontros entre as pessoas, nos olhares que recebem mães e filhos/as, nas formas com que elaboram e vivenciam seu cotidiano marcado pelo heterocentrismo.

É difícil conceber uma teoria do desenvolvimento sexual credível que não esperasse que os/as filhos/as de pais e mães gays e lésbicas exibissem maior incidência de desejo homoerótico em comparação a filhos/as de pais e mães heterossexuais. A ressalva que Stacey e Biblarz (2001) fazem é a de que as interpretações dos referidos estudos estranhamente diriam respeito à única teoria do desenvolvimento da criança que não teria qualquer relação com os genes

parentais, ambiente ou crenças, isto é, seria arbitrária. Tais interpretações seriam decorrentes do heterossexismo, o modelo hierárquico que impera¹⁴².

Poderia ter sido perigoso, politicamente, que diferenças existentes fossem ressaltadas na época em que os estudos foram realizados. Apontar que famílias homoparentais criariam seus/suas filhos/as de forma menos rígida, no que diz respeito às normas de gênero e sexualidade, poderia ser interpretado de forma enviesada e impediria que direitos fossem adquiridos. A isto se soma o fato de que a aquisição de tais direitos se baseou na premissa de que famílias homoparentais eram famílias como as outras, e que não haveria prejuízo para aquelas crianças criadas por pais e mães homossexuais.

Tais questionamentos levantados no artigo de Stacey e Biblarz (2001), no início dos anos 2000, foram vistos como um ponto de inflexão no campo, apontando na direção de que diferenças não implicariam em falhas e faltas (GOLOMBOK, 2015). De forma semelhante, foi um ponto de inflexão na minha trajetória de pesquisa, conforme explicitado no capítulo 1.

Será que nos dias de hoje, aproximadamente quarenta anos após os primeiros estudos sobre homoparentalidade, diferenças e singularidades ainda serão vistas como inferioridades? A heteroparentalidade ainda será considerada como única e ideal, e o que se distanciar disso, como prejudicial às crianças?

Estudos brasileiros e franceses se desenvolveram de forma mais expressiva a partir dos anos 2000 e não apresentam um viés comparativo entre tipos de configurações familiares, como pesquisas apontadas anteriormente. Dentre estes, ressaltamos alguns dos brasileiros: Tarnowski (2002) pesquisou a paternidade homossexual no Brasil contemporâneo; Santos (2004) abordou a parentalidade em famílias homossexuais com filhos/as; Medeiros (2004) estudou mulheres que se assumiram lésbicas depois de serem mães e, em 2006, realizou ensaio etnográfico sobre a homoparentalidade na periferia de São Paulo; Uziel (2007) colocou em análise os discursos jurídicos e os processos de pedidos de adoção por homossexuais; Farias e Maia (2009) abordaram a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica; Zauli (2011) desenvolveu sua tese de doutorado tratando das realidades de famílias homoafetivas no Brasil e no Canadá. Em 2011, finalizei dissertação de mestrado sobre casais de mulheres com filhos/as (PONTES, 2011); Corrêa (2012) e Silva (2013) desenvolveram pesquisa com lésbicas; de Garay

¹⁴² De acordo Moore e Stambolis-Ruhstorfer, 2013 (apud DUCOUSSO-LACAZE; GRATTON, 2017) a crítica de Stacey e Biblarz (2001) de que negar que os/as filhos/as criados/as por gays e lésbicas possam ser ligeiramente diferentes seria uma maneira de se render à ideologia heterossexista, não seria pertinente nos dias de hoje, uma vez que numerosos estudos se inclinaram sobre questões como o impacto da invisibilidade sobre as relações de casais e relações pai/mãe e filhos/as, a natureza dos conflitos, a gestão do stress, a divisão das tarefas domésticas e parentais.

Hernández (2013) realizou estudo com filhas de lésbicas; Sátiro (2015) pesquisou sobre crianças e seus pais não heterossexuais; Machin (2016) pesquisou sobre homoparentalidade e adoção; Blankenheim; Oliveira-Menegotto; Silva (2018), realizaram nas bases de dados do Scielo e do Google Acadêmico, pesquisa sobre a temática da homoparentalidade no Brasil.

Em relação à França, de acordo com Descoutures (2010), dois livros pioneiros devem estar em evidência quando se trata de produção no país sobre o assunto: *Les enfants du PaCS, réalité de l'homoparentalité*, de Flora Leroy-Forgeot e *Au-delà du PacS*, organizado por Daniel Borrillo, Eric Fassin e Marcela Iacub, ambos publicados em 1999. Em 2000, Stéphane Nadaud, médico, escreveu o primeiro estudo francês sobre o comportamento psicológico de crianças de famílias homoparentais. Wilfried Rault buscou os significados do PaCS do ponto de vista de quem o realiza, em 2005, e Cyril Desjeux, em 2006, realizou pesquisa sobre o processo que leva gays e lésbicas a ter filhos/as (DESCOUTURES, 2010).

Em 2008, Emmanuel Gratton publicou estudo sobre homens gays que desejam se tornar pais. Michael Stambolis-Ruhstorfer, em 2008, concluiu sua pesquisa “*S'intégrer, s'isoler ou se solidariser?: Une étude comparative de la notion de 'communauté' chez les homosexuel(le)s en France et aux Etats-Unis*”. Em 2010, estudou a identidade sexual de homossexuais na França e nos Estados Unidos. Virginie Descoutures (2010) publicou o livro *Les Mères Lesbiennes* em que descreve o cotidiano de quarenta e oito mulheres com seus/suas filhos/as.

Em 2012, Alice Olivier, em sua pesquisa “*Gérer la différence familiale: parler de sa famille dans le cas des préadolescents et adolescents de familles homoparentales*”, mostrou como jovens de famílias homoparentais gerenciam a diferença de suas famílias. Em 2014, a antropóloga Anne Cadoret publicou a nova edição de seu livro *Des Parents comme les autres: Homosexualité et Parenté*, no qual reflete sobre questões relacionadas à PMA e à GPA. Em 2015, Michael Stambolis-Ruhstorfer concluiu a sua tese de doutoramento intitulada *La culture du savoir: la construction de « l'expertise » dans les débats politiques sur le mariage et la filiation pour les couples de même sexe en France et aux États-Unis*.

A pesquisa nacional francesa DEVHOM (homoparentalidade, funcionamento familiar, desenvolvimento e socialização das crianças)¹⁴³ é a primeira do tipo realizada no país e ainda se encontra em andamento. Trata-se de uma pesquisa nacional com 18.000 crianças nascidas em 2011 composta de aspectos quantitativos e qualitativos, combinando abordagens sócio-antropológicas e clínicas, investigando crianças e pais. Ela interroga sobre as crianças criadas

¹⁴³ Para maiores detalhes sobre a pesquisa, consultar homoparent.hypothèses.org.

em famílias homoparentais em comparação àquelas em famílias ditas tradicionais (DUCOUSSO-LACAZE; GRATTON, 2017).

Importante ressaltar a modificação ocorrida na relação existente entre sexualidade e família ao longo do tempo. A partir dos anos 1990, direitos de gays e lésbicas começam a ser pautados e conquistados, mostrando o contexto da normalidade, e não a contestação da definição da norma.

Ainda nos anos 1980, Kath Weston, em estudo intitulado *Families We Choose*, a partir de uma etnografia sobre gays e lésbicas em São Francisco (EUA), entre 1985-1987, mostra como o surgimento da AIDS revelou o preconceito de muitos familiares que rejeitaram alguns de seus parentes consanguíneos por descobrirem que eram gays. Essas pessoas rejeitadas se reuniram com outras e formaram as famílias escolhidas, demonstrando que o padrão de parentesco se estende para além da relação legal e/ou consanguínea para incorporar os/as amigos/as, amantes, companheiros/as dos/as pais e mães de filhos/as adotivos/as, ou filhos/as advindos/as de relações heterossexuais anteriores, entre outros, como família (FASSIN, 2015). Assim, a substituição das relações de parentesco pelas relações de amizade e afetivas é descrita.

Dessa forma, a eclosão de tal situação abalou o senso comum ao inverter o sentido do ditado que diz: “escolhem-se os amigos, não a família”¹⁴⁴ (FASSIN, 2015, p. 83, tradução nossa). O caso de Weston, além de abordar as questões sexualidade e família, aponta um movimento alternativo em relação à norma vigente, uma vez que as famílias formadas por amigos/as e afins não se baseavam em laços consanguíneos, e sim na amizade e na solidariedade.

Pouco tempo depois, o referido movimento alternativo foi sendo modificado e se observou, por parte das famílias compostas por homossexuais, a aspiração à norma. O que estava em questão era a entrada dos excluídos da ordem familiar na família – naquela família já definida. Tal movimento foi notado a partir da década de 1990, conforme já mencionado. Os debates sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo e também sobre a abertura da filiação aos homossexuais contribuíram para que os termos da reflexão mudassem, como apontado no capítulo 2. Trata-se, então, da busca por igualdade de direitos e não mais de famílias alternativas (FASSIN, 2015).

Estudos (DESCOUTURES, 2010; PONTES, 2011; DARIUS; DÉCHAUX, 2016) apontaram a pouca ruptura com as normas heterossexuais, portanto, sendo a indicação da chegada dos/as filhos/as um fato que inaugura um novo período de relação com familiares de

¹⁴⁴ O texto original é: « On choisit ses amis, pas sa famille ».

origem, proporcionando um reconhecimento social marcado com o nascimento de uma criança na família homoparental. Algumas mulheres explicam que o fato de se tornarem mães lhes permitiu a reconciliação com suas famílias porque teriam dado netos/as a seus pais e mães, e os tornaram avôs e avós (DUNNE, 2000; DESCOUTURES, 2010; ROZÉE, 2012; SILVA, 2013).

Carlos, por exemplo, relata o seguinte:

Carlos – quando eu nasci, elas [mães] me botaram no carro e foram pra Brasília para me conhecerem, minhas tias, sei lá eu tinha 3 ou 4 meses. É difícil porque tinha esse preconceito na família, mas as pessoas estavam tão dispostas a amar, a aceitar também apesar de ter sido difícil.

Mônica – você acha que a sua chegada mudou a relação delas [mães] com pais e mães? Carlos – ah! Um bebê muda, né, creio que tenha mudado, deu uma amolecida no coração da galera. E, assim, minha avó [não biológica] me aceitou, sabe, apesar de eu não ser o filho consanguíneo da minha mãe, nem neto, e minha mãe [não biológica], pô, mais do que me aceitou, não sei nem o que falar (ri), minha mãe (ri), legal (ri).

Da invisibilidade à conquista de alguns direitos, tanto no Brasil quanto na França, as famílias homoparentais femininas passaram por relevantes mudanças ao longo dos últimos anos, principalmente. Nesse contexto de transformações, autores/as (DESCOUTURES, 2010; IMAZ, 2015; PONTES, 2015; DARIUS; DÉCHAUX, 2016) questionam de quais formas as referidas famílias estariam reiterando as normas de parentesco e também apontando novas possibilidades de ser família.

Em um contexto heteronormativo, em que a homossexualidade pode ser considerada um desvio do indivíduo, as mães lésbicas não adotam um discurso de “direito à diferença”, e não fazem uma crítica à sociedade heteronormativa. Seus discursos baseiam-se mais em uma busca de legitimidade por parte dessa sociedade, de quem elas dependem mais ou menos e cuja distribuição de direitos elas reivindicam (e precisam para exercer sua parentalidade)¹⁴⁵. (DESCOUTURES, 2010, p. 132, tradução nossa).

Mais do que pensar somente em termos de reprodução ou inovação de um tipo de família dita tradicional, pode-se pensar em produção. A figura de uma espiral pode ser a representação de um movimento que é necessariamente capturado pela norma e, mesmo quando parece haver um escape maior, a norma apresenta-se de novo, manifestando-se com outra roupagem. Haveria, então, um deslocamento das normas?

¹⁴⁵ O texto original é: « dans un contexte heteronormatif ou l’homosexualité peut être considerée comme une deviance de l’individu, les mères lesbiennes n’adoptent pas un discours du ‘droit a la différence’ et n’operent pas une critique forte de la société heteronormative. Leurs discours a davantage recours a une recherche de legitimité de la part de cette société dont depend plus ou moins de la distribution des droits qu’elles reclamation (et dont elles ont besoin pour exercer leur parentalité) ».

Famílias homoparentais tentando ser família como as outras, numa relação de cumprimento às normas dominantes? População dominada, na busca por reconhecimento, tentando ser como aqueles que a dominam, num movimento de deslocamento das normas?¹⁴⁶

Segundo Pichardo (2009, p. 143, tradução nossa):

a heteronormatividade, inerente ao sistema de parentesco, foi o impeditivo, até pouco tempo atrás, para que homossexuais pensassem em termos de casamento ou família. Entretanto, será essa a transformação mais relevante que os gays e as lésbicas teriam trazido para as concepções do parentesco.¹⁴⁷

De acordo com Imaz (2015), as maternidades lésbicas incorporam novas formas de compreensão da instituição familiar e das figuras parentais, recriando vínculos e possibilitando a promoção de mudanças normativas. A autora questiona alternativas possíveis para a construção de maternidades, distintas daquelas produzidas na hegemonia da família nuclear (considerada como aquela composta por pai, mãe e filhos/as), interrogando como tais mulheres estão transformando o modelo herdado de maternidade. Trata-se de se questionar de que forma o exercício da maternidade pode estar produzindo, na atualidade, novas formas familiares, modelos emergentes que correspondam, por sua vez, a novas formas de ser mãe. Ademais, é preciso compreender a maternidade lésbica e a homoparentalidade em articulação às leis que (não) as limitam e ao valor dado ao biológico através dos avanços tecnológicos. Concepções do que é ou não maternidade são questões centrais dos estudos da família que renascem na atualidade, no contexto das novas situações sociais.

Darius e Déchaux (2016) questionam se a homoparentalidade feminina transforma o sistema de parentesco das sociedades euro-americanas e, se positivo, de quais maneiras e em qual amplitude. Com o foco nas famílias homoparentais femininas, na França, e observando os acessos à maternidade, as sete famílias apresentadas pelos autores são formadas por casais de mulheres cujos/as filhos/as nasceram de um desejo conjunto do casal (cinco entre eles realizaram a PMA e os dois outros a inseminação artesanal¹⁴⁸). Ou seja, são maternidades que não contemplam as famílias recompostas, mas, sim, aquelas maternidades que se realizam no contexto de um projeto em conjunto.

¹⁴⁶ Colocações propostas por Virginie Descoutures em conversa realizada em Paris.

¹⁴⁷ O texto original é: “esta heteronormatividad intrínseca del sistema de parentesco es lo que ha impedido hasta hace poco que las personas homosexuales piensen sus relaciones en términos de familia y matrimonio. Al mismo tiempo, ésta será la principal transformación que gays y lesbianas aportarán a las concepciones del parentesco”.

¹⁴⁸ Um procedimento que ocorre sem intervenção médica e que consiste em injetar espermatozoides frescos com a ajuda de uma seringa no fundo da vagina no momento da ovulação.

Sendo o projeto de ter filhos/as parte integrante dos parâmetros de construção conjugal, seja de casais homossexuais ou de heterossexuais (DESCOUTURES, 2010), o projeto parental entre famílias homoparentais francesas apresentaria uma forte dimensão conjugal, aparecendo como o resultado do amadurecimento de reflexões da vida em comum do casal. Certamente, na construção desse projeto, especificidades emergem, como, por exemplo, a decisão de quem vai gerar a criança, sendo essa decisão o resultado de uma escolha no casal, e não um dado evidente (DARIUS; DÉCHAUX, 2016). Dos casais descritos pelos autores, cinco dentre os sete são casados, um deles recorreu ao PaCS e o outro considera o casamento como possibilidade. Todos viviam em coabitação antes de decidirem ter filhos/as. O casamento permitiria ao casal de mulheres, por exemplo, acesso à proteção de seus direitos em relação a um genitor, caso houvesse, e também aquisição dos direitos por parte da mãe social em relação às crianças.

A ênfase nas semelhanças que possuem com as famílias heteroparentais é uma importante estratégia de normalização utilizada pelas famílias homoparentais femininas, posto que evidencia atributos positivos associados à identidade materna e obscurece aqueles aspectos da identidade relativos à homossexualidade das mães (HEQUEMBOURG, 2004). Observa-se a criação de estratégias normativas, através de rituais de integração no parentesco, como nos exemplos citados por Descoutures (2010) – convites, presentes, festas de aniversário e comemorações de final de ano, etc. –, assim como a rejeição da coparentalidade por casais de mulheres, evitando a presença de terceiros na criação dos/as filhos/as (ROZÉE, 2012; PONTES, 2011).

Durante minha pesquisa de mestrado (PONTES, 2011), entrevistei nove mulheres lésbicas, com idades entre 33 e 45 anos, residentes no estado do Rio de Janeiro e que tiveram filhos/as planejados/as conjuntamente. A maioria delas possuía forte desejo por filhos/as biológicos/as, planejados/as com suas companheiras e sem a participação de terceiros, como expresso no relato de uma das participantes e que resume o pensamento das demais: “Resolvemos que ia ser por inseminação, que nós não queríamos mais ninguém envolvido na história, que ia ser o casal e a criança” (Bianca).

Outras características, encontradas na grande maioria dos relatos, dizem respeito ao desejo por filhos/as biológicos/as ao invés de adotados/as, crianças com características físicas semelhantes à mãe ou ao casal, e por filhos/as que fossem do mesmo doador de sêmen, no caso de terem dois/duas ou mais: “Eu tinha certeza que eu não queria adotar, por uma questão mesmo de querer ter o meu filho” (Joana); “Fui, encomendei o sêmen, recebi uma tabelinha com as características físicas, escolhemos um doador com as nossas características, que são mais ou

menos as mesmas” (Gabriela); “Vão ser irmãos de pai e mãe, geneticamente falando. Com essa facilidade, vamos lá” (Valentina).

Para que os laços afetivos entre a companheira da mãe biológica e a criança fossem regularizados, algumas dessas entrevistadas ajuizaram ação de adoção unilateral, ou seja, obtiveram pareceres positivos dos juízes julgadores dos casos e adotaram o/a filho/a biológico/a de suas companheiras¹⁴⁹. Mesmo que o referencial para tal concessão tenha sido a matriz heterossexual, seus/suas filhos/as obtiveram a dupla maternidade, o que aponta para um deslocamento das normas.

Entre a acomodação e a invenção, as famílias homoparentais femininas não perturbariam as quatro principais bases do modelo de parentesco euro-americano, ligadas à bilateralidade: o projeto parental toma uma forte dimensão conjugal (no caso, duas mães, sem a presença de um pai); prefere-se o doador de esperma à coparentalidade; o casamento é utilizado como uma estratégia de proteção do casal parental¹⁵⁰; as escolhas dos nomes dos/as filhos/as buscam fazer existir o casal como uma entidade parental completa. Concomitantemente, a dimensão criativa está presente nas formas como as famílias revisitam os padrões estabelecidos, como, por exemplo, a instituição do casamento, a utilização do nome de família, a valorização do biologismo entre outras/os, reinterpretando-os mais do que os recusando (PONTES, 2011; DARIUS; DÉCHAUX, 2016)¹⁵¹.

O próprio crescimento ¹⁵² do número de lésbicas que recorrem às tecnologias reprodutivas poderia ser pensado como uma busca por um modelo familiar idealizado, o qual privilegia a parentalidade biológica? Assim, apesar de essas técnicas estarem, por um lado, revolucionando as normas de procriação, estariam, também, sendo utilizadas para a aproximação a um modelo tradicional de reprodução? E mais, como o parentesco genético tem o peso do verdadeiro vínculo nas culturas ocidentais, observa-se, nas mulheres que recorrem a

¹⁴⁹ No ano de 2010, a única maneira de legalizar a situação entre uma criança nascida por reprodução assistida e a mãe que não a gerou era através da adoção unilateral. Após a resolução n.63, do CNJ, de 2017, que dispõe sobre a parentalidade sócio-afetiva, fica estipulada a dupla maternidade ou paternidade dos/das filhos/as nascidos/as por reprodução assistida, independentemente de prévia autorização judicial (BRASIL, 2017), conforme explicitado no capítulo 2.

¹⁵⁰ Em alguns países como a França, o casamento é condição necessária para obtenção da legalização da parentalidade bilateral. No Brasil, não é preciso que um casal se case para que os/as filhos/as sejam adotados/as ou para que realizem a reprodução assistida, conforme discussão feita no capítulo 2.

¹⁵¹ Importante ressaltar que houve um recorte de classe tanto na pesquisa de Pontes (2011), realizada no Brasil, quanto a de Darius e Déchaux (2016), realizada na França. A realização da PMA por lésbicas brasileiras, assim como francesas, requer um investimento financeiro alto. Assim, os apontamentos apresentados não devem ser generalizados para o universo das famílias homoparentais brasileiras e francesas.

¹⁵² Entre 2012 e 2016, mais de 4.600 francesas buscaram clínicas espanholas para realização da PMA, uma vez que tal prática não é permitida por lei na França, conforme exposto e discutido no capítulo 2. Esse número representa um quarto da clientela estrangeira (LE PARISIEN, 2018).

sêmen de doadores, o anseio por semelhanças físicas com elas próprias e/ou com suas companheiras. Segundo Alfano (2009, p. 11), apesar das “possibilidades de subversão das normas procriativas, a reprodução assistida tem sido mais frequentemente destinada à reiteração do modelo tradicional de reprodução biológica e social”.

Outro aspecto interessante dessa questão diz respeito ao que é concebido como “natural”. Ou seja, a procriação em casais de mulheres, com auxílio do sêmen de doador, pode ser encarada como “natural”, uma vez que a preferência foi pela gestação e não pela adoção (LUNA, 2005). Além disso, a percepção é a de que a escolha do uso de técnicas reprodutivas está a serviço da realização de um desejo que é também “natural”: o de ser mãe. A concepção do que é “natural”, nesses casos, está fundamentada no desejo pela maternidade e na gestação, ainda que com auxílio das tecnologias reprodutivas.

Fonseca (2008, p. 776) questiona a ênfase depositada em “invariantes simbólicas” e em “normas hegemônicas” para tratar da homoparentalidade, o que significaria “seguir pistas pouco promissoras”, e completa:

propomos, ao invés, sublinhar a “mudança”, procurando explorar os meandros - embates políticos, ambigüidades culturais - dos novos rumos. Os casos vistos até agora mostram claramente que as práticas de parentalidade são consequência de muito mais do que os valores do casal. São resultado também das possibilidades institucionais que circundam a reprodução. Leis que ditam o perfil de adotante e adotado, políticas públicas que consideram infertilidade como uma “doença” ou não, companhias de seguro que orientam os benefícios para um tipo de gestante ou outro, bancos de esperma que facilitam a escolha do doador, tecnologias que permitem congelar e assim reaproveitar a dose de esperma para gerar uma fratria consanguínea... são todos “coprodutores” das formas familiares - e dos novos valores - de nossa época. (FONSECA, 2008, p. 776).

Problematizar a normalização das famílias homoparentais, aos olhos das linhas abstratas do desejo (ROLNIK, 2014), pode nos trazer interessantes reflexões.

O casamento, o projeto parental e os/as filhos/as biológicos/as desejados/as pelas famílias homoparentais as aproximariam da heteroparentalidade, considerada um território seguro, visto que, nele, os direitos parentais e filiais estariam garantidos por lei, a sociedade reconheceria seus membros e não haveria questionamentos sobre sua legitimidade. Sendo a heteroparentalidade esse território crível, a aproximação ao modelo hegemônico traria familiaridade. Segundo Rolnik (2014, p. 50), “[é] quando um território ‘pega’, ganha credibilidade, ‘faz sentido’, o que em termos subjetivos se traduz com sensação de familiaridade; e dá alívio”. Afinal, precisa-se dos territórios para se respirar, nos quais haja

reconhecimento, segurança e ausência de precariedade¹⁵³. Precariedade aqui entendida como “[...]uma condição induzida em que uma série de pessoas ficam expostas ao insulto, à violência e à exclusão, com risco de ser desprovida de sua condição de sujeitos reconhecidos” (BUTLER, 2009, p. 321, tradução nossa).

Diferentes grupos adotam distintas estratégias, como algumas já descritas acima, gerando diferentes destinos e, de acordo com Rolnik (2014), criando mundo. Contudo, muitas vezes, devido à necessidade de chão firme, as subjetividades

grudaram em suas máscaras formadas no território familiar [e passam a ser feitas] dessa aderência: de encantamento de territórios vividos como únicos e absolutos, mesmo que totalmente obsoletos; “mapa” a que atribuem valor de verdade – no caso, pelo peso de sua tradição. Mas o que à primeira vista parece responsabilidade e respeito à tradição nada mais é do que a dissimulação de uma vontade narcísica de garantia de reconhecimento, estabilidade e infinitude [...]. (ROLNIK, 2014, p. 118).

Assim, as estratégias utilizadas pelas famílias homoparentais, nas suas formas de lidar com os atravessamentos de toda ordem, criam ao mesmo tempo que copiam, inventam, (re)produzem. De acordo com Louro (2008), a matriz heterossexual delimitaria o modelo a ser reproduzido e, simultânea e paradoxalmente, proporcionaria as diretrizes para as transgressões. Dessa forma, a parentalidade realizada ao lado de uma pessoa do mesmo sexo, ao mesmo tempo que origina um tipo familiar controverso e perturbador, reitera modelos tradicionais. A homoparentalidade, de qualquer tipo, subverte noções prontas de parentesco e, quando atravessada pelas novas tecnologias de reprodução, constitui-se como algo inovador devido à multiplicidade de combinações possíveis a partir dessas técnicas e do que a inexistência de corpos distintos exige, ou, a duplicidade de corpos proporciona.

Esse movimento simultâneo e constante de territorialização e desterritorialização, encontrado na formação do desejo no campo social, vai se dar, de acordo com Rolnik (2014), através do exercício de linhas emaranhadas que dizem respeito às linhas abstratas que o desejo traça. Assim, “podemos estar numa linha – territorializados, por exemplo – e, de repente, perdê-la: sem perceber, já estamos em outra, totalmente desterritorializados” (ROLNIK, 2014, p. 52). As possibilidades ofertadas tanto pela legislação quanto pela tecnologia hibridizam as experiências formando novos e efêmeros territórios que muitas vezes, inclusive, se cristalizam na invenção. Não há como separar o que é e não é reprodução, o que é ou não é ousadia, transgressão.

¹⁵³ O texto original é: “[...] Como una condición inducida en la que una serie de personas quedan expuestas al insulto, la violencia y la exclusión, con riesgo a ser desprovistas de su condición de sujetos reconocidos”.

Didier Eribon (2008, p. 155) faz um interessante deslocamento ao tratar a subversão como “parcial e localizada”:

é preciso perguntar-se sobre que ponto opera uma “subversão” e o que ela desestabiliza. E procurar saber aquilo que, em cada situação, é o mais “subversivo”. Assim, fica absolutamente claro que, em certos casos, a aspiração ao “conformismo” é mais desestabilizadora e pode revelar-se bem mais subversiva do que todas as proclamações revolucionárias. [...] A “subversão” está doravante concedida aos gays e às lésbicas, contanto que não saiam dela. O que tenderia a mostrar que o que é subversivo hoje é recusar esse papel atribuído e esperado socialmente.

Movimentos de territorialização e de desterritorialização, concomitantes e permanentes, vão ocorrer não somente de acordo com demandas pessoais, mas também sociais, de acordo com o momento histórico, desenvolvimentos tecnológicos, regulamentações de direitos, etc. Do contrário, estariam os gays e as lésbicas fixados na posição de eternos revolucionários.

3.4 Diversidade na banalidade

É a minha vida, enfim, é totalmente normal. De fato não há nada de... eu sei que é extraordinário, mas pra mim é totalmente... é uma banalidade (risos)¹⁵⁴.

Rose

Ao mesmo tempo que as especificidades das famílias homoparentais aparecem, são famílias como as outras. Suas/seus componentes lidam no dia a dia com questões e desafios como todas as demais, e, concomitantemente, encaram certas especificidades.

Observou-se, entre as/os entrevistadas/os, que os assuntos homossexualidade das mães e homoparentalidade não eram necessariamente tratados em casa e foram mesmo considerados como temas banais por algumas/alguns das/os filhas/os. Elas/eles também não observaram, num primeiro momento de suas vidas, diferenças existentes entre suas famílias e as demais:

Bruna

Bruna – Eu já estou acostumada. Eu cresci com isso, pra mim é uma coisa muito normal, não vejo diferença [...] desde que eu me lembro. Meu pai faleceu, eu tava na barriga da minha mãe, então. A minha mãe, depois do meu pai, ela só teve um namorado [...]. Minha mãe foi casada durante 12 anos com uma mulher que eu considero da minha família, que me criou desde muito novinha. Minha mãe conheceu ela, eu tinha 1 ano e pouquinho, então. Desde que eu lembro mesmo a Mariana já está na minha vida.

¹⁵⁴ Original em francês : Pour moi c’est ma vie, enfin c’est totalement normal. En fait il n’y a rien de... je sais que c’est extraordinaire mais pour moi c’est totalement... c’est une banalité (rires). (Rose).

Raquel

Raquel – Mas eu fui aprender com a [orientadora de monografia] e com [a instituição onde trabalhou] a importância política dessa história, porque pra mim era só uma história. Eu não falava ou contava pra todo mundo. Se fosse um casal de homem com mulher eu não ia falar: “Olha meu pai e minha mãe, eles são um casal”. Foi muito natural.

Em resposta à primeira pergunta que fiz a Sophie, ela demonstrou não considerar sua família distinta das demais:

Mônica – Pode me contar sua história familiar, principalmente sobre a relação entre vocês quatro?

Sophie – Acho que já posso dizer que tenho a impressão de não haver diferença, de fato, em relação aos outros [...], na verdade as dificuldades que pudemos encontrar, nunca pensei que estivessem ligadas à homossexualidade. Somos muito próximas, nós quatro. Nós ficamos atentas umas às outras, porque nossa família extensa não é terrível (risos), mas não é a melhor família do mundo. Então formamos laços fortes entre nós quatro [...].¹⁵⁵

Em outro momento da entrevista, Sophie e Rose ressaltam essa igualdade dizendo que a especificidade de sua família, se posso dizer assim, não era tema de conversa em casa, porque isso não marcaria uma diferença:

Sophie

Mônica – Nesse momento [das manifestações da *manif pour tous*] você conversava com a sua mãe e sua madrinha sobre essa situação?

Sophie – Não, não falávamos, estava por todos os lados, no jornal [...]. nós não falávamos especificamente. Não era um assunto tabu, de fato. Se eu fizesse perguntas, elas respondiam.

Mônica – Não era um tabu na sua casa

Sophie – Não, não era tabu na minha casa, mas a gente não falava. Era normal, era como se a gente comesse a falar porque as cadeiras são as cadeiras

Mônica – Nas famílias hetero esse assunto não é colocado

Sophie – É isso, de fato, é normal. É tão normal...¹⁵⁶

¹⁵⁵ Original em francês:

Mônica – tu peux me raconter ton histoire familiale de manière générale et principalement la relation, votre relation dans la famille

Sophie – Déjà je pense que je peux dire déjà que j'ai l'impression de ne pas avoir une différence en fait par rapport aux autres, j'ai l'impression que c'est pas si différent que ça [...] en fait les difficultés qu'on a pu rencontrées, je n'ai jamais pensé qu'elles étaient liées à l'homosexualité. Et puis, juste au fait que j'ai deux parents qui sont deux femmes, on est une famille qui est très soudée. On est très proche, nous quatre. On fait attention à l'un et à l'autre parce que notre famille plus large est pas terrible (rires) c'est pas la meilleure famille au monde. Du coup on a formé des liens très forts entre nous quatre. Il y a de certaines affinités, etc mais voilà, on est très proches...

¹⁵⁶ Original em francês:

Mônica – à ce moment-là tu parlais avec ta mère et ta marraine sur cette situation, des choses que tu as étendues?

Sophie – non, on n'en a pas parlé, c'était partout, au jornal, etc [...] on n'a pas particulièrement parlé en fait, ce n'était pas un sujet tabou en fait. Si je posais des questions elles me répondaient

Mônica – ce n'était pas un tabou chez toi.

Sophie – non, c'était pas un tabou chez moi. C'était pas un tabou, mais on n'en parle pas. C'était normal, en fait. C'est comme si on se mettait à parler pourquoi des chaises sont des chaises

Mônica – dans la famille hétéro ce sujet ne se pose pas.

Sophie – voilà. En fait c'est normal. C'est tellement normal qu'il n'y a pas de raison d'en parler en fait

Rose

Mônica – Os assuntos homoparentalidade e homossexualidade eram assuntos entre vocês três? Vocês falavam sobre isso ou não? Você fazia perguntas, em algum momento da sua vida?

Rose – Não, porque era realmente alguma coisa banal, de fato.¹⁵⁷

Inúmeros estudos já indicados não apontaram diferenças significativas entre as famílias homoparentais e as famílias heteroparentais¹⁵⁸ quanto ao desenvolvimento dos/as filhos/as, ao envolvimento deles/as com seus pares e à orientação sexual. No que diz respeito ao cotidiano familiar, em nada as famílias ouvidas através das/os filhas/os parecem se diferenciar das demais no que tange aos desafios do dia a dia, aos anseios, afetos e trocas entre si. A homossexualidade das mães parece se apagar quando se trata do dia a dia familiar. Por isso, talvez, as/os filhas/os digam que são iguais aos outros. Porque de fato são. Segundo os relatos, homossexualidade e homoparentalidade não seriam merecedores de serem tratados nas conversas em família, devido à trivialidade neles contida.

De acordo com Vecho e Schneider (2005), a questão do ponto de vista dos/as filhos/as sobre a situação familiar é pouco explorada nos estudos realizados, de acordo com o levanta que fizeram, por serem sujeitos das pesquisas, sem serem os atores.

Contudo, numa sociedade heterocêntrica, a homossexualidade é uma estrangeira e traz a sexualidade das mães à tona. Isso tornaria essas famílias ou essas/esses filhas/os diferentes por tabela?

Sophie – [...] para mim é uma família normal. Não é particularmente diferente dos outros. Justamente porque não falamos, e isso parece natural. Eu não sei... Então, isso me ajuda a falar mais facilmente com os outros, como se eu tivesse a impressão que é alguma coisa de normal [...]. Depois, quando cresci, percebi que existem diferenças.

Mônica – Quando você começou a perceber que havia diferenças?

Sophie – Na verdade a diferença é sobretudo a diferença aos olhos da sociedade¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Original em francês :

Mônica – les sujets de l'homoparentalité et de l'homosexualité étaient des sujets entre vous trois ? Vous parliez sur ces sujets ou pas, vous posiez des questions, à un moment donné de votre vie?

Rose – non, bah, non, parce que c'était vraiment quelque chose de banal, en fait.

¹⁵⁸ Mesmo que tomemos o modelo heteroparental como referência, ressalto, mais uma vez, a importância de considerarmos a inexistência da família heteroparental universalizada (HOOKS, 1984).

¹⁵⁹ Original em francês :

Sophie - [...] pour moi on était une famille normale. Parce que ce n'est pas particulièrement différent des autres. Justement parce qu'on s'en parlait pas et que ça semblait naturel, enfin. Je ne sais pas trop. Et du coup ça m'a aussi aidé à parler plus facilement avec les autres, comme j'avais l'impression qu'il était quelque chose de normale. Après quand j'ai grandi j'ai compris, bah, qu'il y a des différences

Mônica – quant tu as commencé à observer qu'il avait des différences ?

Sophie – en fait la différence c'est surtout la différence dans les yeux de la société...

Contudo, quando o ambiente doméstico da banalidade dessa situação é atravessado pelas normas sociais, os assuntos podem apresentar aspectos nada banais. O extraordinário e o banal coexistiriam nas famílias aqui em questão, conforme Rose nos expõe em sua fala, na epígrafe desta seção: “É a minha vida, bem, é totalmente normal. [...] eu sei que é extraordinário, mas pra mim é totalmente... é uma banalidade (risos)”.

A forma como a homossexualidade é vista pela sociedade e como essa concepção atravessa a vida das/os filhas/os mostra uma outra face do caleidoscópio – esta, não tão banal assim. Logo no início da entrevista com Sophie, quando peço que me conte sobre sua história familiar, principalmente sobre a relação entre ela, sua irmã e suas mães, Sophie relata a normalidade de sua família. Em seguida, como indicativo de um momento de virada, relata a percepção de que há diferença, e que ela reside no olhar externo.

Em 2013, quando da discussão francesa sobre o projeto de lei do *mariage pour tous*, durante o longo debate que ocorreu no país, conforme exposto no capítulo 2, duas filhas e dois filhos de gays e lésbicas deram seus testemunhos¹⁶⁰ na Assembleia Nacional Francesa. Estavam cientes da importância de serem ouvidos, até porque o debate era sobre a possibilidade de suas famílias, famílias comuns, terem direitos ou não de legalizar suas uniões, e, ainda que saibamos que eram discursos prontos, preparados para mostrar que vai tudo bem com eles, é interessante notarmos o tom de alguns relatos. Suas narrativas demonstram histórias corriqueiras de lares, afetos e vínculos familiares. Ao mesmo tempo, estavam ali, testemunhando em cadeia nacional, porque suas/seus mães/pais tinham relações homossexuais. A convivência do banal com o extraordinário.

Um dos rapazes afirma que só se deu conta da homossexualidade de suas mães quando ouviu na mídia como poderia ser complicada a aquisição de direitos por parte da segunda mãe. Ou seja, até aquele momento, nada sobre sua composição familiar lhe chamava atenção e nada o diferenciava dos demais.

A homossexualidade traz à tona a sexualidade dessas mães por ser fora da norma. Os desdobramentos disso na vida dessas/desses filhas/os são relatados, por vezes, como não relevantes, principalmente na dinâmica dentro da família. Narram laços afetivos fortes entre os seus membros, conflitos e discussões existentes em qualquer lar, discordâncias e concordâncias. Contudo, tais desdobramentos começam a surgir mais nitidamente na relação dessas/desses filhas/os com o meio social.

¹⁶⁰ Esses testemunhos podem ser vistos em: <http://www.regards.fr/web/enfants-d-homos-leurs-paroles-a-1,6124>

Diante da participação/inserção de todas/os nós na heteronormatividade, quando essas/esses filhas/os se referem ao fato de serem iguais ou diferentes, entende-se que estejam se referindo a diferenças e igualdades em relação à família heteroparental. É este o modelo de referência em que está o reconhecimento social. Eu mesma, no diálogo com Sophie, comparo com a família hetero: “Nas famílias hetero esse assunto não é colocado”, usando-a como modelo de referência.

Rose – [...] para mim era realmente como se pudesse ser dois homens, um homem e uma mulher, pra mim era semelhante, eram somente meus *parents*.

M – Quando você começou a perceber que a família de seus colegas não era como a sua? Ou você acha que as famílias são todas iguais? Houve um momento em que você se deu conta de que a família deles não era como a sua?

Rose – Acho que elas sempre me explicaram, explicaram muito, falamos muito, eu sempre soube que éramos diferentes, eu encontrava raramente esse tipo de organização familiar...¹⁶¹

Rose, mesmo após ressaltar a diferença, busca o paralelo com filhos/as de casais divorciados, algo tão comum hoje em dia, impactante no passado, mas completamente incorporado, apontando, assim, novamente em direção a algo banal – em direção a uma normalidade.

Rose – Então, eu cresci em uma área parisiense num primeiro momento [...], é verdade que sabíamos que éramos uma família particular, na medida em que tinha um tabu,[...] evitar, prestar atenção... mais tarde [quando as mães se separaram] me mudei com a minha mãe biológica para a Normandia, foi isso. Nós sempre fomos muito ligadas apesar da distância, como filhos de pais e mães divorciados. Muito próximas...¹⁶²

Nessa incessante dinâmica de ser igual a e diferente de um modelo familiar, Sophie afirma que famílias são distintas entre si e guardam singularidades. As distinções não seriam baseadas nas sexualidades de seus componentes, retirando, assim, o peso que a sociedade apoia sobre a sexualidade, para designar as diferenças familiares:

Sophie

Mônica – [pergunto se ela tem algo a mais a dizer, algo que considere importante...]

¹⁶¹ Original em francês :

Rose – [...] pour moi c’était vraiment comme si peut-être deux hommes, un homme et une femme, pour moi c’était pareil, c’était juste mes parents

Mônica – quando avez-vous commencé à observer que les autres familles ne sont pas comme la vôtre ? ou pensez-vous que les familles sont les mêmes choses ? ou il y a eu un moment où vous avez pensé « la famille de mes amies est différente, ou la mienne est différente » ? il y a eu un moment où ce type de choses s’est passé ?

Rose – je pense qu’elles m’ont toujours expliqué, m’ont beaucoup expliqué, beaucoup parlé, j’ai toujours su qu’on était différents et que j’ai retrouvé rarement ce genre de organisation familiale ailleurs...

¹⁶² Original em francês :

Rose - Voilà, donc, j’ai grandi dans une région parisienne un premier temps... c’est vrai qu’on savait qu’on était une famille particulière pour autant il avait un tabou... éviter, faire attention... en suite j’ai déménagé avec ma mère biologique en Normandie, voilà. On a toujours été très liées malgré la distance, comme un enfant de parents divorcés, quoi. Très proches...

Sophie – Acho que já falei um pouco de tudo (risos), não sei...na verdade, eu... eu tenho a tendência a pensar que as famílias são diferentes de uma família para outra e não diferentes de uma sexualidade para outra

Mônica – As famílias são diferentes, mas não há relação com a sexualidade

Sophie – Sim. É isso aí, repito o que já disse.¹⁶³

Mathias

Mathias - Existe diferença, mas todo mundo tem diferenças. Uns tem os pais separados, outros são originários da Ásia, outros são muçulmanos, outros cristãos, todos temos diferenças, mas não é por isso que somos malucos. De fato somos como muitas famílias.¹⁶⁴

Bruna recorre ao exemplo de sua família “complicada”, segundo suas palavras, por ter tantas lésbicas, ao mesmo tempo que ressalta a normalidade disso. E podemos pensar se a normalidade das famílias não se encontra, justamente, no quanto são complicadas:

Bruna – Minha família é um pouco complicada, não complicada, mas diferente desse padrão. Minha bisá [bisavó] teve 7 filhos, 1 homem e 6 mulheres. Dessas 6 mulheres, 4 são bi [bissexuais], porque no caso todas elas tiveram filhos, menos a tia Mila. Mas minha vó teve 2 filhos, minha mãe e a Raquel, minha tia Marcela também teve meu padrinho e a Lena. A tia Márcia não. A tia Mila criou a Raquel. Tia Nely é a única que não teve filho. Desde que me entendo, eu nunca vi ela se relacionar com homem, eu sempre vi ela se relacionar com mulher. Dessa nova geração, que são meus tios, meu padrinho, minha mãe, a Raquel, só a minha mãe que se relaciona com mulher, o resto todo mundo é hetero. Mas, assim, eu já estou acostumada. Eu cresci com isso, pra mim é uma coisa muito normal, não vejo diferença.

Bruna cresceu na convivência com os namorados e namoradas de suas tias bissexuais, nas reuniões e festas familiares.

Sophie e Carla narram alguns conflitos em suas famílias, mas os descolam da homossexualidade, seja de suas duas mães, seja de sua mãe e madrinha:

Sophie – O relacionamento com minhas mães é às vezes um pouco caótico

Mônica – o que é caótico?

Sophie - elas se desentendem facilmente, eu e minha madrinha discutimos facilmente também, isso contribuiu para minhas relações com outras pessoas, com namorados. Eu já falei com minha irmã e é um pouco a mesma coisa. Mas tem a ver com o impacto da relação das minhas mães entre elas e não do fato de serem homossexuais

Mônica – O tema está sempre presente, não? [...] por exemplo, você diz, não é por causa da sexualidade, é por causa do jeito de ser

Sophie – Sim. Na verdade, tenho a impressão de ser obrigada... tenho minha psicóloga, é minha psiquiatra, que frequentemente traz de volta esse assunto, e cada vez eu quero dizer a ela que a homossexualidade das minhas mães nunca foi um problema, nunca teve um impacto negativo ... o único impacto negativo que pôde ter

¹⁶³ Original em francês :

Monica - [Je lui demande si elle a encore quelque chose à dire, quelque chose qu'elle trouve importante...]

Sophie - Je pense avoir déjà dit un peu de tout (rires), je ne sais pas ... en fait, je... j'ai la tendance à penser que les familles sont différentes d'une famille à l'autre et pas différentes d'une sexualité à l'autre

Monica - Les familles sont différentes, mais il n'y a pas de relation avec la sexualité

Sophie: Oui, c'est ça, je répète ce ça que j'ai dit.

¹⁶⁴ Original em francês : Mathias - On a juste de différences, mais tout le monde a de différences. Je veux dire certains enfants ont des parents séparés, d'autres sont originaire d'Asie, d'autres sont muçulman, d'autres critiens, on a tous de différences, ne s'est pas pour autant qu'on est fou [...] et voir qu'on est comme beaucoup de familles en fait.

é como minhas mães são como pessoas. Porque sim, os aspectos negativos de nossos pais e mães têm um efeito sobre nós, na verdade, à cada vez tenho a impressão de que, na verdade, tenho dificuldade em entender, que possamos pensar que são tão diferentes assim e que possamos dizer que “ah, seus defeitos são pelo fato de serem homossexuais”. É somente que são pessoas, seres humanos diferentes uns dos outros, elas têm falhas como qualidades e então eu recupero suas falhas e suas qualidades

Mônica – Mas a psiquiatra insiste na pergunta...

Sophie – Sim [fica um tempo em silêncio]... eu realmente não sei por que... ela tem uma tendência a trazer de volta muito o assunto da família. É verdade que o assunto da família influencia necessariamente, não a homossexualidade, de toda forma, de fato, eu tenho a impressão de ficar na defensiva, ser obrigada a dizer, ééé, “não, isso não impacta”

Mônica – É importante dizer isso?

Sophie – Sim, eu acho que é importante, eu sou cheia de defeitos, eu sei eu sou cheias de defeitos das minhas mães

[...]

Sophie - Na verdade, tenho a impressão de que ela traz de volta o mesmo assunto, que para mim não traz um problema [...] ¹⁶⁵

Sophie chama a atenção para o quanto precisa ressaltar a desconexão entre a sexualidade de suas mães e eventuais problemas em sua vida, talvez porque ainda vigore essa crença de que a homossexualidade de mães tenha efeitos nefastos na vida de filhas e filhos, o que parece estar presente na insistência da psicóloga. Ela não deixou de relatar episódios que ocorrem em qualquer família, contando que se desentendem em casa, que frequenta uma psiquiatra, toma remédios e tem altos e baixos na vida. Ainda assim, acha importante fazer a ressalva de que a

¹⁶⁵Original em francês :

Sophie – la relation avec mes parents est parfois un peu chaotique

Mônica – qu’est-ce qui est chaotique ?

Sophie – elles s’embrouillent facilement, un peu comme moi et ma marraine, elles s’embrouillent facilement, et, du coup, ça a en fait influencé les relations que moi j’ai avec d’autres personnes. Tu comprends, moi, je m’embrouillais facilement avec eux, mes petits copains et après j’en ai parlé avec ma soeur et on a remarqué que c’était un peu la même chose. Mais du coup je pense que c’est plus l’impact de la relation que mes parents ont entre elles que du fait qu’elles sont homosexuelles

Mônica – le thème est toujours présent, non ? [...] par exemple, tu dis, ce n’est pas à cause de l’homosexualité, c’est à cause de la manière d’être

Sophie – oui. En fait j’ai un peu l’impression d’être obligée... j’ai ma psychologue, c’est ma psychiatre que j’ai et qui très souvent ramène au sujet ça à chaque fois j’ai envie de lui dire que l’homosexualité de mes parents ça n’a jamais été un problème, ça n’a jamais eu d’un impact négatif... les seuls impacts négatifs qu’il a pu avoir c’est comment mes parents sont en tant que personne. Parce que oui, forcément les aspects négatifs des parents ont un effet sur nous, en fait à chaque fois j’ai l’impression que, en fait j’ai du mal à comprendre qu’on puisse penser que ce soit si différent que ça et qu’on puisse dire que « ah, ces défauts-là sont du fait qu’ils sont homosexuels ». C’est juste qu’elles sont des personnes des êtres humains qui sont différents des autres, elles ont leurs défauts, leurs qualités et donc je récupère leurs défauts et leurs qualités.

Mônica – mais la psychiatre insiste sur la question

Sophie – oui, (silence) je ne sais pas trop pourquoi... elle a tendance à ramener sur ce sujet de la famille beaucoup. C’est vrai que le sujet de la famille souvent ça influence forcément, pas l’homosexualité en tous cas, en fait, j’ai l’impression d’être à la défensive d’être obligée de dire « bah, non, ça n’a pas d’impact »

Mônica – c’est important de dire ça ?

Sophie – oui, je pense que c’est important je suis bourrée de défauts, je sais je suis bourrée des défauts de mes parents

[...]

Sophie - En fait j’ai souvent l’impression qu’elle ramène sur le même sujet qui, pour moi, ne me pose pas de problèmes

homossexualidade das mães é inocente. Talvez como forma de proteção da família, das mães e dela própria¹⁶⁶, uma vez que são tão atacadas e certos episódios podem ser interpretados como decorrentes da homomaternidade, para usar um termo de Rozée (2012).

A seguir outros dois relatos, de Sophie e Carla, neste mesmo caminho:

Sophie

Monica – Qual é o assunto principal das discussões entre você e sua madrinha... o que desencadeia a discussão entre vocês?

Sophie – Sim, existem tópicos recorrentes. Muitas vezes é porque não nos entendemos. Mal nos comunicamos. Na verdade, minha madrinha mal se exprime, ela usa palavras inadequadas, isso faz com que eu me sinta agredida, coisas bobas, falta comunicação. Ela também mal consegue demonstrar afeição. Ela é bastante distante, ela mal demonstra que nos ama, etc. Então, é também um assunto sobre o qual nós disputamos. Eu acho que é principalmente a falta de comunicação, depois eu também aprendi a dizer a mim mesma que ela é assim... já faz 19 anos que eu reclamo da mesma coisa e ela não muda, e se ela não pode se adaptar, eu me adapto. É difícil, mas eu consigo.

Mônica – Nós fazemos um monte de coisas para os pais e mães

Sophie – Sim. Às vezes a gente é obrigada, é assim. Nós não podemos sempre mudá-los. Eu sei que minha mãe, ela faz um esforço...¹⁶⁷

Carla

Carla – Sim. Eu sempre fiz terapia. Eu parei quando eu tinha uns 12 anos. E agora eu estava brigando muito com minha mãe, discutindo muito com minha dinda por pensamentos diferentes... minha mãe e minha dinda fizeram sempre muita terapia. É normal fazer terapia nessa família (risos)

Mônica – Não é aquela família que acha que [terapia] é coisa de doido ...

Carla – Aqui essa família é tudo coisa de doido (risos)

Mônica – Por que? Por que é diferente?

Carla – É

Mônica – Mas normal é como?

Carla – Não é que é normal, mas... normal entre as pessoas, pai, mãe, casado ou separado. Agora quase todos são separados. Ninguém com uma história assim. Se tem as pessoas não contam. É mais fácil ter um tio ou uma tia que são gays

Mônica – Você falou no início que não tem colegas com uma família...você diria diferente?

Carla – Sim. Podem ter um pai que se revela gay, mas não contam. Todos os meus amigos têm pai e mãe

Mônica – Você acha que eles são mais felizes por isso?

Carla – Não. Tantos problemas quanto.

¹⁶⁶ Uma discussão sobre as formas das/os filhas/os protegerem suas famílias será feita no capítulo 5.

¹⁶⁷ Original em francês :

Mônica – Quel est le sujet principal de la discussion entre toi et ta marraine... ce qui déclanche la discussion entre vous ?

Sophie – oui il y a des sujets récurrents. Souvent c'est parce qu'on ne se comprend pas. On a du mal à communiquer entre nous. En fait ma marraine a du mal à s'exprimer, elle a du mal à utiliser le bon mots très souvent elle utilise des mauvais mots qui font que moi je me sens agressée, des trucs bêtes, des manques de communication. Elle a du mal aussi à montrer de l'affection. Elle est assez distante, elle a du mal à montrer qu'elle nous aime, etc. Du coup, c'est aussi un sujet sur lequel on se prend la tête, on se dispute. Je pense que c'est surtout des manques de communication après j'ai appris aussi à me dire qu'elle est comme ça... ça fait 19 ans que je lui reproche la même chose et qu'elle ne change pas et que se elle ne peut pas s'adapter, moi je m'adapt. C'est difficile mais j'arrive.

Mônica – on fait beaucoup de chose pour les parents

Sophie – oui. Parfois on est obligé, c'est comme ça. On ne peut pas toujours les changer. Je sais que ma mère, elle fait des efforts, parce qu'elle avait du mal à...

A narrativa de Carla aponta o retorno do jogo do igual e do diferente ao contar sobre a normalidade dos membros de sua família fazerem terapia, ao mesmo tempo que não encontra configuração familiares semelhantes à sua. Acrescenta, no entanto, que os problemas existem indiscriminadamente, não escolhendo um tipo familiar ou outro. Contudo, quando surgem nas famílias tidas como famílias modelo, aquelas com pai, mãe e filhos/as biologicamente concebidos/as, eles não são vinculados à sexualidade de pais e mães.

A diferença aos olhos alheios, e que remete à homossexualidade das mães, parece não ter gerado estranhamento em casa por parte das/os filhas/os, nem ter sido motivo para questionamentos junto às mães. Segundo Sophie, seria algo já dado, portanto, não merecedor de ser tema de discussão familiar, da mesma forma que não entraria em discussão o porquê de uma cadeira ser uma cadeira, conforme a narrativa acima.

A única filha que expôs, claramente, incômodo com a situação vivida durante anos em sua casa entre mãe, companheira da mãe e ela própria foi Livia: “Pra mim foi muito traumático, não tenho uma boa experiência com o relacionamento de duas mulheres, crescer dentro de uma casa onde tem isso, entendeu?”.

Aquelas/es que são criadas/os numa família em que a relação entre duas mulheres é vista de forma corriqueira apontam a banalidade das situações cotidianas em que há relação com a homossexualidade de suas mães. Porém, e quanto aos desdobramentos da homossexualidade das mães nas vidas dessas/desses filhas/os? Seria também assunto tão banal que não teria por que ser discutido, sendo, portanto, naturalizado? Como essas/esses filhas/os lidam com esses diferentes aspectos da questão? Seriam diferentes dimensões da construção da banalidade?

Tomar como banal a homossexualidade de suas mães ou a homoparentalidade de suas famílias pode dar o tom da normalidade sentida, no cotidiano familiar, por essas/esses filhas/os. Ao mesmo tempo, a particularidade familiar faz com que tenham suas vidas mais olhadas e/ou atacadas.

A sexualidade nas famílias, de um modo geral, estaria inserida nessa lógica múltipla de interdição e de fazer falar do sexo constantemente, uma vez que sexo fala da verdade das pessoas, fazendo operar o dispositivo. A homossexualidade, inserida na mesma lógica, obviamente, cumpriria função específica, a de manter ocupado o lugar dos excluídos.

Mas a que serve a colocação, por parte dessas filhas, da sexualidade de suas mães num lugar de banalidade, objeto concreto, quando estamos “inteiros – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história – sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo” (FOUCAULT, 1988, p. 88)?

Tratar dessas situações em casa seria se aproximar do assunto homossexualidade da/s mãe/s? Falar sobre isso significaria, talvez, falar sobre a sexualidade de sua/s mãe/s?

Como já foi ressaltado, a prática homossexual e a percepção que a sociedade tem da homossexualidade, nas sociedades brasileiras e francesas, dizem respeito a distintas dimensões da sexualidade. A sexualidade das mães passa a ser um assunto quando é abordada sob o aspecto do peso social que a homossexualidade carrega. Enquanto prática sexual, não aparece como temática familiar, entre filhas/os e mães nas famílias homoparentais aqui retratadas, assim como não é costume que o seja nas demais famílias, de modo geral. A maternidade se sobrepõe, independentemente da orientação sexual das mães, no exercício doméstico, além da dimensão da privacidade que o assunto sexualidade porta. Ninguém questionaria o fato de a sexualidade de pais e mães heterossexuais não ser tema de conversa entre pais, mães e filhas/os. Geralmente é um assunto privado e, até mesmo, interdito.

Contudo, nas famílias homoparentais o tema sexualidade passa a estar presente no seu cotidiano, ainda que não falado, devido à homossexualidade das mães. Além disso, há uma expectativa de que as/os filhas/os saibam sobre a homossexualidade de suas mães. A sociedade introduz uma espécie de exigência de que essas crianças sejam orientadas pelos pais e pelas mães sobre a homossexualidade deles/as. Sendo assim, espera-se que, de certa forma, seja um assunto de família, uma vez que isso significaria preparar, oferecer ferramentas a essas crianças e jovens para eventuais discriminações, comentários e até mesmo agressões direcionadas às suas famílias. Isso significaria cuidado parental para que filhos/as possam desenvolver instrumentos e estratégias de defesa e enfrentamento.

Envolvida nesses ditos e não ditos, a sexualidade é algo do qual não se fala, ao mesmo tempo que dela se fala o tempo todo. Falar ou não falar sobre parece estar a serviço também do dispositivo da sexualidade, numa sociedade cujo um dos emblemas é o sexo, o “sexo que fala” (FOUCAULT, 1988, p. 87).

Dentro da lógica da censura, Foucault resalta que:

do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência. A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não-manifestação, e de mutismo. (FOUCAULT, 1988, p. 94).

No reinado do príncipe Mangoggul, utilizado como exemplo por Foucault (1988), o insaciável do sexo é descrito. As joias de Diderot falam, falam e são ouvidas. Quem não as quer ouvir? Há muito estamos todos/as nós presos/as no reino do referido príncipe:

presa de uma imensa curiosidade pelo sexo, obstinados em questioná-lo, insaciáveis a ouvi-lo e ouvir falar dele, prontos a inventar todos os anéis mágicos que possam forçar sua discrição. Como se fosse essencial podermos tirar desse pequeno fragmento de nós mesmos, não somente prazer, mas saber e todo um jogo sutil que passa de um para outro: saber do prazer, prazer de saber o prazer, prazer-saber; e como se esse animal extravagante a que damos guarida, [sic] tivesse uma orelha bastante curiosa,

olhos bastante atentos, uma língua e um espírito suficientemente bem feitos, para saber demais e ser perfeitamente capaz de dizê-lo, desde que solicitado com um pouco de jeito. Entre cada um de nós e nosso sexo, o Ocidente lançou uma incessante demanda de verdade; cabe-nos extrair-lhe a sua, já que lhe escapa; e a ele cabe dizer-nos a nossa, já que a detém nas sombras. Escondido, o sexo? Escamoteado por novos pudores, mantido sob o alqueire pelas mornas exigências da sociedade burguesa? Incandescente, ao contrário. Foi colocado, já há várias centenas de anos, no centro de uma formidável *petição de saber*. Dupla petição, pois somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto que ele é suspeito de saber a quantas andamos nós. (FOUCAULT, 1988, p. 87).

Vale destacar que, como desdobramento da demanda de verdade, as questões envolvendo o segredo da homossexualidade das mães e sua revelação (ou não), tanto na relação mães e filhas/os quanto na relação filhas/os e sociedade, serão tratadas no capítulo 5.

4 SEXUALIDADES E GÊNERO

4.1 As mães e suas/seus filhas/os: nas trilhas da (homo)sexualidade

Pour le moment je suis hétérosexuel, on verra bien après¹⁶⁸.

Filha francesa na Assembleia Nacional, 2013

Quase todas/os as/os filhas/os com as/os quais conversei, durante a presente pesquisa, relataram que ou já se sentiram atraídas/os, ou já se envolveram com outra pessoa do mesmo sexo, ou disseram que tal envolvimento seria algo possível. Contudo, a grande maioria vive, no momento, uma relação heterossexual, assim como diz ser heterossexual atualmente, mas que no futuro, não sabe.

Vale destacar que o tema da orientação sexual das/os próprias/os entrevistados/as não fazia parte do “roteiro”, mas emergiu como assunto desde a primeira fase da pesquisa de campo, no decorrer das conversas, seguindo o ritmo da entrevista. No transcorrer da pesquisa, o tema ganhou relevância, como já explicado e aí, sim, passou a estar presente em quase todos os encontros, mas a partir de perguntas feitas por mim. Tal questão não foi tratada como uma preocupação para as/os filhas/os, nem no Brasil, nem na França.

Adèle, Sophie, Marion, Juliette, Rose, Raquel, Carlos, Carla, Bruna e Betina relataram que já tiveram experiência, atração sexual e/ou relacionamento com outras mulheres, ou outro homem (no caso de Carlos), e/ou que podem vir a ter. No entanto, todas/os, exceto Sophie, mantêm relacionamentos heterossexuais, ou se dizem heterossexuais, no momento: Marion, Rose, Juliette e Raquel vivem com seus companheiros ou são casadas com seus maridos, Adèle, Bruna e Carlos se dizem heterossexuais hoje. Carla e Betina têm namorados no momento. Ana se disse interessada por um menino e Lívia namora um rapaz há anos, e nenhuma das duas se expressou em relação a desejos ou experiências homossexuais. Mathias se disse heterossexual e Sophie foi a única, entre as/os entrevistadas/os, que se atribui uma definição diferente, se considerando pansexual.

O próprio questionamento sobre a orientação sexual delas/es, e/ou sobre desejos e práticas se deve à configuração familiar a qual pertencem. Dificilmente filhos e filhas de casais heterossexuais serão interpelados quanto a isso.

¹⁶⁸ Tradução para o português: “no momento eu sou heterossexual, veremos depois”.

Adèle exemplifica, contando a resposta que deu à pergunta que lhe fizeram sobre ser heterossexual ou não: “eu sou, mas e se eu ficar amanhã com uma mulher?”. Essa situação aconteceu quando de sua possível participação num debate sobre a lei da bioética em que filhos/as de gays e lésbicas dariam depoimentos. Adèle demonstra, com sua resposta à questão colocada por uma deputada, que a possibilidade existe. Ela ri enquanto relata o fato e diz do estranhamento desse tipo de pergunta, ciente do objetivo de que precisam de depoimentos que confirmem que vai tudo bem com filhos/as de homossexuais, o que inclui sua heterossexualidade.

Sophie, por sua vez, disse em uma determinada passagem da entrevista: “eu descobri ser pansexual [...] me apaixono por pessoas e não pelo gênero”. Marion, de 23 anos, disse: “eu tentei com garotas e garotos”¹⁶⁹. Juliette relata o seguinte: “eu poderia ser lésbica, mesmo hoje, hoje eu vivo com um homem, nada pode dizer que amanhã eu não... poderia viver com uma mulher e eu realmente fui criada desse jeito”. Rose está casada com um homem, hoje em dia, mas aponta que poderia ser com uma mulher:

[...] eu, na adolescência, me sentia atraída por ambos, pelos dois sexos, não foi um problema pra mim. O que eu fazia, eu não falava. Eu prestava atenção, porque, eu sabia que... sempre pela mesma razão, por mim, é isso, eu poderia construir minha vida com um homem ou com uma mulher [...]. Hoje sou casada com um homem, costumo dizer a ele, você poderia ser uma mulher, eu casaria com você, porém é você que eu amo. Isso não é grave (risos), pouco importa se você é homem ou mulher. (Rose).¹⁷⁰

Gartrell, Bos e Goldberg (2011) sugerem que as filhas de mães lésbicas são mais propensas a se envolverem com pessoas do mesmo sexo e se identificarem como bissexuais. Talvez esse tipo de ambiente familiar tornasse mais confortável para meninas adolescentes com atração pelo mesmo sexo explorar relações íntimas com seus pares (STACEY; BIBLARZ, 2001).

Carla, Bruna e Betina, apesar de não manifestarem desejo por mulheres e de se relacionarem com homens, não se mostraram fechadas à possibilidade, caso venham a se sentir atraídas. Carla e Betina relataram ter namorados no momento da entrevista e Bruna só havia se relacionado, até a ocasião do nosso encontro, com rapazes. Ao ser perguntada se a relação com uma outra mulher era vista como uma possibilidade, responde o seguinte:

¹⁶⁹ Original em francês : Marion - “j’ai essayé filles, garçons”

¹⁷⁰ Original em francês: [...] moi à l’adolescence en fait j’étais attirée par les deux, par les deux sexes, mais donc ça ne me posait pas de problèmes à moi, enfin. Ce que je faisais, je n’en parlais pas. Je faisais attention, parce que, voilà, je savais que... toujours pour la même raison pour moi, voilà, je pouvais très bien faire ma vie avec un homme ou avec une femme [...]. Aujourd’hui je suis mariée avec un homme mais, je lui dis souvent tu aurais été une femme, je t’aurais épousé quand même, c’est toi que j’aime. Ce n’est pas grave (rires), peu importe si tu es un homme ou une femme (Rose).

lógico, com certeza sim, é porque eu realmente não gosto [de mulheres], mas é uma possibilidade. Conheço amigas que pegam mulheres, assim, mas só por pegar e tudo mais, mas, assim, nunca tive vontade. Se um dia eu tiver, com certeza vou ficar, mas ainda não apareceu uma mulher que eu queira ficar, entendeu? (Bruna).

Betina, por sua vez, relata:

eu nunca senti nada, mas [...] eu sou hoje e a gente não sabe o dia de amanhã, vai que, né? Não dá pra falar: “Nunca seria”, porque a gente não sabe. Mas, por um acaso não sou hoje, né. A gente não pode ter certeza de nada porque a gente realmente não sabe o dia de amanhã, não sabe o que acontece, a caixinha tá fechada, não sabe se pode abrir, né. (Betina).

Raquel é casada pela segunda vez, ambas com homens e Carlos não namora no momento, mas seu relacionamento mais longo foi com uma mulher. Ambos relataram ter tido experiências com pessoas do mesmo sexo,

Raquel foi criada por suas duas mães e cresceu vendo o relacionamento de suas tias e suas namoradas em casa, e relata não sentir desejo por mulheres. A experiência que teve com outra mulher foi mais para satisfazer um desejo do companheiro:

Mônica – Ter sido criada dessa forma de algum jeito influenciou a sua maneira de pensar, estou entendendo que sim, toda sua forma de pensar a sexualidade. Mas você acha que ter sido criada dessa forma de algum jeito influenciou em você, a sua maneira de se ver, de possibilidades em você? Você disse que se casou com homens, você acha que teria essa abertura para...

Raquel – Na minha concepção quando se trata de relação afetivo amorosa, a palavra de ordem é desejo, eu nunca tive o desejo de estar amorosamente, não sexualmente, mas amorosamente com uma mulher. Eu até tive essa experiência, mas com um homem envolvido. Na minha concepção foi muito mais um desejo para satisfazê-lo do que algo... pra mim tudo bem, mas não me diz nada afetivamente, não repetiria e nem tenho vontade de viver... a diferença entre relação erótica e amorosa.

Carlos, de 24 anos, conta com muita tranquilidade que está numa fase de experimentar mesmo:

Carlos – É tranquilo (gargalha), eu não sei, eu não tenho problema em pegar ninguém, [...] (ri), meus amigos todos

Mônica – Não é uma coisa que entre vocês seja uma questão

Carlos – Ah! Tem gente que é mais travada, mas aí, processos internos, né. Eu tô numa fase de experimentar mesmo, vamos ver.

De acordo com Golombok e Tasker (1996), a maior proporção de adultos/as jovens de famílias lésbicas, em comparação a famílias heterossexuais, que relataram a possibilidade e o envolvimento em relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo sugere uma associação entre o ambiente familiar na infância e esses aspectos do desenvolvimento sexual. Além disso, a associação encontrada nas famílias lésbicas entre o grau de abertura, a aceitação das relações lésbicas e gays e o interesse sexual de jovens adultos/as do mesmo sexo indica que as atitudes

familiares em relação à orientação sexual, isto é, aceitar ou rejeitar relacionamentos gays e lésbicos, constituem uma das muitas influências que podem moldar o desenvolvimento em uma direção heterossexual ou homossexual.

As autoras indicaram que, criando um clima de aceitação ou rejeição da homossexualidade dentro da família, as mães podem ter algum impacto sobre a experimentação sexual de seus/suas filhos/as como heterossexual, lésbica ou gay. Consideram, também, não haver nenhuma evidência, na sua investigação, quanto às mães determinarem a orientação sexual de seus filhos e filhas.

É concebível, no entanto, que as crianças nascidas na atualidade em famílias com pais e mães heterossexuais, e que aceitam relacionamentos homossexuais, sejam tão abertas à experiência com pessoas do mesmo sexo na idade adulta quanto são, hoje, aquelas das famílias lésbicas (GOLOMBOK; TASKER, 1996).

Ana e Livia não se expressaram sobre o assunto. Ana mencionou somente que estava interessada em um menino de sua escola, mas nada mais falou sobre interesses, desejos ou experiências, talvez por sua idade, ou pelo fato de a mãe ter estado presente em alguns momentos da entrevista. Livia, por sua vez, namora um rapaz desde seus 17 anos e nada mencionou sobre desejo ou experiências homossexuais, tendo a ênfase da entrevista ficado sobre os aspectos negativos de tudo que viveu na relação com sua mãe e a companheira dela.

Mathias, francês, 20 anos, afirmou nunca ter tido dúvidas sobre sua orientação heterossexual.

Mônica – [...] o fato da sua mãe se relacionar com outras mulheres fez com que você se perguntasse sobre sua sexualidade em algum momento de sua vida?

Mathias – Não, não, eu nunca tive... eu sempre tive certeza, entre aspas, de mim. Eu sou heterossexual.¹⁷¹

As/os entrevistadas/os expressaram, também, não se sentirem pressionadas/os por suas mães a terem que corresponder à orientação heterossexual.

Em 2010, estudo de Bos e Sandfort comparou 63 crianças criadas em famílias de mães lésbicas a 68 criadas em famílias com pais e mães heterossexuais, todas com idades entre 8 e 12 anos, nos Países Baixos. Os resultados mostraram que crianças em famílias lésbicas são mais propensas a questionar o futuro envolvimento romântico heterossexual do que crianças de famílias heterossexuais. Tal questionamento sobre envolvimento heterossexual pode ter

¹⁷¹ Original em francês :

Mônica – [...] parce que votre mère fréquente d'autres femmes, est-ce que vous vous êtes posé des questions sur votre sexualité à un moment donné de votre vie?

Mathias – non, non, moi je n'ai jamais eu de doutes là dessus. J'ai toujours été sûr, entre guillemet, de moi. Je suis hétérosexuel.

relação com o fato de elas terem crescido em um ambiente familiar mais tolerante em relação aos relacionamentos homoeróticos.

Golombok (2000) aponta que mães lésbicas são mais sensíveis a questões relacionadas à sexualidade de seus/suas filhos/as: se sentem mais à vontade para discuti-las com eles/elas e as/os filhas/os adolescentes de lésbicas comunicam seus sentimentos mais abertamente às suas mães.

Em 2011, Gartrell, Bos e Goldberg avaliaram as respostas de 78 adolescentes (39 meninas e 39 meninos) relacionadas à orientação sexual: 18,9% das adolescentes e 2,7% dos adolescentes se autoavaliaram no espectro bissexual e 0% das meninas e 5,4% dos meninos se classificaram como exclusivamente homossexual. As autoras apontam que a autoidentificação das meninas está de acordo com Stacey e Biblarz (2001) e Biblarz e Stacey (2010) sobre filhas de pais e mães gays e lésbicas serem mais abertos/as a exploração homoerótica.

Gato e Fontaine (2011), em revisão de estudos empíricos realizados com famílias homoparentais, apontaram pesquisa longitudinal de Golombok e Tasker, feita em 1995 e 1997, no Reino Unido, evidenciando possibilidade de maior abertura quanto aos filhos/as terem uma relação homoerótica do que os seus pares educados em contexto heteroparental (não apresentavam, no entanto, maior probabilidade de autoclassificação como bissexuais, lésbicas ou gays). A partir da referida revisão, descreveram também estudo realizado na Espanha, por González et al., em 2003, e verificaram que as crianças que vivem com mães lésbicas ou pais gays demonstravam uma maior aceitação da homossexualidade do que os seus pares criados por mães e pais heterossexuais.

Vejamos os relatos de Sophie e Bruna:

Sophie

Mônica – Você acha que a pessoa que é criada por dois pais ou duas mães é mais aberta as experiências sexuais?

Sophie – Eu acho que vai depender

Mônica – vai depender da família?

Sophie – é isso. Eu conheço pessoas homossexuais, enfim, eu conheço alguém que é gay e que pensa que a pessoa bi não existe. Mas, no geral, eu diria que sim. Na verdade, é uma possibilidade que existe e que é normal de fato. Tenho certeza que num casal hetero não necessariamente se fala sobre [a sexualidade] [...]. Enquanto num casal homo, mesmo que não se fale necessariamente, existe, existe, aos olhos da criança de fato. Eu acho que eu e minhas mães, nós não conversamos especificamente que era possível, mas, então, como eu sabia que existia, por mim mesmo eu fui na internet para ver o que era, se existiam outras coisas, etc, e descobri tudo isso, as informações. Acho que sim, isso abre

Mônica – Porque eu acho que é uma diferença ...

Sophie – Sim

Mônica – Eu entendo que as famílias são todas ...

Sophie – As mesmas

Mônica – Sim, as mesmas

Sophie – Mas não realmente

Mônica – não existe família normal

[...]

Mônica - Há uma abertura e talvez uma questão que as crianças filhas de homossexuais se colocam mais frequentemente, não?

Sophie – sim, eu acho também. Eu acho que é provavelmente a diferença principal entre o casal hetero e o casal gay. As crianças estarão mais propensas a fazer a pergunta do que as crianças de famílias heterossexuais. De fato, se uma criança é gay, não importa a sexualidade de seus pais, se ele é um menino e percebe que está atraído por um menino, bem, vai se colocar a questão[...] eu gostei dos meninos, mas de fato eu gosto também das meninas, é mais... não sabemos muito. Eu acho que isso abre para questões mais sutis que somente somos gay ou ... ¹⁷²

Bruna

Mônica – Fico pensando assim, você tem esse modelo, né, você cresceu com um modelo, duas mulheres se relacionando [...] então fico pensando se, que é como se você tivesse isso como possibilidade, não? Pra você?

Bruna – De eu gostar de...

Mônica – Como uma possibilidade, não digo que vai direcionar, mas...

Bruna – Lógico, com certeza!

Ambas concordam que o relacionamento homossexual é uma possibilidade presente, existente aos olhos de filhas e filhos. Segundo Sophie, de maneira geral, existe uma maior abertura em relação à vivência da sexualidade por parte das/os filhas/os quando estas/es são criadas/os por dois pais ou duas mães, e seria essa a principal diferença entre as famílias. Tal constatação remete ao assunto tratado no capítulo 3, sobre semelhanças e diferenças entre as famílias.

¹⁷² Original em francês:

Mônica – tu penses que la personne qui est élevée par deux pères ou deux mères elle est plus ouverte aux expériences sexuelles ?

Sophie – je pense que ça va dépendre

Mônica – ça dépend de la famille ?

Sophie – voilà. je connais des personnes homosexuelles, enfin, je connais quelqu'un qui est gay qui pense que la personne bi n'existe pas. Mais de manière générale je dirais que oui. En fait que c'est une possibilité, que ça existe et que c'est normal en fait. Je suis sûre que dans un couple hétéro... du coup ils ne vont pas forcément en parler [...]. Alors que dans un couple homo, même s'ils ne parlent pas forcément, c'est là, ça existe, sous les yeux de l'enfant, en fait. Après je pense que moi et mes parents, on n'a particulièrement expliqué que c'était possible mais que du coup, comme je savais que ça existait, par moi même je suis allée sur Internet regarder qu'est-ce que c'était, est-ce qu'il y avait d'autres choses, etc, et du coup j'ai découvert tout ça, les informations. Je pense que oui, ça ouvre

Mônica – parce que je pense que c'est une différence...

Sophie – oui

Mônica - je comprends, les familles sont toutes...

Sophie – les mêmes

Mônica – oui, les mêmes

Sophie – pas vraiment

Mônica – il n'y a pas de famille normale

[...]

Mônica – c'est une ouverture et peut-être c'est une question que les enfants d'homo se posent plus, non ?

Sophie – oui, je pense aussi. Je pense que c'est probablement la différence principale entre le couple hétéro et le couple homo. Les enfants vont plus facilement se poser la question que des enfants hétéros. En fait, je pense que si un enfant est gay peu importe la sexualité de ses parents, s'il se rend compte qu'il est un garçon et il est attiré par les garçons, bon, il va se poser la question [...] j'ai quand même aimé les garçons, mais en fait j'aime aussi les filles c'est plus... on ne sait pas trop. Je pense que ça ouvre sur des choses plus subtiles par juste so on est gay ou...

Pode haver uma relação disso com o fato de suas mães serem mulheres que, de certa forma, já subverteram as normas e levaram adiante seus desejos sexuais e parentais, o que poderia proporcionar uma criação menos enquadrada nos moldes tradicionais. Além disso, por serem lésbicas, suas mães podem lhes oferecer um outro modelo de relação possível.

Juliette relata o ambiente em que foi criada, apontando que seu problema aos 14 anos era o fato de os rapazes lindos serem gays:

[...] eu realmente fui criada num universo muito, muito homossexual, lésbico e gay, realmente dos dois lados, em casa. Meu problema nessa idade era: “como são bonitos, e que merda!” (risos). Quando você tem 14 anos e quando a gente vê aqueles rapazes! (Juliette).¹⁷³

Bruna diz, no curso de nossa conversa, que, hoje em dia, suas colegas “pegam [mulheres] por pegar”, afirmando a frequência desses envolvimento esporádicos que não se transformam em namoro. Bruna atribui a não continuidade da relação à não-aceitação da família. Ou seja, o olhar e as mensagens transmitidas por familiares afetariam e atravessariam as vivências das/os filhas/os, indicando maior liberdade ou maior restrição:

Mônica – E suas amigas, você estava falando que colegas suas “pegam” mulheres...
 Bruna – Hoje em dia, ainda mais pra esses lados daí da Lapa, esses lugares que dá muita gente de universidade, então, isso é supernormal. Sair, pegar por pegar também, não gosta de mulher...
 Mônica – Quando você falou “pegar por pegar”, como se hoje em dia estivesse mais aberto para experimentar...
 Bruna – É, exatamente, é isso
 Mônica – Quando você diz “não gosta de mulher”, é o que? não namora mulher?
 Bruna – É, eu nunca vi namorar
 Mônica – Mas se “pegou”, de algum jeito...
 Bruna – Gosta, é. Mas não gosta pra se relacionar. Foi ali no momento, bebida, viu que a pessoa deu a entender, ou ela viu que tinha oportunidade, aconteceu. Nunca vi ir pra frente, assim, continuar saindo
 Mônica – você acha que esse “ir pra frente” ainda tem um preconceito? Mesmo essas pessoas que estão abertas a experimentar?
 Bruna – [pensa um instante] eu acho que tem o receio da família, porque nem todo mundo tem a família que eu tenho. Mas assim, por exemplo, a minha amiga Sônia, os pais dela são chatos em tudo. Ela bebe, não conta muito pra onde ela vai [...] os pais dela são tão coisa que eles nunca conversaram assim sobre relação sexual, eu sei que eles não devem saber que ela não é virgem. Ela vai na gineco com a irmã. Eu acho que é por isso que as pessoas não vão pra frente mesmo [no envolvimento com outra mulher]... acredito que seja isso, sempre viu com homem e do nada aparecer com mulher, devem ficar pensando nisso, né. (Bruna).

Os envolvimento sexuais, independentemente da orientação, podem ter motivações diversas. Assim como, em relato transcrito anteriormente, Raquel expôs sua experiência homossexual vinculada a um desejo do parceiro, Bruna relata a maneira de sua geração

¹⁷³ Original em francês: [...] j’ai vraiment été élevée dans un univers très, très homosexuel, lesbien et gay, vraiment des deux côtés, ou quoi, à la maison. Mon problème à cet âge-là « qu’est-ce qu’ils sont beaux, quoi, et merde ! » (rires) quand on a 14 ans, quand on voit les mecs super, voilà (Juliette).

vivenciar a sexualidade, além do atravessamento da camada social à qual pertence e locais que frequenta, quando diz “hoje em dia”, o atravessamento geracional também está presente.

Mas, além disso, na opinião de Bruna, a aceitação por parte da família contribuiria para que filhos e filhas dessem continuidade a um relacionamento homossexual. A não-aceitação por parte da família funcionaria como uma pressão contrária à continuidade do envolvimento, sem, no entanto, impedir a experiência. Quando fala que “nem todo mundo tem a família que eu tenho”, aponta uma abertura.

Rose

Rose – [...] eu me acho sortuda de fato de ter a sorte de ter essa família tão diferente. Eu via as coisas diferentemente et além disso é sempre uma abertura da mente, uma maneira de ver as coisas, é uma riqueza. Então, é mais nesse sentido, as diferenças com as outras famílias. Quando eu ia na casa dos amigos ou quando eu via seus pais, eu me dizia que eu tive essa sorte... porque eu tinha uma riqueza de coisas que eu não veria jamais certamente

Mônica – Essa mente mais aberta que você disse, é uma abertura de maneira geral?

Rose – Sim

Mônica – Ou é somente em relação à sexualidade?

Rose – De maneira geral, uma tolerância que [...] mesmo ainda hoje em dia, quando eu... porque minha madrinha, nós nos escrevíamos muito, quando eu era adolescente ela estava um pouco longe, a gente se via todos os finais de semana. Então eu guardei todas as suas cartas, mesmo quando eu releio ainda hoje, ela me dava conselhos, ela me dizia: “não dê atenção aos racistas, faça sua vida, seja feliz, não se deixe ferir por bobagens”, coisas desse tipo.¹⁷⁴

Mathias

Eu acho que especialmente o fato da minha mãe ser homossexual é que me ajudou a abrir minha mente, me deu uma noção da diferença. Porque, é verdade, minha mãe é homossexual, por outro lado conheço muita gente que é heterossexual, então isso me trouxe uma certa abertura. Eu acho que funciona sobretudo trazendo coisas positivas. Porque vejo a diferença que tem minha mãe, posso transpor para outras diferenças. Minha mãe é homossexual, ela tem o direito de ser feliz. Alguém que tenha uma cor diferente tem o direito de ser feliz, alguém com uma religião diferente tem o direito de ser feliz [...].¹⁷⁵

¹⁷⁴ Original em francês:

Rose – [...] je me suis toujours trouvé chanceuse en fait d’avoir de la chance d’avoir cette famille si différente. Je voyais les choses différemment et d’ailleurs c’est toujours une ouverture d’esprit, une manière de voir les choses, c’est une richesse. Donc c’est plutôt dans ce sens-là, les différences avec les autres familles. Quand j’allais chez des amis ou quand je voyais leurs parents, je me disais que j’avais de la chance... puisque j’avais une richesse de choses qu’ils ne verraient jamais sûrement

Mônica – cette ouverture d’esprit que vous avez dit, c’est une ouverture de manière général ?

Rose – oui

Mônica – ou c’est seulement par rapport à la sexualité

Rose – non, c’est de manière générale, une tolérance que [...] même encore aujourd’hui, quand je... puisque ma marraine, on s’écrivait beaucoup, quand j’étais adolescente elle était un peu loin on se voyait tous les week-ends. Donc, j’ai gardé toutes ces lettres, même quand je relis encore aujourd’hui, elle me donnait des conseils, elle me disait « ne fait pas attention à tous les racistes, fais ta vie, sois heureuse et accepte les autres comme ils sont, ne sois pas blésée par leurs betises, des choses comme ça

¹⁷⁵ Original em francês:

Je pense que surtout le fait que ma mère est homosexuelle ça m’a apporté peut-être une ouverture d’esprit, ça m’a donné une certaine notion de la différence. Puisque c’est vrai que ma mère est homosexuel, par contre je connais beaucoup de personnes qui sont hétérosexuel, donc ça m’a apporté une certaine ouverture d’esprit. Je pense que ça, surtout, m’a apporté du positif, en fait. Parce que je vois, ma mère a de la différence, je peux la

Juliette

Fui criada por um pai racista e uma mãe hiperliberal e, em casa, tinha umas reuniões muito, muito abertas, e quando começava a exagerar, eu ia para o meu quarto. Mas eu adorava esse pessoal... e eu creio que eu lhes digo sempre “adoro o que me transmitiram em termos de tolerância [...]”. Mesmo para os meus filhos, o que importa é que você goste de alguém, seja homem, mulher, branco, preto, verde, jovem, faça o que vocês desejam ...¹⁷⁶

Os relatos de Rose, Mathias e Juliette, acima, remetem a outros desdobramentos da maneira como foram criadas/os, demonstrando um alargamento não somente quanto à sexualidade, mas também quanto à diversidade religiosa e racial.

PerGUNTO a Juliette sobre seus filhos e digo que escutei de algumas entrevistadas que há uma preocupação maior quanto à heterossexualidade entre os meninos do que entre as meninas, ao que ela responde:

Juliette – Eles [amigos de Juliette] estão mais preocupados que seus filhos sejam hetero. Eu pessoalmente, não estou nem aí

Mônica – Você acha que os três [filhos] têm uma mente mais aberta?

Juliette – Sim, são muito, muito abertos. O menor, de 8 anos, todos o chamam como se diz na Itália, *la senhorina*, etc. Ele tem cabelos compridos. Ele só tem roupas com brilhos, porque nós, meu marido e eu, nos recusamos a lhe impor algo, nós o deixamos ser, nós o acompanhamos, veremos. Obviamente em relação à escola, ficamos atentos ... ele só tem 8 anos... de maneira geral dizemos “se acontecer algum problema, nos diga”, “não se preocupe, eu resolvo”. Ele sabe que sua avó é homossexual. Ele me disse: “então, podemos mudar de sexo?”. Ao mesmo tempo, o de 17 anos de idade, que começou sua vida sexual na verdade, que é muito próximo da minha mãe, sua avó, e minha mãe de fato lhe explica sobre a importância do clitóris pra mulher, etc., ele começou sua vida sexual, ele me disse: “Mãe, eu vou agradecer a minha avó, porque, francamente”, ele teve uma namorada por dez meses. Ele falou para seus amigos: “meus amigos não sabiam sobre o clitóris, eles não sabiam sobre todas essas coisas”. Você vê, o do meio, de 14 anos, muito próximo de sua avó também, hoje se coloca como um protetor do pequeno. Ele diz: “mamãe, ele é feminino, mãe, mas não importa, nós o defendemos, não se preocupe”, é isso. Então, é assim... diferente em relação à normalidade... num dado momento, meu filho tinha um sapato com brilhos e queria sair com os sapatos. Ele me disse “ele quer sair com os sapatos, os sapatos com brilhos!”. Eu disse: “vamos sentar e vamos conversar”. De fato o que lhes preocupava eram as pessoas que poderiam incomodá-lo, na verdade. Mas quem pode nos impor alguma coisa? Tivemos essa conversa e eles disseram: “Ok, se houver algum problema, estaremos lá por ele”. Hoje os amigos o conhecem e são os primeiros a comprar coisas com brilhos para o Gilles e suas avós a mesma coisa. Meu marido tem sua mãe que é mais tradicional e no início ela nos dizia “ah!, vocês exageram, Gilles e tudo”. Hoje é a primeira a comprar as coisas para ele...¹⁷⁷

transposer sur d’autres différences. Ma mère est homosexuel, elle a le droit d’être heureuse. Quelqu’un qui a une couleur différente a autant le droit d’être heureux, quelqu’un qui a une religion différente a autant le droit d’être heureux.

¹⁷⁶ Original em francês:

Juliette - J’étais élevée par un père raciste et une mère hyper libérée et puis chez nous y avait des soirées très très open... je veux dire... et moi en fait quand ça commençait à déborder j’allais dans ma chambre. Mais j’aimais ces gens-là... et je crois que, je leur dis souvent, j’aime ce qu’ils m’ont transmit en terme de tolérance [...] même pour mes enfants, ce qui importe c’est que vous aimez quelqu’un, homme, femme, blanc, noir, vert, jaune, faites ce que vous voulez...

¹⁷⁷ Original em francês:

Juliette parece transmitir, agora para os filhos, liberdade e abertura aprendidos com sua mãe.

A aceitação ou não por parte de pais, de mães ou da sociedade de modo geral não vai determinar que filhas/os se lancem ou não em experiências diversas, mas influenciar sim a forma como tais experiências possam vir a ser vividas, podendo, talvez, ser mais livres e tranquilas, uma vez que haveria aceitação, ou, pelo menos, não haveria perspectiva de reprovação por parte das mães.

Ah! com certeza [minha mãe aceitaria]. Seria muito mais fácil. A minha mãe, já houve esse assunto, foi com a minha tia até que teve esse assunto, e não tem nem como ela não aceitar. Minha família também ia abraçar. Minha mãe falou que quando ela apareceu com a primeira namorada, a família inteira abraçou, ninguém ficou contra, ninguém se assustou. (Bruna).

A maioria das/os entrevistadas/os relatou também perceber que não teria problemas em compartilhar com sua família o fato de se relacionar com alguém do mesmo sexo.

Bruna foi criada por sua mãe e suas companheiras, em especial uma delas, com quem conviveu de maneira muito próxima até seus 12 anos de idade. Suas tias e sua avó também tiveram e têm relacionamentos com outras mulheres.

Para Carla, ter pais gays ou mães lésbicas significa que existe a possibilidade de namorar pessoas do mesmo sexo. No momento da entrevista, Carla estava namorando um rapaz havia alguns meses. Ela não mencionou desejo por outra mulher, mas acredita que seria bem aceita por sua mãe e por sua dinda, caso acontecesse:

Juliette – ils [les amies de Juliette] sont plus inquiets, que leurs fils soient homo, moi, personnellement je m'en fous

Mônica – vous sentez que les trois [fils] sont ouverts?

Juliette – oui, très, très ouverts. Le petit garçon de 8 ans, tout le monde l'appelle comme on dit en Italie « la senhorina », etc. Il a les cheveux longs. Il n'a que des vêtements à paillettes parce que nous, mon mari et moi, on refuse de lui imposer, donc, on le laisse être... on vera, on l'accompagne, évidemment par rapport à l'école, on fait attention... il y a que 8 ans... et en général on lui dit « s'il y a un problème tu nous dis », « ne t'inquiète pas, je gère ». Il sait que sa grand-mère est homosexuelle. Le petit m'a dit « donc, on peut changer de sexe ? ». Alors en même temps, mon fils de 17 ans qui a commencé sa vie sexuelle en fait qui est très proche de ma mère, de sa grand-mère et ma mère en fait lui explique ce qui est important pour la femme c'est le clitoris, etc, il a commencé sa vie sexuelle, il m'a dit « moi, je vais remercier à ma grand mère, maman parce que franchement... » il a eu une petite amie pendant dix mois. Il a parlé à ses compains, « mes copains en fait ils ne savaient pas pour le clitoris, ils ne savaient pas pour toutes ces choses ». Vous voyez, celui du milieu, de 14 ans, très proche de sa grand-mère aussi aujourd'hui il s'impose plutôt comme protecteur du petit. Il dit « maman, il est féminin, maman, mais ce n'est pas grave, on le défend, ne t'inquiète pas », voilà. Donc, c'est comme ça... une différence par rapport à la normalité... à un moment donné ... mon fils avait une chaussure à paillette et il voulait sortir avec ces chaussures. Il m'a dit « il veut y aller avec ces chaussures, les chaussures à paillettes ! ». je leur ai dit : « on va s'asseoir et on va discuter », en fait ce que l'inquiétait c'était que les gens l'embêtent. Mais qui peut nous imposer quelque chose là-dessus ? En fait on a bien discuté et ils ont dit : « d'accord, s'il y a un problème on sera là pour Gilles ». Aujourd'hui les amies connaissent Gilles et ils sont les premiers à acheter des trucs à paillettes à Gilles et les grands-parents pareil. Mon mari a sa mère qui est plus traditionnelle et au départ elle nous disait « oh, là là, vous exagérez, Gilles et tout ». Aujourd'hui c'est la première à lui acheter des trucs...

Mônica – Você acha que é mais aceito por eles ou elas [pais ou mães homossexuais]?
 As vezes não, né...
 Carla – Às vezes não?
 Mônica – Você acha que seria?
 Carla – Aceito pela minha mãe e minha dinda? Sim.
 [...]
 Mônica – Você acha que seria fácil pra você, aceitar em você, caso percebesse algum impulso em direção a alguma amiga?
 Carla – Você diz eu ter vontade de ficar com alguma garota?
 Mônica – Sim
 Carla – Não me importo...
 Mônica – Você acha que seria estranho pra você?
 Carla – Não... seria até tipo engraçado.
 Mônica – Por que?
 Carla – Porque todo mundo fala, quando você tem pais hetero, você provavelmente vai ter uma mesma vida que eles. Se você for gay e tiver mães ou pais gays é engraçado você pensar porque é mais aceito por eles, você tem a possibilidade de poder namorar com pessoas do mesmo sexo.

Será que a preocupação sobre a orientação sexual de filhas e filhos de mães lésbicas, e um dos motivos das primeiras pesquisas com famílias homoparentais, não existe para essas mães e filhas/os? Será que existiu em algum momento?

Rose expressa não ter percebido ao longo de sua vida preocupação explícita ou implícita por parte de sua mãe ou de sua madrinha em relação à sua orientação sexual: “não, porque é igual, na verdade, seja homo ou hetero, não tem importância”.

Adèle e Sophie, que são irmãs, também relataram não perceber qualquer tipo de mensagem ou informação, na maneira como foram criadas, por parte das mães, no que diz respeito ao direcionamento da sexualidade.

Marion, por sua vez, responde da seguinte forma à pergunta sobre se suas mães compreenderiam mais facilmente caso ela sentisse atração por outra mulher, uma vez que elas são lésbicas e Mathias relata ter abertura para dialogar com sua mãe:

Marion

Marion – Eu não sei, eu não sei, eu não sei (ri), mas eu não sei, talvez isso exista, pode existir

Mônica – Eu ouvi que algumas mães são mais abertas em relação à sexualidade

Marion – Não na minha casa (ri)¹⁷⁸

O relato de Marion aponta para um tensionamento da questão, uma vez que ter mãe lésbica pode não significar uma criação que aponte para uma abertura para o exercício da

¹⁷⁸ Original em francês :

Marion – je ne sais pas, je ne pense pas, je ne pense pas (rires) mais je ne sais pas, peut être que ça existe, ça peut exister

Mônica – j’ai entendu dire que certaines mères sont plus ouvertes en matière de sexualité

Marion – pas chez moi (rires)

sexualidade, e nisso podem estar embutidas outras inquietações maternas, que não dizem diretamente respeito à orientação sexual das/os filhas/os, conforme veremos a seguir.

Mathias

Mathias – Éééé, nós já conversamos, ela e eu. Ela me disse que se eu me tornasse homossexual, ela não vai me rejeitaria. A única coisa é que seria duro para mim [...]. É verdade que [...] eu sabia que minha mãe era homo, isso teria, entre aspas, esse nunca foi o caso, mas se eu tivesse tido dúvida seria mais fácil para mim, para falar, ela conhece isso [...] entre aspas eu estaria tranquilo/seguro quanto a isso. Indiretamente, porque eu não precisei falar, mas eu sabia no fundo de mim que se eu precisasse, eu poderia¹⁷⁹

Mathias reconhece a abertura que teria para tratar sobre orientação sexual com sua mãe, caso precisasse. E aponta a questão da rejeição relacionada à homossexualidade. Muitos são os casos de famílias que rejeitam seus membros, filhos/as, devido à orientação sexual. Isso não aconteceria em seu caso, o que foi assegurado pela mãe, reforçando, mais uma vez, a abertura materna relatada por essas/esses filhas/os. Mas o fato de ser lésbica acrescenta ingrediente a mais nessa discussão.

Pode parecer curioso um comentário desses vindo de uma pessoa que, provavelmente, já enfrentou desafios quanto à vivência de sua sexualidade, sendo ela própria lésbica e atuante em associação de pais e mães homossexuais. Contudo, face às exigências heteronormativas, podemos pensar que estariam presentes nessas narrativas de Marion e Mathias: as preocupações com o que uma/um filha/o pudesse vir a sofrer, sendo uma mulher lésbica ou um homem gay; a vontade de serem vistas como mães normais, através da/o filha/o que reproduz as exigências heteronormativas enquanto heterossexual; e, ainda, certa obrigatoriedade enquanto mães lésbicas de aceitarem seus/suas filhos/as gays e lésbicas, apontando para a existência de uma rede de elementos que, acionada, mobiliza “todo um aparelho para produzir um discurso ‘verdadeiro’ e regulamentado” (GUIMARÃES, 2004, p. 37). Ao mesmo tempo, esse amor incondicional a elas atribuído, como a todas as outras mães, inscreve as relações no dispositivo da maternidade.

Raquel tem certeza de que suas mães não teriam problema em aceitar uma relação sua com outra mulher, entretanto, relata o orgulho das mães ao apontarem algumas das qualidades da filha, entre elas, a de gostar de homem:

¹⁷⁹ Original em francês :

Mathias – bah, après on en avait déjà parlé, elle et moi. Elle m’avait dit que si je devenais homosexuel, voilà, elle ne me renierait pas. Le seul truc c’est qu’étant donne qu’elle a connu ça, elle m’a dit que ce serait dur pour moi [...]. Après c’est vrai que [...] je savais que ma mère était homo ça aurait été entre guillemets ça jamais été le cas mais si j’avais eu des doutes ça aurait été plus facile pour moi d’en parler elle connaît ça alors ça m’a entre guillemets consciemment rassuré. Indirectement parce que je n’ai pas eu besoin d’en parler mais je savais au fond de moi que si j’avais le besoin je pouvais le faire.

Raquel – A mãe Luana, ela tem um discurso assim: “Olha só, minha filha, minha filha estudou, minha filha gosta de homem”, minha mãe tem isso. Acho que ela levou esse peso assim: “Eu sou gay, eu tenho que fazer de tudo” ou, não sei se ela achou que deveria fazer alguma coisa, mas assim: “A Raquel não é gay, isso é mérito da minha boa educação”. Aí eu faço uma intervenção: “Mãe se eu fosse gay você não seria uma mãe pior por causa disso. Pelo amor de deus, você não é uma mãe pior porque você é gay”. Mas isso é um discurso que eu aprendi. Às vezes eu penso sobre isso. Eu não sei se as minhas mães fossem politizadas, se eu tivesse aprendido que aquilo não é um problema, eu acho que é diferente quando você aprende que aquilo não é um problema, quando alguém te ensina, “tudo bem ser assim é normal, é ok”, ou do meu jeito. Eu acho que para mim, é claro que a educação transforma, mas ia ser muito bacana se todo mundo pudesse ser criado como eu fui. Porque eu aprendi o que é normal sem ser ensinada

Mônica – Experimentando a diversidade...

Raquel – É. Em nenhum momento aquilo foi um questionamento. O meu olhar hoje de naturalizar isso, que é natural. Eu não aprendi que isso é natural, ninguém me ensinou “Raquel, tudo bem mulher com mulher, isso não é um problema, isso não é uma doença”, isso não. Mas claro que [ser ensinada] funciona. Eu olho para o meu marido hoje e vejo uma pessoa diferente, não deixa de ser uma forma pedagógica de lidar com a coisa. Eu não sou acadêmica, não sou professora da área, mas o pouco conhecimento que eu tenho me ajudou a transformar o olhar do meu companheiro. É potente pra caceta. Mas que bom se todo mundo vivesse o que eu vivi porque é diferente. Eu não aprendi o que é certo. Eu nasci vendo isso. Sempre foi casal, sempre foi assim, sempre foi mulher com mulher [...].

Mônica – Esse discurso da mãe Luana de que “Raquel é casada com homem...” é dela ou das duas?

Raquel – Acho que mãe Mila não fala, mas acho que ela pensa assim. Eu acho que se eu fosse gay elas não iam achar que eu sou pior, mas elas iam se responsabilizar. Eu acho que nessa hora a educação faz diferença. Ser educada para ter um olhar para isso. As duas não se sentiriam culpadas se eu fosse gay, se fossem participantes, sei lá, na militância, elas iam ter um olhar diferente pra essa culpa. No fundo eu acho que sim (Raquel).

Raquel cresceu num ambiente em que a convivência amorosa entre tias e namoradas era algo explícito, elas transitavam juntas no dia-a-dia, em festas familiares, não havia a intenção de esconder as manifestações de carinho entre elas, ou seja, isso era normal. Aprendeu “o que é normal sem ser ensinada”, aprendeu vendo. Contudo, suas mães, apesar de dividirem a mesma cama, não demonstravam afeto entre elas, não circulavam como casal, não falavam sobre o assunto e se orgulhavam de uma criação que deu certo, resultando na filha que estudou, se formou e que gosta de homens.

Raquel diz, ainda: “acho que ela levou esse peso assim, ‘eu sou gay, eu tenho que fazer de tudo’”. Mas o que seria fazer de tudo? Por onde passa a tentativa de que tudo dê certo na criação de uma/um filha/o? Quais esforços são feitos? Como tais esforços são percebidos pelas/os filhas/os? No “fazer de tudo” da mãe de Raquel estão incluídos, principalmente, estudo e orientação sexual.

Todas essas questões fazem falar “um assunto do qual não se fala” (GUIMARÃES, 2004, p. 33), assim como produz e organiza sujeitos-mãe, incorporação dos dispositivos.

Pressão dos pais e mães sobre as/os filhas/os sempre vai haver, posto que está inscrita na relação que nossa sociedade construiu. Os filhos/as são, de certa forma, uma vitrine através da qual pais e mães podem ser vistos. A maneira como são percebidos pelos outros pode ser uma forma de julgamento das mães pela sociedade, sobretudo em se tratando de mães lésbicas. O valor delas como mães está sob esse olhar e, por vezes, julgamento social.

Por onde as mães fariam exercer essa pressão social na relação com as/os filhas/os? Através do sucesso escolar, universitário ou profissional? Através do gênero e/ou da sexualidade deles/as? Se boa parte das vezes, entre os/as jovens entrevistadas/os, a sexualidade não é uma questão, por onde passam as tensões na família?

Isadora¹⁸⁰, mãe francesa de um menino de 8 anos, com quem conversei por *Skype*, explicou, sem meias palavras, quando perguntei se haveria da parte dela alguma preocupação quanto à orientação sexual do filho: “Então, eu não estou preocupada, a orientação sexual que ele quiser, mas... e isso é egoísta, seria mais conveniente que ele fosse heterossexual, porque dessa forma as pessoas não poderiam dizer que é nossa culpa (risos)”¹⁸¹.

De forma semelhante, o fato de Raquel não ser lésbica parece ser encarado pelas mães como mérito da boa educação que deram a ela.

A preocupação de mães com o bem-estar de suas/seus filhas/os se mistura, muitas vezes, ao receio de que a sexualidade delas se sobreponha e, conseqüentemente, suas/seus filhas/os sejam lembradas como filhas/os de lésbicas. No entanto, talvez o que se queira seja somente ser como os outros.

Será que essas crianças precisam ser mais do que as outras, como uma espécie de compensação, ou para nem lembrarem de quem são filhas?

Claudia e Flávia, mães dos gêmeos, disseram que talvez cobrem demais deles porque temem que sofram preconceito por serem filhos de duas mulheres: “A gente faz questão de deixar eles educados”. Elas sabem que o preconceito existe, apesar de não o identificarem em relação a elas e aos meninos.

A justificativa da proteção aparece como ponto importante nas narrativas de mães¹⁸², e também na narrativa de certas/os filhas/os, quando se trata de explicar atitudes e discursos dessas mães em relação ao que consideram relevante na criação delas/es. O que seria

¹⁸⁰ Isadora é mãe biológica de Henri. Está separada de sua ex-companheira há 4 anos, com quem planejou conjuntamente a maternidade. Henri foi concebido por PMA com doador anônimo na Espanha.

¹⁸¹ Original em francês: Isadora : « Alors, je ne suis pas inquiète... l'orientation sexuelle qu'il veut mais, et ça c'est egoïste... ça m'arrangerait qu'il soit hétérosexuel parce que comme ça les gens ne pourront pas dire que c'est de notre faute » (rires).

¹⁸² Refiro-me às mães com as quais conversei informalmente ao longo do trabalho, em congressos, por exemplo, e àquelas que participaram de entrevistas.

considerado pelas mães como perigoso para a vida das/os filhas/os? O que acaba pode estar misturado ao se pretender proteger? E quando proteção e cerceamento se confundem?

Descoutures (2010) discute sobre a maneira como a heteronormatividade se manifesta através da vida cotidiana de mães lésbicas; como a hierarquia das sexualidades repercute no casal e na família, analisando o lugar que os agentes da norma ocupam. Os agentes seriam tanto produtores da norma, quanto engendrados por ela.

Em 2013, aproximadamente um milhão de pessoas protestaram nas ruas de Paris contra o então projeto de lei que permitiria que pessoas do mesmo sexo se casassem e também adotassem, como detalhado no capítulo 2. O coletivo *manif pour tous*, que liderou as manifestações contrárias à aprovação do referido projeto de lei, foi o responsável por apoiar posição conservadora e instigar o discurso a favor da família sacralizada e sustentada nas normas heterossexuais. Preciado questiona quem estaria, nesse caso, protegendo as crianças:

Quem defende os direitos da criança diferente? Os direitos do garotinho que gosta de usar rosa? A menininha que sonha em se casar com sua melhor amiga? Os direitos da criança *queer, gay, lésbica*, transexuais ou transgênero? Quem defende os direitos da criança de mudar de sexo se assim o desejar? Os direitos da criança à livre autodeterminação de gênero e sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer em um mundo sem violência sexual nem de gênero? ¹⁸³ (PRECIADO, 2013, tradução nossa).

Qual proteção oferecida pelos pais e mães? Qual proteção contra a violência de gênero e de sexualidade? A garantia da proteção para os/as filhos/as e a reprodução de heteronormas se confundem e podem acabar por produzir pseudoproteção. Quantos milhões de pais e mães votaram numa candidatura presidencial nas últimas eleições brasileiras¹⁸⁴ acreditando estar garantindo proteção para seus/suas filhos/as porque o candidato defendia o projeto Escola sem Partido e pregava o combate à dita “ideologia de gênero” nas escolas?

Preciado (2013) reconhece os argumentos de seu pai nos discursos da *manif pour tous*. Nascido e crescido numa família exemplar, na qual a natureza e a lei moral eram invocadas para justificar a exclusão, a violência e até a morte de homossexuais e transexuais, o autor expõe os efeitos de um dispositivo, o qual permite que adultos naturalizem a norma e vulnerabilizem as crianças. A proteção e o tentar fazer dar certo podem expor as/os filhas/os à desproteção e,

¹⁸³ O texto original é : “qui defend les droits de l’enfant different ? Les droits du petit garçon qui aime porter du rose ? De la petite fille qui reve de se marier avec sa meilleure amie ? Les droits de l’enfant queer, pede, gouine, transsexuel ou transgenre ? Qui defend les droits de l’enfant a changer de genre s’il le desire ? Les droits de l’enfant a la libre autodetermination de genre et de sexualite ? Qui defend les droits de l’enfant a grandir dans un monde sans violence ni sexuelle ni de genre?”.

¹⁸⁴ Eleição para presidente da república, senadores, deputados federais, deputados estaduais e governadores realizada em outubro de 2018.

por vezes, ao apagamento das singularidades. Isso pode ocorrer de maneira mais violenta ou nas sutilezas do dia-a-dia familiar.

É o incessante produzir materno que está em jogo no dispositivo da maternidade em ação. Espera-se que boas mães ajam de uma forma específica, mas a maternidade homossexual pode ser convocada e se sobrepor, dando visibilidade às diferenças, vistas constantemente, no caso, como falhas.

Em estudo de Garcia et al. (2007), dez mães lésbicas, pertencentes às camadas médias da população, foram entrevistadas no Brasil (em São Paulo e Belo Horizonte) e relataram seus receios de que suas/seus filhas/os fossem homossexuais. Uma das entrevistadas disse que não gostaria que seu filho fosse gay porque ele iria sofrer muito e ela sofreria por ele. Outra entrevistada relata que não ficaria revoltada se seu filho se dissesse gay, mas que ele deveria ter consciência de que sofreria. Os/as autores/as relacionam tais afirmações ao próprio preconceito que as mães já sofreram, fazendo com que desejem normalidade, aliado ao fato de a homossexualidade de um filho poder ser considerado como sua culpa, demonstrando que falharam como mães, aspecto tratado acima, referente à presente pesquisa.

Mathias conta que sua mãe não se importaria se ele fosse homossexual, mas que ela conhece o que é o olhar crítico da sociedade e que isso não é fácil:

Porque é verdade, ela me disse que é duro em relação às pessoas que te olham na rua, em relação às críticas dos outros. Isso é apenas o que ela não deseja que eu viva. Pra minha mãe, se eu sou hetero ou gay, não é a questão principal. A questão principal é que seja feliz. (Mathias).¹⁸⁵

Marion relata assim a expectativa de suas mães: “Espero que você não seja lésbica porque eu não quero que você repita o caminho da família, o percurso familiar... se você é lésbica, você é lésbica’ [...]. De qualquer forma, eu não sou” e continua, em outro momento da entrevista:

eu tinha uma amiga quando era pequena, eu pensava, pensava que estava apaixonada por ela, quando estava no ensino médio... minhas mães, elas não me impediram de viver minha sexualidade, elas expressaram seus pontos de vista: “se você não é, é melhor”. (Marion).¹⁸⁶

¹⁸⁵ Original em francês :

Parce que c’est vrai, elle m’a dit c’est dur par rapport aux gens qui vous regarde dans la rue, par rapport aux critiques des autres. C’est juste ça qu’elle n’a pas envie que je vis. Après pour ma mère si je suis hétéro ou homo ce n’est pas la question principale. La question principale c’est que je sois heureux (Mathias).

¹⁸⁶ Original em francês :

J’avais une amie quand j’étais petite, je croyais, je croyais que j’étais amoureuse d’elle... quand j’étais au collège... mes mères, elles ne m’empêchaient pas de vivre ma sexualité, elles ont juste exprimé leurs points de vue, « si tu ne l’est pas c’est mieux » (Marion).

Essas falas de Mathias e de Marion são por eles encaradas como preocupações e observações de mães, não como restrições a suas vidas.

Que qualidade tem a maternidade daquelas de são suporte a seus filhos gays e filhas lésbicas? Serão rechaçadas, condenadas? Serão entendidas como boas mães porque, apesar de equivocadas, protegem a prole, quando filhos/as são homossexuais?

Durante as entrevistas com Carlos e Juliette, citei passagens de outras/os entrevistadas/os sobre a preocupação de suas mães que as/os filhas/os sofressem se fossem homossexuais. Comentaram o seguinte:

Carlos

Nesse caso, o que eu pensaria, se ela me desse esse toque, só que isso nunca aconteceu, nunca aconteceu mesmo, mas eu imaginaria que seria mais um olhar tipo: “filho, eu já sofri tanto por ser assim, será que você vai querer se assumir assim?”, mas nunca rolou isso. Mas que é uma bobeira também, vou sofrer mais se eu me reprimir. E a minha mãe tem essa consciência de que deve ser muito mais difícil você ficar no armário do que sendo feliz e [mesmo] tomando aqui uma porrada, de gente que nem interessa, sabe?

Juliette

As lésbicas de hoje paradoxalmente se tornaram muito normativas. É o que dizia minha mãe [e suas amigas]. É como se elas quisessem proteger seus filhos do futuro [...]. Elas gostariam de não ser lésbicas? Minha mãe nunca me disse isso. Minha mãe sempre disse: “seja livre, se realize, viva”. É, é, é uma educação muito aberta, nada conservadora [...] minha mãe me criou, se a gente usa droga, minha mãe me diz: “ouça, querida, se você quer fumar maconha, a gente fuma junta, porque assim você verá o efeito”. É para te dar um pouco da imagem, quer dizer, eu fui criada: “sua vida pertence a você, cabe a você experimentá-la, mas atenção, existem coisas perigosas”, mas nunca, nunca em relação à orientação sexual.¹⁸⁷

Segundo Carlos e Juliette, as preocupações e a forma de protegê-los não passaram pela sexualidade.

Pode ser que a pergunta “meu/minha filho/a vai ser gay ou lésbica?” seja colocada de maneira mais frequente ou mais antecipada pelas mães lésbicas do que por pais e mães heterossexuais. Contudo, mesmo nos casos em que essa questão não é observada, outros temores e aflições maternas surgem. Ainda quando a orientação sexual de seus filhos e suas filhas não apareça como questão para as mães, segundo as/os próprias/os filhas/os, a preocupação com a norma é representada de outras maneiras.

¹⁸⁷ Original em francês :

Juliette - je trouve que les lesbiennes d'aujourd'hui paradoxalement elles sont devenues très normatives. Ce que disent ma mère [et ses amies]. C'est comme si elles voulaient protéger leurs enfants de l'avenir [...]. Elles souhaitaient ne pas être lesbiennes. Ma mère ne m'a jamais dit ça. Ma mère m'a toujours dit « sois libre, épanouis-toi, vis ». C'est, c'est, c'était une éducation très très ouverte, pas du tout conservatrice. [...] ma mère m'a élevée, si on prend la drogue, ma mère me dit « écoute, ma chérie, si tu as envie de fumer le pétard, on fume ensemble, parce que comme ça tu veras des effets ». C'est pour vous donner un peu de l'image, c'est-à-dire moi, j'étais élevée : « ta vie, elle t'appartient, par contre attention il y a des choses dangereuses, mais jamais, jamais sur l'orientation sexuelle.

Onde se faz exercer a norma, além do campo da orientação sexual?

As expectativas das mães e as sociais seriam maiores quando a maternidade não é hegemônica? Expectativas sempre existirão, mas seriam, de certa forma, distintas quando pais e mães, por exemplo, não são heterossexuais ou formam um casal inter-racial ou são mais velhos, ou formam uma família monoparental?

Quando Carlos imaginou o motivo que fez com que sua mãe se sentisse aliviada por ele ter entrado na universidade, ele supôs que a cobrança social poderia ser aumentada pelo fato de ter sido criado por duas mulheres. A maior preocupação de sua mãe Gabriela era de que ele correspondesse às suas expectativas e desejos nos estudos:

Carlos – Ah! Me amarro [na universidade], muito, muito bom, mas agora tá difícil conciliar música e horário, até porque música você vai e às vezes não sabe quando volta, assim, é difícil pegar um horário fixo. Mas é isso, eu imagino até que ela me cobrava isso, se veio em mim acho que pode ser uma verdade (gargalha). Mas é isso, deve pesar pra ela, imagina o que os outros não diriam sobre ela se o filho de duas lésbicas acabasse, sei lá, sem fazer uma faculdade, sem fazer nada da vida? Entendeu? Acho que ela podia ter esse medo também, de falhar, que pra mim, isso não passa na minha cabeça e na dela acho que pode ser uma coisa que ela tenha trabalhado, que tenha sido difícil.

Mônica – O que é dar certo, né? O que é dar certo na criação?

Carlos – Exatamente.

[...]

Mônica – Tinha que ser! [filho de duas mulheres]

Carlos – É, “tá vendo, criou assim esse moleque, essas duas mulheres”. O que não quer dizer nada, porque eu poderia não ter ido pra uma faculdade e continuar uma pessoa super feliz e disposta a viver do meu jeito, que eu acho que é pra isso que serve a criação, encorajar a pessoa a encarar a vida de uma maneira confortável, com todos os percalços.

[...]

Carlos – O meu ensino médio foi uma coisa muito difícil. Tem isso, minha mãe é super “de boa” na vida, só que ela tem um lado que é muito focada, que eu não consegui pegar, esse lado dos estudos, ela não me cobra isso, mas, tipo o maior alívio da vida dela foi eu ter entrado na faculdade, sabe, apesar de eu achar que não vou conseguir me formar porque eu tô trabalhando, tô trabalhando com o que eu quero que é a música, foi algo que ela sempre apoiou.

Na conversa com Ana, sua mãe Lia manifestou preocupação quanto ao possível sofrimento de uma colega da filha que “parece um menino”:

Lia – [...] eu não me importo se minha filha vai ser gay ou não. Mas eu tenho que ser amiga dela e mostrar pra ela “pô, você pode ser tudo que você quiser desde que você se respeite para os outros te respeitarem”, eu penso dessa forma, entendeu? A partir do momento que uma criança que não tem ainda aquela formação, ela pode até, tudo bem, eu sinto atração por uma outra mulher, mas isso não significa que ela já tenha que se vestir como homem, andar e se comportar como um homem. Eu, particularmente, não gosto disso. Eu acho que pelo país que a gente vive, ela vai sofrer muitos preconceitos e eu não sei até onde isso pode ser bom para uma menina de 15 anos.

Mônica – Mas a questão é pelo sofrimento que ela vai passar?

Lia – Sim.

A suposta discordância entre gênero e desejo sexual não parece causador de sofrimento para a mãe de Ana, mas sim a não linearidade anatomia e identidade de gênero.

As normas se fizeram exercer na relação mães e filhas/os através, também, da exigência de estudos e na conformidade de gênero, o que faria parte das práticas de maternização:

O que está em jogo, nesses locais de visibilidade e de enunciação de nosso tempo, é o incessante produzir materno. Ou seja, tanto quanto fixar o sujeito-mãe neste ou naquele discurso que o tornou objeto, trata-se de constituir, em torno das formas de visibilidade e enunciação (dos sujeitos, das modalidades maternas), práticas sempre contínuas de maternização. (MARCELLO, 2004, p 202).

Filhas/os descreveram suas famílias como tendo lhes transmitido abertura na forma de pensar, ver o mundo e no convívio com as diferenças de um modo geral e como a norma se apresentou para além da orientação sexual, na relação com suas mães. Mas como lidariam com o olhar social sobre a transmissibilidade da homossexualidade, ideia que habita o imaginário social?

4.2 O contágio / A transmissão da homossexualidade

On a rassuré... tu ne seras pas comme ta mère¹⁸⁸

Madrasta de Juliette

Um dos grandes argumentos daqueles que se opõem à família homoparental diz respeito à possibilidade de gays e lésbicas gerarem e/ou criarem filhos e filhas gays e lésbicas. Apesar de sugerir um medo tão conservador e antigo, tal argumento parece habitar ainda o imaginário de muitas/os sobre a transmissão da homossexualidade, ou, poderia mesmo dizer, sobre o

¹⁸⁸ Tradução para o português: “nós nos tranquilizamos... você não será como sua mãe”.

contágio da homossexualidade. Ainda que tenha sido retirada dos CIDs¹⁸⁹ como patologia, permaneça no CID 10 dentro do F66.1, *Orientação sexual egodistônica e a tendência seja ser retirada qualquer menção à orientação sexual no CID 11*, continua sendo vista como doença por alguns, os quais buscam suas causas e curas¹⁹⁰.

Mães lésbicas não “produzem” mais filhos/as gays ou lésbicas do que as famílias heteroparentais. Por que a preocupação? O que está presente na construção desses temores? O que pode estar sendo transmitido? Por que essa questão é relevante e ainda existe?

Além de estudos (GOLOMBOK; RUTTER; SPENCER, 1983; BAILEY; BOBROW; MIKACH; WOLFE, 1995; GOLOMBOK; TASKER, 1996¹⁹¹) já desenvolvidos sobre o tema indicarem a não correspondência entre mães lésbicas e filhos/as gays ou lésbicas, a presente pesquisa também aponta nessa direção, como foi possível observar nos relatos das/os entrevistadas/os, no início deste capítulo, sobre a identificação sexual das/os filhas/os. Contudo, levando em conta os efeitos da heteronormatividade, o assunto merece discussão.

Muito se fez, no Brasil e na França, em termos de políticas públicas, pesquisas e batalhas por direitos na direção de retirar a homossexualidade e a homoparentalidade do lugar de doença. Porém, a questão da transmissão da homossexualidade das mães para as/os filhas/os era e parece ainda ser um temor e algo a ser evitado. O assunto carrega um peso, pois a homossexualidade ainda é cercada de aspectos negativos e não deveria ser disseminada, sobretudo quando envolve

¹⁸⁹ As próprias conquistas institucionais em direção à despatologização da homossexualidade, que foram de grande importância, não desmancharam a visão dominante que imperava, e ainda impera: a de que o indivíduo homossexual é estranho, esquisito, fora da norma. Vejamos algumas delas: nos anos 70, as principais organizações mundiais de saúde, como a associação americana de psiquiatria e a associação americana de psicologia, retiraram a homossexualidade de seu rol de doenças, distúrbios ou perversões; no Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) deixa de considerar a homossexualidade como um desvio sexual e, em 1999, estabelece regras para a atuação dos psicólogos em relação a questões de orientação sexual, determinando que os mesmos não colaborarão com atos que proponham tratamento e cura da homossexualidade, não sendo mais considerada doença, distúrbio ou perversão; ainda nos anos 90, a homossexualidade foi retirada da condição de distúrbio mental do manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-IV), assim como a assembleia-geral da organização mundial de saúde (OMS) o fez em relação à classificação internacional de doenças (CID); ainda nesta década, a anistia internacional passou a considerar a discriminação contra homossexuais como uma violação aos direitos humanos.

¹⁹⁰ Por incrível que possa parecer, a prática da “cura” da homossexualidade persiste no Brasil. A chamada terapia de reorientação sexual ou terapia de conversão visa reorientar o indivíduo para a heterossexualidade apesar do CFP estabelecer regras quanto a isso, conforme exposto na nota acima. Em setembro de 2017, a decisão do juiz Valdemar Claudio de Carvalho derrubava a Resolução 001/99, ao abrir caminhos para tratamentos de conversão sexual. No entanto, em dezembro do mesmo ano houve uma alteração: apenas pessoas com orientação sexual egodistônica podem receber tratamento, se assim o desejarem e mantém-se a proibição de fazer propaganda desses tratamentos.

¹⁹¹ De acordo com o levantamento de estudos realizado por Vecho e Schneider (2005), no que tange à possibilidade de transmissão da orientação sexual, 85% das pesquisas publicadas até 2003 verificaram uma proporção de filhos/as com orientação sexual homossexual semelhante à encontrada na população geral, isto é, entre 0 a 10%.

a sagrada família e as inocentes crianças. Talvez pudesse, no máximo, ser vivida entre quatro paredes.

Como mencionado anteriormente, as questões relacionadas à sexualidade das/os filhas/os passaram a ganhar relevância ao longo do trabalho. Na primeira parte da pesquisa, quando as entrevistas foram feitas no Brasil, percebe-se que tratei do assunto com certo cuidado, talvez excessivo. A partir do período na França, porém, esse assunto foi posto, por mim, de maneira um pouco mais direta.

O que restaria de homossexualidade quando tratamos de filhas/os de mães lésbicas? Se a homossexualidade não é transmitida, o que permanece de homossexual na vida dessas/desse filhas/os? A questão da transmissão – ou podemos mesmo dizer do medo do contágio, se considerarmos a conotação de doença com que muitos ainda envolvem a homossexualidade – estaria presente como temor na vida das/os filhas/os através do medo de serem consideradas/os homossexuais ou de serem discriminadas/os?

Vejamos, então, como filhas e filhos, brasileiras/os e franceses/as enxergam a questão e o que têm a dizer sobre a possível transmissão da homossexualidade de suas mães.

Bruna relata as discussões frequentes durante seu curso de pré-vestibular, quando um professor trazia à tona o assunto da possível influência de mães e pais gays e lésbicas na orientação sexual de seus filhos e suas filhas:

Bruna – E tinha um professor no pré-vestibular que sempre puxava esse tema, se iam me influenciar, né. Se isso influenciaria a escolha sexual da pessoa. E, nossa! Muita gente falava que sim, que sim, que sim. [...] Na minha sala, não que tinha discussão, mas sempre...

Mônica – E eles sabiam [sobre sua família]?

Bruna – Eles sabiam, eu falava assim: “Gente, não é possível porque não sou só eu, se fosse assim meu padrinho tinha que ser gay, minha tia Raquel, minha tia, minha família inteira tinha que ser gay”, loucura isso! Amiga minha [pensava assim], fiquei chocada, eu nem imaginava que tinha esse pensamento, não é possível, isso não existe, cara, porque senão nenhum gay que tem pai homofóbico seria gay. Sem sentido esse pensamento deles.

Conforme já discutido neste capítulo, relatos e estudos apontaram que famílias homoparentais podem proporcionar um ambiente mais favorável, demonstrando menos repressão à experimentação da sexualidade de suas/seus filhas/os. No entanto, isso não significaria que se identificariam como homossexuais ou mesmo que desejariam contatos homossexuais.

Bruna, porém, procura mostrar através de seu exemplo de vida que seus colegas e professor não estão certos quanto à influência da homossexualidade das mães na identificação sexual dos filhos. Talvez precise insistir nesse ponto por se tratar uma concepção que enxerga

a homossexualidade como influência negativa. Bruna diz que há pessoas que ainda olham para sua família e que talvez pensem: “caraca, a avó é [lésbica], a mãe é. Ela não vai ser?”, e continua seu relato: “pra eles é isso, tem gente que pensa que [as/os filhas/os] tem que ser também, que realmente influencia”. Dá continuidade ao tema usando seu próprio exemplo para tentar mostrar aos seus colegas que a dita influência direta não acontece:

Pra eles influencia porque [são] duas mulheres, eles [filhas/os] vão crescer achando que isso é normal, e pra eles [colegas] não é normal. E pessoas grandes, no meu terceiro ano, pessoas de 17/18 anos com esse pensamento. Mesmo falando [sobre a minha experiência], não mudava. (Bruna)

As argumentações de Bruna são no sentido de mostrar que pais e mães gays e lésbicas não vão gerar filhas/os gays e lésbicas, como se quisesse convencê-los de que não é algo transmissível. Ao insistir que pais e mães não influenciariam seus/suas filhos/as, ela busca retirar o preconceito que percebe haver nos argumentos ouvidos, até porque seus/suas colegas não acham a homossexualidade algo “normal”. Sendo “anormal”, não deveria ser passado de pai/mãe para as/os filhas/os. Segundo as colocações das/os colegas, as/os filhas/os teriam os exemplos das mães e, assim, achariam que a relação entre pessoas do mesmo sexo seria aceitável, o que possibilitaria que as/os filhas/os seguissem pelo mesmo caminho.

Dou então continuidade à conversa com Bruna perguntando:

Mônica – Você está dizendo que não é algo que determine, né? Pais sendo gays não vão fazer com que os filhos sejam gay?

Bruna – Lógico que não [...]

Mônica – Então, não é que uma coisa vá determinar a outra, mas é como se fosse ser mais fácil, com menos sofrimento [a vivência, caso aconteça]...

Bruna – Lógico...

Carla tem o seguinte relato:

Carla – Eu até conversei com meus amigos e amigas, você nasce gay ou você nasce hetero? Pra mim, sei lá, você não nasce gay ou hetero, pela sua família você meio que vai se enquadrando, se você tiver uma força maior, você fala: “Ah, tipo, não sou isso”, tem tanta gente que descobre que é só quando é mais adulto, foi o caso da minha mãe e da minha dinda.

Mônica – Mas você acha que a família que determina? Pelo modelo, exemplo familiar?

Carla – Não determina, mas meio que faz um caminho.

Juliette, por sua vez, relata o alívio de sua madrasta:

[...] Meu pai tinha medo disso [de Juliette ser lésbica]. Meu pai se casou de novo, então quando eu ia na casa dele dele, nas férias, no verão, quando eu comecei a ter namorados, minha madrasta me disse “nós nos tranquilizamos... você não será como sua mãe”. Eu cresci de uma forma que não importa entre aspas o sexo, o que importa é amar alguém. Então minha mãe me transmitiu isso. Eu poderia ter sido lésbica e mesmo hoje, eu vivo com um homem e nada pode dizer que amanhã eu não estarei com uma mulher. E eu realmente me construí assim, meus filhos, eu os criei assim,

meu marido também [...] para mim, minha orientação sexual ficou rapidamente evidente, entre aspas, em direção à heterossexualidade e não, isso [ser lésbica ou não] não me colocou uma preocupação ou outra (Juliette).¹⁹²

O pai de Juliette tinha medo que sua mãe houvesse lhe transmitido a homossexualidade. Juliette, por sua vez, diz ter recebido de sua mãe ensinamentos a respeito da importância do amor, não sendo relevante a orientação sexual da pessoa, o que buscou transmitir para seus três filhos: “o amor é uma coisa mágica, mas quando você aprende a amar, quer dizer, aceitar o outro em sua diferença, sua independência, e isso eu acho que ela me transmitiu” (Juliette).

Os relatos das/os filhas/os, de um modo geral, não indicaram que tivessem alguma preocupação em relação às suas orientações sexuais e não estão de acordo quanto à possibilidade de transmissão. No caso de Juliette, em particular, a preocupação era do pai dela.

Bruna – Eu acho que desde pequeno, tem pais que botam na cabeça dos filhos que isso não é normal, que é feio: “Não faz, não faz”, não sei dizer por que, acho que tem religião também. Nessa minha sala [de curso pré-vestibular] que eu falei que tinha essa discussão, tinha muita gente evangélica, pessoas que eram obreiras mesmo e elas que eram mais contra, [dizendo] “que influencia sim”, que não acha certo. Uma até falou [a favor de Bruna]: “Acho que não deve falar porque não é da família de vocês”. Eu cresci com minha mãe se relacionando com outra mulher e em momento nenhum [ela disse] que eu tenho que me relacionar também. Se eu sentir vontade vou me relacionar, mas ela não me impõe, “olha, sair com mulher é melhor”, por exemplo, ela fala “homem nenhum presta”, mas ela não fala “homem nenhum presta e você tem que sair com mulher”. Essa minha amiga também que foi contra, ela é católica.

Mônica – Mas e se influenciar também? Qual é o problema?

Bruna – Também não vejo problema nenhum (risos)

Mônica – Os pais influenciam os filhos em vários aspectos, não determinam, e se influenciar também?

Bruna – Que mal tem? (riso), mas pra eles...

Mônica – Não pode sair de um determinado padrão e definição do que é família

Bruna – Exatamente.

Pais e mães influenciam seus filhos e suas filhas de inúmeras formas, assim como crianças e jovens que convivem no meio escolar, universitário e têm amigas/os são

¹⁹² Original em francês :

[...] Mon père a eu peur de ça. Mon père s'est marié et donc quand j'allais chez mon père en vacances, l'été, quand j'ai commencé à avoir de petits copains, ma belle-mère m'a dit « on est rassuré... tu ne seras pas comme ta mère ». Moi j'étais élevée dans un mode où peu importe entre guillemets le sexe, ce qui est important c'est d'aimer quelqu'un. Donc ma mère m'a transmis ça. J'aurais pu être lesbienne et même aujourd'hui, je vis avec un homme et rien ne peut dire que demain je ne serai pas avec une femme. Et j'ai vraiment été construite comme ça, mes enfants je les ai construits comme ça, mon mari aussi [...] pour moi, mon orientation sexuelle a été assez très vite évidente entre guillemets vers l'hétérosexualité et non, ça [être lesbienne ou pas] m'a jamais posé une inquiétude ou autre... (Juliette).

atravessadas/os de diversas maneiras¹⁹³. A construção da subjetividade dessas/desses filhas/os será marcada por inúmeras relações, vivências, trocas de afetos através dos vínculos familiares, dos laços de amizade, de como absorvem e interagem com os elementos disponibilizados pela sociedade heteronormativa na qual transitam. Numa rede de influências. Podem, da mesma forma, caminhar nas fissuras que compõem essa sociedade, construindo caminhos e se apoiando em suas margens.

Há uma diferença entre o que seria determinação e influência. Bruna diz que sua mãe nunca lhe impôs suas escolhas como certas, mas valores e conceitos são passados de inúmeras formas, nem sequer precisam ser falados.

Seria preciso, então, que desejos fossem reprimidos para que se garantisse o bom desenvolvimento, socialização e felicidade das/os filhas/os?

Corre-se o risco de cometer distorções e simplificações ao se tratar da linha tênue existente entre a abertura proporcionada por mães lésbicas para a vivência da homossexualidade, encontrada em estudos e relatos das/os filhas/os, e a visão de que a homossexualidade seria passada de mães para filhas/os. A possibilidade de transmissão da homossexualidade não foi relatada como sendo uma questão para as/os filhas/os. Mas passa a estar presente nas relações sociais, devido ao olhar crítico lançado pela sociedade.

Bruna – [...] não vou falar que eu fico acanhada de falar que a minha família tem essas tias, avós assim [lésbicas], pra pessoas é muito diferente uma velhinha, né, com outra, por exemplo. Com a minha mãe eu falo mais abertamente, tipo “a minha mãe realmente só se relaciona com mulher”. Se eu falo da minha vó, eu até falo “minha vó foi casada com outra mulher”, mas as pessoas já olham assim “caraca, a mãe, a vó, não é possível que ela também não seja” (risos), tem gente que ainda olha “caraca, a avó é, a mãe é, ela não vai ser?”, pra eles é isso, tem gente que pensa que tem que ser também, realmente influencia

Mônica – mas você acha que por causa disso você as vezes não fala?

Bruna – do resto da família, é (riso), eu fico meio assim. Eu falo, não tenho vergonha

Mônica – mas é o que podem pensar de você?

Bruna – é. Não sofri nenhum preconceito mas dava pra ver o olhar da pessoa de espanto “caraca, a avó também é” (risos), se falar que as tias também são, “nossa que loucura!” (risos)

Sophie foi a única das/os entrevistadas/os que não disse ser heterossexual ou estar em um relacionamento heterossexual, mas sim ser pansexual ou LGBT, como se nomeia: “eu descobri ser pansexual, é complicado, mas, bom...”:

¹⁹³ Recordo de, num evento realizado pela UERJ, no qual apresentei minha pesquisa ainda nos passos iniciais, uma outra pós-graduanda, mãe lésbica, de um menininho de 4 anos comentou, ao término de minha exposição, que seu filho achava que menino tinha que usar azul e menina rosa, e que não deveríamos esperar que eles fossem um exemplo de transformação, seria exigir demais de uma criança. Esse menino estava sendo criado por suas duas mães, as quais viviam a homossexualidade de forma assumida e militavam em grupos LGBTs. Ou seja, crianças estão cercadas de informações e produzem subjetividades, se constituindo, sendo atravessadas por uma multiplicidade de informações numa sociedade heteronormativa.

Sophie - [...] levei dois anos para entender que eu era LGBT, depois, ah, ah, é porque eu sabia de fato [...] o que é ser homo o que é ser trans... Eu não sabia que tinha uma comunidade inteira que não era apenas homossexual ou trans, e lá estou eu “ah! parece comigo!” (Risos) e então, é isso, bem, na verdade, eu acho que sabia mais ou menos que era pan, mas que não aceitei porque tinha medo que me dissessem que era por causa das minhas mães. Porque, bem, a ideia de que mães lésbicas terão filhas lésbicas... enfim, eu permaneci muito cega, na verdade, me apaixonei por uma garota ... a sexualidade não é apenas a hetero. Eu acho que tinha um pouco de medo... de dizerem que era por causa das minhas mães... agora eu digo a mim mesma que não tem problema, é assim, é como é.

Mônica – Por exemplo, foi um conflito, pode-se dizer que foi um conflito interno?

Sophie – Sim, em um momento eu estava... inconscientemente eu me dizia “não, não é possível, você não pode gostar das meninas” bem, suas mães gostam de garotas, então, não pode ser [...] pelo fato de elas serem homossexuais

Mônica – Mas por que? As pessoas dirão...?

Sophie – Eu não sei, não sei (ri), nunca entendi direito. Como a ideia de que vamos degenerar ou não sei que estupidez... Eu tinha essa ideia ...

Mônica – Você pode dizer que esse momento de conflito durou quanto tempo? Agora é mais fácil?

Sophie – Agora eu aceitei completamente quem eu sou, estou bem. Acho que mais ou menos foi no quinto ano, quando eu tinha 12 anos, quando me apaixonei por uma garota e me disse, bem, “não, não é possível” até meu segundo, não meu segundo, meu primeiro, eu tinha dezesseis anos, percebi que sim, eu gosto de garotas. Mas eu não acho que foi realmente um conflito, foi mais que eu decidi que não (risos). Eu decidi que não era possível, que eu não amaria meninas, na verdade é muito estranho... eu estava um pouco na negação.¹⁹⁴

¹⁹⁴ Original em francês :

Sophie - il m’a fallu deux ans pour comprendre que j’étais lgbt après, ah, ah, c’est parce que je connaissais en fait que les bases en quelque sorte je savais ce que c’était être homo, je savais ce que c’était être trans... je ne savais pas qu’il y avait toute une communauté qui n’était pas juste homosexuelle ou trans, et là je me suis, « ah ! ça me ressemble ! (rires) et donc, voilà, bah, en fait, enfin, je pense que je savais plus ou moins que j’étais pan, mais je ne l’acceptais pas parce que j’avais peur qu’on me dise que c’était à cause de mes parents. Parce que, bah, l’idée que des mères lesbiennes ça va donner des enfants lesbiens...ça m’a frustré énormément, enfin, je ne sais pas, j’ai resté très aveugle en fait, enfin, je suis tombée amoureuse d’une fille ... je pense que j’avais un peur qu’ils me disent que c’était à cause de mes parents... maintenant je me dis c’est pas grave, je suis comme ça, je suis comme ça

Mônica – par exemple, ce conflit, on peut dire que c’était un conflit interne ?

Sophie – oui, à un moment oui, j’étais, enfin... inconsciemment je me suis dit « non, ce n’est pas possible, tu ne peux pas aimer les filles, bah, tes parents aiment les filles, du coup, ça marche pas », à cause du fait que’elles sont homosexuelles

Mônica – tu ne peux pas aimer les filles ...

Sophie - à cause du fait qu’elles sont homosexuelles

Mônica – mais pourquoi, les gens vont dire...

Sophie – je ne sais pas, je ne sais pas (rires), je n’ai jamais trop compris. Comme l’idée qu’on va dégénérer ou je ne sais pas (rires) quelle bêtise, c’est préjugé, du coup, j’avais cette idée...

Mônica – tu peux dire que ce moment de conflit a duré combien de temps ? maintenant c’est plus facile ?

Sophie – maintenant j’ai complètement accepté qui je suis, ça va. Je pense que c’était plus ou moins, c’était à partir de la cinquième, quand j’avais 12 ans, quand je suis tombée amoureuse d’une fille et je me suis dit, « bah, non, ce n’est pas possible », bah, jusqu’à ma seconde, pas ma seconde, ma première, j’avais seize ans, je me suis rendu compte que si, j’aimais les filles. Après je ne pense pas que c’était vraiment un conflit, c’était plus que j’avais décidé que non (rires). J’ai décidé que c’était pas possible, que je n’aimais pas les filles, en fait c’était très bizarre. C’est-à-dire que je me laissais aimer les filles mais que dans ma tête je ne me disais pas que « tu es bisexuelle ». je me disais « tu aimes les filles aussi, mais pas vraiment », enfin, c’était très étrange. J’étais un peu dans de dénie

Em outro momento da entrevista com Sophie, perguntei se pensava que se interessava por mulheres porque suas mães eram lésbicas e ela respondeu:

Não... de fato, a relação que fiz é, acima de tudo, foi com a ideia que a sociedade tem disso. Pessoalmente, sei que não é o caso. Não há nenhuma influência. É quase a ideia estereotipada de que todas as pessoas são hetero... (Sophie).¹⁹⁵

Mesmo que Sophie deixe claro que o temor é relacionado ao olhar da sociedade e que não veja relação entre a homossexualidade de suas mães e a sua, ela viveu um período em que se sentiu pressionada porque estaria correspondendo a uma ideia difundida sobre a transmissão da homossexualidade entre mães e filhas. Ou seja, o temor de que responsabilizassem suas mães fez com que negasse, por um período, o que estava sentindo.

Mônica – Quando você diz “eu sou pan”, o que você quer dizer?

Sophie – Se apaixonar pela pessoa, não pelo gênero, então, bem, é isso. Um pouco como bi na verdade, apenas uma definição mais fora do gênero, na verdade

Mônica – Você prefere usar “eu sou pan”

Sophie – Sim.

Mônica – Você não quer se identificar

Sophie – É isso

Mônica – Uma definição mais aberta

Sophie – É isso. Eu prefiro.¹⁹⁶

O uso da expressão pansexual é mais frequente entre jovens e parte do movimento em prol de uma sexualidade plural e não-identitária. Talvez Sophie tenha encontrado sentido em seu uso para além de uma denominação mais ampla, tendo como objetivo estabelecer uma diferença.

Raquel comenta sobre como as mães a influenciaram:

As coisas ruins que eu tenho são fruto da minha construção, não é responsabilidade da orientação sexual delas. Como seres humanos, como sujeitos, as duas influenciaram na minha vida, em termos de caráter, de olhar para o mundo, mas não pela orientação sexual. Às vezes acho interessante compartilhar isso. (Raquel).

Na conversa com Mathias, porém:

¹⁹⁵ Original em francês : Non, ... en fait la relation que je fait c'est surtout l'idée que la société allait avoir de ça. Moi personnellement je sais que ce n'était pas le cas. Il n'y a aucune influence. Presque une idée stéréotypée que tout le monde était hétéro... (Sophie).

¹⁹⁶ Original em francês :

Mônica – quand tu dis « je suis pan », qu'est-ce que tu veux dire ?

Sophie – tombée amoureuse de la personne, pas de son genre, donc, bah, enfin

Mônica – un homme, femme, trans

Sophie – oui. C'est un peu comme bi en fait, juste pour une définition plus hors du genre en fait

Mônica – tu préfères utiliser « je suis pan »

Sophie – oui.

Mônica – Tu ne veux pas t'identifier

Sophie – voilà

Mônica – une définition plus ouverte

Sophie – voilà. Je préfère

Mônica – Você acha que a sexualidade de mães e pais homossexuais influencia as crianças e como?

Mathias – Não, não, de jeito nenhum, porque olha para mim, minha mãe, ela é homossexual, eu sou heterossexual, e os pais da minha mãe são hetero. A homossexualidade não é uma coisa transmissível, não está no gen. Além disso, é verdade que a minha mãe se relaciona com mulheres, eu, graças à Associação eu conheci muitos homossexuais, não é por isso que me tornarei homo.¹⁹⁷

4.3 Atravessamentos de gênero das mães

À la Maison s'il y a un soutien gourgé dans quelque part, il n'y a pas de problème (rires) nous sommes une famille de filles¹⁹⁸.

Sophie

A ênfase do presente trabalho está nos eventuais atravessamentos da orientação homossexual das mães na vida de suas/seus filhas/os. Entretanto, o gênero dessas mães surge como elemento importante na sua inter-relação com a orientação sexual. Haja vista a naturalização da maternidade, mesmo quando exercida por um casal de mulheres, sendo mais aceita do que a paternidade exercida por dois pais ou por um pai gay. Não se suspeita, por exemplo, de abusos sexuais na família homoparental feminina e é considerado óbvio que a criança será criada de forma adequada.

Os dados de grande parte dos estudos sobre as diferenças de gênero na parentalidade não teve o gênero de pais e mães como objetivo. O assunto gênero na parentalidade vem sendo tratado indiretamente, não havendo um conjunto de pesquisas que tenha isolado intencionalmente o gênero de pais e mães (BIBLARZ; STACEY, 2010; GATO; FONTAINE, 2011).

Gato e Fontaine (2011) realizaram um levantamento através dos resultados dessas pesquisas, cujos objetivos eram observar as práticas parentais de gays e lésbicas e o desenvolvimento psicológico de suas crianças, para apontar dados sobre o papel desempenhado pelo gênero de pais e mães gays e lésbicas. Algumas investigações, que abordam assuntos como mães heterossexuais solteiras, mães lésbicas e pais gays após a separação de uma união

¹⁹⁷ Original em francês:

Mônica - Vous pensez que la sexualité de mères et de père homo, par exemple, influence les enfants et comment ?
Mathias – non, non, pas de tout, parce que regardez moi, ma mère, elle est homosexuelle, moi je suis hétérosexuel, et les parents de ma mère sont hétéros. L'homosexualité c'est pas un truc transmissible, c'est pas dans les gènes. Après c'est vrai que ma mère voilà a fréquenté des femmes, moi, grâce à l'association j'ai fréquenté beaucoup d'homo, c'est pas pour autant que je suis devenu homo.

¹⁹⁸ Tradução para o português : “se tem um soutien em algum lugar da casa, não tem problema, somos uma família de garotas”.

heterossexual, homens casados que são os principais responsáveis pelos cuidados com suas/seus filhas/os, casais heterossexuais que não adotam a divisão tradicional de gênero e mães e pais solteiras/os após morte, divórcio ou saída de casa de um dos cônjuges, permitiram que certos pontos fossem esclarecidos acerca dos desdobramentos do gênero de pais e mães na parentalidade (GATO; FONTAINE; 2011).

Segundo Stacey e Biblarz (2001, p. 162, tradução nossa) as famílias de pais e mães gays e lésbicas forneceria um “‘laboratório natural’ para a exploração de efeitos e aquisição de identidade sexual e de gênero”¹⁹⁹ e, segundo os outros pesquisadores, trata-se de, “em última análise, perceber até que ponto a presença de dois progenitores de sexo diferente é ou não essencial para o desenvolvimento das crianças” (GATO; FONTAINE, 2011, p. 92).

Convém destacar que “Butler considera que as regulações de gênero não são apenas um exemplo das formas de regulação de um poder mais extenso, mas constituem uma modalidade de regulação específica que tem efeitos constitutivos sobre a subjetividade” (ARÁN; PEIXOTO, 2007, p. 133) e, neste caso específico, o foco é a parentalidade.

O estudo de Bos e Sandfort (2010), mencionado no início deste capítulo, aponta que crianças em famílias lésbicas sentem menos pressão das mães para se adequarem aos estereótipos de gênero. Fulcher et al. (2008) constataram também que jovens (homens e mulheres) educados por duas mães eram mais tolerantes em relação à não conformidade aos papéis de gênero tradicionais.

Gato e Fontaine (2011) descrevem estudo longitudinal, realizado no Reino Unido por Golombok e Tasker, publicado em meados dos anos 1990, evidenciando a continuação do padrão de gênero mais flexível na idade adulta. As filhas e filhos adultos de mães lésbicas aderiam a papéis de gênero menos estereotipados e se consideravam mais abertas/os à possibilidade de ter uma relação homoerótica do que seus pares criados em contexto heteroparental, não apresentando, no entanto, maior probabilidade de se autotransclassificarem como bissexuais, lésbicas ou gays.

Da mesma forma, González et al. (2003 apud GATO; FONTAINE, 2011), em estudo mencionado neste capítulo, verificaram que as crianças que vivem com mães lésbicas ou pais gays eram significativamente mais flexíveis em termos de papéis de gênero.

As mães, homossexuais ou heterossexuais, biológicas ou não, de maneira geral, consagram mais tempo à família e aos/às filhos/as do que pais heterossexuais, passando menos tempo no trabalho, por exemplo. Mães desempenham a função parental de maneira mais

¹⁹⁹ O texto original é: “‘natural laboratory’ that the advent of lesbian-gay-parent families provides for exploring the effects and acquisition of gender and sexual identity”.

satisfatória, independentemente da sua orientação sexual, apresentando relacionamentos mais afetivos e próximos e maior comunicação com seus/suas filhos/as do que ocorre nas famílias heteroparentais (FULCHER et al., 2008).

Quando mães lésbicas começaram a chamar atenção da sociedade por criarem seus/suas filhos/as sem a presença de um pai, pensava-se que suas crianças ficariam confusas sobre suas identidades de gênero. Entretanto, em todos os estudos já conduzidos, segundo Golombok (2015), crianças com transtorno de identidade de gênero não foram identificadas. As meninas pareciam seguras em suas identidades femininas e os meninos em suas identidades masculinas, apesar de as mães lésbicas preferirem menos atividades e brinquedos tidos como específicos para meninos ou meninas (GOLOMBOK, 2015).

No cotidiano, estratégias para garantir a presença de homens com os meninos, sem que pense necessariamente na geração de patologias.

Isadora aponta que presta atenção à presença de homens na vida de seu filho de 8 anos. Acredita que existem códigos masculinos que sua ex-companheira e ela, por serem mulheres, não transmitirão de forma adequada, o que pode dificultar sua integração na sociedade. Essa preocupação passaria por onde? Orientação sexual do filho? Identidade de gênero?

Isadora – Sempre fomos cuidadosos desde que ele era pequeno tem homens ao seu redor, por exemplo, fizemos escolhas, não há madrinha, ele tem um padrinho. Então, não é algo religioso, é somente... é laico, temos um amigo próximo, escolhemos para ser a referência masculina para Henri. E nós duas temos... tem os avôs... e é verdade que seus dois avôs, especialmente meu pai, meu pai tem muita atenção à presença paterna para ele. Meu pai fica contente porque ele tem 3 filhas e sempre quis ter um filho. Então, seu neto é o filho que nunca teve [...] é um menino muito sensível no sentido que, eu acho que não é necessariamente porque somos duas mulheres, mas nós prestamos atenção a essa questão e eu acho que em relação aos outros meninos da idade dele, ele é muito solicitado pra colocar a mesa, arrumar o quarto, tirar a mesa, etc. Eu vejo mesmo à minha volta na sociedade como em muitas famílias, as filhas são mais solicitadas que os filhos. É isso, eu acho isso terrível... eu acho que é desde a infância... não é pelo fato dele ser um menino que ele vai gostar mais de dinossauros ou de soldadinhos. Nós prestamos muita atenção ao estereótipo da sociedade patriarcal e por outro lado, o fato de ter duas mães, é mais fácil. Então, os avôs às vezes dizem “ele tem que fazer esporte coletivo”, [...] nós não tentamos compensar o fato de sermos duas mulheres... fazemos um pouco momo todo mundo, mas está um pouco intrínseco a importância de ter uma figura paterna próxima de... tentamos não valorizar as qualidades da força, tentamos evitar...

Mônica – Mas quando você diz da importância de figuras paternas ao lado do Henri, é por que? Qual é a importância?

Isadora - ah! Qual é a importância? Eu acho que quando você nasce um garotinho é importante saber o que é um homem, é isso, mesmo se, eu acho... homens e mulheres são intercambiáveis em termos de papel, postura na sociedade... mas existem assim mesmo os códigos [...] eu acho que, pessoalmente, eu acho sinceramente que um menino pode ser criado por duas mulheres, isso não tem problema. Mas eu acho que é mais fácil de se integrar na sociedade se temos modelos diferentes em nossa volta. Enquanto uma criança sobretudo um menino que tem somente mulheres em seu

entorno próximo, vai ser mais difícil pra ele, mais tarde, com outros homens. Eu acho, eu não sei... ²⁰⁰

Isadora acha importante que seu filho tenha outros referenciais como, por exemplo, o de que meninos também devem arrumar seus quartos ou tirar a mesa nas refeições, deslocando, assim, certos estereótipos de gênero. Ao mesmo tempo, por ser criado por duas mães, a ausência da referência masculina poderia afetar a forma como vai apreender os códigos sociais. Dessa forma, as mães ficam atentas para que conviva com outros homens, ainda que questione os “estereótipos da sociedade patriarcal”.

O dispositivo da sexualidade, através dos estereótipos de gênero, opera na medida em que Isadora desloca as normas (indicando linha de ruptura?) e, ao mesmo tempo, busca correspondê-las. Assim como o dispositivo maternidade opera, dizendo de um sujeito-mãe que deve adotar cuidados maternos específicos, e que também indica a diferença de uma maternidade-homossexual.

As pesquisas que investigavam como as crianças se desenvolviam em relação ao gênero focaram em componentes separados: identidade de gênero (a concepção de uma pessoa como homem ou mulher), comportamento de gênero (o conjunto de comportamentos e de atitudes

²⁰⁰ Original em francês :

Isadora – alors, on a toujours fait très attention, depuis qu’il est petit, à ce qu’il y ait des hommes en son entourage proche, par exemple, on a fait le choix, il n’a pas de marraine, il y a un parrain. Alors c’est pas religieux, c’est juste... c’est laïque, on a un ami très proche qu’on a choisi, à qui on a demandé d’être le référent masculin pour Henri. Ensuite on a toutes les deux... il a des grands-pères... et c’est vrai que ses deux grands-pères surtout mon père, alors mon père il a mis beaucoup d’attention à être plus une présence paternelle pour lui. Il est ravi parce que mon père a eu 3 filles, il voulait beaucoup avoir un garçon. Alors son petit-fils est le garçon qu’il n’a jamais eu [...] c’est un garçon qui est très sensible dans le sens que, je pense que c’est pas forcément parce qu’on est deux femmes, mais c’est plus le fait qu’on fait très attention à cette question là et je pense que par rapport à d’autres petits-garçons de son âge il est très sollicité sur mettre la table, ranger sa chambre et desservir la table, etc. je vois quand même autour de moi dans la société comme dans beaucoup des familles les petites filles sont plus sollicitées que les petits garçons... je pense que c’est dès la petite enfance [...] c’est pas pour le fait qu’il soit un petit-garçon qu’il va aimer plutôt les dinosaures ou plutôt les petits soldats. Donc on fait très attention à ne pas reproduire ces stéréotypes que la société patriarcale nous a donnés et par contre le fait qu’il ait deux mamans c’est plus facile. Alors, les grands-pères parfois ils disent ... « il faut qu’il fasse de sports collectifs » [...] on n’essaie pas de compenser le fait qu’on soit deux femmes... On le fait à peu près comme tout le monde, mais c’est un peu intrinsèque l’importance d’avoir une figure paternelle proche de... on essaie d’éviter de valoriser les qualités de force... on essaie d’éviter

Mônica – mais quand vous dites l’importance d’avoir une figure paternelle proche d’Henri, c’est pourquoi? Quelle est l’importance?

Isadora – ah! Quelle est l’importance? Parce que je pense que quand on est un petit garçon c’est important de voir ce que c’est un homme, voilà, même si, je pense que les hommes et les femmes sont interchangeables en termes de rôle, de posture... de place dans la société, il n’en empêche que ça allait pas totalement, il y a aussi de choses qui font qu’il y ait quand même des codes, après je pense que personnellement moi, je pense sincèrement qu’un petit garçon peut être élevé par deux femmes, c’est pas trop grave. Après je pense qu’il est plus facile de s’intégrer dans la société si on a eu des modèles différents autour de soi. En tant qu’un jeune enfant surtout un garçon qui a seulement des femmes à son entourage très proche ça sera plus difficile avec des hommes plus tard. Je pense, je ne sais pas.

consideradas como apropriadas para um homem e uma mulher em determinada cultura) e, também, orientação sexual (GOLOMBOK, 2000).

Quanto a esses aspectos, não se observou nenhum sinal de confusão relacionada à identidade de gênero em nenhuma criança participante. No que diz respeito à conformidade aos comportamentos de gênero, tampouco houve alguma diferença entre os dois grupos: as filhas de mães lésbicas não eram menos femininas e os meninos não eram menos masculinos, o que também se observou em relação às preferências em matéria de jogos e atividades, apesar de as mães lésbicas escolherem para seus/suas filhos e filhas jogos e atividades com conotação sexual menos estereotipada (GOLOMBOK, 2000, p. 216).

Assim, embora tenham sido identificadas, sobretudo, semelhanças, alguns estudos evidenciaram que as filhas de mães lésbicas aderiam menos ao papel de gênero feminino tradicional do que as criadas em núcleos heteroparentais, mostrando ser mais flexíveis (STACEY; BIBLARZ, 2001). Tais como as filhas mulheres, os rapazes criados por mães lésbicas comportavam-se de forma menos tradicional, apresentando, por exemplo, preferência por brincadeiras menos estereotipadas em termos de gênero, de acordo com levantamento das pesquisas realizado por Vecho e Schneider (2005) e registrando níveis menos elevados de agressividade (STACEY; BIBLARZ, 2001). Apesar dos estudos desenvolvidos, o comportamento não tradicional do papel de gênero não tem sido mais visto como uma atitude negativa (GOLOMBOK, 2015).

Algumas dessas pesquisas mostraram que mães lésbicas não apresentavam preocupação quanto aos/as filhos/as corresponderem às normas de gênero (MACCALLUM; GOLOMBOK, 2004; BOS et al., 2004, 2007; FULCHER et al., 2008).

Fulcher et al. (2008) mostraram que as mães lésbicas têm atitudes mais liberais do que pais e mães heterossexuais em relação ao comportamento de gênero das crianças. Independentemente do tipo de família, descobriram também que, se os pais tiverem atitudes mais liberais em relação ao comportamento relacionado ao gênero, suas/seus filhas/os terão, igualmente, atitudes mais flexíveis em relação a isso. Tal fato pode explicar o que o estudo apontou, isto é, que crianças de famílias lésbicas sentem menos pressão das mães para se adequarem aos estereótipos de gênero.

Carlos, Adèle e Sophie trataram dessas questões, no entanto, de maneira bastante pontual.

Mônica – Mas você acha que a maneira como elas criaram você, foi uma maneira tradicional, como você é mulher você deve ter características femininas, esse tipo de coisa

Sophie – Não (risos). Não, realmente não, na verdade não, [...] nunca que uma filha faça isso ou aquilo, se você gosta disso, você faz isso, nunca disse, nunca [...].²⁰¹

Quando Carlos relata a forma como foi criado e sua própria experiência de vida, não enxergando qualquer tipo de dificuldade em vivenciar seu desejo pelas pessoas, independentemente do sexo, faz referência ao gênero de suas mães e não à orientação sexual delas: “O fato de serem duas mulheres e tudo ser discutido, tirou um pouco minha trava da vida, de se descobrir mesmo, de ver o que eu quero, não o que eu sou, porque isso sei lá, eu sou tudo, eu acho, eu gosto de pensar assim” (Carlos).

Adèle e Sophie, as irmãs francesas, também relataram não perceber qualquer tipo de mensagem ou informação, na forma como foram criadas, por parte da mãe ou da madrinha, no que diz respeito às questões de gênero. Relataram brincadeiras e jogos, ao longo da vida, com todo tipo de brinquedo e que não havia divisão daquilo que seria de menina ou de menino.

Kaim (2006), jornalista que entrevistou famílias homoparentais na França e nos Estados Unidos, descreve um casal de mulheres que, mais do que não apresentar preocupação com a correspondência de gênero na educação dos/as filhos, elas não desejavam reproduzir o esquema tradicional do casal heterossexual, nem na dinâmica do casal, nem na criação de Kellen e Ethan. Uma das mães se recusava a comprar a boneca Barbie para a filha, por representar uma imagem estereotipada da mulher, mas foi vencida pela insistência da menina. Quanto à Ethan, o menino, era obrigado, pela irmã a brincar com ela e com sua Barbie, mas confessa preferir vídeo games e super-heróis. Seu primeiro *Playstation* lhe foi dado pelo pai.

Embora reconheça a importância da discussão sobre o gênero das mães, este não foi um tema de destaque na pesquisa e está neste trabalho, como foi possível perceber, através do relato de outras investigações, sobretudo.

4.3.1 Família de mãe, mãe e filha/o

De acordo com Gato e Fontaine (2011), a ausência de um pai pode vir a reduzir a pressão exercida sobre o filho homem, em especial. Pais gays tenderiam a incentivar uma menor correspondência aos estereótipos de gênero nos filhos e filhas do que pais heterossexuais. Sendo

²⁰¹ Original em francês:

Mônica – mais tu penses que la manière qu’elles ont élevés... traditionnelle, comme tu es une femme tu dois avoir de caractéristiques féminines

Sophie – non (rires). Pas vraiment non, fraîchement non, en fait je pense qu’elles ont adoptés cette forme concernant ... choses... mais jamais qu’une filles fasse ça ou ça... s’il te fait plaisir tu le fait... jamais dit

assim, talvez não seja a ausência de um pai que contribua para maior flexibilização, mas sim a ausência de um pai heterossexual. A não influência direta da masculinidade heterossexual permitiria maior liberdade quanto ao enquadramento de gênero.

Segundo Biblarz e Stacey (2010), pesquisas que compararam mães solteiras com famílias nucleares tradicionais não poderiam concluir que a presença de dois genitores de sexos distintos é essencial para o desenvolvimento da criança, quando não houve controle de variáveis presentes, como por exemplo, nível socioeconômico, efeito do número de progenitores ou regime de união conjugal. Tais variáveis interagem de formas complexas e não poderiam ser desconsideradas. Contudo, sabemos como é difundida e considerada uma verdade a visão de que dois genitores de sexos distintos são essenciais para o desenvolvimento adequado das crianças.

Antes que casais de mães lésbicas cheguem de fato à maternidade, interrogam-se sobre uma série de questões. Uma delas diz respeito à ausência de um pai na vida e na criação de seus/suas filhos/as.

Para algumas das entrevistadas por Rozée (2012), a personificação do genitor é garantia do bom equilíbrio da criança. É o que leva algumas a recorrerem à inseminação artificial cujo doador o/a filho/a poderá conhecer na maioridade. Contudo, de maneira geral, os casais de mulheres terminam por fazer a opção de um doador de esperma anônimo, não sem antes pensarem, discutirem e por vezes discordarem.

Sabe-se que um dos principais motivos para tal escolha é a proteção da mãe não biológica. O anonimato do doador é frequentemente descrito como um meio de evitar qualquer interferência futura do genitor na família, ou seja, a possibilidade mesma desse genitor reivindicar a paternidade (PONTES, 2011; ROZÉE, 2012). Mas o receio é presente nas discussões que antecedem a decisão quanto ao futuro da criança em relação à filiação paterna.

Mariane, uma das mães francesas com quem conversei, concebeu sua filha, atualmente com um ano e meio, em coparentalidade e se expressa da seguinte forma sobre o assunto:

De fato, quero dizer que eu pensei muito sobre a escolha que essas mulheres fizeram, não julgo, tento compreender, eu me digo “bom, então, é uma decisão e-go-ís-ta [fala de maneira enfática e separando as sílabas]”... a partir do momento que você faz essa escolha, você também faz a escolha de ser egoísta porque você sabe que seu filho não poderá ja-mais saber [fala de maneira enfática e separando as sílabas] mesmo a fisionomia ...então, ok, vão dizer que é só um semente que não há nada de filial, mas uma criança sempre se pergunta de onde eu venho... para mim, era óbvio. Quando digo “minha sexualidade não tem nada a ver com meu filho” [...], eu não posso fazer da minha sexualidade algo central na minha decisão por uma criança. (Mariane).²⁰²

²⁰² Original em francês : En fait, ce que je veux dire c'est que j'ai beaucoup réfléchi au choix que font ces femmes je les juge pas, j'essaye de comprendre, je me dis « bon, alors, c'est une décisio é-go-is-te »... à partir

Fleur fez parte da pesquisa coordenada por Virginie Rozée (2012) e explicou o seguinte sobre uma escolha que não foi nada fácil de ser feita:

Originalmente, a relutância relacionada a isso era o medo de ser egoísta no desejo de ter um/a filho/a. A criança poderia ser a vítima, quer dizer, conscientemente decidir ter um filho sem pai. Isso nos colocou um problema por muito tempo. [...] eu me dizia não, é egoísmo, a criança não vai ter pai, não vai conhecer o pai dela.²⁰³ (ROZÉE, 2012, tradução nossa).

Essas mães parecem imaginar o problema que seria ou o quanto poderia causar de sofrimento aos/às filhos/as se escolhessem a maternidade através de doadores anônimos.

Isadora, mãe de Henri, de 8 anos, explicou o seguinte para mim sobre a escolha que ela e a companheira fizeram pela inseminação com doador anônimo:

No início eu achava que eu não era capaz de ter uma criança que não conhecesse seu pai ou seu genitor [...] para a criança, não haveria escolha. Foi difícil para mim. Primeiro, eu planejei fazer coparentalidade com um homem ou dois homens, é isso. Na verdade, nós conhecemos um casal de homens que tinha as mesmas ideias, mesmos valores que nós, papais perfeitos, na verdade... mas queríamos criar a criança sem a terceira pessoa. Então nós interrompemos o projeto... de conhecer alguém para se tornar pai, era estranho, não parece natural de fato. E então, meu primo e sua esposa que são estéreis, adotaram suas crianças e então isso me fez pensar muito sobre a situação de não conhecer o genitor biológico. Isso pode não ser genial, mas não é tão grave... isso nos orientou para a inseminação na Espanha com doador anônimo. Se tivéssemos a possibilidade teríamos feito tudo para que o doador pudesse conhecer a criança com 18 anos. Mas era mais caro. Ir aos Países Baixos para fazer a inseminação é muito complicado. (Isadora).²⁰⁴

Segundo outras participantes do estudo de Rozée (2012) que esperam um bebê concebido na Espanha, a criança não terá um pai, entretanto, nos dias de hoje, essa configuração familiar é frequente, como, por exemplo, nas famílias recompostas e as monoparentais. A

du moment où tu fais ce choix là, tu fais aussi le choix d'être égoïste », parce que tu sais que ton enfant il ne pourra ja-mais savoir, même pas la tête... alors d'accord ça veut aussi dire que ... c'est seulement une graine qui a rien de filial mais un enfant se pose toujours la question « d'où je viens » à un moment donné... pour moi c'était évident. Donc, je dis "ma sexualité n'a rien à voir avec mon gamin", [...] je peux pas faire de ma sexualité quelque chose de centrale dans ma décision d'avoir un enfant (Mariane).

²⁰³ No original: "à l'origine, la reticence par rapport à ça, c'était la crainte d'être égoïste dans un désir d'enfant, dont l'enfant pourrait être la victime, c'est-à-dire décider sciemment de faire un enfant sans père. Ça nous a posé un problème assez longtemps. [...] je me disais non, c'est égoïste, l'enfant n'aura pas de père, ne connaîtra pas son père".

²⁰⁴ Original em francês:

Au début je pensais pas que j'étais capable d'avoir un enfant qui connaîtrait pas son papa ou son géniteur [...] pour l'enfant, il n'aurait de choix. C'était difficile pour moi. Donc, d'abord j'ai envisagé de faire la coparentalité avec un homme ou deux hommes, voilà. En fait on a rencontré un couple d'hommes qui avait des mêmes idées, des mêmes valeurs que nous des hommes qui étaient des papas parfaits, en fait. Mais on voulait élever l'enfant sans la troisième personne. Donc, on a arrêté le projet de rencontrer quelqu'un pour devenir parent, c'était bizarre, ça ne semble pas naturel en fait. Et donc, mon cousin et sa femme qui sont stériles, ils ont adopté des enfants et donc, ça m'a fait beaucoup réfléchir sur la situation de ne pas connaître son géniteur biologique. C'est peut être pas génial, mais c'est pas très grave. Ça nous a orienté vers l'insémination en Espagne avec donneur anonyme. Si on avait le choix on aurait tout fait pour le donneur puisse connaître l'enfant à l'âge de 18 ans. Mais c'était plus cher aller au Pays Bas pour faire l'insémination c'est trop compliqué (Isadora).

inseminação com doador anônimo seria a solução mais segura. O doador ajudaria uma mulher sem que precisasse ser o pai da criança. A doação do esperma seria como outros que doam sangue e para os/as filhos/as isso poderia ser compreensível.

A minoria²⁰⁵ das/os entrevistadas/os foi criada/o em contato com seus pais, ainda que não vivesse com eles. Algumas/alguns coabitaram por um período²⁰⁶, quando crianças, e mantiveram algum contato: Lívia, Raquel, Betina, Mathias e Juliette. Excetuando Raquel, que sempre teve uma relação bem distanciada de seu pai²⁰⁷, as/os demais mantiveram convivência mais próxima.

Quatro dentre as/os treze entrevistadas/os perderam seus pais antes de os conhecer: Carla, Ana, Bruna e Carlos. Quanto a Marion, foi adotada e saiu de seu país de origem com aproximadamente 4 anos de idade, além de seu pai ter falecido quando ainda era criança. Adèle, Sophie e Rose foram concebidas através da PMA com doadores anônimos e se referiram a eles, por vezes, como “meu genitor” ou como “esse homem”.

Vejamos o que aquelas/es entrevistadas/os que cresceram sem a presença de seus genitores, por variados motivos, nos dizem sobre isso.

Carla faz os seguintes comentários ao me pedir para ler o roteiro da entrevista que se encontrava em cima da mesa, no qual uma das questões era “como é ser criada por duas mulheres?”:

Carla – Teve uma época que eu sentia muita falta, eu ainda sinto muita falta de ter homens presentes. O único homem presente na minha família é o meu irmão. Meu irmão é uma pessoa muito difícil de conversar coisas com ele. Ele é bem evangélico. Não tem aquela coisa de homem na família. Meu primo, mas ele mora longe...

Mônica – O que você acha que aconteceria na conversa com um homem? O que você sente falta?

Carla – É muita mulher junta, é muita TPM²⁰⁸ junta

Mônica – O que é muita TPM junta? Todo mundo estressado junto?

Carla – É. Muita mulher junta no mesmo lugar. Aí eu sinto falta de presença masculina.

Mônica – O que você acha que aconteceria? Daria mais calma?

Carla – Acho que sim.

Mônica – O que você acha que a presença masculina traz?

Carla – São pontos de vistas diferentes, atitudes diferentes, eu não sei explicar. Quando eu era pequena eu sentia muita falta de ter um pai na minha vida [...]. Eu sempre perguntava: “Cadê meu pai?”, eu não conseguia entender. Minha mãe dizia que sempre que eu chorava eu pedia meu pai. E, tipo, meu pai nunca foi presente na minha vida, então eu acho que sempre faltou, eu sempre quis ter um pai presente. Não um pai e uma mãe casados. A gente sempre quer o que a gente não tem.

²⁰⁵ Três brasileiras cresceram em contato com seus pais: Lívia, Betina e Raquel (pouquíssimo contato com seu pai); e dois franceses: Mathias e Juliette.

²⁰⁶ As idades específicas constam na tabela, assim como nas apresentações de cada entrevistada/o, no capítulo 1.

²⁰⁷ Inclusive, ele abriu mão do poder familiar, assim como sua genitora, para que as duas mães de Raquel a adotassem.

²⁰⁸ Tensão pré-menstrual.

Mônica – Mas a ideia de ter um pai seria para trazer o que estava faltando? O que estava faltando que a presença de um pai traria?

Carla – Eu nem sabia o motivo de querer, todo mundo tinha pai e eu não tinha. Todo mundo jogava bola com o pai, fazia alguma coisa com o pai. Eu não me arrependo, nem sou triste por ser cuidada por duas mulheres

Mônica – E até hoje aparece isso, queria ter um pai?

Carla – Não.

O aspecto levantado por Carla remete ao fato de todos terem um pai e todos jogarem bola com seus pais. Apesar de nem todos conviverem com seus pais e nem todos os pais jogarem bola com suas filhas, é compreensível que uma criança se relacione com seus/suas colegas pertencentes a famílias heteroparentais e queira ser como elas, ainda que não saiba muito bem o que a presença masculina traria. Carla menciona que os homens deveriam ter pontos de vista diferentes e atitudes diferentes, além de serem mais calmos. Será que isso faria parte de uma ideia preconcebida do que seria a presença masculina?

Sophie também menciona a ausência de uma figura masculina mais próxima. O assunto surgiu quando lhe perguntei se existiria algum ponto na sua história de vida que considerasse importante compartilhar:

Sophie – Sim, ahhh, eu tenho a impressão de nunca ter sentido falta de ter um pai ... Eu sei que com a Adèle é mais ou menos diferente, ela tem um monte de conflito em relação a isso, não ter um pai, eu nunca me senti realmente... tirando o agradecimento ao meu genitor, se eu pudesse saber quem ele era, eu lhe diria “bem, obrigada, graças a você eu estou viva”, é isso. Na verdade eu fui educada, criada por meus *deux parents*, eu não preciso, mesmo se eu tivesse sido educada, criada por somente *un parent*, *mes parents* teriam estado lá... minha irmã é minha meia-irmã tecnicamente, mas somos muito mais próximas do que muitas irmãs

Mônica – O doador de espermia não é o mesmo?

Sophie – Não é o mesmo. Tecnicamente, na verdade, ela é minha meia-irmã, para mim é a minha irmã, ou o que ... minha madrinha é o mesmo, é minha madrinha, minha segunda *parente*. É como, eu não sei, existem famílias onde as crianças são adotadas, seus *parents* são seus *parents*. Então, [...] é estúpido, há mães solteiras ou pais solteiros que criam os filhos... falta do pai? Eu não entendo a lógica. Não, a figura paterna não me faz falta de fato... além disso eu acho uma coisa que por outro lado tem impacto. É que eu não sabia o que era um menino. Pode ter influenciado meu relacionamento com os meninos. Eu não entendia o que era essa coisa (risos)... minha família, elas nos deram um livrinho sobre coisas que são complicadas de se falar entre pais e filhos/as, aprendemos por nós mesmas. Mas, fora isso... então os garotos são um pouco um mistério. Eu acho que se eu tivesse um pai, teria mais oportunidade de falar sobre isso.

Mônica – Como você descobriu o que é um garoto?

Sophie – Bem, então, eu me relacionei com garotos e pronto, enfim, sim, eu descobri o que é um garoto, me relacionando com garotos [...]. Depois disso, me acostumei. É como alguém que nunca encontrou homossexuais e... é isso, depois de um tempo você entende e depois segue em frente.

Mônica – Você sabia que...

Sophie – Eu sabia que os meninos existiam

Mônica – Sim, mas quando você diz o que é, o que você quer dizer? o que eles pensam, como eles se comportam?

Sophie – Sim, na verdade são mais as ideias, as expectativas sociais que temos sobre um menino que são diferentes das meninas... comportamento em geral dos garotos, as

ideias muito básicas, eu não tinha alguém... assim... apesar da minha madrinha, que é mais masculina de certa forma...²⁰⁹

Sophie, diferentemente de sua irmã Adèle, relata nunca ter sentido falta de um pai, mas que talvez a convivência com um pudesse tê-la ajudado a conhecer como os meninos pensam e como se comportam. Para ela, até uma certa idade, os meninos teriam sido um mistério que solucionou ao se aproximar e se relacionar com eles.

Durante a entrevista, Adèle relata ter ido à Bélgica com sua mãe, com Kitty e com sua irmã, há aproximadamente cinco anos. A viagem foi feita a seu pedido para conhecer a clínica onde foi concebida. Adèle hesita quando pergunto sobre o porquê. Ela pensa um tempo e responde que teria relação com poder entender ou conhecer melhor sua história. Mas antes de dar essa resposta, faz outras tentativas, inicia algumas frases, mas não as completa. Parecia buscar uma melhor resposta. Conta também sobre o encontro que teve com a mesma psicóloga que conversou com suas mães antes que os procedimentos médicos para sua concepção fossem realizados²¹⁰.

Sophie, que também esteve na clínica onde foi concebida, na Bélgica, relata que o encontro teria sido mais interessante para suas mães e para sua irmã do que para ela própria:

Mônica- Você falou sozinha com a psicóloga?

²⁰⁹ Original em francês:

Mônica – le donneur de sperme n'est pas le même

Sophie – oui. Du coup enfin, techniquement en fait elle est ma demie soeur, pour moi c'est ma soeur quoi. Ma marraine c'est pareil, c'est ma marraine, enfin, mon deuxième parent. C'est comme, je ne sais pas, il y a des familles où les enfants sont adoptés, leur parents sont leur parents. C'est stupide puisqu'il y a plein de mères célibataires ou des pères célibataires qui élèvent leurs enfants. Je ne comprends pas la logique. « Pas manque d'un père ? », « non ». La figure paternelle ne me manque pas en fait... après je pense une chose que par contre il y a un impact. C'est que je ne savais pas ce que c'était un garçon. Donc ça peut-être a influencé ma relation avec les garçon parce que je ne comprenais pas qu'est-ce que c'est cette chose (rires). Elles nous avaient donné à chacune un petit livre sur l'éducation sexuelle... des choses qui sont compliquées d'en parler entre parents et enfants, nous apprenions de nous même... mais à part ça... du coup les garçons étaient un peu le mystère. Je pense que peut-être que si j'avais eu un père, j'aurais plus d'occasion de parler de ça.

Mônica – mais comment tu as découvert qu'est-ce que c'est un garçon ?

Sophie – bah, du coup j'ai eu une relation avec des garçons et voilà, enfin, du coup oui, j'ai découvert qu'est-ce que c'est un garçon en fréquentant des garçons, quoi... Après je m'y suis habituée. C'est comme quelqu'un qui n'a jamais rencontré des homosexuels et les rencontre, voilà, après il y a un où tu comprends et puis tu passes à autre chose, quoi.

Mônica – tu savais que...

Sophie – je savais que les garçons existaient

Mônica – oui, mais quand tu dis « qu'est-ce que c'est », qu'est-ce que tu veux dire ? qu'est-ce qu'ils pensent, comment ils se comportent ?

Sophie – oui, en fait c'est plus les idées, les attentes sociales qu'on a pour un garçon qui sont différentes de celles d'une fille... comportement général des garçons... des idées très basiques... je n'ai pas quelqu'un ... comme ça... malgré ma marraine qui est plutôt masculine de certaine forme...

²¹⁰ Essas consultas são vistas, muitas vezes, como estigmatizantes, por serem impostas somente aos casais do mesmo sexo, mas podem ser por eles bem-vindas também, uma vez que esclarecem sobre como informar a história às crianças, por exemplo (ROZÉE, 2012). Sophie relatou que tanto casais heterossexuais quanto homossexuais passam por essa consulta com a psicóloga.

Sophie – Sim, como uma consulta, um encontro na verdade, somente nós duas... tive a impressão de colocar um ponto final... teve uma certa importância, como se eu encontrasse meu genitor e dissesse “obrigada”

Mônica – Mas era um desejo seu?

Sophie – Não, não particularmente. Quando tomamos a decisão de ir, eu fiquei feliz, descobri a clínica onde fomos criadas. Não é todo dia que descobrimos o lugar onde fomos concebidas. Eu nasci na Bretanha, tenho uma ligação com a Bretanha e tenho uma ligação com a Bélgica. É um pouco de um retorno à raiz.²¹¹

Rose comenta que sempre soube sobre sua forma de ter sido concebida, que lhe foi contada aos poucos e menciona o doador de esperma:

Rose – [...] eu sempre soube que um senhor deu esse presente e que eu nunca o conheceria, mas eu nunca precisei ter um pai porque eu tenho *deux parents* na verdade. Eu nunca tive a curiosidade ou quis conhecer esse homem [...]

Mônica – Houve algum momento em sua vida que surgiu esta questão?

Rose – Não, eu não me lembro, eu acho que não.²¹²

Sophie e Rose demonstram reconhecimento pelo gesto feito pelo doador de esperma, são agradecidas a eles, a quem chamam de *un monsieur* e *mon géniteur*, mas não tinham um desejo em conhecê-los nem relataram conflitos relacionados a isso.

Além de Sophie e Rose dizerem que têm *deux parents*, Marion também ressalta que tem *deux mères*, apesar de não ter um pai. As três mencionaram, quando falávamos de pai, genitor e doador, o fato de terem *deux*, destacando o fato de ser um par.

Ana e Carlos nem chegaram a conhecer seus pais. Eles morreram quando ainda eram bem novos ou ainda nem tinham nascido. Contudo, nada mencionaram sobre o assunto.

Observa-se uma vontade simbólica, por parte de algumas mulheres interrogadas por Rozée (2012), de formação de uma família segundo um modelo triangular formada por *deux parents* e, pelo menos, um/a filho/a. O anonimato do doador de esperma permitiria isso.

Observou-se, através das narrativas de alguns/algumas filhas/os francesas/franceses – e também de mães com as quais conversei –, o que parecem apropriações de discursos que se

²¹¹ Original em francês :

Mônica – tu as parlé toute seule avec la psychologue ?

Sophie – oui, comme un rendez-vous en fait... juste nous deux. J’ai l’impression de mettre un point final... la situation avait une certaine importance...comme si je rencontrais mon géniteur et je lui dirais « merci »

Mônica – mais ce n’était pas un désir pour toi ?

Sophie – non, pas particulièrement. Enfin, quand on a pris la décision d’y aller j’étais contente... on a découvert la clinique ou on a été créées. Ce n’est pas tous les jours qu’on découvre l’endroit où on a été créées... je suis née à Bretagne, j’ai un lien avec la Bretagne et j’ai un lien avec la Belgique... c’est un peu un retour aux racines.

²¹² Original em francês :

Rose – [...] j’ai toujours su qu’un monsieur quelque part a fait ce cadeau là et que je ne le connaîtrai jamais, mais je n’ai jamais eu besoin d’un père parce que j’ai deux parents en fait. Je n’ai jamais eu la curiosité ou l’envie de connaître cet homme [...]

Mônica – il y a eu un moment donné quelques moments de votre vie où cette question s’est posée ?

Rose – non, je ne m’en souviens pas du tout, je ne pense pas

originaram na psicanálise, uma vez que acabaram sendo incorporados e reproduzidos nos discursos da população de um modo geral e transformados em verdades, até por serem pronunciados por *experts*. Põe-se em marcha, aí, a relação saber-poder.

Isso pôde ser observado desde as manifestações contra o PaCS, na França, em 1999, assim como nas manifestações contra o *mariage pour tous*, em 2013. Cartazes, slogans e gritos de ordem se proliferaram como verdades relacionadas à imprescindibilidade de uma mãe e de um pai para o desenvolvimento emocional saudável de uma criança.

A própria psicanálise se apresenta como mais um dispositivo da sexualidade operando como um saber que reforça a necessidade de diferença sexual e da reiteração da norma heterossexual. Dá, assim, ênfase ao modelo binário. Ainda que os casais de mães lésbicas não possam reproduzi-lo por serem duas mulheres, podem aproximar-se do modelo, uma vez que há a terceira figura. Seria confirmada, assim, uma teoria através da qual se considera a relação materna necessariamente fusional e o fato de que somente um terceiro poderia libertar um filho (ARÁN, 2009).

As filhas citadas relatam ter *deux parents*, ou seja, a intervenção do terceiro, ou melhor, da terceira estaria preservada. Estariam elas se aproximando da suposta normalidade de uma família?

Sabe-se que “a conquista de visibilidade por parte da conjugalidade homossexual, que se expressa na reivindicação de reconhecimento jurídico do casal, tem gerado várias manifestações em defesa da ordem moral conservadora” (ARÁN, 2009, p. 663). A necessidade da manutenção da “família” heterossexual e reprodutora e a necessidade de preservar “o simbólico” foram e são dois argumentos convocados “como condições da cultura e da emergência da subjetividade, sem que se concebiam outras possibilidades para processos de simbolização” (ARÁN, 2009, p.663). Esses dois princípios continuam sendo utilizados fazendo-se referência à teoria psicanalítica.

Ou seja,

as noções de alteridade e diferença estão totalmente atreladas à polaridade masculino/feminino, ou seja, à heterossexualidade, como se na homossexualidade ou na homoparentalidade não fosse possível viver a diferença. Uma das principais referências utilizadas nessa argumentação diz respeito a algumas noções psicanalíticas, como, por exemplo, a “função paterna”, a “dupla referência identitária” e o dispositivo diferença sexual, que passam a ser utilizados como norma para compreender a cultura e a sociabilidade, transformando tudo o que está “fora” numa constante ameaça (ARÁN, 2009, p. 664).

Ainda que o PaCS tenha sido aprovado, assim como a lei do *mariage pour tous*, promulgada, isso não ocorreu sem forte mobilização social. Atualmente, o tema ressurgiu devido à revisão da lei da bioética em debate na França.

Era possível ver nas calçadas de Paris, nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, a frase: “Além de um pai eu não sinto falta de nada. PMA sem pai, dor sem fim”²¹³. Não é à toa que Adèle se refere à discussão sobre a lei da bioética como um retorno do assunto da homoparentalidade e das manifestações contrárias, com a diferença de que, nesse momento, a discussão se volta para os filhos e filhas, diferentemente das anteriores que, na sua opinião, teriam sido contra pais e mães.

As violentas interpretações propostas por Pierre Legendre, psicanalista e jurista e Charles Melman são exemplos de como se pretendeu “fazer da psicanálise uma teoria fundadora da sociedade, guardiã da lei dita simbólica, afastando-se em muito das concepções teóricas e clínicas que pretendem compreender e acolher o sofrimento psíquico e a produção de subjetividades” (ARÁN, 2009, p. 665). Tais verdades que foram defendidas de maneira intensa durante as discussões a respeito do *mariage pour tous* afetaram de maneira particular filhos e filhas de famílias homoparentais, como foi visto no capítulo 2.

Ainda que neste contexto, tome-se como base a importância de um pai e de uma mãe na composição da família, a relação entre duas mulheres parece ser mais aceita do que a entre dois homens.

Rose fez considerações sobre a percepção que tem quanto à aceitação da homossexualidade entre mulheres do que entre homens:

Rose – [...] meu marido, por exemplo, a homossexualidade feminina não o incomoda, mas a homossexualidade masculina é um grande problema. É algo que o agride... Eu tenho um amigo que tem relações homo e hetero, mas que não assume a sua atração homo. Eu digo, se você encontrar um homem e se apaixonar. Ele diz “não, nunca, vou me casar e ter filhos”. Ele é fechado em relação a ele mesmo e a sua própria... O sexo é uma coisa, mas um relacionamento não. Mesmo para um homem que tem sexo com outros homens, mesmo aí, ainda é complicado.

Mônica – Uma coisa é a prática, as experiências

Rose – E o que mostra a sociedade também, a família, casamente, ter filhos...²¹⁴

²¹³ “À part d’un pere je ne manque de rien. PMA sans pere, douleur sans fin”.

²¹⁴ Original em francês :

Rose – [...] mon mari, par exemple, l’homosexualité féminine ne le dérange pas, mais l’homosexualité masculine le dérange beaucoup. Donc c’est quelque chose pour lui que le heurte. J’ai un autre ami qui a des rapports homo et hétéro mais qui n’assume pas du tout son attirance homo. Je lui dis mais si tu rencontres un homme, si tu tombes amoureux... « non, jamais, je vais me marier et avoir des enfants. Il est vis-à-vis de lui même et de sa propre... le sexe c’est une chose, mais pas de relation. Donc, voilà, même pour un homme qui pratique le sexe avec d’autres hommes, même là, ça reste compliqué, donc...

Mônica – une chose c’est la pratique, les expériences

Rose – et puis qu’est-ce qu’on montre à la société aussi, la famille, se marier, avoir des enfants

Marion também relata o que seus irmãos, todos três criados por duas mães, pensam sobre a questão: “Para meus irmãos, eles dirão que meninas podem ser lésbicas, mas meninos não é possível [...]. Eu não me importo com isso”.

Os relatos parecem apontar que na vida dos meninos, uma relação com outro menino, mesmo que apenas sexual, os transforma em gays ou os fazem passíveis de suspeita imediatamente.

Pergunto a Carlos sobre sua percepção quanto à aceitação, por seus colegas, da relação entre homens e da relação entre mulheres:

Mônica – Por exemplo, você observa entre seus colegas, se é mais fácil dentro do seu meio, assim, aceitarem mais duas mulheres juntas do que dois homens? [Silêncio]

Carlos – Cara, eu creio que seja, mas eu gosto de pensar que não temos esse problema, eu não tenho esse problema, mas eu creio que seja sim. De uma maneira geral deve ser. Não sei te dizer, mas assim eu, eu, eu tenho poucas amigas que são um casal lésbico sabe, eu tenho mais amigos gays, homens, que quero dizer, que são namorados, do que mulheres. Isso não é um problema, mas eu fico imaginando, por exemplo, tem um amigo meu que é meu amigo há muito tempo, [...] e foi difícil pra ele se assumir gay pra gente. Apesar da gente aceitar, era essa coisa da piadinha. E pro cara que quer se assumir, não é fácil, eu imagino. Foi um processo.

Mônica – Porque a piadinha fere, né?

Carlos – Fere, dói. Mas também é uma coisa tão inconsciente, tão idiota, não digo que é inocente porque fere, mas é uma coisa tão idiota, tão automática, você não quer que ele se sinta mal, mas é uma coisa boba mesmo, idiota. Mas ao mesmo tempo ele se assumiu e não tem grilo nisso, não tem grilo. Mas é isso não creio que a gente facilite, sabe, nesse sentido assim.

Carlos considera que, de um modo geral, a experiência homossexual entre mulheres pode ser, sim, mais bem aceita do que a experiência entre homens. E, ainda que não tenha esse tipo de pensamento, nem mesmo em relação à própria vida sexual.

Carla, por sua vez, sinaliza a pouca aceitação da homossexualidade masculina, seja por homens, seja por mulheres: “E é mais fácil também aceitar ser lésbica, ser gay de garotas, pelos outros e pelas próprias pessoas. Entre casais de gays é mais difícil das pessoas aceitarem, das minhas amigas ou da minha idade, ou dos meus amigos”.

Já Bruna observou que a aceitação é menor por parte dos meninos com os quais convive, mesmo se a relação for entre mulheres:

Mas é, menino amigo, na casa de uma amiga minha, ele até tava falando sobre o assunto de pais e aí ele: “Ah, como é pra você saber que sua mãe tá no quarto com outra mulher? Deve ser estranho”. Eu falei: “Pra mim não é, já tô acostumada com isso, minha vida toda foi isso, pra mim é mais uma mulher que tá com a minha mãe”. Mas assim, menino eu vejo que eles estranham um pouco mais. Mas, mulher... acha até legal, divertido, diferente. Mas menino fica assim, não fala, mas dá pra ver que não acha normal, gostaria mais que sua mãe estivesse com um homem, no caso ele pelo menos, acho que ia entender isso. (Bruna).

Segundo os relatos, a aceitação é maior quando se trata da homossexualidade feminina. Observa-se também que homens aceitam menos a relação entre dois homens do que entre duas mulheres. Talvez devido à presença da marcação do gênero masculino relacionado à orientação sexual. Esses relatos, dados também por entrevistadas mulheres, apontam o quanto os meninos são atravessados pelos estereótipos do gênero masculino e sofrem mais exigências a corresponderem a eles. A homossexualidade seria um desdobramento do desvio de gênero entre os homens, mas não, necessariamente, entre as mulheres.

Como as imposições sociais de gênero se apresentariam, no caso de filhos homens, de mães lésbicas?

4.4 Gênero masculino

Vale ressaltar a diferença entre o número de filhas mulheres entrevistadas nesta pesquisa (onze) e o número de filhos homens (dois). Podemos levantar algumas questões acerca dessa diferença, como, por exemplo, que: mulheres falaria mais facilmente sobre suas famílias homoparentais de duas mães do que os homens; e mães não gostariam que seus filhos homens participassem de pesquisas relacionados ao tema de suas famílias, no caso dos contatos feitos através das associações de mães lésbicas francesas, nos quais a solicitação para a participação de filhas/os era recebida pelas mães.

O quanto a importância de certas definições do que designa o gênero masculino estaria presente nessas hipóteses?

Mathias frequenta a ADFH juntamente com a mãe, além de fazer parte de um projeto dentro da própria associação, e concordou prontamente em conversar comigo sobre assuntos que envolvem todas essas questões. Talvez esteja mesmo acostumado a falar sobre o assunto, o que certamente facilita.

Carlos, o entrevistado brasileiro, parece desconstruir muitas das características que demarcam o gênero masculino. Importante que seja ressaltado que Carlos é um jovem adulto de cor branca, que foi criado na zona sul do Rio de Janeiro, estudou numa escola que prima pela construção do conhecimento de forma crítica, iniciou uma universidade na área das ciências humanas, cresceu num ambiente artístico e foi criado por duas mulheres. Tais aspectos podem ter auxiliado em sua forma de encarar questões de gênero de maneira menos rígida.

Carlos demonstrou muita tranquilidade em relatar, por exemplo, que teve experiências sexuais com outros homens, e se identificou com a frase dita por outras entrevistadas e colocada por mim: “Sou hetero agora, mas amanhã eu não sei”, o que aponta uma abertura na sua forma

de ver e vivenciar a sexualidade em sua pluralidade. Contudo, é interessante pensarmos como a demarcação de gênero produz subjetividades e atravessa sua vida, nela operando:

Carlos – Éééé. Cara, eu sou bem machista, claro, sou um homem, branco, aqui da zona sul, tenho esses problemas sim, mas é algo que a gente tenta trabalhar, algo que minha mãe trabalhou em mim a vida inteira.

Mônica – Você é machista como? Como isso aparece?

Carlos – (pensa) ah, cara, piadinha, né. Vários amigos homens, bobeira, aí depois tu fala: “Caralho, pesado, né”. Ou então nessas coisas, minha relação com minha namorada foi bem difícil, até por conta da nossa idade, a gente começou a namorar eu tinha 16 anos e ela tinha 15, fomos até os 21. Cinco anos. Ela tinha 20 ou 19. E era essa coisa, né, você quer sempre ser cuidado e você acha que a pessoa te deve, é meio difícil, mas foi uma das melhores coisas que eu já fiz, no sentido de se entregar assim. Mas é isso, são processos que a gente vai tentando mudar, né, quer dizer, através do processo a gente tenta mudar, não o processo em si, tenta mudar a nossa pessoa. Por exemplo, a minha mãe era bem machista, a Giovana, bem, assim... eu acho que até pra ela conseguir se afirmar, enquanto uma mulher lésbica, ela teve que encarar alguma coisa que dizem ser do universo masculino. Tipo, passou uma gatinha ali: “Ei, gostosa”, essas coisas meio “fiu fiu”, sabe, que rolava e era engraçado, todo mundo ria. Mas vai passando o tempo e você vai vendo “caramba, que doideira”, mas assim, se faziam isso com ela, ela adorava também. É muito doido, não sei, era uma coisa muito particular, não sei, não sei (gargalha).

O mesmo rapaz que se diz aberto quanto às questões sexuais, que relata ter sido criado por suas mães sem imposições quanto às correspondências de gênero, considera-se machista – embora esteja atento e defenda a desconstrução desse traço que surge em algumas situações. Seus relatos demonstram que os mais diversos assuntos, os quais poderiam ser considerados tabus em outras famílias, eram falados abertamente em sua casa, bem como a homossexualidade de suas mães era assumida publicamente. Ainda assim, ele aponta atravessamentos de gênero, que se fizeram presentes tanto em sua vida, quanto na de sua mãe, e como responde a eles, sinalizando para a teia do dispositivo e como se dá a tessitura de seus elementos, feita com linhas duras e com fissuras, sem acreditar que estão em lugares distintos e não se embolam.

Carlos menciona que “enquanto uma mulher lésbica, ela teve que encarar alguma coisa que dizem ser do universo masculino”. Ainda que sendo uma mulher, deveria se comportar como um homem, uma vez lésbica? A imposição heterossexual estaria presente mesmo onde existiu um desvio da norma? A heteronorma corrigiria os rumos desviantes?

Desde muito cedo na vida, meninos e meninas percebem o que se espera que seja do universo de um/a e de outro/a – reforçado atualmente pela atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. Contudo, algumas experiências parecem ser permitidas às meninas sem que isso as defina, como a experiências sexuais, por exemplo.

A relação sexual entre dois homens é vista de maneira geral como marcante da construção da masculinidade e falaria profundamente da masculinidade desse homem,

enquanto a relação entre duas mulheres não tocaria, necessariamente, na feminilidade da mulher.

Ainda que eu tenha elegido trabalhar com filhas e filhos de lésbicas a partir dos 12 anos, gostaria de ilustrar o presente tema com aspectos que considere relevantes nos encontros, já mencionados, com os gêmeos de 8 anos e que tocam no tema em questão.

Os meninos não demonstraram dificuldades em ser identificados como filhos de duas mães, descreveram sua família como aquela composta por duas mães, chamam ambas de mãe, todos na escola sabem quem são suas mães e recebem seus colegas em casa. Por outro lado, um deles (Alex) vivenciou uma situação em que seu ídolo do futebol foi chamado de gay por um de seus professores, como já apontado no capítulo 1. Esse fato o mobilizou e fez com que tivesse dúvidas quanto a usar ou não o uniforme de futebol do referido jogador.

Serem filhos de duas mães não está no mesmo plano de ter um ídolo supostamente gay e usar um uniforme com seu nome. Quais forças estariam presentes nestas situações, além de afetos diferentes??

Alex havia pedido de presente de aniversário um uniforme de futebol do jogador Cristiano Ronaldo. Dias após o pedido, Alex chegou em casa e disse que um de seus professores, muito querido e admirado, havia comentado que Cristiano Ronaldo seria gay. Claudia, uma das mães, perguntou ao filho: “Você acha que ele estava falando bem ou mal do Cristiano Ronaldo?”. Alex respondeu: “Mal, né, mãe”. Claudia, então, disse que Cristiano Ronaldo era um jogador com qualidades de quem ele gostava, e questionou junto ao filho qual seria o problema se fosse gay. Depois de um tempo sem que Alex voltasse a tocar no assunto do uniforme (nesse período as mães foram até a escola e procuraram esclarecer a situação junto à direção), as mães acharam que ele havia desistido do presente, até porque sentiram que a colocação do professor gerou um conflito no menino, e perceberam que “ele ficou mal”.

Contudo, perto da data do aniversário, Alex perguntou sobre seu uniforme. Surpresas com a pergunta e contentes pelo fato de o interesse pelo uniforme permanecer, elas compraram o presente desejado. Alex usou a roupa no dia da festa de aniversário, assim como em diversas outras ocasiões.

O que teria acontecido com Alex no período entre o comentário do professor e a confirmação de que queria mesmo o presente? Como ele havia “resolvido”? Teria sido a conversa com a mãe? Teria sido outra informação contrária à primeira do professor? Durante o segundo encontro que tive com os meninos, conforme já exposto no capítulo 1, levantei a questão do jogador de futebol, e Alex respondeu que o atleta ídolo tinha uma “namorada modelo”, o que pareceu solucionar tudo. “Tudo o que surpreende, ainda que levemente, deve

ser classificável em alguma zona de enquadramento, de referenciação” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 52). Assim, o território se apresenta novamente para ele como porto seguro. Pôde usar o uniforme tranquilamente.

Outras interessantes situações foram relatadas pelas mães dos gêmeos, envolvendo os meninos e elas próprias na relação com alguns marcadores de gênero.

Uma delas ocorreu na saída de uma festinha de aniversário, quando foram dados brindes para os/as convidados/as. Havia, entre os brindes, uma bolsinha de pelúcia rosa. Alex gostou muito da bolsinha, mas ficou com vergonha de a levar. Segundo as mães, ele fica, às vezes, em dúvida quanto a usar ou não a cor rosa. Flávia disse, na saída da festa: “Se você quer, leva”. Então Alex, feliz, pegou a bolsinha e levou – mesmo que não a use, como apontam as mães.

Claudia e Flavia acham que os gêmeos se cobram quanto ao que é de menino ou não porque “um colega fica sacaneando o outro” e podem ter medo de sofrer preconceito. As mães pensam, também, que os meninos podem se perguntar: “Como um menino vai querer essa bolsinha rosa?”. No caso do brinde, a mãe não reprime o desejo do filho em levar a bolsa rosa, pelo contrário, deixa claro que, se esse é o desejo, não há problema.

A outra situação diz respeito a quando Claudia viu, pela primeira vez, um dos filhos rebolar, abaixar e remexer o quadril para o lado, e pensou: “Meu Deus, de onde vem isso?”. Quando viu outros meninos fazendo o mesmo, se tranquilizou: “Ah! É coisa da idade!”. Ela diz: “Eles viram o quadril de ladinho e batem com a mão no bum bum. Acho feio até em menina, me parece vulgar. De onde ele tirou isso? Brota dele? Aí eu vi outras crianças, tanto menino quanto menina. Aí tem [dança] Lepo Lepo, vídeos de funk, etc.” (Claudia).

Observa-se, aqui, o receio de serem responsabilizadas pelo eventual desvio dos filhos, uma vez que essa não seria uma postura de um menino, ainda que outros rebolem. Flávia diz:

Algumas vezes a gente já falou que “tá parecendo gay”. Eu acho que é uma maneira pesada e preconceituosa. Eu acho que quando a gente tá falando isso, estamos fazendo igualzinho ao professor que disse que Cristiano Ronaldo é gay, de uma maneira pejorativa, sem dúvida alguma. Mas, ao mesmo tempo, eu digo que “não tem problema nenhum ser gay, só estou te mostrando que você está fazendo igual a gay. Se você quer ser gay, você pode”. (Flávia).

Flávia reconhece que “morde e assopra”, reprimindo para, em seguida, dizer que não tem problema. Reconhece também que, talvez por ter medo de que sofram preconceito em determinados lugares, acaba falando com os filhos de forma repressora. Concorde que é, realmente, uma maneira de repreender e completa: “Essa reprodução [dos estereótipos de gênero] ainda é muito forte”, admitindo seus preconceitos.

Nos exemplos citados acima, podemos observar a reunião de assuntos que se entrelaçam: exemplo de flexibilização de convenções, como a cor rosa ser cor de menina; estranhamento quanto ao rebolado do filho; preocupação das mães em ir até a escola com objetivo de esclarecer uma situação vista por elas como preconceituosa; temores maternos quanto aos filhos sofrerem preconceitos, etc.

O dispositivo da sexualidade opera através das marcações de gênero e dita regras, assim como o dispositivo da maternidade opera por meio das normas que regem o que é ser uma boa mãe.

5 HÁ UM SEGREDO A SER REVELADO?

A confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo.

Michel Foucault

Como já foi apontado, vivemos sob a pressuposição da heterossexualidade. Assim, a expectativa é de que todos/as sejam heterossexuais, até que se pareça ou se diga o contrário. No caso de uma pessoa ou de um casal heterossexual, por exemplo, não há o que ser dito, contado ou revelado, tudo está dado, pressuposto, ao contrário da homossexualidade.

Conforme Pecheny (2004, p. 18, tradução nossa), “a homossexualidade enquanto dimensão da personalidade [que não é evidente aos olhos dos outros] constitui uma razão para estigmatização e exclusão”²¹⁵ numa sociedade como a nossa. Assim, a heteronormatividade produziria a homossexualidade enquanto segredo.

A homossexualidade seria, então, tratada como um segredo, por mães e filhas/os? Estaria, ainda, o segredo guardando outros aspectos, funcionando, por exemplo, como uma outra versão do contágio da homossexualidade materna? A quem falo, quando, como e o que está em jogo nessa escolha? Seria uma questão estruturante nas famílias homoparentais, o medo da/o filha/o homossexual? Ou tais famílias nunca tiveram esse receio, ou o deixaram no passado? O medo do contágio da sexualidade acabaria por transmitir a necessidade de segredo e do armário? Além da transmissão da sexualidade haveria a transmissão do segredo?

Até um certo momento da pesquisa, conforme exposto no capítulo 1, havia um olhar da minha parte, que quase igualava as questões pertencentes as mães, às pertencentes às filhas/os. Deslizando de uma para outra. Mas, o que há e o que resta de homossexualidade quando se trata de filhas/os de homossexuais? A questão do contágio, do medo do contágio da homossexualidade, e por isso a necessidade do segredo estariam presentes, tanto nas mães que, talvez, não declarem esse medo, quanto nas/os filhas/os que regulam quem sabe sobre suas mães?

Conforme exposto no capítulo 4, mães não tentaram impor condutas sexuais ou de gênero para suas/seus filhas/os, nem tampouco filhas/os relataram temer a identificação homossexual. Contudo, o olhar social dá outros contornos à situação. O medo de serem

²¹⁵ O texto original é: “[...] la homosexualidad es una dimensión de la personalidad que constituye un motivo de estigmatización, discriminación y exclusión”.

acusadas de transmissoras de algo indesejável aparece, no caso das mães; assim como o medo de serem vistas/os como contagiadas/os também, no caso das/os filhas/os.

Conforme observação, a informação da homossexualidade pode ser preservada, guardada, segredada ou compartilhada. Haveria, portanto, um gerenciamento dessa informação e, eu diria mesmo, uma análise e avaliação a quem dizer ou não dizer.

Além disso, há, ainda, um outro componente que incrementa a tensão sobre dizer, contar ou revelar (ou não) sobre a própria sexualidade. O sexo passou a ter que ser confessado, pois é nele que a verdade existe. O dispositivo da sexualidade é operado por elementos diversos que se entremeiam através das relações de saber e poder presentes e “produz discursos verdadeiros sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 77). Através da “confidência sutil ou [do] interrogatório autoritário, o sexo, refinado ou rústico, deve ser dito” (FOUCAULT, 1988, p. 39). O filósofo ressalta que é preciso fazer a história dessa vontade de verdade, do contrário, alimenta-se a engrenagem sem que seja questionada (FOUCAULT, 1988).

Assim sendo, a busca por se saber da sexualidade é a busca por se saber da verdade das pessoas, “convém, portanto, perguntar, antes de mais nada: que injunção é essa? Por que essa grande caça à verdade do sexo, à verdade do sexo?”, nos pergunta Foucault (1988, p. 89).

O sultão curioso de Diderot que está em cada um de nós e que deseja apontar o anel insistentemente como forma de saber-poder sobre o/a outro/a, “essa joia tão indiscreta quando se trata de fazer os outros falarem, mas tão pouco eloquente quanto a seu próprio mecanismo, convém torná-lo loquaz por uma vez; é dele que é preciso falar” (FOUCAULT, 1988, p. 90).

O quanto a questão do contar e/ou revelar (ou não) está impregnada da obrigação de confissão? O quanto de confissão existiria na forma de lidar com o contar e/ou revelar (ou não) sobre a própria sexualidade? Partirei do princípio de que a pressão por confissão pode estar presente e acompanhar a dúvida e/ou a decisão sobre contar ou revelar (ou não) sobre a homossexualidade, seja das mães para as/os filhas/os, seja das/os filhas/os para a sociedade, uma vez que faz parte de um jogo sexual que tensiona e impulsiona que a verdade sobre o sexo seja manifestada. Aliadas a isso encontram-se as decisões sobre dizer ou não, tomadas numa sociedade heteronormativa que vai cobrar, seja das mães ou das/os filhas/os, o preço da (não) revelação, assim como da não revelação, da homossexualidade.

Assim, o presente capítulo versará, num primeiro momento, sobre o dizer, contar, revelar (ou não) das mães sobre a homossexualidade para as/os filhas/os. O que há para ser compartilhado? Quais os motivos envolvidos nisso? Quais os desdobramentos do dizer, contar, revelar (ou não) na relação com as/os filhas/os? Há um momento certo para fazê-lo?

Posteriormente, o capítulo abordará o dizer, contar, revelar (ou não) das/os filhas/os sobre suas famílias homoparentais para pessoas com as quais convivem, o que necessariamente remeterá à sexualidade das mães. Como, quando, para quem e por que dizer, contar, revelar (ou não)? O que está em jogo a cada vez que a questão se apresenta, uma vez que ela ressurge constantemente?

Serão levadas em conta nuances existentes entre os sentidos do dizer, do contar e do revelar, assim como do segredo. Serão apontadas as bases da escolha para quem diz, conta ou revela. Como fazem isso? O que estaria em jogo em cada uma dessas escolhas e o que muda, em relação ao tema em questão, nas diferentes idades dessas/desses filhas/os? Toda essa temática estaria tensionada pela necessidade de confissão, conforme apontado:

Ora, desde a penitência cristã até os nossos dias o sexo tem sido a matéria privilegiada de confissão. É o que é escondido, dizem. E se fosse, ao contrário, o que se confessa de uma forma muito particular? E se a obrigação de escondê-lo fosse apenas um outro aspecto do dever de confessá-lo (ocultá-lo tanto melhor e com tanto mais cuidado, quanto mais importante a confissão, exigindo um ritual mais estrito e prometendo efeitos mais decisivos)? E se o sexo fosse, em nossa sociedade, e numa escala que já se conta em séculos, aquilo que é submetido ao regime sem falhas da confissão? (FOUCAULT, 1988, p. 70).

A confissão se deslocou de uma área para outra, foi reapropriada pela medicina, pela psiquiatria. Hoje, a necessidade é científica: “O século XIX tornou possível fazer funcionar os procedimentos de confissão na formação regular de um discurso científico, fazendo dela não mais uma prova, mas um sinal e, da sexualidade, algo a ser interpretado” (FOUCAULT, 1988, p. 76).

A *scientia sexualis*, desenvolvida a partir do século XIX, paradoxalmente, guarda como núcleo o singular rito da confissão obrigatória e exaustiva, que constituiu, no Ocidente cristão, a primeira técnica para produzir a verdade do sexo. Desde o século XVI, esse rito fora, pouco a pouco desvinculado do sacramento da penitência e, por intermédio da condução das almas e da direção espiritual — *ars artium* — emigrou para a pedagogia, para as relações entre adultos e crianças, para as relações familiares, a medicina e a psiquiatria. Em todo caso, há quase cento e cinquenta anos, um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo: um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos da escuta clínica. E, através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a “sexualidade” enquanto verdade do sexo e de seus prazeres. (FOUCAULT, 1988, p. 77).

A sexualidade sobre a qual aqui se interroga se deveria ou não ser contada ou revelada é a sexualidade das mães lésbicas. Existe a ideia de que há um segredo a ser revelado na questão da homossexualidade. Mas o que há para ser contado ou revelado?

Segundo Eribon (2008, p. 70), “a questão do *dizer* é central na experiência dos gays e das lésbicas [...]. Trata-se de poder ser o que se é sem se esconder, ainda que por algumas horas por semana e com um número escolhido de pessoas”.

De acordo com Pecheny (2004), a homossexualidade constituiria um segredo fundante da identidade e estaria presente nas relações pessoais de gays e lésbicas. Assim, os vínculos sociais se dariam de acordo com o conhecimento ou não de tal segredo e estariam divididos entre aquelas pessoas que não sabem, aquelas que sabem e aquelas que são homossexuais e fazem parte de seu convívio. As fronteiras entre esses três mundos seriam permeáveis e flexíveis.

Pesquisa desenvolvida por Pichardo (2009, p. 147) apontou que, de maneira geral, homossexuais maiores de 30-35 anos, num primeiro momento de suas vidas, só poderiam se imaginar vivendo segundo a suposição da heterossexualidade. Alguns mantêm ao mesmo tempo relações homossexuais esporádicas ou estáveis sem romper com sua família heterossexual, existindo situações em que os dois homens viviam na mesma casa que a esposa e filhos de um deles de forma disfarçada, como uma relação de amizade e de trabalho.

Outros homens mais jovens, ainda de acordo com a pesquisa, imaginavam-se casando com uma mulher, mas tendo um amante ao mesmo tempo que manteriam relações sexuais com suas esposas, porque não conheciam outras formas de ter filhos/as. Entretanto, entre os mais jovens ainda, existe uma identidade homossexual disponível, mas alguns têm desde a infância ou adolescência uma consciência de que, mesmo diante da heteronormatividade, a homossexualidade não é nenhum impedimento para se estabelecer uma família. Isso ocorre porque começam a obter visibilidade e institucionalizam-se as parcerias homossexuais, assim, a possibilidade de pensar em ter filhos/as surge como um elemento possível nas famílias formadas por homossexuais.

Ainda que seja mais aceita nas gerações atuais, a homossexualidade é algo que, caso não seja dita, contada ou revelada, é escamoteado em favor da presunção de heterossexualidade. Diante disso, a homossexualidade das mães, por representar mais do que prática sexual, é um aspecto da vida delas que deve ser dito, contado ou revelado aos/às filhos/as?

Dentro da família homoparental, além da pressuposição de uma heterossexualidade que acaba por se impor, espera-se que a homossexualidade das mães seja dita, contada ou revelada para as/os filhas/os. Tal fato não se deve ao aspecto da prática sexual de cada uma, posto que, se assim fosse, não haveria razão para que suas/seus filhas/os soubessem de suas orientações homossexuais, nem mesmo as escolas dessas/desses filhas/os, quando pequenas/os, mas, sim,

pelo fato de trazerem desdobramentos para as suas vidas, alguns dos quais já discutidos em capítulos anteriores.

Observaram-se diferentes maneiras de a questão da homossexualidade das mães se apresentar no ambiente familiar. Algumas mães vivenciaram a relação entre elas e suas companheiras de forma que não fosse explicitada para as/os filhas/os, mas que não fosse, também, totalmente ocultada; outras foram contando aos poucos, desde cedo; outras, ainda, foram falando à medida que as/os filhas/os foram perguntando; algumas tiveram uma conversa reveladora; houve aquelas que, mesmo quando suas/seus filhas/os perguntaram, não conversaram sobre o assunto; uma delas procurou mesmo esconder que havia uma relação homossexual; houve, ainda, algumas que nada falaram, mas que também não evitavam demonstrações de afeto entre o casal. Algumas/alguns filhas/os se surpreenderam de forma mais ou menos intensa com a revelação, outras/os subentenderam que tinham duas mães que formavam um casal, não sendo capazes de datar quando souberam.

As histórias familiares relatadas pelas/os filhas/os indicaram as diferentes maneiras de as mães lidarem, no próprio ambiente familiar, com a dinâmica do como e quando dizer, contar ou revelar sobre serem lésbicas para suas/seus filhas/os. Essa questão pertence, primeiramente, às mães lésbicas, e, posteriormente, às/aos filhas/os? Além disso, tal dinâmica também remete à porosidade do que seria público e/ou privado, e carrega nuances, como, por exemplo, o fato de “dizer” não ser sinônimo de “revelar”; e não dizer não significaria a manutenção de um segredo.

Segundo Pecheny (2004, p. 19, tradução nossa), um segredo pode se apresentar com diferentes significados, como, por exemplo: “aquilo que se cala, aquilo que não se fala, aquilo que se fala em voz baixa ou nas costas dos outros, aquilo que não se deve falar, aquilo que não se pode falar...”²¹⁶.

Despret (2011, p. 12), utilizando recursos da etimologia, propõe repensar o segredo a partir de *secretus*, termo do qual é proveniente e “que é a forma no particípio passado de *secernere*”. Ou seja, separado, afastado de, que se conserva à parte, posto, colocado à parte, retirado, isolado, solitário. Secreto, oculto, invisível. A autora acrescenta, ainda, que a mesma raiz, *secretus*, dá origem às secreções: “As secreções vêm da mesma raiz e designam não, como eu pensava, o que vem do interior, mas ‘aquilo que separa’” (DESPRET, 2011, p. 12). Diante da matriz sexual existente em nossa sociedade, a pressuposição da heterossexualidade como

²¹⁶ O texto original é: “es aquello que se calla, aquello de lo que no se habla, aquello de lo que se habla en voz baja o a espaldas de los demás, aquello de lo que no se debe hablar, aquello de lo que no se puede hablar...”

valor dominante deixaria separados aqueles/as que desviam dessa norma, suposta como natural (DESPRET, 2011).

De acordo com Simmel (1999, p. 222):

Apesar do segredo não estar diretamente relacionado com o mal, este tem uma conexão imediata com o segredo: aquilo que é imoral se esconde por razões óbvias, mesmo quando o conteúdo não carrega estigma social, como é o caso de certas distorções de natureza sexual não perceptíveis ao olhar coletivo o efeito isolante da imoralidade como tal, não importando toda a repulsa social e direta, é real e importante, indo além dos meandros de tipo ético e social. Entre outras coisas, o segredo é também a expressão sociológica da ruindade moral [...].

“O segredo contém uma tensão que se dissolve no momento da revelação” (SIMMEL, 1999, p. 223). Pecheny (2004) recorre a Andras Zempleni (1984) para refletir sobre a carga de tensão derivada na manutenção de um segredo. O ato de rejeição, constitutivo do segredo, envolve ao menos duas pessoas ligadas por uma relação negativa: aquele que detém o conteúdo reservado e o destinatário a quem o conteúdo é negado. Zempleni pergunta em que se transformaria o conteúdo colocado de lado nessa relação em que há um segredo que deve ser mantido. Propõe, então, que se transformaria em algo oprimido, carregado de tensão. Assim, utilizando a análise dos atos linguísticos relacionados ao segredo, distingue três modos de regulação da tensão interna dele decorrente: revelação, comunicação e secreção.

Em sua leitura de Zempleni, Pecheny aponta que a revelação, que significaria dizer, divulgar, trair, confessar, implicaria em um grande alívio da tensão que anularia a separação e o segredo. Pode, portanto, acontecer de forma accidental, imprevista, como, por exemplo, quando uma pessoa revela sobre a homossexualidade de outra, ou em fofocas, rumores, chantagens e, até mesmo, com o diagnóstico de AIDS. A comunicação, que significa confiar, transmitir, comunicar, contar, preservaria o segredo, mas aliviaria seu peso e tensão. Diferente da revelação, a comunicação envolveria a escolha de certos confidentes, geralmente amigos íntimos. Interessante que o autor aponta que, ao se confiar um segredo, não se pede somente para mantê-lo em segredo e aliviar o peso de tal ocultação, pede-se que o compartilhe, defendendo-o diante dos destinatários que, do momento da comunicação em diante, passam a ser comuns. Sobre a secreção (deixar ir, filtrar), este seria o meio mais comum de regular a tensão e preservar o segredo, uma vez que não poderia perdurar como segredo sem se mostrar de alguma forma aos seus alvos, por fragmentos ou sinais. Sem significar que houve revelação ou comunicação. A meta da secreção seria manter a tensão do sigilo, uma vez que o segredo seria ameaçado pela diminuição e pelo aumento de sua tensão.

Segundo Pecheny:

[...] a manutenção dos limites do segredo – limites dinâmicos difusos e instáveis – requer um esforço compartilhado por ambos. A invisibilidade homossexual não é um estado de equilíbrio ou repouso, mas implica um esforço ativo, especialmente nos últimos anos em que o gay cada vez mais desafia do espaço público àqueles que não conhecem as sexualidades ou os relacionamentos mantidos em segredo.²¹⁷ (PECHENY, 2004, p. 28, tradução nossa)

As três expressões que venho usando até o momento, dizer, contar e revelar têm um significado semelhante, muitas vezes são usadas como sinônimos, mas carregam suas especificidades, talvez neste tema em especial. Em diferentes entrevistas e histórias a mim contadas, a questão do dizer/contar/revelar sobre a homossexualidade das mães para suas/seus filhas/os ou dessas/desses filhas/os para o mundo também carregam especificidades e estariam mais próximas do dizer ou do contar ou do revelar, dependendo de cada caso.

Assim, este texto está dividido em duas partes, as formas como as mães relatam para as/os filhas/os sobre sua sexualidade, e como as/os filhas/os repassam esta informação no seu cotidiano extramuros de casa. Para tal, faz-se necessário definir bem os conceitos dizer, contar e revelar.

Dizer diria respeito mais a uma expressão de algo, ao “exprimir por palavras, enunciar, pronunciar, proferir, exprimir (de outra maneira que não por palavra)” (DIZER, 1986, p. 603). Algumas mães, assim como algumas/alguns filhas/os, simplesmente dizem sobre a homossexualidade. A carga que poderia haver em relação a uma sexualidade entendida como desviante parece não ser vivida dessa forma por algumas mães e certas/os filhas/os. O contar, por sua vez, já carregaria uma expectativa e traria uma espécie de seleção daquele para quem se conta. Contar significaria “confiar, esperar com segurança que alguma coisa se realize; confiar no auxílio ou amparo de” (CONTAR, 1998, p. 570). Nesse sentido, há uma escolha que se baseia normalmente na confiança, em contar para aquele com quem se tem uma proximidade. O revelar, finalmente, já seria carregado de algo um pouco mais denso. Na definição da palavra em português, temos: “tirar o véu, descobrir, divulgar, fazer conhecer (o que era ignorado ou secreto)” (REVELAR, 1998, p. 183). A palavra “revelar” tem a sua origem no latim “*revelatio*”, que significa “destapar, desnudar, descobrir, o ato de mostrar” (REVELAR, 1998, p. 1839). Por sua vez, o vocábulo latino veio de “*revelare*”, formado pelo prefixo RE-, indicando oposição, mais o radical -VELARE, “tapar, cobrir”, de “*velum*” (“véu”).

²¹⁷ O texto original é: “[...] el mantenimiento de los límites del secreto – límites difusos, inestables, dinámicos – requiere un esfuerzo compartido por unos y otros. La invisibilidad homosexual no es un estado de equilibrio o de reposo, sino que implica un esfuerzo activo, sobre todo en los últimos años en que lo gay interpela cada vez más desde el espacio público a quienes no se enteran de las sexualidades o relaciones afectivas mantenidas en secreto”.

O que deve ser mostrado ou mantido coberto? O que está em jogo na experiência dos gays e das lésbicas e que necessita de avaliação prévia para ser desvelado, ou mantido em segredo? A homossexualidade? Por que a homossexualidade mereceria ser um assunto ou um segredo? A homossexualidade faz a sexualidade se antepor? Por que a homossexualidade é tratada, por muitos, como um segredo? Por que merece ser assunto em segredo? Qual interesse em investigá-la ou em silenciá-la?

Guimarães (2004) formula a questão da seguinte maneira: “por que uma determinada prática sexual se constitui em objeto sexual e científico e quais as condições sócio-históricas que a destacam como prática ‘desviante’ e ‘anormal’”? (GUIMARÃES, 2004, p. 34). Conforme venho discutindo ao longo do presente trabalho, algumas pistas para responder a essa colocação vêm sendo apontadas na própria noção de dispositivo.

Há todo um mistério e censura em torno da sexualidade ao mesmo tempo em que “se fala” sobre sexo e sexualidade de múltiplas formas o tempo todo.

Diante do exposto acima, estaríamos envolvidos na obrigatoriedade da confissão por razões já explicitadas, assim como manteríamos um desejo de não exclusão e de proximidade que a manutenção de um segredo acaba por manter.

5.1 Todas essas vidas entre dizer, contar e revelar

De um modo geral, pais e mães não falam sobre suas práticas sexuais e/ou amorosas com seus/suas filhos/as, independentemente da orientação sexual. Nas famílias heteroparentais não há revelação de algo que já se supõe, não lidam com o contar para seus/suas filhos/as sobre sua heterossexualidade, e, no que se refere aos desdobramentos disso nas vidas de seus/suas filhos/as, estes são bem distintos daqueles ocorridos nas famílias homoparentais: em princípio, são vistas como pessoas normais, confiáveis; espera-se que os/as filhos/as tenham caminhos honestos e que se reproduzam, por exemplo.

Vejamos como as/os filhas/os explicitaram algumas das situações que envolvem aspectos do dizer, contar ou revelar sobre a homossexualidade de suas mães em suas vidas. As narrativas de entrevistadas/os brasileiras/os e francesas/es serão apresentadas de forma separada, por razões que ficarão claras no texto.

Carla, Livia e Raquel relataram que suas mães²¹⁸ não vivenciaram a relação afetiva existente entre elas de forma que ficasse explícita e nem mesmo que desse a entender às filhas

²¹⁸ No caso de Carla, mãe e madrinha, no de Livia, mãe e companheira, no de Raquel, duas mães.

que formavam um casal. De formas distintas, as três apresentaram reações de surpresa com a revelação da homossexualidade de sua/s mãe/s. No caso da mãe de Livia, houve mesmo a tentativa de esconder da filha que ela e sua companheira tinham uma relação.

Dos 2 até os 9 anos de idade, Carla (16 anos) viveu com sua mãe e com sua “dinda” na mesma casa. Apesar de formarem um casal, a mãe e a madrinha de Carla não se mostravam assim para a filha. Aos olhos de Carla, eram duas amigas que dormiam na mesma cama. Até que, um dia, sua dinda contou a verdade. Isso aconteceu quando Carla tinha 9 anos de idade:

Eu nunca tinha percebido porque elas nunca demonstravam afeto de casal, nunca, nunca se beijavam. Elas dormiam na mesma cama, mas nunca faziam nada na minha frente. Então para mim era, tipo, duas amigas que dormem na mesma cama, tranquilo. E eu gostava porque duas pessoas que eu gosto, convivendo comigo. Era normal. Aí quando eu descobri eu fiquei, assim, um pouco meio... porque 9 anos é aquela época do “diferente não é bom”. No início foi difícil de aceitar, mas bem pouco, porque era diferente pra mim, eu não entendia. Aí eu ficava pensando, “caraca, que é isso?”. Desde pequena a gente é implantada pela sociedade que garoto tem que namorar com garota. (Carla).

A expressão “caraca, que é isso?” demonstra bem a surpresa pelo desconhecido, pelo estranho que se aproximou de sua vida, algo incompreensível que vai de encontro àquilo que a sociedade define como norma e que é “implantada”, segundo palavras da jovem.

Assim sendo, pode-se dizer que Carla experimenta o que Rolnik (2014, p. 50) chama de “sensação de irreconhecível, de estranhamento, de perda de sentido – em suma, de crise”. Contudo, esse “*estado instável*” (ROLNIK, 2014, p. 51), que Carla relata ter sido difícil, “mas bem pouco”, se reorganiza, com o tempo, em outro território:

Quando descobri fiquei caramba, tudo que eu pensava, ou tudo que eu tinha uma porta fechada agora vou ter que abrir. Essa é minha história, minha família, não tem como me esconder, “caramba, não aceito vocês”. Porque não tem como. São pessoas que eu amo, eu tenho que amar do jeito que elas são. (Carla).

Mas qual foi a novidade para Carla? Ela sempre soube que tinha uma mãe e uma madrinha, mas não entendia que eram um casal, não fazia qualquer tipo de ligação com a questão sexual, nem nomeava dessa forma a relação das duas.

Sabe-se que a homossexualidade pode impactar pelos aspectos negativos com os quais é revestida. Mas o que impactou Carla? A homossexualidade, que, por não habitar as normas, precisou ser revelada, pressupondo-se, do contrário, a heterossexualidade? Ou a sexualidade delas? Um aspecto da vida de pais e mães que não costuma ser tratado com os/as filhos/as, mas que foi trazido para a cena através da homossexualidade?

Segundo Sasnett (2015), as crianças com pais gays e mães lésbicas desenvolvem identidades dentro dos parâmetros estabelecidos pelos valores heteronormativos e muitas vezes

não reconhecem a validade de suas realidades pessoais. Foi preciso um tempo para que Carla pudesse problematizar os parâmetros de certo e errado impostos e divulgados pela sociedade como verdades absolutas e, a partir disso, pudesse reconhecer sua realidade familiar do jeito que é.

Seu processo de aceitação da notícia foi “difícil, mas bem pouco”, segundo relata. E outro aspecto que esteve presente e que, segundo ela, teria contribuído para esse “difícil”, foi o fato de todos/as saberem de algo que ela não sabia: “Foi mais difícil de aceitar porque todo mundo sabia, minha vida inteira sabia, menos eu”. Seu processo de aceitação da notícia de que sua mãe e sua madrinha eram um casal teve esse elemento a mais.

A mãe e a “dinda” de Carla não estavam de acordo sobre se deveriam revelar a relação delas para Carla, nem quando, nem como, tanto que houve uma briga intensa entre elas:

Minha dinda me contou [que elas eram um casal], não lembro o motivo. Sozinha. Teve muita briga. Minha mãe não queria que eu soubesse. Meses se passaram [até que sua mãe soubesse que Carla sabia], porque eu sabia e não contava pra minha mãe que eu sabia. Minha dinda falou pra eu contar. Quando minha mãe descobriu, ou minha dinda contou pra minha mãe, ou ela soube, não sei, ela [mãe] ficou muito revoltada. Porque ela falou que isso era uma coisa que elas duas tinham que me contar, e se a minha dinda me contou, ela mesma tinha que contar pra minha mãe que me contou. Aí houve uma briga gigantesca. Minha mãe até tentou me separar da minha dinda, mas aí eu falei que não. Uma briga muito feia, muito. (Carla).

A mãe argumentou que as duas, mãe e madrinha, deveriam ter contado juntas, e também que a madrinha deveria ter contado para a mãe que a filha era conhecedora. Carla ficou durante meses com a informação de que ambas formavam um casal, mas não o dizia para a mãe. A ideia de traição esteve presente para Carla e para mãe, que entendia se tratar de um assunto do casal. Além disso, a mãe desconhecia o conhecimento da filha.

A situação foi envolvida em espera, segredos e revelações devido à maneira como a situação se encaminhou. Os aspectos relevantes que poderiam vir a afetar Carla, na revelação ocorrida, dizem respeito ao significado, para uma adolescente, de saber que sua mãe e dinda são lésbicas e o desdobramento disso em suas relações sociais. Parece ter sido mesmo uma opção do casal, até aquele momento, que Carla compreendesse a relação de ambas como uma relação de amizade.

Durante a entrevista, Carla mencionou duas crianças que foram criadas sabendo sobre suas mães lésbicas, em oposição ao fato de ela só ter sabido aos 9 anos. Pergunto se acha que isso expõe mais a criança a certas situações difíceis:

Mônica – Você acha que expõe demais a criança?

Carla – Não. Se tiver um conceito da criança de que isso é correto, não é errado, tudo bem. Eu só fui descobrir isso quando eu tinha 9 anos. A gente não conversava sobre

isso. Então eu fui criando minha própria ideia com minha vida, na escola, sobre o que meus amigos falavam.

Distintamente de Carla, Livia teve outro tipo de experiência envolvendo a descoberta da orientação sexual de sua mãe. Ela relatou ter tido uma vivência bastante dolorosa e ter levado vários anos até que pudesse lidar de outra maneira com a questão.

Livia viveu com seu pai e sua mãe até os 8 anos de idade, quando o casal se separou, e sua mãe, então, começou a se relacionar com uma mulher. Ela disse o seguinte sobre a situação: “Pra mim foi muito traumático, não tenho uma boa experiência com o relacionamento de duas mulheres, crescer dentro de uma casa onde tem isso, entendeu?” (Livia).

Ao ser questionada por mim sobre o que foi traumático, se foi a notícia ou a forma como soube que sua mãe estava se relacionando com outra mulher, Livia respondeu:

Não foi divulgado pra mim, foi tudo muito escondido e essa pessoa se mudou pra minha casa e ela fingia que dormia no sofá, entendeu? Foi um teatro. E eu, não sei se eu fui inteligente, mas eu fui descobrindo aos poucos e pra mim foi piorando a situação entendeu? Porque foi muito escondido, não sei se por medo da minha reação, não sei o motivo, mas como foi escondido e eu fui descobrindo sozinha, foi pior, foi traumático, e a pessoa em si fez muito mal pra minha mãe. Eu nunca gostei da pessoa. Eu posso separar o relacionamento da pessoa. Tem pessoas que são legais e pessoas que não são legais, independente do relacionamento. Eu não me sentia em casa na minha própria casa. Eu nem conseguia conversar com a minha mãe abertamente porque ela sempre estava presente. Minha mãe muitas vezes não tava lá pra mim porque tinha que fazer alguma coisa com ela. Então foi uma coisa como se... tivesse roubado minha mãe de mim. E ela não era uma pessoa com quem eu simpatizava. Tudo foi traumático [...] sabe quando parece que dá tudo errado? (Livia).

Livia usa palavras como “fingia”, “escondido”, “teatro”, “descobrindo”, apontando assim para a maneira como a situação era tratada em sua casa, como um segredo que ela foi descobrindo.

Eu sempre tive um pai e uma mãe e meus pais se divorciaram numa época em que não muitas pessoas se divorciavam, hoje em dia é supernormal, antigamente não era tanto²¹⁹. E ainda teve esse outro fator da minha mãe começar um relacionamento com outra mulher. Então pra mim foi tudo muito conturbado. (Livia).

Livia levou 4 anos para conseguir perguntar para sua mãe: “Aos 12 anos, com ajuda da minha psicóloga, perguntei pra minha mãe se existia algo que ela gostaria de contar. Aí ela contou. Foi um baque a confirmação”.

Além de ter que lidar com a perda da união do pai e da mãe, precisou conviver também com mudanças no ambiente doméstico e se adaptar à nova companheira da mãe, sem que lhe tenha sido dito qual a relação existente entre elas.

²¹⁹ Causa um certo estranhamento um relato sobre não serem comuns divórcios no início dos anos 2000.

Daly, MacNeela e Sakura (2015) ouviram as experiências de 8 filhos e 7 filhas irlandeses/as, com idades que variavam entre os 18 e os 52 anos, cujos/as pais e mães se separaram e um/a deles/as fez o *coming-out* como gay, lésbica ou bissexual, levando em consideração esse duplo impacto.

Os autores observaram que a maneira como pais/mães e a família como um todo gerenciam as mudanças influencia o processo de adaptação desses/as filhos/as à nova realidade. Como esperado, fatores de proteção como apoio parental positivo, conflito reduzido entre pai e mãe separados e boa relação com a família extensa facilitaram o que os autores/as chamaram de uma transição mais suave.

Esses fatores não foram encontrados na experiência de Livia com seus familiares. A relação entre pai e mãe separados não era boa, seu pai não se conformava com a separação e sempre se queixava muito de sua mãe em conversas com Livia:

Meu pai nunca aceitou a separação. Ele era muito nervoso, expressava suas emoções de forma muito forte. Ele não me via muito depois da separação, colocava todo o peso da separação em mim. Ele falava muito mal da minha mãe, minha mãe nunca falou mal dele. Toda vez que ele brigava com ela, chorava. Ele tava vivendo o luto e eu vivendo outras coisas. (Livia).

Livia não encontrava um ambiente propício para perguntar para a mãe sobre o assunto, e sua mãe também nada falava: “Eu tinha muito medo dos meus pais e pouca comunicação com eles, não tinha coragem de perguntar diretamente” (Livia). Apesar de mencionar o assunto com o pai, nunca tinha uma confirmação.

A situação parece ter se invertido. Passou a depender da iniciativa de Livia que se tocasse ou não no assunto. Em sua busca por um esclarecimento, comentou também com sua babá, com quem ficava a maior parte do tempo:

Ficava muito com a babá. Comentava com ela e ela dizia: “Você acha?, mas por que?”. Eu me sentia zero bem com a situação. Ela [companheira da mãe] dormia lá em casa. Fingia que dormia no sofá. Desarrumava o sofá pra dizer que tinha dormido lá, mas às vezes esquecia, porque é um pé no saco você fazer isso todos os dias. (Livia).

Livia fazia terapia desde os 10 anos de idade. Conta que começou devido à separação do pai e da mãe, e, logo em seguida, veio o relacionamento da mãe com outra mulher, o que segundo ela foi “*too much*”. As terapias que fez ao longo dos anos lhe ajudaram a melhor lidar com as situações que foram se apresentando desde a separação dos pais até sua decisão de deixar o país, quando estava com 24 anos: “Eu achava que eu tinha que gostar dela [companheira da mãe] e a psicóloga me dizia que eu não era obrigada a isso”. Livia diz ter

chegado num limite quando estava com 22 anos: “eu não vou aceitar essa situação, ela me faz mal, eu não preciso me dar bem com ela. Comecei a sair de casa”.

Uma situação marcante relatada ocorreu por ocasião de uma viagem com a turma. O sofrimento começou quando pensou: “quem me levará para o aeroporto?”. Foi “muito angustiante” pensar que a companheira da mãe também chegaria com elas e que seus/suas colegas presenciariam. Diante desse conflito conseguiu conversar com a mãe sobre o assunto da ida ao aeroporto, e aí “me massacraram porque disseram que ela [companheira da mãe] fazia parte da minha vida”. Lívia relata que se sentia acuada: “Foi muito difícil!”.

O segredo, antes de ser de Lívia, era de sua mãe. Depois, passou a ser um segredo familiar, do qual todos/as sabiam, mas sobre o qual não se falava e, posteriormente, um segredo que Lívia levou para seu ambiente de amizade e escolar. Lívia acha que, se tivesse sido criada desde sempre por duas mães, teria sido diferente.

Daly, MacNeela e Sakura (2015) mostraram que a não divulgação da orientação sexual dos pais e das mães para outros resultou em vigilância e isolamento por parte dos/as filhos/as, enquanto a abertura parental aumentou a comunicação infantil. O estudo dos referidos autores sugere que a possibilidade dos/as filhos e filhas disporem do acesso ao apoio familiar diminui quando se sentem incapazes de dizer aos membros significativos da família que sua mãe ou pai é LGB. Isso pode resultar em maior necessidade de apoio profissional como consequência da retenção de informações de outros.

Os relatos de Lívia estão de acordo com o que o estudo citado acima mostrou no que diz respeito à possibilidade de dividir suas dúvidas e receios com pessoas próximas. Não havia uma abertura por parte da mãe para o diálogo, o que contribuiu para que Lívia permanecesse vigilante e isolada. Criava histórias para que não percebessem quem era a companheira da mãe e evitava que seus colegas fossem à sua casa.

Durante toda a entrevista, Lívia se referiu à companheira da mãe como “essa pessoa”, e disse que sempre a chamou pelo apelido, como todos fazem, o que demonstra o distanciamento que mantém em relação a ela. Em outro momento, ao ser perguntada sobre quem são as pessoas que considera da sua família, Lívia respondeu: “Não a considerava minha família, eu não sei se ela me considerava da sua família”. E o diálogo prosseguiu:

Mônica – Em algum momento ou em alguma fase desse período que você morou com ela, que foi dos 8 aos 24 anos, em algum momento a relação melhorou, houve algum tipo de aproximação?

Lívia – Houve momentos em que pensava “eu tenho que me forçar por causa da minha mãe”. Mas foi de altos e baixos. Ela não representava nada pra mim. Situação difícil.

A maneira como Livia vivenciou a nova situação conjugal da mãe, como pôde ser percebido, foi distinto da de Carla por vários aspectos: separação do pai e da mãe, reações negativas por parte do pai, a presença da companheira da mãe e, ainda, o pouco diálogo na família, o que exacerbou ainda mais a dificuldade. O tempo que ela levou até que a nova realidade familiar pudesse ser vivenciada de forma menos dolorosa foi bem maior do que o tempo levado por Carla.

Raquel, outra entrevistada, também narrou algumas passagens de sua vida em que a surpresa esteve presente quando o assunto disse respeito ao fato de suas mães formarem um casal. Na história familiar de Raquel, a homossexualidade de suas tias fez parte do seu dia a dia desde bem cedo. A vivência da homossexualidade feminina esteve presente em seu processo de formação pessoal, o que possivelmente contribuiu para a maneira como lidou com a questão quando soube que suas mães também se relacionavam afetivo-sexualmente.

Raquel foi criada por suas duas mães, com quem viveu até seus 18 anos, aproximadamente, quando o casal se separou. Chama ambas de mãe e sua adoção pelas duas foi oficializada em 2017. Mãe Mila, como chama uma delas, tem um total de cinco irmãs, além de um irmão. Quatro dentre as cinco irmãs se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres. Raquel conta: “Minha avó Carmen teve sete filhos, seis mulheres, cinco são gays. Então eu cresci vendo mulheres com mulheres, mas eu não percebia como um casal. Ou se percebia, eu não sei te explicar isso, mas não era uma questão”. Um dia, quando tinha entre 9 e 10 anos, seu primo lhe contou que suas “mães eram gays”. E Raquel respondeu:

Lógico que não, elas são da família, elas são família, é tia, tipo tia e sobrinha. E ele: “ai, ai, ai, claro que não, quer apostar que é casal?”. Aí a gente correndo pela casa e perguntando, porque assim, elas nunca falaram, não é um casal politizado. Se você for falar de ser gay com a minha mãe, ela vive isso na vida dela, mas ela não quer falar disso. Então eu não tive essa criação de “assim é o certo, vamos falar disso”. Não se fala disso, como quem é hetero não vai falar: “a gente é um casal sim”. Minha família era assim, não por uma questão política, mas porque era natural. Era a maneira que elas sabiam de fazer. Mas os programas todos eram em casal. Minhas tias com as mulheres todas lá em casa, todo mundo junto. (Raquel).

Raquel cresceu no meio de casais heterossexuais, assim como no meio de casais de mulheres. Nada era falado ou explicado quanto a isso – era, sim, vivido:

Teve uma festa da minha família, que eu assisti [em fita VHS], só tinha sapatão na festa. Sapatão tem amiga sapatão, leva as amigas pra festa. Minha família cheia de sapatão. Eu nunca olhei assim “ih! Sapatão”. Eram mulheres que estavam na festa, sabe? Não queria dizer nada. No vídeo aparecia uma sentada no colo da outra. (Raquel).

A diversidade dos casais estava presente nas festas e nos encontros familiares, na convivência com as crianças e jovens da família, sem que nada fosse explicitado ou explicado.

Mas o que haveria para ser explicado? Raquel diz: “Não se fala disso”. Da forma relatada, seria quase como uma não necessidade se falar sobre. Nesse caso, não significou, exatamente, esconder.

Raquel recorre à comparação com a heterossexualidade de pai e mãe, uma vez que essa não é dita. Mas, no caso de um casal hetero, a situação já está posta. E, no caso de Raquel, seu primo teve que lhe revelar, e ela, por sua vez, foi se certificar junto às mães. Ou seja, não era óbvio.

Aí eu fui perguntar pra minha mãe Luana. A mãe Luana era mais tranquila. “Mãe, deixa eu te fazer uma pergunta, você e a mãe Mila são um casal?”. E ela respondeu “minha filha, quem te falou isso? Isso é palhaçada dos seus primos”. E eu: “Mas mãe, é casal ou não é casal?”. Aí minha mãe falou “É, mas você não tem que saber de nada, não tem que falar disso. A gente se gosta, a gente se respeita. Você já viu alguma coisa?”. Essa era a preocupação da minha mãe. Eu falei: “Não, mas eu queria saber”. Ela disse: “É, é, mas é assim e é”. Eu perguntei: “Mas como vocês fazem, como é que encaixa?”. Ela respondeu: “Eu não vou falar disso com você, para com esse assunto, acaba com isso”. E foi, mas não ficou brava não. Aí eu fui falar com a mãe Mila, que era mais brava. Aí eu falei: “Mãe, vocês são um casal?”. Ela falou: “Não quero esse assunto aqui dentro” e parou ali, mas não me bateu, mas ela não dava abertura pra falar disso não. Foi a mãe Luana que confirmou. E pra mim foi, foi... E eu me lembro que como eu estudei na mesma escola desde muito novinha, as minhas amigas são minhas amigas há muitos anos e são até hoje. Aí eu falei no meu grupinho, éramos 4 no meu grupinho: “Cara, minhas mães são gays”, elas se olharam e riram. Eu falei: “Cara, elas são um casal!”. Elas falaram: “É, né Raquel, elas dormem na mesma cama”. Eu dizia: “Mas elas são um casal, isso não é maneiro?”, aí fiquei com vontade de contar na escola. Me deu uma onda dessa, vou contar que minhas mães são gays porque eu queria ser a diferentona. (Raquel).

De forma semelhante com o ocorrido com Carla, não houve uma passagem direta entre ter duas mães e pensá-las como um casal. Os/as filhos/as, de modo geral, não pensam a sexualidade de pais e mães. Mas, no caso, ela foi trazida pela revelação, o que se percebe na pergunta, de Raquel para a mãe, sobre como duas mulheres encaixam, indo direto para a prática sexual.

Raquel recebe a revelação com surpresa, apesar de ter reagido de maneira diferente tanto de Carla quanto de Lívia, não demonstrando ter passado por momentos iniciais difíceis, tampouco ter atravessado anos de dúvidas e insatisfações na relação com a mãe e a companheira desta.

Apesar de as mães de Raquel nunca terem conversado sobre isso com ela, apesar de não terem chamado para uma conversa reveladora, apesar de mãe Luana negar num primeiro momento e de mãe Mila não responder à pergunta, Raquel sempre conviveu com outros modelos de casal e de família. A homossexualidade não era falada, era vivida.

Carla, Raquel e Lívia souberam, de formas distintas, com aproximadamente a mesma idade, por volta dos 9 anos, que suas mães e madrinha eram lésbicas. As três histórias

convergem, entretanto, no sentido de que as mães e a madrinha não demonstravam claramente que formavam um casal, com certas variações. No caso de Livia “foi tudo muito escondido”; segundo Carla, “minha mãe não queria que eu soubesse”; e, quanto a Raquel, a postura das mães era na linha de “não quero esse assunto aqui dentro”.

Seria importante considerar, nesses casos, a idade das mães, e, assim, a quase inexistência no imaginário dessas mães de casais de mulheres. Na época das entrevistas, as idades eram as seguintes: mãe e madrinha de Carla, 52 e 54 anos, respectivamente; mãe de Livia, 49 anos e mães de Raquel 69 e 79 anos, respectivamente.

Lésbicas de 50/60 anos relataram, em pesquisa desenvolvida por Pichardo (2009), que sentiam falta de modelos ou referência de relacionamentos lésbicos durante suas adolescências, ou mesmo de uma forma de nomear a homossexualidade, ou, ainda, que sentiam inveja, ao seu redor, de mulheres mais jovens que viviam relações com outras mulheres de forma espontânea. A homofobia seria, assim, acompanhada de uma falta de referências homossexuais.

A falta de referências culturais, como a pouca publicidade e produções cinematográficas que retratem cenas de amor entre pessoas do mesmo sexo, é apontada por Borrillo (2010), em seu livro intitulado *Homofobia*, como gerador de angústia e isolamento entre adolescentes gays e lésbicas. Ainda que a versão original do referido livro seja de 2000 (*L'homophobie*) e as produções cinematográfica, literárias e culturais de modo geral tenham aumentado significativamente dos anos 2000 até os dias de hoje, a pressuposição da heterossexualidade ainda rege as relações sociais.

Quanto a Bruna, nunca houve uma conversa reveladora entre sua mãe e ela, mas Bruna sempre soube:

Bruna – Assim, eu era muito pequena, quando eu fui entender que a minha mãe, assim, até antes da Mariana ela nunca tinha sentado pra conversar comigo: “olha só, eu e ela a gente namora, é casada”. Mas, assim, eu sempre entendi, eu sempre via só as duas, dormiam juntas

Mônica – Não teve então uma conversa...

Bruna – Não teve uma conversa. Só depois com uns 14/15 anos, que eu cresci, acho que na cabeça dela tava na idade já e aí, ela... não lembro de ter tido uma conversa: “minha filha eu sou gay, me relaciono com uma mulher”, não teve essa conversa, mas assim, acho que com o tempo ela foi se soltando mais, ela foi falando um pouco mais da relação que ela tinha com mulher. Hoje em dia a gente é amiga. Ela me fala abertamente sobre tudo. Na escola, as minhas amigas, elas sempre foram cientes, entendeu

Outras/os, como Betina, expressaram que suas mães foram contando aos poucos e desde que tinham pouca idade sobre os vários tipos de famílias existentes e sobre as características de suas próprias famílias, em particular:

Betina – Quando ela se separou, ela ainda não se assumiu, e ainda ficou um tempo, namorou com um cara, namorou outro. E quando eu tinha mais ou menos uns 4 ou 5 anos, que ela já tinha se descoberto e tudo, ela foi se assumindo aos poucos, ela foi conversando comigo “olha, sabe aquelas amigas da mamãe que vêm aqui em casa? Então, elas são namoradas”. Eu não lembro, mas ela conta que a minha reação foi surpreendente e maravilhosa para uma criança “ai, que legal, que diferente!”, aí ela foi contando. Me levava na parada gay e eu adoro festa, então pra mim era uma grande festa. E aí na parada eu vi dois rapazes se beijando e eu falei “mãe, igual as suas amigas”. Ela, então, “mamãe também gosta”. Eu “ai, que legal!”. Desde pequena ela veio trabalhando isso.

Mônica – Essa coisa da parada, quando você viu os rapazes, você tinha quantos anos?

Betina – Acho que uns 7 anos, era mais velha

Mônica – Então ela foi te apresentando

Betina – Nunca foi diretamente, foi aos poucos contando, compartilhando. Igual, por exemplo, quando uma mãe vai explicando pra menina sobre menstruação, vai explicando devagarzinho.

A homossexualidade da mãe contada desta forma gera, por exemplo, a questão da banalidade, discutida anteriormente.

Carlos não soube dizer quando tomou conhecimento da homossexualidade de suas mães. Quando teve dúvida, colocou a questão sobre a relação das duas, que foi respondida claramente por uma delas:

Carlos – Eu mesmo perguntando, eu tinha 5 anos: “Mãe, vocês se beijam?”, sabe, sem nenhuma maldade, porque na minha cabeça era aquela coisa, né, era um preconceito meu, era um pré-conceito, não nesse sentido carregado de coisa ruim, era uma coisa, tipo, pra mim só homem e mulher se beijavam. Olha que besteira!

Mônica – Mas é porque a gente cresce com essa referência

Carlos – Era uma coisa mais externa do que propriamente da minha criação com as minhas mães. Ela falou: “sim, nos beijamos, filho, fazemos sexo, um casal normal”. E a coisa dos amigos perguntando: “caramba, duas mães, cara!”, esse tipo de, essa curiosidade da criança, mas nunca num lado negativo. Só fui ver esse lado negativo, ainda criança, mas só quando minha mãe morreu.

Ana, por sua vez, não é explícita quanto ao assunto em questão, mas sua mãe, que esteve presente em boa parte da entrevista, deixou claro que “você tem que contar a verdade, assim fui criada, assim crio a Ana”, “eu também não escondo nada”. Lia, mãe de Ana, é uma pessoa que assume sua orientação sexual para as pessoas. Seja para a diretora da escola da filha, quando disse: “Se você tiver algum tipo de preconceito, você tá ferrada, eu sou assim”, seja nas relações sociais de uma maneira geral.

Nada na narrativa de Ana demonstrou que houve um momento específico em que ela ficou sabendo sobre a orientação sexual de sua mãe. Não houve uma revelação ou uma quebra. O fato de o assunto ser mencionado livremente por sua mãe nas conversas em sua casa e de a relação entre sua mãe e a companheira (Júlia) ser vivida de maneira clara, ou seja, sem segredos, não fez, porém, com que Ana se sentisse sempre à vontade quanto ao relacionamento de duas mulheres: “Às vezes eu acho estranho de ver, não sei por que, mas eu acho normal, porque é escolha dela”. Defende, no entanto, como normal a relação entre pessoas do mesmo sexo em

conversas entre colegas. Tais constatações nos apontam, justamente, as diversas faces do tema em questão e a pluralidade de formas de os/as filhos/as serem afetados/as, lidarem e manejarem o atravessamento da homossexualidade de sua/s mãe/s, conforme continuaremos a ver ao longo deste capítulo.

Em um popular programa da televisão brasileira²²⁰, André Lodi, um rapaz de 14 anos, filho de um casal de lésbicas, foi entrevistado por uma plateia de jovens que fizeram perguntas sobre sua vida numa família de duas mães. Uma das perguntas, feita por um rapaz que tinha uma família formada por um pai e uma mãe, foi a respeito de quando André havia percebido que tinha duas mães e se havia sido um choque para ele. André respondeu com outra pergunta: “Quando você percebeu que tinha um pai e uma mãe?”.

Rose e Sophie não sabem exatamente como nem quando ficaram sabendo sobre a relação entre as mães, nem sequer sobre a forma como foram concebidas, por PMA com doadores anônimos:

Rose

Mônica – Você sempre soube da sua história?

Rose – Sim

Mônica – Como elas te contaram sua ?

Rose – Eu não sei, não lembro

Monica – Foi uma coisa natural

Rose – Sim, é isso. Eu sempre soube. Eu acho que elas me disseram bem cedo, com palavras adaptadas a uma criança, eu nunca tive um tabu nesse nível. Eu sempre soube.²²¹

Sophie

Mônica – Como te contaram a sua história? o que você lembra?

Sophie – Não me lembro porque... é minha memória... (risos). Eu sei que elas nunca hesitaram em falar quando éramos pequenas... se tivéssemos perguntas, poderíamos perguntar a elas. Além disso, quando você é pequeno, é difícil ter perguntas sobre algo sobre o qual você não sabe muito. Mas sim, elas nos explicaram desde quando éramos pequenas. Eu sei porque muitas vezes quando eu dizia que minhas mães eram homo, eles diziam: “sua mãe é divorciada?”. Eu dizia “não, elas me tiveram juntas”. “Como fizeram?” (Risos). Na verdade, sim, eu soube bem cedo. Elas explicaram de uma maneira simples, eu acho (risos). Eu não sei muito bem, eu sei que eu sabia.²²²

²²⁰ Programa altas horas, apresentado pelo jornalista Sergio Groisman, exibido no dia 2 de abril de 2016, <https://globoplay.globo.com/v/4930605/>

²²¹ Original em francês:

Mônica – vous avez toujours su?

Rose – oui

Mônica – comment eles t’ont raconté ton histoire?

Rose – je ne sais pas, je ne me souviens pas

Mônica – c’était une chose naturelle

Rose – oui, voilà. J’ai toujours su. Je pense qu’elles me l’ont dit assez tôt, avec des mots adaptés à un enfant, je n’ai jamais eu un tabou à ce niveau-là.

²²² Original em francês:

Mônica - comment elles t’ont raconté ton histoire ? Qu’est-ce que tu t’en souviens?

Sophie – j’ai du mal a me souvenir parce que... ma mémoire... (rires). Je sais qu’elles n’ont jamais hésiter en nous en parler quand on était petites... si on avait des questions on pouvait les poser. Après est difficile quand on est petite d’avoir des questions sur quelque chose qu’on ne connaît pas trop. Mais oui, elles nous ont

Vale ressaltar que Rose, Sophie e Adèle foram as únicas três filhas concebidas por PMA com doadores anônimos que participaram da pesquisa. Quando Sophie se refere no plural às perguntas, ela está também se referindo à irmã Adèle.

Marion, adotada quando criança, também não relatou ter sido informada de uma forma específica sobre a homossexualidade de suas mães, nem sobre sua adoção. Juliette foi mais uma participante que afirmou não ter havido um momento em que soube da homossexualidade de sua mãe. As duas viveram durante alguns anos com a companheira de sua mãe, além de Juliette ter convivido de perto com outros casais homossexuais em sua própria casa, ao longo de toda sua vida. A homossexualidade de sua mãe nunca foi um segredo apesar de nunca terem tido uma conversa sobre o assunto.

Sua mãe lhe conta uma história sobre a pergunta que Juliette fez, quando criança, a respeito do que seria um *pédé sexuel*²²³. A resposta foi simples, segundo Juliette: “‘Minha querida, não se diz *pédé sexuel*. São pessoas do mesmo sexo que se amam’. Na minha cabeça foi simples na verdade. Eu tinha 6 anos, foi isso, minha mãe vivia com uma mulher, eu sempre soube e, depois disso eu jamais perguntei outra coisa sobre o assunto”.

Mathias, por exemplo, relata ter passado por situações durante sua infância em que a homossexualidade de sua mãe foi tema tratado entre eles de forma que uma criança pudesse compreender. Isso ocorreu, por exemplo, quando ela começou a se relacionar com mulheres ou quando o pai desqualificava o relacionamento homossexual da mãe, conforme exposto no capítulo 3. Num determinado momento da entrevista, ao conversarmos sobre sua relação com o pai, Mathias disse: “quando eu era pequeno meu pai me dizia ‘sua mãe é maluca, doente mental’ e tudo isso. Então, minha mãe sempre conversou comigo, me explicou as coisas. É por isso que eu não acreditei no meu pai”²²⁴. Mostrando, assim, o valor que os esclarecimentos ocuparam nessa relação familiar.

Sasnett (2015) ouviu relatos de adultos cujos pais são gays e/ou mães são lésbicas, nos Estados Unidos e, a partir deles, mostrou como identidades são construídas, manipuladas, reconstruídas e mantidas através de negociações que se baseiam em significados criados nas

expliqué assez jeunes... je sais parce que souvent en fait quand je disais que mes parents étaient homo, ils disaient : « ta mère est divorcée ? ». Je disais : « non, elles m’ont eu ensemble »... « comment ça se fait ? (rires). Du coup, bah, en fait, oui je savais assez tôt. Elles ont expliqué de manière simple, je crois (rires). Je sais pas trop, je sais juste que le savais.

²²³ *Pédé* é um termo que designa o homossexual masculino. Muito frequentemente utilizado de maneira pejorativa, passou a ser também assumida pelos gays como forma de esvaziar a conotação injuriosa. *Pédé sexuel* poderia ser traduzido como gay sexual.

²²⁴ Original em francês : « Moi, quand j’étais petit mon père me disait ‘ta mère est folle, c’est une malade mentale et tout ça’. Alors, après ma mère m’a toujours parlé , m’a toujours expliqué des choses. C’est pour ça que je ne croyais pas à mon père ».

interações sociais. Os/as participantes ouvidos/as (3 homens e 17 mulheres) tinham idades entre 18 e 43 anos. Destes, quatorze tinham mães lésbicas e seis tinham pais gays, sendo que dois deles/as tinham tanto mães lésbicas quanto pais gays.

Embora os relatos de experiências infantis de terem pais gays e mães lésbicas tenham sido de certa forma similares, distinguiram-se de como e quando souberam sobre a orientação sexual de pais e mães. O como e quando foram informados sobre a orientação sexual de seus pais e/ou mães, segundo a autora, mostrou ser o cerne de como conseguiram gerenciar suas identidades como filhos/as de pais e mães gays e lésbicas.

Observou-se, na presente pesquisa, que a maioria das/os entrevistadas/os foi criada/o sabendo sobre a homossexualidade de suas mães. De modo geral, a informação foi transmitida de maneira simples e desde muito cedo na vida das/os filhas/os. Contudo, foi interessante observar que, em alguns casos brasileiros houve a tentativa de manutenção da situação conjugal como um segredo e, em outros, houve um momento de revelação da homossexualidade das mães para as/os filhas/os.

Talvez o fato da quase totalidade das/os filhas/os brasileiras/os pertencerem a famílias homoparentais não planejadas, e da maioria das/os francesas/es pertencerem a famílias planejadas, possa ser um dos indicadores para que a distinção entre as pessoas entrevistadas nos dois países seja pensada. Entre os seis entrevistadas/os francesas/es, quatro faziam parte de uma família homoparental planejada conjuntamente pelo casal.

O planejamento de uma/um filha/o por um casal de mulheres requer conversas, trocas, suscita dúvidas e exige a tomada de decisões – além do investimento financeiro, no caso da escolha pela reprodução assistida, envolve busca pelo local, escolha de médico e escolha de características do doador, e do desgaste emocional envolvendo a tomada de hormônios e toda a alteração que causa e, no caso das francesas exige ainda a escolha do país onde o procedimento no caso da adoção, a espera e procedimentos legais.

Geralmente, durante o período de planejamento até o nascimento de uma criança através das tecnologias reprodutivas ou da adoção, quando a decisão é pela maternidade dupla sem a presença de um pai, uma série de questionamentos é colocada pelas futuras mães (PONTES, 2011). Muitas procuram se informar lendo sobre o assunto ou conversando com especialistas a respeito do desenvolvimento de suas crianças e de como tratar dúvidas que possam vir a ser colocadas por elas.

Bos, van Balen e van den Boom (2003) observaram que famílias homoparentais lésbicas, com uma ou duas mães, passavam mais tempo pensando sobre as razões para ter filhos/as do que as famílias heteroparentais. Esse fato pode, porventura, ser apontado como uma

pista para pensar os casos brasileiros em que as histórias foram envolvidas por um certo segredo e a totalidade dos casos franceses, nos quais isso não aconteceu. Apesar dos outros quatro casos brasileiros, a situação ter se assemelhado à dos franceses.

As famílias homoparentais de Carla, Livia e Raquel foram formadas de maneira recomposta, não houve um planejamento conjunto da maternidade, apesar de terem sido criadas por casais lésbicos. Contudo, entre as/os sete participantes brasileiras/os, somente um caso, o de Ana, foi de parentalidade lésbica planejada, ainda que monoparental.

Contudo, mesmo nos casos franceses em que formação familiar das famílias homoparentais se assemelharam às brasileiras, ou seja, não houve planejamento conjunto da maternidade, também não houve segredo das mães para as/os filhas/os. Dado que pode remeter a uma segunda pista, essa relacionada à própria diferença entre as duas culturas. Talvez as formas com que as mães francesas lidam com dizer, contar ou revelar sobre a homossexualidade delas para as/os filhas/os sejam o reflexo de diferentes processos de cidadanização.

Uma observação quanto à idade das mães, que poderia ser considerada como uma outra pista, não se configurou como elemento de distinção entre as mães brasileiras e francesas, uma vez que se assemelharam bastante nos dois países. Por mais que as mães brasileiras de Raquel possam ser lembradas como aquelas com idades avançadas, com 69 e 79 anos, também as têm as mães francesas de Rose, com 68 e 76²²⁵ anos e a de Juliette com 71 anos, apesar desta última ser uma feminista militante, com ideias libertárias para seu tempo, o que faz com que já seja um enorme diferencial. De qualquer forma, as idades em si podem não significar muito, devendo ser consideradas juntamente com os atravessamentos de classe social, escolaridade e contexto cultural.

5.2 Desafios da gestão de um segredo

De acordo com Eribon (2008), a injúria seria constitutiva da subjetividade homossexual. Esta é parte de um *continuum* linguístico do qual a fofoca e as brincadeiras, explícitas ou não, fazem parte. Mesmo aqueles que discordam da afirmação de que a injúria é elemento importante da relação com o mundo estarão de acordo com a afirmação de que a “agressão verbal sempre é possível e paira como uma ameaça instalada em cada instante da vida social” (ERIBON, 2008, p. 64).

²²⁵ A madrinha de Rose teria essa idade hoje em dia caso estivesse viva.

Aqueles/as que não as vivenciaram em sua própria vida são também conscientes de que esses insultos podem ser dirigidos contra si no momento em que sua homossexualidade for mencionada/revelada/descoberta (PICHARDO, 2013). O relato de Sara, participante da pesquisa realizada por Pichardo (2013) exemplifica o caso: “Isso assusta porque você vive como uma ameaça. Como se no momento que disser ‘sou lésbica’ terá problema em determinados aspectos de seu trabalho. Então prefiro não dizer”²²⁶ (PICHARDO, 2013, p. 152, tradução nossa). A homofobia afetaria, assim, não somente aqueles/as que sofrem a violência, a rejeição e o insulto diretamente.

Para Eribon (2008, P.28), a injúria contribuiria para determinar o tipo de relação a ser estabelecida com o outro e, mais, forjaria a subjetividade do indivíduo:

não é apenas uma fala que descreve. Ela não se contenta em me anunciar o que sou. Se alguém me xinga de “viado nojento” (ou “negro nojento” ou “judeu nojento”), ou até, simplesmente de “viado” (“negro” ou “judeu”), ele não procura me comunicar uma informação sobre mim mesmo. Aquele que lança a injúria me faz saber que tem domínio sobre mim, que estou em poder dele. E esse poder é primeiramente o de me ferir. De marcar a minha consciência com essa ferida ao inscrever a vergonha no mais fundo da minha mente. Essa consciência ferida, envergonhada de si mesma, torna-se um elemento constitutivo da minha personalidade.

A homofobia se manifesta de diferentes formas – da direta violência física e verbal até a “rejeição silenciosa e institucionalizada de pessoas identificadas como homossexuais, limitando seu acesso a direitos, espaços, reconhecimento, prestígio ou poder”²²⁷ (PICHARDO, 2009, p. 151, tradução nossa).

Segundo Borrillo,

o termo “homofobia” designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. (BORRILLO, 2010, p. 22).

Mathias se expressa a respeito disso quando diz: “Meu pai é homofóbico [...], é estanho, tem gente que faz comentários homofóbicos, mas que tem amigos homossexuais. É muito estranho! É parecido com o racismo. Meu pai tem comentários homofóbicos, é isso, ele conhecia pessoas que eram homossexuais e não era por isso que ele as rejeitava”²²⁸. A injúria

²²⁶ O texto original é: “eso acojona, porque tú lo vives como una amenaza. Como que en el momento en el que digas ‘yo soy lesbiana’ en determinados aspectos de tu trabajo tendrás problemas. Entonces prefieres no decirlo”.

²²⁷ O texto original é: “la homofobia se expresa en diferentes formas activas de violencia física y verbal, en un rechazo silencioso e institucionalizado de las personas identificadas como homosexuales, limitando su acceso a derechos, espacios, reconocimiento, prestigio o poder”.

²²⁸ Original em francês : « Mon père est homophobe [...], c’est bizarre, il y a des gens qui font des remarques homophobes, mais qui peuvent avoir des amis homosexuels. C’est bizarre! C’est pareil pour le racisme [...]».

constituiria “a injunção da homofobia afetiva com a cognitiva” (BORRILLO, 2010, p. 25). De acordo com Pichardo (2009, p. 151, tradução nossa): “É, portanto, evidente que não se pode refletir sobre a homossexualidade ou sobre as relações homossexuais sem levar em conta a homofobia”²²⁹.

Mudanças foram observadas, ao longo dos últimos anos, em relação à visibilidade e ao reconhecimento dos/as homossexuais em seus cotidianos, além das expectativas por parte dos/as próprios/as homossexuais, nas relações familiares, com colegas e amigos/as de um modo geral, de que a relação seja aceita e de que possam existir fora do armário. O atravessamento geracional impacta a visão dos acontecimentos e as relações estabelecidas.

Participante do movimento social e político que precedeu maio de 1968 e falecido em 1988, Guy Hocquenghem²³⁰ (1980) precisou dividir sua vida em duas: a do militante comunista e a do homossexual, temendo que a descoberta da sua homossexualidade pudesse interferir em sua vida política. Nessa mesma década, Pollak (1988) fez colocações que se assemelharam às de Hocquenghem, demonstrando a necessidade da clandestinidade:

as diferentes maneiras de falar da homossexualidade ilustram a passagem de uma geração à outra. Assim, a velha geração, aquela que teve de viver clandestinamente, utiliza, até mesmo entre amigos, perífrases como “ele é”, “ele é assim”. A geração intermediária insiste muitas vezes numa atitude militante. Quanto à mais jovem, que vive uma homossexualidade banalizada, já não precisa afirmar-se. Juntam-se a essas variações de idade as variantes socioculturais (POLLAK, 1988, p. 31).

Observam-se, assim, os atravessamentos geracionais na forma como os homossexuais lidam com a própria homossexualidade. Os questionários citados por Pollak (1988, p. 25) vão nos mostrar uma certa perspectiva quanto aos gays em relação “à gestão de uma identidade indizível”.

O homossexual é, portanto, condenado a uma gestão complexa de sua vida, muitas vezes dupla, às vezes desmultiplicada. Isso é confirmado, nos questionários, quando passamos das respostas relativas às práticas sexuais às concernentes à aceitação social da homossexualidade. Se a homossexualidade de mais de um terço daqueles que responderam a nossas pesquisas é ignorada por seus parentes mais próximos, os 25% de ‘não-respostas’ são aqui o número mais expressivo: eles indicam a ambiguidade de situações que o próprio homossexual não consegue decifrar, não sabendo simplesmente ‘em que pé está’ em suas relações com os outros [...]. as entrevistas mais abertas confirmam: a homossexualidade continua sendo, em termos exatos, ‘indizível’ (POLLAK, 1988, p. 26).

mon père, il avait des propos homophobes, voilà, il connaissait des gens qui étaient homosexuels et ce n’est pas pour ça qu’il les renait”.

²²⁹ O texto original é: “resulta, por tanto, evidente que no se puede reflexionar sobre la homosexualidad ni sobre las relaciones homosexuales sin tener en cuenta la homofobia”.

²³⁰ Escritor, professor de filosofia e militante em diferentes movimentos esquerdistas, participou de todo movimento social e político que precedeu maio de 1968. Foi membro fundador da frente homossexual de ação revolucionária (FHAR).

Contrastando com a perspectiva apontada por Pollak (1988), nas entrevistas apresentadas por Oliveira (2013), anos depois, alguns dos entrevistados reivindicam um outro lugar na dinâmica familiar. O que antes era indizível passa a ser um direito que precisa se fazer valer, o direito de estar fora do armário. Se Pollak (1988, p. 32) ressalta o “direito à diferença reivindicado pacificamente pelos mais jovens”, referindo-se à juventude dos anos 1980, o conformismo com uma vida clandestina não é, definitivamente, o pleiteado pela geração de jovens nos dias de hoje. Isso fica claro com os apontamentos de Oliveira (2013) em sua tese de doutorado na qual aborda os diversos significados da noção de aceitação, como uma categoria usada por gays e lésbicas para falar sobre suas relações familiares. A aceitação funciona como uma dádiva, sentida como expressão máxima do amor filial e, a falta dela, como atos que chateiam, machucam ou como formas de preconceito

Além do direito que precisa se fazer valer, um outro aspecto pertencente ao presente tema refere-se a uma espécie de obrigatoriedade do dizer numa sociedade em que se deve falar tudo. A geração que hoje tem filhos/as jovens ou adultos/as viveu sua juventude nos anos 1980, 1990. As mães dos/as filhos/as entrevistados/as têm, em sua maioria, entre 49 e 76 anos, somente duas delas têm 38 anos.

Pichardo (2009) relatou que a mulher de maior idade participante de sua pesquisa lhe confirmou ser complicado o contato com mulheres homossexuais de 70/75 anos, uma vez que viveram a homossexualidade de forma oculta durante a maior parte de suas vidas, e era provável que lhes fosse custoso falar sobre isso.

O “armário” ou o “segredo aberto”, segundo Sedgwick (2007, p. 19) tem um papel marcante na vida de gays e lésbicas, apesar do ganho de visibilidade por parte dos/as mesmos/as, da aquisição de alguns direitos e da relevância de alguns acontecimentos históricos.

Temos conhecimento, através tanto da literatura (PECHENY, 2004; ERIBON, 2008; OLIVEIRA, 2013) quanto de relatos de entrevistas, que uma das maneiras escolhidas para se lidar com olhares de desaprovação, com críticas, ofensas, insultos, violências sutis ou explícitas que a homossexualidade ainda provoca é o desenvolvimento de estratégias em relação a revelar ou não a própria homossexualidade para alguém. Geralmente, entra em cena uma avaliação da situação.

A utilização das estratégias não é sinônimo de segredo. Não contar algo não significa necessariamente que haja um segredo que não pode ser descoberto, conforme exposto acima. Ao mesmo tempo, não lidar com a própria homossexualidade como um segredo não significa, necessariamente, contar para todo mundo, nem sequer deixar de lançar mão de estratégias e de avaliações.

O “armário” seria, mesmo para aquelas pessoas assumidamente gays e que possuem apoio de seus próximos, uma presença formadora, havendo pouquíssimos que não estão no “armário” com alguém com quem se relacionam pessoal ou economicamente (SEDGWICK, 2007):

cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, [...] senhorio, médico, constrói novos armários [...], novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores que ela não sabe se sabem ou não. (SEDGWICK, 2007, p. 22).

O estigma associado à homossexualidade, que pode ser gerenciado, muitas vezes não é compartilhado na família e “esse fato possibilita que a homossexualidade se torne um segredo fundante das identidades e relações pessoais, dando origem a tipos particulares de interação e conflito e sedimentando laços entre aqueles que o compartilham” (OLIVEIRA, 2013, p. 36). Dá-se origem, assim, “ao traçado reiterado de fronteiras específicas entre ‘vida pública’ e ‘vida privada’” (POLLAK, 1990, p. 29).

Mas a manutenção de um segredo custaria caro para aquele que assim escolhe? (OLIVEIRA, 2013). E sua revelação?

O que estaria em jogo com o digo, conto, revelo ou não? O que é temido ou o que se perde ao não se falar, contar ou revelar?

Segundo Eribon (2008, p. 74): “É um paradoxo insuperável: o gay que decide se dizer, expõe-se ao comentário irônico ou condescendente e, às vezes, à má acolhida, e aquele que prefere calar-se coloca-se numa situação falsa e, ao menos, dependente”.

A tensão entre o dizer e o não dizer, o expor ou não de mães lésbicas sobre a orientação sexual para suas/seus filhas/os ou nas suas relações de modo geral, traz a porosidade entre o público e o privado. O quanto isso seria de foro íntimo, só dizendo respeito às próprias mães, ou o quanto isso diria respeito às/aos filhas/os, uma vez que, pelo que tem sido aqui exposto, a homossexualidade de suas mães atravessa suas vidas?

Segundo Borrillo:

o pudor e a discrição devem orientar os atos homossexuais, sempre taciturnos, ao passo que a heterossexualidade exhibe-se livremente, sem necessidade de qualquer justificativa. As práticas homossexuais e suas manifestações são de natureza privada e permitidas com a condição de permanecerem circunscritas a esse espaço. Em compensação, ao assumirem a forma heterossexual, as mesmas condutas tornam-se expressão de amor e se desenvolvem livremente no espaço público: os heterossexuais beijam-se e dançam juntos na rua, mostram publicamente as fotos dos/as parceiros/as, declaram em público amor eterno e nunca fazem o *coming-out* heterossexual, já que o espaço público lhes pertence. Mas, quando um gay ou lésbica têm a ousadia de empreender uma dessas manifestações, eles/as são imediatamente considerados/as militantes ou provocadores/as. (BORRILLO, 2010, p. 77).

Segundo Borrillo (2010, p. 76), “a tolerância é a palavra de ordem da homofobia liberal”. A homofobia liberal limita gays e lésbicas ao silêncio da vida privada e sustenta que o Estado deve garantir o exercício da liberdade homossexual enquanto restrita à intimidade, fazendo valer, assim, uma lógica da exclusão.

Bruna – [...] As pessoas olhavam meio estranho, mas fora isso... assim, restaurante, como elas [sua mãe e a companheira dela] são carinhosas, ficava uma fazendo carinho na outra, eu via que tinha alguns olharem assim diferentes, olhando: “Olha”. Mas só, também.

Mônica – Mas isso gerava algum tipo de tensão em você? Porque você observava que as pessoas estavam olhando...

Bruna – É... olha, assim, tensão não. Eu achava as vezes desagradável. Porque [...] era uma parada normal pra mim, era uma coisa, assim, bem normal. Quando eu via pessoas assim: “Ó”, eu só não entendia porque elas achavam tão estranho.

Interessante observar que Bruna estranhava o estranhamento alheio em relação ao comportamento afetuoso em público de sua mãe e da companheira dela, e não a troca de carinho entre elas. Conforme Eribon diz (2008, p. 70), “[...] vemos bem que o que coloca problema não é tanto ser homossexual, mas dizê-lo...”, ou demonstrá-lo, eu diria. Fazem-se presentes o “silêncio imposto” e a “dissimulação forçada” (ERIBON, 2008, p. 70) como formas de gestão da comunicação ou do segredo (PECHENY, 2004). Tais formas de gestão seriam um dos traços das vidas homossexuais, segundo o autor.

A narrativa é um exemplo do quanto há um entendimento de que a liberdade entre homossexuais deve se restringir à intimidade, ao privado, e aponta para uma das formas de inscrição das/os filhas/os na história homossexual de suas mães. Os olhares não eram a ela dirigidos, e sim à sua mãe e à companheira dela. Negando se sentir tensa, estranhava as pessoas não acharem normal

O *coming-out* da homossexualidade significaria,

nesse sentido, um momento libertador; por esse gesto, um grande número de gays e lésbicas entendem acabar com uma forma de clandestinidade em que haviam sido confinados. [...] e, por conseguinte, permitir restaurar a própria autoestima e a de seus semelhantes. (BORRILLO, 2010, p. 103).

Ao mesmo tempo, o *coming-out* pode significar uma maneira de prestar contas à sociedade, uma justificativa, com fortes conotações de uma confissão:

Nenhum heterossexual sonha em fazer seu coming-out, uma vez que ele já se encontra no universo público; em razão de sua ‘normalidade’, ele usufrui desde sempre da presunção de heterossexualidade. Por sua vez, o homossexual, em decorrência de sua diferença, deve apresentar-se, solicitar autorização e prevenir os ‘normais’ de sua entrada em um território que não é naturalmente destinado a ele. Mas essa demanda não será o sinal do reconhecimento dessa forma de dominação heterossexista? (BORRILLO, 2010, p. 103).

De acordo com Eribon:

o “armário” foi com tanta frequência denunciado pelos militantes homossexuais como o símbolo da “vergonha” e da submissão à opressão que se acabou esquecendo ou negligenciando que ele também pode ser, e ao mesmo tempo um espaço de liberdade e um meio – o único – de resistir e de não se submeter às injúrias normativas.²³¹ (ERIBON, 2008, p. 67).

Dessa forma, diferentes repertórios de comportamentos são desenvolvidos e colocados em prática, estratégias são criadas e o “armário”, enquanto dispositivo de regulação proposto por Sedgwick (2007), pode ser utilizado de múltiplas formas, e não imposto como única maneira de se viver a homossexualidade.

A apropriação dos insultos por parte dos/as próprios/as homossexuais de forma a dar-lhes outra conotação, retirando a força de seu poder de humilhação, e a utilização de referências positivas de pessoas homossexuais são ferramentas utilizadas como formas de enfrentamento da homofobia (PICHARDO, 2009).

Foucault, ao mencionar a regra da polivalência tática dos discursos, sobre o que se diz sobre o sexo, assinala que:

os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder e, também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (FOUCAULT, 1988, p. 111).

Foucault aponta a complexidade da questão, para a qual não há uma maneira ou um efeito válido de uma vez por todas. O silêncio das mães e, às vezes, das/os filhas/os funcionaria como estratégia, em vários momentos, para lidarem com a tensão entre a heteronormatividade e suas famílias homoparentais.

Apesar das mudanças observadas ao longo dos últimos anos em relação à visibilidade, ao reconhecimento e à aquisição de direitos por parte dos homossexuais, há aqueles que consideram que pouca coisa mudou quando o assunto é a forma como a sociedade de um modo geral lida com a sexualidade chamada desviante de seus integrantes, ou como os membros de uma família lidam com a homossexualidade de seus familiares. De qualquer maneira, o “amor que é famoso por não ousar dizer seu nome”, como nos lembra Sedgwick (2007, p. 21), ainda perturba e é percebido como algo a ser mantido em segredo por alguns/algumas ou revelado

²³¹ Importante ressaltar que a publicação original desse livro data de 1999.

por outros/as, mas não sem antes passar por uma avaliação da situação. Conforme descrito por Pecheny (2004) acima, considera-se o “segredo” em seus vários significados.

Interessante observarmos que algumas mães, madrinhas e companheiras das mães viveram suas relações amorosas, mas não as assumiram como tais diante das filhas. Ainda que estivessem nos espaços privados, comportaram-se como se fossem amigas, restringindo ainda mais seus espaços. Mas não é assim que os casais de gays e lésbicas de gerações anteriores aprenderam que devem se comportar? Como se não fossem?

Aqueles/as que possuem um “defeito secreto” camuflam símbolos de um estigma, lançando mão de técnicas para manipulação das informações sobre si (GOFFMAN, 1982, p. 103). Como a homossexualidade, quando vista como um estigma, não é um estigma visível, sua aparição pode ser gerenciada de diversas maneiras.

Algumas mães acabaram por fazer uso disso. Raquel, por exemplo, relata a preocupação de sua mãe quando reproduz uma fala dela: “A gente se gosta, a gente se respeita. Você já viu alguma coisa?”. A preocupação de sua mãe era que Raquel tivesse visto alguma demonstração de afeto entre elas. Tanto não viu quanto se surpreendeu quando soube que suas mães formavam um casal. As mães de Raquel não se apresentavam como tal para a filha, apesar da relação entre ambas nunca ter sido um segredo na família. Ou seja, assumiam a relação homossexual para amigos/as e familiares, mas tinham a preocupação de que a filha percebesse algo.

A postura de discrição da própria homossexualidade é descrita por Garcia et al. (2007) como quando mães lésbicas adotam certas estratégias com o objetivo de evitar que seus/suas filhos/as sofram discriminação, precaução por temor de perda da guarda e receio mesmo de serem rejeitadas por eles/elas. Segundo os/as autores/as, “a ideia de que os/as filhos/as sofreriam menos se não soubessem ou não percebessem que as mães são homossexuais” (GARCIA et al., 2007, p. 294) estaria implícita nos relatos de algumas das dez mães lésbicas, com idades aproximadas entre 24 e 45 anos.

Tal posicionamento estaria em desacordo com a postura de mães que têm um perfil e um cotidiano orientados para a militância política, descrito por Medeiros (2006). O casal apresentado no referido trabalho não evita a demonstração de afeto na frente das crianças, possui em casa símbolos visíveis que expressam claramente o orgulho pela causa gay e lésbica como, por exemplo, bandeira do arco-íris na estante da sala, e utilizam camisetas do movimento lésbico. As filhas, de 9 e 12 anos, também usam broches e camisetas do movimento e penduram, na mochila da escola, um chaveiro com um sapinho, como forma de afirmar a posição lésbica, reapropriação do termo “sapatão”.

Segundo Medeiros (2006), a postura adotada pelo casal não significa que não tenham preocupação quanto a reações discriminatórias que as próprias filhas possam vir a sofrer. A maneira que encontraram para enfrentar a situação foi a de conversar de forma aberta com as filhas, bem como deixar explícita a situação para a vizinhança, o que evitaria a reação de surpresa e as fofocas. Elas fazem questão de não esconder, não omitir.

Raquel diz ainda que se suas mães fossem politizadas, caso tivessem alguma ligação com a militância, enxergariam a própria homossexualidade de outra forma e não teriam problemas caso Raquel fosse homossexual, porque isso não recairia sobre elas como culpa: “Eu acho que nessa hora a educação faz diferença. Ser educada para ter um olhar pra isso. As duas não se sentiriam culpadas se eu fosse gay, se fossem participantes, sei lá, na militância, elas iam ter um olhar diferente pra essa culpa [...]”.

A mãe de Juliette sempre se assumiu²³² como lésbica e Juliette sempre soube. Apesar disso, Juliette expressa que nunca viu qualquer tipo de demonstração afetiva entre sua mãe e sua companheira, além de beijinhos. Não havia demonstrações de carinho, mas tampouco preocupação de que a filha pudesse ver algo que sugerisse que eram um casal lésbico:

Eu acho que a educação que eu tive, minha mãe assumiu o que ela era e eu tenho a tendência a crer que, eu não tenho certeza que as lésbicas assumam que sejam lésbicas [...] além disso, minha mãe sempre foi muito pudica...[...] fora uns beijinhos, nunca vi minha mãe dar beijo de língua na sua companheira. Ela sempre foi muito pudica quanto a isso, o que a fez com que, de certa forma ela me deixou a liberdade da minha própria orientação... eu quero dizer eu, eu vejo em algumas lésbicas, mas com hetero é parecido, uma tendência a falta justamente de pudor ou elegância, [...] em relação às crianças. Eu acho que uma criança... ela não precisa ver tudo... o que fez com que num dado momento eu tenha dito “o que é um péde sexual”, porque eu escutava “pédé” na escola. Porque minha mãe teve mulheres e eu coloquei a questão pra ela. Ela me explicou. Mas deixando também o imaginário se constituir. Além disso, minha mãe me mostrou filmes extraordinários de lésbicas, etc, mais para minha cultura geral que para outra coisa e ela sempre fez dentro de uma abertura também, tanto bem hetero quanto homo, mesmo que ela nunca tenha dito: “ah, os homens, os homens...”(risos). (Juliette).²³³

²³² Muitos dizem que “assumir” estaria em xeque porque ninguém se assume gay, por isso não ser um crime. Contudo, nos movimentos LGBT, o termo assumir é utilizado uma vez que eles entendem que tal termo também é usado para assumir um filho, assumir que está apaixonado, etc., significaria declarar com orgulho, significaria amor e empoderamento, e não assunção de um crime. Seria sinônimo de declarar, sair do armário.

²³³ Original em francês:

Moi, je crois dans l'éducation que j'ai eu, en fait, que ma mère elle a assumé ce qu'elle était et j'ai la tendance à croire que je ne suis pas sûre que toutes les lesbiennes assument qu'elles sont lesbiennes [...] et après ma mère a toujours été très pudique ... ça s'applique aussi aux couples hétéros, hormi petits bisous, je n'ai jamais vu ma mère rouler une pelle avec sa copine. Elle a toujours été très pudique par rapport à cela, ce qui a fait que quelque part elle m'a laissé à moi la liberté de ma propre orientation [...] c'est ce que je peux voir parfois dans certaines lesbiennes... mais hétéro pareil, une tendance à manquer justement de pudeur ou d'élégance en tout cas peut-être dans l'intimité de la relation en tout cas par rapport aux enfants. Je crois qu'un enfant... il n'a pas besoin de tout voir. Ce que fait qu'à un moment donné je me suis dit : « ce quoi un péde sexual ? », parce que j'entendais « pédé à l'école. Parce que ma mère a eu des femmes et je lui ai posé la question. Elle m'a expliqué. Mais en laissant aussi l'imaginaire se constituer. Après ma mère m'a montré des films extraordinaires de lesbiennes, etc, mais plus pour ma culture générale que pour autre chose et elle a fait toujours dans une

A questão de a mãe assumir ou não a própria homossexualidade foi apontada por Juliette como algo importante para os/as filhos/as e a maneira como lidarão com a questão da homossexualidade de sua/s mãe/s. Ana também falou sobre isso quando relatou que “elas nunca fizeram nada na minha frente”, referindo-se à mãe e à companheira dela – outro casal que sempre se assumiu diante da filha enquanto casal lésbico, assim como diante da sociedade, apesar de não expor certas intimidades. Uma coisa é a intimidade do casal (que não diz respeito às/aos filhas/os), outra é não demonstrar afeto pelo fato de serem duas mulheres, ou se esconder, da mesma forma como trocas de afeto em público não querem dizer, necessariamente, assunção.

Algumas mães de filhos e filhas entrevistadas/os viveram, ao longo da vida, a relação com a própria homossexualidade de forma pouco assumida, enquanto outras não tiveram dificuldades em compartilhar a informação. Assim, a forma como essas mães lidam com sua própria orientação sexual pode ser uma pista para a compreensão de como elas apresentaram tal questão para suas/seus filhas/os.

Carla relata o seguinte:

Minha mãe não falou para eu não contar pra ninguém, mas eu sei que ela tem um pouco de preconceito dela ser gay, eu sei disso. Ela não fala, mas eu consigo sentir. Minha mãe já teve umas 3 namoradas depois da minha dinda, e nunca foi aberto pra família: “estou namorando”. (Carla).

Carla deixa claro, no relato acima, que, por mais que sua mãe não seja explícita em relação a quem pode ou não saber sobre sua homossexualidade, sente que ela tem preconceito e a maneira como a informação foi lhe revelada pode ser um desdobramento.

A fala de uma mãe entrevistada durante realização de minha pesquisa de mestrado expõe isso: “Quando você é solteiro e namora, ou mesmo casa e não tem filhos, você consegue lidar com isso com mais facilidade. Se eu tô no mercado com você ou com ela, ninguém sabe da minha relação com ela [...]. É mais fácil lidar né?” (PONTES, 2013, p. 232).

Com a chegada dos/as filhos/as, o manejo da informação por parte das mães pode se limitar. Os/as próprios/as filhos/as acabam por expor a configuração familiar e, conseqüentemente, a orientação sexual de suas mães. Vejamos o relato de outra mãe, também entrevistada na época do mestrado:

se a gente [as duas mães] tá dentro de uma padaria e começa “mãe, mãe”, duas mães. Se a gente achar que não vai ser o momento de criar nenhum impacto, [...] a gente deixa eles chamarem. Agora, se perguntarem: “quem é a mãe”, uma de nós responde: “sou eu” e a outra fica quieta. Mas já aconteceu [de perguntarem]: “ué, não é ela que é a mãe?”, [nesse caso respondemos]: “não, as duas”. Se a pessoa questionar, a gente

overture aussi bien hétéro comme homo, même si elle ne m’a jamais enfin dit « ah, les hommes, les hommes... » (rises). (Juliette).

responde: “as duas são mães”. Mas, se estivermos num ambiente em que aquela relação não vai pra frente, a gente não dá muita explicação, não. Ficam chamando de mãe as duas e, se perguntarem, responde quem está na frente. (PONTES, 2013, p. 235).

Há uma espécie de avaliação da situação para que a forma de proceder seja decidida, mesmo que se trate de uma avaliação rápida. Cada situação é uma e exigirá uma nova avaliação. No exemplo da mãe acima, dependendo do andamento dos acontecimentos, do quanto as pessoas perguntam ou não, a homossexualidade pode acabar por se expor.

A dinâmica entre assunção ou não, exposição ou não, por parte das mães está presente nas famílias em questão e pode revelar formas plurais de conviverem com a própria orientação sexual. Cada qual vai buscar seu caminho, mais para a margem ou não, e não há maneira certa, apesar de os elementos componentes dos dispositivos da sexualidade e da maternidade aí se cruzarem e operarem de maneira a capturar essas mães numa lógica em que cuidados maternos estejam acima de tudo. Mas, o que seria o cuidado?

De acordo com Gross (2013), é muito frequente a preocupação de gays e lésbicas que desejam ter filhos em relação a possíveis situações difíceis que os mesmos possam vir a sofrer devido à orientação homossexual dos próprios/as pais e/ou mães.

Muitos desses pais e mães gays e lésbicas que se preocupam com possíveis situações difíceis que seus filhos/as possam vir a passar foram, eles/elas próprios/as, alvos de insultos e agressões. E, em algumas vezes, de rejeições não só no ambiente escolar, mas também no familiar.

Boa parte das pessoas entrevistadas por Pichardo (2009), na Espanha, em idades, contextos socioeconômicos diversos, viveu experiências homofóbicas durante o período escolar. É justamente em um dos principais espaços de socialização em nossa cultura, o próprio ambiente escolar, onde se aprende desde a infância que a homossexualidade não seria um caminho “correto” e onde a violência homofóbica se encontra invisibilizada e normalizada, segundo o referido autor.

Os riscos de estigmatização e de zombarias são parte da infância; zombarias ocasionais são diferentes de uma rejeição sistemática. É preciso levar em conta as relações sociais das crianças para determinar se a situação é preocupante. Trabalhos existentes (BREWAEYS; PONJAERT-KRISTOFFERSEN; VANFRAUSSEN, 2002; BOS; GARTRELL, 2010) mostram que as crianças cujos pais e mães são gays e lésbicas são geralmente aceitas pelos seus pares e formam amigos sólidos, mesmo que possam ser objeto de brincadeiras por parte desses amigos.

Bos e Gartrell, em 2010, desenvolveram estudo, nos Estados Unidos, com 39 meninas e 39 meninos de 17 anos, criados em lares com mães lésbicas e acompanhados desde o nascimento. Dentre os participantes, 41% viveram uma estigmatização homofóbica. Os resultados das análises indicam um número maior de problemas de comportamento entre os jovens estigmatizados; contudo, a relação próxima e positiva com suas famílias teve papel de neutralizar os efeitos negativos da estigmatização.

5.3 O armário das/os filhas/os

Eribon (2008, p. 70) questiona: “Deve-se revelar que se é homossexual? Quando fazer isso? Sempre é um problema saber a que outros se deve dizer”, sejam familiares ou amigos/as. Com a diferença de a homossexualidade não ser delas/es, seriam essas perguntas formuladas também pelas/os filhas/os?

De acordo com Sedgwick (2007, p. 22), “o armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays”. Assim, a partir do conhecimento sobre a orientação sexual de sua/s mãe/s e madrinha, as/os filhas/os entrariam no “armário”. E como elas/eles lidariam com isso?

As/os filhas/os entrevistadas/os, além de terem crescido, na sua maioria, numa época em que a homossexualidade estava mais visibilizada e de demonstrarem abertura na forma como foram criadas/os, cresceram também com um outro modelo de relação possível, o homossexual. Será que o temor das mães de os/as filhos/as sofrerem discriminação devido à homossexualidade delas, mencionada anteriormente, é vivenciado da mesma forma por elas/eles? Como a introdução de sua família “não-tradicional” é feita junto aos/às amigos/as? Como as/os filhas/os lidam com a informação de que suas mães são lésbicas nas suas relações sociais? Haveria uma hesitação por parte dessas/es filhas/os quando o assunto é falar de suas famílias? Se sim, o que faria com que evitassem (ou hesitassem sobre) o conhecimento da orientação sexual de suas mães?

Quem poderia saber sobre sua família e quem não? Em relação a isso, Carla diz que: “O meu namorado sabe minha história toda, minhas melhores amigas, mas eu não vou sair pela escola toda, para todos os meus amigos e falar. Minha mãe e minha dinda nunca me incentivaram a falar”.

A questão do dizer, contar ou revelar (ou não), que seria central na experiência de homossexuais, de acordo com Eribon (2008), também passa a estar presente na vida de suas/seus filhas/os, com a diferença de que a questão em jogo não diz respeito a uma particularidade de suas vidas, mas das de sua/s mãe/s. A homossexualidade delas atravessa seus

cotidianos agora sob o prisma do dizer, contar ou revelar (ou não) da composição familiar. Assim, a história homossexual passaria a ser deles/as também.

Há aquelas/es que dizem sobre suas mães ao longo de uma conversa, quando o assunto surge, quando contam sobre relações familiares, sem que haja um momento ou uma forma escolhida ou uma explicação a ser dada. Há as/os que contam, selecionam para quem, quando e a maneira. Geralmente a pessoa é de sua rede social e o critério confiança é o que decide. Há as/os que revelam, retiram um véu que cobria o segredo, mesmo que não tenha sido desejado, mas talvez necessário.

Lívia, por exemplo, expressou sua indignação quanto a ter que lidar com algo que não diz respeito a ela: “Nem fui eu que escolhi isso e estou tendo que passar por isso”. Ela foi a única entrevistada que se expressou dessa forma. Muito provavelmente há uma relação com a forma como as relações se dão em seu contexto familiar. Nenhuma/um outra/o filha/o expressou de forma explícita sentir-se enredado em algo que não lhe diz respeito.

A partir do conhecimento de que sua mãe e sua madrinha são lésbicas, a situação passa a ser avaliada, antes de contada ou revelada (ou não). Carla relatou:

Alguns amigos meus sabem, mas outros não. Tem muita gente que faz um pré-conceito. Muitos amigos meus, colegas meus não se mostram preconceituosos porque a sociedade não deixa mais, mas você vê pelas atitudes. [...] até as minhas primas já perguntaram pra mim se eu já sofri algum tipo de preconceito. Nunca. Porque não é evidente. Eu acho até também porque as pessoas que se relacionam com minha mãe, com minha dinda ou comigo não gerariam nenhum tipo de preconceito. (Carla).

Parece mesmo haver uma seleção daquilo que é contado e para quem é contado. Ao contar, Carla confia, conforme pressuposto no significado de “contar”. De acordo com Zemleni (1984 apud PECHENY, 2004), elege a quem confidenciar, comunicando a alguns amigos, mas não a outros.

Carla frequentou uma mesma escola, dos 3 até os 14 anos de idade. Ao ser questionada sobre se na referida escola as pessoas tinham conhecimento de que sua mãe e sua madrinha formavam um casal ou se perguntavam sobre isso, Carla diz que: “Ninguém perguntava, ninguém cochichava” e completa, falando sobre seu receio: “Eu tenho um pouco de medo das pessoas descobrirem, mas ao mesmo tempo não tenho. Tenho medo das pessoas botarem um pouco de preconceito ou fazerem preconceito com a minha família [...] por isso de eu só falar para as pessoas que eu quero”. Ao ser perguntada se, em seu comentário de só falar para quem quer, haveria uma relação entre a confiança e a proximidade dessas pessoas em relação a ela, Carla responde: “As pessoas que sabem são as mais próximas”.

Segundo Carla, expressões de ideias preconceituosas não seriam bem vistas por uma parcela da sociedade por não serem politicamente corretas²³⁴. Contudo, algumas atitudes denunciariam essas ideias, mais ou menos camufladas, denotando, assim, que a possibilidade de preconceito e de discriminação, explícitos ou não, deve ser levada em conta. Mesmo que não sejam elas/eles próprias/os os/as homossexuais, podem vir a ser afetadas/os pelo discurso homofóbico. Na tentativa de evitar ser alvo de preconceito e/ou de discriminação, passa a ser necessário pensar antes de falar. Portanto, a possibilidade é sempre presente e pode ocorrer a qualquer momento. Nesse sentido, certas estratégias são traçadas com intuito de se protegerem, mesmo que as/os filhas/os não tenham sido vítimas diretas. Uma delas é a escolha da pessoa a quem vai ser contado.

Lívia disse: “Às vezes as pessoas perguntavam quem era ela [companheira da mãe], mas perguntavam com jeito, nunca senti preconceito nisso”. Mesmo assim, inventava histórias para justificar a sua presença. No início da relação das duas, Lívia ficava preocupada com “o que vão falar?”. Havia inquietação em relação ao seu namorado também. Lívia começou o namoro com 17 anos de idade e, após anos de relacionamento, ainda não havia revelado a relação de sua mãe com a companheira:

Lívia – Depois de 3 ou 4 anos de namoro, ele disse: “Eu sei da verdade, não sei por que você se preocupa tanto”.

Mônica – O seu medo é que ele achasse algo de problemático na situação, qual era o seu medo com ele?

Lívia – Eu era tão imatura! Temia a relação pudesse mudar, medo de ser discriminada [...].

E continua: “mudei completamente meu comportamento”, evitando que os colegas fossem em sua casa por vergonha. Com o namorado, sentia-se envergonhada também.

Agressões de cunho homofóbico – que podem variar do olhar de desaprovação, passando pelo cochicho e por brincadeiras até a agressão física ou verbal direta –, ou a sua possibilidade, estão presentes nas vidas dos homossexuais e, segundo relatos dos/as entrevistados/as, na vida de seus/suas filhos/as também, pelo menos como ameaça. Não me foram relatos pelas/os filhas/os episódios de agressões diretas, nem física nem verbal que tenham sofrido. No entanto, a probabilidade de que algo pudesse ocorrer esteve presente de forma mais ou menos intensa em muitos relatos.

²³⁴ A entrevista com Carla foi realizada no início de 2016 e o momento político era distinto do que vivemos hoje, dois anos depois. Inclusive, a partir da campanha presidencial do ano passado, observaram-se muitas manifestações contrárias a gays e lésbicas, tanto nas redes sociais quanto nas ruas, marcando, assim, uma espécie de autorização para posicionamentos politicamente incorretos.

Especialmente durante as manifestações francesas contra o *mariage pour tous*, os/as filhos/as de homossexuais se sentiram bastante feridos com comentários proferidos às famílias homoparentais. Por mais que as colocações não fossem dirigidas a eles/elas em particular, e fossem uma expressão da dimensão cultural da homofobia, esses/essas filhos/as tomaram-na em seu aspecto pessoal e sentiram-se fortemente afetados/as.

Desde cedo, crianças compreenderiam que muitos insultos utilizados por colegas, e às vezes mesmo por adultos, dizem respeito às pessoas que são como seus pais. Como eles/elas reagiriam a isso? Seria a injúria constitutiva também da subjetividade dos/as filhos/as de pais e mães gays e lésbicas? Quais caminhos encontrados por eles e elas para lidarem com certas situações?

O dizer ou não para seus/suas colegas e amigos/as sobre terem duas mães, ou uma mãe e uma madrinha, ou sobre suas mães formarem um casal é também dizer da sexualidade de sua/s mãe/s, tema que não costuma ser compartilhado entre amigos/as. Mas seria também dizer deles/delas próprios/as?

Mais uma vez, a dimensão público/privado se apresenta em sua dinâmica relacional. Enquanto o tema sexualidade das mães não seria de interesse de ninguém, exceto delas mesmas, o assunto é convocado porque a configuração familiar hegemônica se altera, se desvia da norma e os/as filhos/as precisariam saber lidar com isso.

Bruna, que foi criada desde sempre convivendo com sua mãe e a companheira dela, relata a situação sobre dizer ou não sobre sua mãe se relacionar com outra mulher da seguinte maneira: “Ninguém nunca me perguntou. Sou sempre eu que falo. Perguntam da minha mãe e eu acabo falando ‘ah, porque minha mãe se relaciona com outras mulheres’”. Interrogo como ela se sente quanto a isso, e Bruna responde: “De boa”. Bruna não espera que a pergunta seja feita explicitamente. Ela simplesmente diz sobre sua mãe, demonstrando lidar bem com a situação.

Carla já adota um outro posicionamento. Enquanto não sabia sobre o relacionamento da mãe e da madrinha, dizia que eram amigas. Mas, ainda hoje em dia, o outro precisa ser explícito na pergunta para que ela conte. Talvez entre em cena aí o quanto cada uma se sente à vontade com o fato de ter sido criada por mães que se relacionam com mulheres, no que tange ao convívio social. O quanto estar à vontade tem a ver com a forma como foram apresentadas à questão por suas mães ou madrinha? Há situações também nas quais os/as filhos/as não relatam problemas quanto à homossexualidade de sua/s mãe/s, nem mesmo em suas relações sociais, mas imaginam que as mães prefiram que nada se diga a respeito.

Raquel faz o seguinte relato sobre como foi lidando e vivendo com o dizer ou contar (ou não) depois de passado o primeiro momento de compartilhar a novidade com as quatro amigas íntimas:

Nunca foi um problema falar disso ou viver isso, [...]. Quem me conhecia na minha casa, eu falava: “Essa é minha mãe e essa é minha mãe”. “Ah! você tem duas mães?”. “Tenho, foram elas que me criaram”, aí eu conto. Se não for nesse contexto... (Raquel)

Bruna, Sophie e Carla, por sua vez, relatam o seguinte:

Bruna

Mônica – Em algum momento você precisou esconder?

Bruna – Não, não

Mônica – Falava quando achava que tinha que falar

Bruna – É, nunca cheguei: “Oi, meu nome é Bruna e minha mãe é gay”[risos], sempre falei, sempre fui muito tranquila com isso...

Sophie

Sophie – A cada vez que tenho que explicar ou sempre que falo sobre ela, eu dizia: “minha madrinha” e as pessoas dizem “ah, mas você é bem próxima de sua madrinha” (risos). Eu dizia: “Não, é minha segunda mãe, e é isso”. Eu estava sempre aberta para dizer que eu tinha duas mães. Na verdade, eu acho que não me importo nem um pouco com o que os outros pensam de mim, então eu nunca tive muita dificuldade para falar sobre isso, nunca me incomodei com isso...

Mônica – Então não houve um momento em sua vida em que essa questão foi complicada ...

Sophie – Não, francamente não. Na verdade, é um pouco minha personalidade também, eu tenho uma tendência a não me importar com o que as pessoas pensam sobre mim... se as pessoas começarem a falar sobre seus pais e mães, eu posso dizer: “Ah, meu pai, que eu não tenho”. Ah, eu explico que tenho duas mães, são duas mulheres, pronto e então passamos para outro assunto. Em geral tenho amigos que aceitam bastante... Nunca esbarrei com pessoas que me insultaram, que acham que isso é horrível, é isso (risos).²³⁵

²³⁵ Original em francês :

Sophie – [...] à chaque fois que je dois expliquer ou à chaque fois que je parle d'elle je disais « ma marraine » et puis les gens disaient « ah, mais tu es très proche de ta marraine » (rires). Je disais « bah non, c'est mon deuxième parent et voilà quoi ». J'ai toujours été très ouverte au fait de dire que mes parents c'étaient deux femmes. En fait je pense que je m'en fiche un petit peu de ce que les autres pensent de moi, du coup j'ai jamais eu trop de problèmes à en parler, je ne me suis jamais vraiment embêté avec ça, enfin...

À chaque fois que je dois expliquer ou à chaque fois que je parle d'elle je disais « ma marraine » et puis les gens disaient « ah, mais tu es très proche de ta marraine » (rires). Je disais « bah non, c'est mon deuxième parent et voilà quoi ». J'ai toujours été très ouverte au fait de dire que mes parents c'étaient deux femmes. En fait je pense que je m'en fiche un petit peu de ce que les autres pensent de moi, du coup j'ai jamais eu trop de problèmes à en parler, je ne me suis jamais vraiment embêté avec ça, enfin...

Mônica – donc il n'y a pas eu un moment de ta vie où cette question était compliquée...

Sophie – non, franchement non. En fait c'est un peu ma personnalité aussi, j'ai une tendance à m'en fiche un petit peu de ce que les gens pensent de moi... si le gens commencent à parler de parent je peux dire « oh mon père que je n'ai pas ». Bah, J'explique que mes parents sont deux femmes, voilà et après on passe à autre chose. En général j'ai des amis qui sont plutôt acceptant... je ne suis jamais tombée sur des gens qui m'aient insultée, que trouvent que c'était horrible, voilà (rires).

Carla

Não perguntavam. Quando eu comecei a contar foi com uma melhor amiga, praticamente todas as minhas amigas são mais liberais nesse sentido, [...] minha amiga, tipo, ela gosta de pessoas, sabe? Aí eu contei, aí ela agiu naturalmente. É normal.

No caso de Livia, quando lhe faziam algum tipo de pergunta sobre a companheira da sua mãe, inventava histórias para justificar a sua presença. Quando não perguntavam nada, não dizia nada. Marion, por sua vez, relata que, antes de dizer sobre sua família, procura saber o que as pessoas pensam sobre determinados assuntos.

A atitude que os/as filhos/as adotam sobre como lidar com essa característica de suas famílias homoparentais aparece, também, na questão de como chamar cada uma das mães. Em geral, proposto pelos/as pais/mães aos/as filhos/as desde cedo, os nomes refletem a maneira como encorajam as crianças a chamá-los/as em casa (OLIVIER, 2015).

De acordo com Cadoret (2014), a terminologia de parentesco nos revela uma espécie de quadro que classifica os indivíduos em posições estruturais diferenciadas de acordo com cada sociedade que elabora seu sistema e princípio de categorização dos parentes, desde os mais próximos aos mais distantes. Segundo a autora, algumas denominações podem corresponder a apenas uma pessoa, como, no nosso vocabulário, o termo mãe. Todos os outros termos englobam várias pessoas: avós, avôs, por exemplo. Além disso, quanto menor a precisão dos termos, mais facilmente são desviados de sua significação primeira.

A escolha do nome “dinda” teria sido, também, uma saída para que eventuais preconceitos não atingissem Carla:

É diferente [quando é] mãe e mãe. Sempre minha mãe e minha dinda sofreram preconceito com a família. E minha mãe é uma pessoa que não consegue aceitar muito bem o preconceito gerado pela família dela. Minha dinda ficava triste, mas depois de um tempo ligou num botão que, se não quer, não aceita, não posso fazer nada, sou eu. Minha mãe não, minha mãe sempre tentou agradar muito minha vó e meu vô, muito, muito. É bizarro. Ela não escondia, mas também não falava nada, não provocava. Minha dinda fala, a gente já conversou sobre isso, o nome dinda foi pra não ter que ficar espalhando para as pessoas, porque mãe Lara e mãe Mara... (Carla).

Com o objetivo de proteger Carla contra eventuais preconceitos direcionados a ela por ter duas mães, a providência de nomear uma de mãe e a outra de madrinha foi tomada e Carla, naturalmente, repetiu a nomeação dada e a função que cada uma tinha na relação com ela. Carla faz uma ligação entre tal escolha por suas responsáveis e o preconceito já sofrido por elas, vindo da própria família. “Ficar espalhando” pode significar uma exposição da família e da sexualidade das mães. Carla reconhece que, quando a criança tem duas mães, a situação de fato é diferente e a exposição é maior. Ter uma mãe e uma madrinha é diferente de ter duas mães.

Sendo assim, ela não precisou lidar com situações com as quais os/as filhos/as de duas mães geralmente lidam.

As francesas Sophie e Rose se referiram, em determinados momentos da entrevista, sobre suas famílias de duas mães (*deux mères* ou *deux mamans*) e, em outros, como tendo uma *maman* e uma *marraine*, ou, ainda, a sua *marraine* como sinônimo de segunda mãe. Carla também considera sua “dinda” como segunda mãe.

Grossi aponta que:

a apelação de madrinha remete ao parentesco espiritual que o sistema de apadrinhamento implica. Na cultura cristã, os padrinhos têm um lugar essencial na responsabilidade dos afilhados. Sabe-se que, na falta dos pais verdadeiros, os padrinhos têm a responsabilidade moral de assumirem os filhos. (GROSSI, 2003, p. 278).

Na conversa com Ana, em que sua mãe, Lia, esteve presente, houve o seguinte diálogo:

Mônica – Já te perguntaram o que sua mãe é da sua tia Júlia?

Ana – Não

Lia – Não? Ninguém? Esse pessoal não tem curiosidade

Ana – Eu falo tia Júlia, já sabem que é tia.

Ao usar “tia”, as possíveis dúvidas quanto a quem seria essa pessoa que mora em sua casa e que está sempre presente parecem se diluir.

Claudia, uma das mães dos meninos gêmeos, relatou que seus filhos é que escolheram como iriam chamá-las, mas ressalta que as duas são mães: “A Flávia sempre falou muito ‘mamizinha, mamy’. Mas as duas são mães: mamãe Flávia, mamãe Claudia”. Conforme Grossi (2003, p. 278), acrescenta-se “o prenome de cada uma delas na denominação, da mesma forma como acontece na designação dos avós na cultura ocidental”. Claudia aponta que “às vezes é pelo nome Claudia ou Flávia, às vezes, é pelo ‘mamãe’. As duas são mamãe”.

Olivier (2015) entrevistou crianças e jovens com duas mães. No caso de duas irmãs de 12 e 13 anos, utilizavam-se os nomes *maman* e *Julie*. Segundo a autora, seria uma forma adotada pelas irmãs de manejar a realidade familiar quando desejam.

Raquel, na conversa, aponta que: “Nunca foi um problema falar disso ou viver isso”, conforme transcrito anteriormente. Ao ser perguntada por mim se sempre foi assim, responde: “Ah! Na maior parte das vezes”. E continua:

geralmente é assim: “Essa aqui é minha mãe Luana e essa minha mãe Mila. Você pode cumprimentar as duas”. Mas geralmente falam: “Que legal! Você tem duas mães?” Respondo: “É, eu tenho duas mães”. Às vezes eu falo: “Elas são minhas mães, elas me criaram”. Ter duas mães não necessariamente significa ter um casal. Pode ter duas mães: uma avó e uma mãe. Pode ser duas mães: uma amiga que você pode considerar mãe. Você pode ser criada por duas mulheres sem ter essa configuração de casal. Se a pessoa questiona isso, aí eu falo. Não vejo problema em falar. (Raquel).

Raquel não viveu a questão de forma problemática. Ainda assim, há uma certa seleção. As pessoas que frequentam sua casa, por exemplo, ficam sabendo que ela tem duas mães, o que pode indicar um critério de proximidade e de confiabilidade.

Outro ponto relevante na história é que, segundo Raquel, o fato de ter duas mães não significa que elas se relacionam entre si e que formem um casal. Contar ser criada por duas mães que possuem uma diferença de idade de aproximadamente dez anos entre si é considerado, por Raquel, uma informação que não evidencia a relação entre as duas, nem mesmo a sexualidade delas. A filha lança a informação e deixa que as pessoas a interpretem, o que pode ser interpretado como uma espécie de estratégia, portanto.

Mesmo que Raquel não tenha a intenção de se passar pelo que não é, as informações dadas dão margem a que a situação seja interpretada de várias formas. Ainda que nunca tenha tido problemas quanto a isso, esteve e está inserida numa sociedade com normas heterossexistas. Dar informações, em algumas situações, de modo a que possam ser interpretadas conforme convier, parece ter sido uma forma de não se sentir obrigada a dar satisfações constantes sobre uma configuração familiar. Além disso, explicitar a composição de sua família pode significar expor a sexualidade de suas mães, e elas podem não desejar que isso seja feito.

A conformidade aparente à heteronorma ajudaria os/as filhos/as a se integrarem nos grupos, enquanto podem apresentar suas famílias como heteroparentais, nos casos em que esses/as filhos/as pertenciam à uma família heterossexual anterior ou os que fazem parte de uma coparentalidade, por exemplo (GROSS, 2011; OLIVIER, 2015), ou os/as que têm ou tiveram pais.

A nomeação madrinha, tia, dinda, entre outras, assim como a existência de um pai, também pode servir como forma de gerir a informação de que existe uma família de duas mulheres que formam um casal.

Carla, criada por sua mãe e sua dinda, quando questionada sobre seu pai, responde que ele morreu, algo que, segundo ela, faz com que as pessoas não queiram entender mais nada e digam: “ai, que triste...”, encerrando a conversa. Não haveria, assim, novos questionamentos sobre a relação entre as duas mulheres, por exemplo. Existia um pai e esse pai morreu. Compreende-se.

Durante a entrevista com Ana, na qual sua mãe esteve presente, conversávamos a respeito de seus/suas colegas e se perguntariam ou não sobre sua família, quando sua mãe lhe interrogou: “alguém já perguntou assim ‘você tem pai?’”, Ana respondeu: “Já”. Em seguida a

mãe continua: “aí você responde o que?”. Ana disse: “respondo que ele morreu”. Sua mãe continuou: “Que é verdade, né?” e Ana completou: “não sei se é verdade”. Nesse momento da conversa, eu imaginei que o genitor de Ana teria um paradeiro desconhecido e que se ele estivesse vivo ou não seria, de fato, uma interrogação tanto para Ana quanto para Lia. A partir disso, eu digo: “você não sabem, né?”. Contudo, para minha surpresa, Lia responde: “Não, eu sei. Na realidade ele era um ex-prisioneiro, traficante de droga e morreu”. Ana, espantada, com toda razão diz: “Sério?!”. Eu então pergunto:

Mônica – Isso você não sabia?

Ana – Hum, hum [um murmúrio indicando não]

Lia – Isso ela inventou [a história de que o pai tinha morrido]

Juliette, por exemplo, quando interroguei sobre seu período escolar, se sua mãe explicou algo na escola sobre ser criada também por sua companheira, respondeu: “eu tenho uma mãe e um pai, isso muda tudo”. Assim, não há o que ser questionado sobre sua família.

Na conversa com Mariane, a mãe de uma menina de um ano e meio concebida em coparentalidade, perguntei sobre as suas expectativas em relação à filha e suas futuras relações, de como seria na escola, por exemplo. Mariane responde:

De fato, bem, é muito simples porque existe ele e eu... na verdade, a questão não se coloca. Eu sou sua mãe, ele é seu pai. As pessoas dirão “essa menina tem um pai e uma mãe”. Isso é tudo. Este é o ponto de vista externo... se me fazem a pergunta, eu conto a história ... [...]. Eu faria de tudo para proteger Claire, mas eu realmente acho que as pessoas, a partir do momento que se diz que há um pai e uma mãe, se tranquilizam, não tem problema. (Mariane).²³⁶

Sophie, conforme já exposto, foi a única filha que se disse pansexual e, assim, tendo que lidar com o armário devido à orientação sexual das mães e da sua própria:

Mônica - você falou sobre isso em casa [sobre ser pansexual]?

Sophie - não... quando disse foi quando tive certeza... houve um pequeno período de dúvida [sobre falar] ... um mês ou dois meses depois eu disse "bom", nesse momento eu falei com minha família

Mônica - não falamos sobre tudo com a nossa família

Sophie - sim

[...]

Mônica - Quando você disse em casa, qual foi a reação?

²³⁶ Original em francês :

En fait, bah, c'est très simple parce que du coup il n'y a que lui et moi... donc, en fait la question ne se pose pas vraiment, je suis sa mère, il est son père. Les gens vont se dire « cette fille a un papa et une maman ». C'est tout. Ça c'est le point de vue extérieur... maintenant si on me pose la question je raconte toujours l'histoire... mais si on me pose de questions, je raconterais. Par contre je ferai toujours tout pour protéger Claire, mais je pense vraiment que les gens à partir du moment où ils se disent qu'il y a un père et il y a une mère ils sont déjà rassurés, il n'y a pas de problème. (Mariane).

Sophie - foi complicado na verdade porque eu estava em um período, eu não estava muito bem na minha vida. Então, na verdade, passou mais despercebido que outra coisa... passou... eles aceitaram e seguimos em frente.²³⁷

Sophie diz não se importar se alguém faz seu *coming-out* “eu não ligo se alguém me tira do armário, mas eu sei que para outras pessoas é um pouco difícil”. O único contexto que Sophie toma precauções é no profissional, como veremos adiante.

5.4 O analisador idade: histórias do contar

A forma como filhos e filhas encaram e lidam com suas famílias não hegemônicas pode mudar ao longo de suas vidas e é atravessada por inúmeros fatores como, por exemplo, a idade e a forma com que ficam sabendo sobre a orientação sexual das mães; a maneira como as mães lidam com a própria homossexualidade; a forma como seus/suas colegas pensam sobre a questão, a região onde habitam, as idades dos/as colegas, e a faixa etária e escolar em que se encontram (OLIVIER, 2015)²³⁸. A seguir, apresentarei repertórios distintos utilizados pelas/os filhas/os sobre o dizer, contar ou revelar (ou não) sobre suas famílias. Aqui, a idade é um potente analisador para pensar não só deslizamento da homossexualidade das mães para a vida dos filhos, como os processos de autonomia que vão se constituindo marcados pelo segredo/revelação.

Crianças e jovens, em diferentes idades, apresentam repertórios distintos para lidar com o dizer ou não sobre suas famílias. Olivier (2015) se debruçou sobre o tema ao trabalhar com um grupo de 13 crianças e jovens entre 6 e 19 anos criados/as por duas mães. Sendo a escola

²³⁷ Original em francês :

Mônica – tu as parlé sur ça chez toi ?

Sophie – non... j’ai eu une petite période de doute... un mois ou deux mois après je dis « bon »... à ce moment j’ai parlé avec ma famille...

Mônica – on ne parle pas sur tous les sujets avec notre famille

Sophie – oui

[...]

Mônica – Quand tu as dit chez toi, quelle a été la réaction ?

Sophie – ça a été compliqué en fait parce que j’étais dans une période, je n’étais pas très bien dans ma vie. Du coup, en fait, ça a plus passé inaperçu q’autre chose... elles ont accepté et puis on est passé à autre chose quoi... il est garçon alors, elle filles ou quoi, voilà

²³⁸ Há um outro importante aspecto relacionado ao tema da idade. Trata-se da geração (a classificação por geração independe da passagem dos anos, de mudanças pessoais ou da faixa etária). Filhas/os nascidas/os e criadas/os após o advento do PaCS ou do *mariage pour tous*, na França, apresentarão distintas formas de encarar e falar de suas famílias ou de suas próprias experiências sexuais, quando comparadas com filhas/os nascidas/os e criadas/os antes da aquisição de direitos provenientes desses dois instrumentos e das discussões por eles provocadas na sociedade. Para a geração que precedeu o PaCS, por exemplo, a prática homossexual poderia ser encarada por algumas pessoas como uma fase, algo que vai passar. Enquanto a geração que hoje em dia tem em torno de 17/18 anos, nascida praticamente junto com o PaCS, pode identificar-se, por exemplo, como pansexual, refletindo o desejo de uma nomeação plural, que inclui a homossexualidade como prática possível, e não necessariamente temporária.

vetor da heteronormatividade, a autora apontou que a cada nova etapa escolar, essas crianças e jovens observavam e avaliavam seu meio, principalmente seus grupos de colegas, e decidiam falar ou não sobre suas famílias de duas mães.

Entre as diversas estratégias de que os/as filhos/as lançam mão para lidar com a singularidade de suas famílias, algumas dizem respeito ao próprio silêncio, à evitação de pessoas e/ou do assunto, à escolha do momento mais adequado, à imprecisão sobre as informações ou à apresentação de uma família correspondente às expectativas sociais, como a descrição de apenas uma parte de sua família, escondendo a existência de uma das mães, ou a referência a uma das mães como homem, com a descrição de um rosto paternal a partir de características de diferentes adultos que vivem em torno. Isso permitiria que esses/as filhos/as não mentissem (ou omitissem) sobre suas famílias, falando apenas o que julgassem necessário num determinado momento, para determinadas pessoas.

De acordo com Olivier (2015), a primeira das etapas corresponderia à escolar conhecida como *élémentaire*²³⁹ na França (dos 6 aos 11 anos aproximadamente). Nessa fase, a publicização²⁴⁰ está sob o respaldo da autoridade parental: em um espaço escolar tido como familiar devido aos grupos de colegas, quase todos/as conhecem suas situações familiares e o papel ativo das crianças de famílias homoparentais na publicização (ou não), é limitado.

A segunda etapa, que seria o *collège* (dos 11 aos 15 anos), é a fase da publicização seletiva. Nela, acentuam-se as normas de grupo e o medo da estigmatização. Estes, somados à individualização progressiva dos jovens e à invisibilização dos pais e mães no espaço escolar, conduziriam a uma publicização bem menor das famílias.

A terceira etapa, que corresponderia ao *lycée* (15 aos 18 anos), é a da publicização ativa. Considerando que seus colegas são mais prontos a aceitar – ou a valorizar – a situação familiar, apesar de seu desvio das normas, além do desejo de perturbar os estereótipos daqueles que ainda mostram relutância, os jovens se fazem atores de uma grande publicização do atípico de suas famílias.

Assim, percebe-se que crianças com idades entre os 6 até os 11 anos estariam expostas ao que Olivier (2015) chamou de publicização imposta, uma vez que quem decide as pessoas

²³⁹ No Brasil, a educação básica é o primeiro nível do ensino escolar e compreende as seguintes etapas: a educação infantil (para crianças com até cinco anos), o ensino fundamental (para alunos de seis a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos).

²⁴⁰ Publicização foi uma palavra utilizada por Olivier (2015) para se referir à maneira que os filhos escolhem de falar ou não de sua situação familiar, na escola, nas diferentes etapas de escolarização.

que terão acesso à informação sobre a homossexualidade de suas duas mães são justamente estas. Informações semelhantes foram fornecidas por brasileiras (PONTES, 2011).²⁴¹

Flávia e Claudia, em entrevista de 2010, relatam que seus meninos sempre souberam da realidade de sua família homoparental de duas mães. Sobre a entrada dos filhos na escola, relataram que a diretora realizou uma reunião com todos os funcionários, comunicando que os meninos tinham duas mães. Ressaltam que é o primeiro caso na escola, que as relações são boas entre elas, funcionários e direção, e completam dizendo que os meninos são adorados.

Essa atitude parental na escola *élémentaire*, correspondente a um papel limitado das crianças, seja ela passiva (ser vista como mãe homossexual) ou ativa (se apresentar aos alunos ou pais de alunos como mãe homossexual), é muito frequente nas famílias com as quais Olivier (2015) teve contato. Da mesma maneira, Descoutures (2010) encontrou, em sua pesquisa com mães lésbicas de filhos/as com 10 anos, que as mães informam sistematicamente à instituição escolar, diretores e professores sobre a especificidade de sua configuração familiar e o fato de as crianças serem criadas por duas mães.

Descoutures (2010) aponta que, além do interesse em mostrar que são “boas mães”, podem também revelar a antecipação de eventuais preconceitos, ou seja, trata-se de mães atentas, uma vez que preocupadas. Tal manifestação de vigilância seria reveladora do grau de homofobia e heterossexismo do meio.

Flávia, companheira de Claudia, também demonstrando preocupação com possíveis preconceitos ao procurar a direção da escola de seus filhos, relata que a diretora poderia prevenir eventuais problemas:

a diretora da escola fez uma reunião com a escola toda antes, a gente foi lá conversar, ela chamou a equipe inteira, desde o faxineiro, cozinheiro, todo mundo, conversou com todo mundo. Ela mesma contou pra gente. Perguntou pra cada um se tinha algum problema. Se tivesse, a psicóloga da escola ia trabalhar com as pessoas também, pra não ter. (Flávia).

Olivier (2015) aponta que, apesar de a larga publicização acabar por colocar as crianças em uma posição passiva em relação à revelação, sem serem atores diretos desta, ela não impede

²⁴¹ Vale ressaltar que, quando aproximações são apontadas e relacionadas com períodos escolares das/os filhas/os, no Brasil e na França, tais aproximações não têm a intenção de igualar os sistemas de ensino dos países (apesar de apresentarem semelhanças por terem quatro etapas), nem a forma como as escolas são administradas. Aponto as semelhanças com o intuito de destacar que certas situações foram observadas tanto em um país quanto no outro, ainda que as escolas brasileiras e francesas sejam distintas. Só para dar um exemplo das diferenças, apesar de haver escolas públicas e privadas em ambos os países, nas escolas públicas francesas não há ensino de religião, são laicas; diferentes das escolas privadas, que podem ser católicas. No Brasil, é obrigatória a oferta da disciplina ensino religioso nas escolas públicas, ainda que alunos/as não sejam obrigados/as a assistir. Porém, a direção das escolas nem sempre informa que a participação é facultativa. Além disso, a boa qualidade do ensino público francês é generalizada, enquanto tal situação é encontrada apenas em certas escolas públicas no Brasil.

que disponham de certa margem de manobra quanto ao grau ou precisão das informações divulgadas.

Algumas/alguns filhas/os entrevistadas/os disseram que suas mães contaram para a diretoria da escola a respeito suas configurações familiares, antes de serem matriculadas/os. As escolas de Mathias, Adèle, Sophie e Rose, por exemplo, tinham o conhecimento das configurações familiares às quais pertenciam. Os relatos demonstraram que a intenção das mães era a proteção.

Mathias, por exemplo, disse: “Quando eu estava na escola primária²⁴², minha mãe disse aos professores, [disse] para evitar algumas reações estranhas, se dissessem coisas ruins sobre os homossexuais. Ela preferiu dizer aos professores para me protegerem um pouco”. A revelação pode coibir preconceitos. Talvez a desconfiança habite melhor a fofoca do que o conhecimento.

Adèle relata também que suas mães contaram em sua escola, quando pequena, sobre sua configuração familiar para protegê-la de eventuais problemas. Ademais, disse que nunca teve problemas com seus amigos: “as crianças não se importam” e sublinha, inclusive, que o fato de ter duas mães era visto como algo positivo.

As diretorias das escolas em que Ana e Carlos estudaram também eram sabedoras das configurações de suas famílias.

No caso de Betina, sua mãe teve receio de contar, para a diretoria da escola, sobre a filha ser criada por ela e sua companheira, temendo que não a aceitassem. Então, nada disse a respeito:

Quando eu era pequena teve um caso [na escola] que era: “Vamos pintar como era a casa de vocês” e aí eu desenhei, fiz a casa, fiz meu quarto, fiz a sala e fiz o quarto da minha mãe com a cama de casal. [A professora perguntou]: “Quem mora na casa de vocês?”. Respondi: “Eu, minha mãe e minha tia”. “Onde você dorme?”, “e a sua mãe e sua tia?” Respondi “aqui”. Ela disse: “Como assim? Elas dormem na mesma cama?” Respondi: “É, normal”. Eu tinha em torno de 5 ou 6 anos. A professora achou estranho e foi falar com a pedagoga da escola, era uma escola particular [em Santo André, em São Paulo], e a pedagoga foi conversar com minha mãe. Minha mãe conta que na época a pedagoga foi essencial pra ela, porque a pedagoga falou: “Por que você não conversou com a gente desde o início?”. Minha mãe não tinha contado. Aí minha mãe falou que ficou com medo de não aceitarem. Aí a pedagoga falou: “Se você não tá aceitando dentro de você, como você vai querer que as pessoas aceitem? Você tem que contar, você tem que chegar pra gente. Porque o que aconteceu, o que sua filha falou, foi chocante pra professora, quando a professora já sabe, ela mesma já muda”. (Betina).

²⁴² A escola primária na França inclui o maternal, *l'école maternelle*, (dos 3 aos 6 anos) e o elementar, *l'école élémentaire*, (dos 6 aos 11 anos).

Vale apontar como a pedagoga tratou o assunto. O não contar da mãe de Betina não está ligado, necessariamente, à não aceitação da homossexualidade, mas a receios de como gerir uma realidade atravessada por tantas questões. Não existe apenas uma forma de encarar e lidar com a situação. O contar não é decisão unânime em todos os contextos, não em uma sociedade como a brasileira.

Gross (2011) entrevistou vinte e uma mães de crianças e jovens entre 18 meses e 16 anos, no período de 2009 a 2010. A maior parte das mães acreditava que os responsáveis pela escola das crianças deveriam saber sobre suas famílias, para o caso de eventual necessidade de ajuda por parte das crianças relacionada a situações homofóbicas. Circunstância distinta ocorria quando seus/suas filhos/as estavam no *collège*. As mães tinham uma postura discreta em relação à revelação de sua própria homossexualidade e recomendavam a eles/as que fossem seletivos/as em suas confidências. Termo usado pela referida autora, confidência, remete também a segredo e confissão.

Sophie e Mathias fazem os seguintes relatos correspondentes às idades de 10 e 11 anos:

Sophie

Desde quando comecei a explicar que minhas mães eram homossexuais. Eu acho que foi no *collège*, quando eu tinha uns dez anos, porque antes disso, eu não sei (risos). Eu acho que sempre disse.²⁴³

Mathias

Depois que eu entrei no *collège* [dos 11 aos 15 anos], quando eu tinha 10/11, minha mãe me deu a opção de escolher dizer ou não. Em geral, eu não dizia, não é importante, os professores não precisam conhecer a vida da minha mãe. Os professores não sabem se os pais das crianças são homo ou hetero. Eles não se importam nem um pouco.²⁴⁴

Simmel faz importante colocação sobre o papel que o segredo exerceria na vida social:

no sentido da ocultação de realidades por meios positivos ou negativos, o segredo é uma das maiores realizações humanas. Se comparado ao estágio infantil em que cada concepção se expressa imediatamente e as coisas que se faz são imediatamente acessíveis aos olhos de todos, o segredo conduz a uma grande ampliação da vida, cujos numerosos conteúdos não podem ser levados à publicidade completa. O segredo assim oferece, digamos, a possibilidade de um segundo mundo junto com o mundo manifesto, sendo este decisivamente influenciado por aquele. (SIMMEL, 1999, p. 221).

²⁴³ Original em francês : Sophie - Depuis que j'ai commencé à devoir expliquer que mes parents étaient homosexuelles. Je pense que ça date du collège, quant j'avais une dizaine d'année parce qu'avant ça, je sais pas (rires). Je pense que j'ai toujours utilisé...

²⁴⁴ Original em francês : Mathias - Après quand je suis rentrée au collège quand j'avais 10/11 ans ma mère m'a donné le choix, c'est moi qui ai choisi de le dire ou non. En général, je ne le disais pas, c'était pas important, les profs avaient pas à connaître la vie de ma mère. Les profs savent pas si les parents des enfants sont homo ou hétéro. Ils s'en foutent un peu.

Numa ampliação de seu mundo, Mathias decide quem saberá ou não de sua família. Ganha, aí, relevância um aspecto do segredo, apontado por Simmel: aquilo não segrega ou não separa, mas expande.

De acordo com Olivier (2015), o papel dos jovens de famílias homoparentais na decisão de (não) publicizar muda completamente na entrada no *collège*, em torno dos 11 anos de idade, podendo os jovens se tornarem atores da (não) publicização. A chegada ao *collège* marca uma segunda etapa no processo. Apesar de a revelação seletiva ter sido encontrada em todos/as os/as jovens entre 11 e 15 anos que foram interrogados/as pela referida autora, sua extensão é variável de acordo com o local onde habitam, a escolaridade e a atitude de seus pais e mães. Eles/as escolhem o melhor momento e a melhor maneira de falar de sua situação familiar, e esperam sempre um elemento desencadeador com o objetivo de aproveitar o contexto favorável à boa recepção.

Na opinião de Carla, a partir dos 10 anos de idade, a criança inicia um processo de independência dos pais, o que poderia permitir um aumento no poder de decisão quanto ao dizer, contar ou revelar (ou não) de sua situação familiar: “Acho que depois de uns 10 anos você começa a questionar seus pais. Mas antes disso o que os seus pais pensam é o que você mais ou menos pensa”.

Carla expressa bem essa diferença que ocorre, de acordo com as idades, quando responde ao meu comentário sobre a tese ser finalizada nos próximos 3 anos: “Vai ser diferente, eu vou fazer 20 anos. Se você tivesse me entrevistado há uns 3 anos ia ser totalmente diferente porque muda muito”. Pergunto para Carla, então, o que ela responderia, hoje em dia, se lhe interrogassem sobre a relação de sua mãe e de sua madrinha:

Carla – Dependendo da pessoa, eu não falo mais que são amigas, falo que me criaram juntas. [Se perguntarem] “Mas elas são amigas?” Respondo que não são mais

Mônica – E as pessoas geralmente param aí?

Carla – Param. Acho que também tem da pessoa não querer saber. Porque se a pessoa pergunta pra mim, eu vou falar a verdade. Se perguntarem se elas eram um casal eu não vou mentir. Só que ninguém me pergunta isso.

Cabe apontar que apenas uma entrevistada encontrou-se na faixa etária entre os 12 e os 15 anos. Como é uma fase em que a inserção da criança no grupo é muito importante para ela e sinais de diferença podem não ser bem-vindos, possivelmente não desejassem aparecer como pertencente a uma família já tão estigmatizada, fazendo parte de uma pesquisa sobre o tema.

A chegada ao *lycée*, em torno dos 15 anos marca, de acordo com Olivier (2015), a entrada em uma terceira fase desse percurso, quando os/as jovens adotam uma atitude mais

distante em relação às normas do grupo e não hesitam em exhibir claramente sua situação familiar. Segundo a autora, de um modo geral, eles/as se incomodam menos quanto ao julgamento dos outros, recusam categoricamente considerar a situação familiar como um estigma, e invertem o potencial desse estigma. Ou seja, são aqueles que não compreendem a homoparentalidade os que não mereceriam atenção.

A construção dessas atitudes mais públicas sobre a homoparentalidade pode ocorrer, ainda, com a utilização de algumas estratégias, como, por exemplo: não dizer nada, diluir seus conhecimentos sobre a homossexualidade, falar de forma genérica sem se referir à sua própria família, ou até mesmo adotar um discurso militante em favor dos homossexuais.

O relato descrito abaixo mostra como Raquel adota o discurso militante em certas ocasiões:

já aconteceu de eu usar essa história pra desconstruir algumas crenças relacionadas à questão da discriminação e do estigma com a homoparentalidade. Todo trabalho que eu tenho, eu sempre abordo essas questões. Esses anos no [instituição onde estagiou] mudaram completamente minha perspectiva e fiz amizades que me levaram a militância, eu entendi o peso de compartilhar isso no meu trabalho. Por algum motivo, ou propositalmente, às vezes levo a temática: “Saiu a lei não sei o que [citando alguma lei referente aos direitos LGBT], vamos falar sobre isso?” E aí as pessoas começam a falar uma série de coisas e eu boto no quadro. “Ah! errado porque vai virar gay, é errado porque as pessoas acham que vai ficar tarado ou vai ficar gay também”. Eu vou botando e às vezes no final eu me revelo: “O que vocês acham de mim? Quando vocês olham pra mim, o que vocês pensam? Eu sou uma boa profissional?” Aí eu falo: “Sou filha de duas mulheres, fui criada por duas mulheres”. Mas em momentos bem específicos. Tem grupos que acho superbacana usar isso como exemplo, outros não. E os defeitos que eu tenho não têm nada a ver com a orientação sexual das minhas mães. (Raquel).

Este é outro exemplo de uma escolha que Raquel faz por revelar ou não. Nesse caso, não tem relação com quem está em sua casa ou é próximo em seu dia a dia, mas trata-se de grupos de pessoas com as quais ela pode fazer uso de sua história como exemplo para desconstruir ideias pré-concebidas sobre homossexualidade e homoparentalidade.

Ana (12 anos) é bem mais nova que Raquel (32 anos) e, ainda que tenha relatado não ter costume de contar sobre sua mãe e sua tia (maneira como se refere à companheira de sua mãe) e que seus colegas nada perguntem em relação à sua família, adota, por vezes, uma postura de defesa da homossexualidade. Ao ouvir críticas sobre a orientação homossexual, responde, em certas ocasiões: “Não tem nada a ver, é como se fosse homem e mulher, as pessoas se amam e é para elas ficarem juntas”. Em outras, fica somente ouvindo, sem emitir sua opinião. Às vezes, defende os homossexuais, sem, no entanto, falar da homossexualidade de sua mãe e, em outras, se cala. Em certos momentos, escolher o armário pode ser, sim, a vivência de espaço de liberdade e não submissão. Do contrário, haveria a exigência da verdade a todo custo e a

correspondência ao cumprimento de uma regra. Ana utiliza o que poderíamos chamar de estratégia de defesa, adotando, em outras ocasiões, uma postura mais reservada, calada.

Em seguida pergunto:

Mônica – E quando você fala, as pessoas aceitam o que você está falando ou não concordam com você?

Ana – Na maioria das vezes, as pessoas não falam nada e às vezes as pessoas falam: “É verdade”.

O fato de Ana ter sido criada sabendo desde sempre que sua mãe se relaciona com mulheres e que lida com isso de forma bem direta, talvez possa ter auxiliado a jovem a se expressar em relação ao assunto.

Carla, por sua vez, acha que caso ela própria soubesse da relação existente entre sua mãe e sua madrinha desde criança, sua forma de lidar com a questão de revelar ou não, e para quem, seria diferente:

eu acho que se desde pequena eu soubesse seria completamente diferente. Provavelmente todo mundo saberia. Eualaria naturalmente: “Eu sou cuidada por duas mulheres que foram casadas”. Eu não chego e falo isso. Eu falo que sou cuidada pela minha mãe e pela minha dinda. Desde sempre essa foi minha história porque eu não sabia, antes dos 9 anos, eu não sabia. Então sempre perguntavam pra mim: “Por que sua dinda cuidou de você?”. Eu não sabia o que responder, eu falava: “Porque meu pai morreu e minha dinda sempre ajudou minha mãe, elas eram amigas desde sempre”. Minha mãe contou: “A gente é amiga”. Então, meio que eu continuei a contar essa mentira porque eu não sabia que era mentira. (Carla).

Carla relata que, se a criança for criada sabendo desde cedo sobre sua família homoparental, terá possibilidade de lidar de outra forma com sua realidade familiar. Já Livia acha que, se tivesse sido criada desde sempre por duas mães, teria sido diferente. Importante ressaltar que o fato de ter sido criada dessa maneira não necessariamente significa ter o conhecimento da relação entre as duas mães, como ocorreu com Raquel, da mesma forma que ter o conhecimento da relação entre ambas não significa que seria contado para todos. Porém, o fato de os/as filhos/as saberem desde sempre pode auxiliar na forma de cada um lidar com a questão. O tipo de informação de que dispõem e que se dispõem a compartilhar e a idade são muitas vezes decisivos na forma como vão se estabelecer as relações.

Bruna expressou indignação quando seus/suas colegas de pré-vestibular insistiam em afirmar a influência que pais gays e mães lésbicas teriam sobre a orientação sexual de seus/suas filhos/as, conforme exposto no capítulo 4. Em sua opinião, isso não faz sentido e usa seu próprio exemplo de vida, uma filha heterossexual com mãe lésbica, em sala de aula para argumentar contra o que julga ser um preconceito por parte dos colegas.

Carlos acredita ser importante contar sua história atualmente, algo que não acontecia antes. Por ser filho de uma figura pública e, por esse motivo, ter sido colocado em contato com a exposição pública desde cedo, costumava se manter afastado das entrevistas. Contudo, atualmente, tem pensado de outra forma, o que pode ter relação com a exposição maior do tema LGBT, assim como com sua idade:

Mônica – Eu já li que você não gosta de dar entrevista (rimos). Mas aqui a gente chama de entrevista, mas é uma conversa, obrigada mesmo [pela entrevista].

Carlos – Eu evitava bastante, só que, acho que até por isso, por nego tá se mostrando, contar história, né, não a minha específica, mas qualquer história vale a pena ser contada, até pra causar empatia, histórias são histórias, né. As pessoas se reconhecem em algum nível, né

Mathias não fala muito com as pessoas sobre sua mãe ser lésbica:

Mônica – Você não falava sobre sua família, mas hoje é diferente?

Mathias – É diferente, meus amigos são da mesma idade que eu. Quando as crianças são pequenas, elas repetem o que os pais dizem. Hoje, temos 20 anos, pensamos por nós mesmos. Entretanto escolho para quem dizer, não conto a todos. Eu me escondo um pouco menos...

Mônica – Por que você não diz? O que pode acontecer?

Mathias – As pessoas podem reagir de maneira estranha. Quando vemos as reações que existiam antes do *mariage pour tous*, há pessoas com uma visão virulenta da homossexualidade... se minha mãe fosse heterossexual, eu não falaria sobre sua sexualidade, isso não importa. Entre nós, não necessariamente falamos sobre a sexualidade de nossos pais e mães, não é importante, não é um assunto importante numa conversa.

Mônica – É difícil não falar? Você gostaria de falar?

Mathias – É uma questão de hábito, me escondo um pouco, sei fazer, sei mentir ... [fala sobre quando sua mãe está solteira, ser mais simples] quando minha mãe tinha alguma companheira era um pouco chato. Era um pouco chato, mas eu dizia meu padrasto em vez de dizer minha madrastra. Não é porque eu tenho vergonha, é porque é mais simples.²⁴⁵

Mathias convive desde cedo com homossexuais através de sua mãe e da participação na ADFH. Ele próprio se dispõe a conversar com outros/as filhos/as, tirar dúvidas, trocar ideias

²⁴⁵ Original em francês :

Mônica - Vous ne parliez pas de ta famille et aujourd'hui c'est différent?

Mathias - c'est différent, mes amis ont le même âge que moi. Quand les enfants sont petits, ils répètent ce que les parents disent. Aujourd'hui, nous avons 20 ans, nous pensons pour nous-mêmes. Quand même je choisis à qui dire, je ne le dis pas à tout le monde. Je me cache un peu moins ...

Mônica - Pourquoi vous ne le dites pas? Que peut-il arriver?

Mathias - que les gens réagissent bizarrement. Quand on voit les réactions qui existaient avant le mariage pour tous ... il y a des gens avec un regard virulent sur l'homosexualité ... (il parle de quelque chose même si sa mère était hétéro, il ne parlerait pas de sa sexualité ... ça n'a pas d'importance), entre nous, nous ne parlons pas nécessairement de la sexualité de nos parents, ce n'est pas important, ce n'est pas un sujet de discussion majeur.

Mônica - Est-ce difficile de ne pas parler? Voulez-vous parler?

Mathias - c'est une question d'habitude, puisque je me cache un peu, je sais comment faire, je sais mentir ... (il parle de sa mère étant célibataire, c'était plus simple) quand son partenaire était un peu chiant. C'était un peu chiant mais je disais mon beau père au lieu de dire ma belle mère. Ce n'est pas parce que j'ai honte, c'est parce que c'est plus simple.

sobre desafios a serem enfrentados, enquanto fazendo parte de famílias homoparentais, através de um projeto na associação. Além disso, concordou prontamente em conversar comigo sobre sua vida, o que não significa que não faça uso de estratégias até hoje, conforme relatou. E quanto a se esconder, não é pela vergonha de ter uma mãe lésbica, e sim por ser mais simples, já que evitaria reações de espanto, negativas ou mesmo que o assunto de uma conversa se desviasse.

Betina é filha de uma militante associada da ABRAFH – Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – e ela mesma frequenta os eventos dessa associação desde 2016, quando esteve num encontro: “então eu conheci [a ABRAFH] e amei. Acho importante nos unirmos”.

Um outro aspecto relevante a ser apontado diz respeito ao ambiente de trabalho e a relação com o dizer, contar ou revelar (ou não), posto que os locais de trabalho podem ser com frequência espaços potencialmente homofóbicos. Num contexto de grande competitividade laboral, corre-se o risco de que façam uso da homossexualidade, vista como uma relação de segunda categoria, para que um empregado seja desvalorizado profissionalmente. Alguns ambientes de trabalho são mais sensíveis do que outros em relação à aceitação da homossexualidade de seus funcionários. Assim, há os que fingem ser heterossexuais. Erros de avaliação podem, inclusive, trazer efeitos negativos como agressões físicas ou verbais, e chegar a causar a perda do trabalho (PICHARDO, 2009).

As/os filhas/os também descreveram situações relacionadas aos ambientes de trabalho e certos cuidados que tomaram, ou consequências por não os terem tomado.

Betina relata episódio relacionado a uma postagem sua, realizada no *Facebook*, e que causou reações negativas na sua então chefe, que era evangélica. A publicação dizia respeito às declarações da bancada evangélica:

ai, no dia que eu refiz essa postagem no facebook, porque quando a bancada evangélica fez isso, acho que foi em 2016, por aí. E ano passado, eu repostei, só que por um minuto eu esqueci que tinha ela [sua chefe], mas aí passou. Quando foi no mesmo dia à noite, a menina que trabalha comigo me disse que precisava falar comigo: “A Sônia [chefe] viu, na hora ela ficou chocada, falou que você era uma boa menina, mas que aquilo não podia ser verdade. Já tô te avisando pra quando você chegar amanhã, pra você saber”. E eu cuidava de um bebê de manhã sozinha, aquele dia ela não abriu a boca, ela me olhava torto, sempre a gente conversava, as duas, eu falei: “Gente, não tá legal isso”, pensei: “Às vezes é só porque foi ontem”. Aí passou outro dia, a mesma coisa. Aí passou outro dia, começou a me desmerecer. Qualquer coisa que eu fazia “Ah! Não, a Sandra faz melhor”. Aí eu fui vivenciando. Eu falei assim pra minha mãe: “Vale a pena eu ficar?” E eu ganhava pouco, pouquíssimo [...]. Eu comecei a ficar cansada até psicologicamente e essa semana, logo em seguida, eu fiquei doente porque eu falei: “Isso não tá me fazendo bem”, [...] ela sempre tentou converter a minha religião e agora sabendo que eu sou filha de uma lésbica, vai ser pior, eu tenho certeza. Foi aí que eu vivenciei isso. Até que eu falei: “Chega”, tava

ficando ruim, eu tava ficando doente, eu tô prejudicando a minha saúde. Eu falei pra minha mãe: “Eu vou pedir demissão”. (Betina).

Por mais que seja uma filha que soube da homossexualidade de sua mãe desde cedo e que compartilhe de forma aberta esse aspecto da vida de sua mãe e que a atravessa, sofreu os efeitos dessa declaração na internet. Betina não é uma filha que costuma, atualmente, com 18 anos, ficar atenta a quem pode saber ou não, e talvez até por isso tenha expressado seu pensamento e só depois se dado conta da possibilidade de a chefe ler a postagem.

Sophie e Juliette narram o seguinte:

Sophie

Mônica – Então, sobre esse assunto para quem dizer, mas eu entendo que você não se importa...

Sophie – Acho que tenho menos esse problema que os outros, não sei por que, mas tenho essa tendência realmente, mas se existe um interesse profissional [...] para evitar correr o risco, se é um relacionamento profissional, por exemplo, eu tentei mudar meu primeiro nome, Sophie é meu primeiro nome e eu decidi, no meu pedido, não dizer que minhas mães são homossexuais porque, para evitar o assunto, não arriscar ter um impacto negativo ...²⁴⁶

Juliette

[...] é verdade que hoje em dia, por causa da minha função, eu ocupo uma posição importante [...] eu pergunto a mim mesmo se as pessoas sabem, porque não é todo mundo que sabe, mas eu não escondo.²⁴⁷

Sophie, ainda que não tenha problema algum quanto a contar sobre sua família, prefere não fazer menção a ela quando há interesses profissionais envolvidos. Juliette, por sua vez, não esconde, mas não são todos que sabem e essa é uma situação em que não se sabe quem sabe. Zemleni (1984 apud PECHENY, 2004) ressalta que a comunicação de um segredo é feita preferencialmente a quem o pode transmitir. Ao se confiar um segredo a alguém, não é pedido somente que ele fique oculto e que o peso do ocultamento seja aliviado, pede-se, também, que seja compartilhado diante dos destinatários, fortalecendo, assim, os laços fortes e ambivalentes que mantêm a tensão entre dentro e fora.

Há um outro componente envolvido no dizer, contar ou revelar a homossexualidade das mães, e ele se apresenta no caso da procriação medicamente assistida (PMA). Observou-se que as três participantes que foram concebidas dessa maneira, Adèle, Sophie e Rose, todas

²⁴⁶ Original em francês :

Mônica – donc cette question à qui dire, mais je comprends que tu t'en fiche...

Sophie – (rires) je pense que j'ai moins ce problème que les autres, je ne sais pas pourquoi, mais j'ai tendance à vraiment... c'est vrai que ça va dépendre, s'il y a un intérêt professionnel... ça va dépendre de la relation... je veux éviter de prendre le risque à quelque sort, s'il est une relation professionnelle. Moi, par exemple, j'ai essayé de changer mon prénom récemment, Sophie c'est mon prénom d'usage et j'ai décidé de pas dire que mes parents sont homosexuelles dans ma demande parce que... juste d'éviter le sujet... ça risquer d'avoir un impact négatif, quoi...

²⁴⁷ Original em francês : Juliette – [...] c'est vrai que moi aujourd'hui de part ma fonction ... moi j'ai un poste important ... je me dis s'ils

francesas, lidam com a situação de forma que o assunto não seja um segredo, assim como não o foi por suas mães. As três souberam desde sempre de suas histórias e as dizem ou contam dependendo da situação. Nenhum conteúdo discriminatório relacionado ao modo de concepção foi relatado por elas. Os meninos gêmeos brasileiros, de 8 anos, também sabem da forma como foram concebidos desde cedo.

Quanto à inexistência de participantes, no presente trabalho, de jovens e adultas/os brasileiras/os concebidas/os através da reprodução assistida, é provável que tenha relação com a época em que tal tecnologia começou a ser realizada por lésbicas no Brasil, datada do início dos anos 2000²⁴⁸.

Brewaeys, Ponjaert-Kristoffersen e Vanfraussen (2002) entrevistaram vinte e quatro crianças de famílias de lésbicas que foram concebidas com sêmen de doador anônimo na Bélgica. Interessaram-se em saber como apresentavam suas famílias “não tradicionais” às pessoas de seu meio social imediato. Os autores exploraram também se tais crianças foram vítimas de assédios, brincadeiras ou provocações em relação às suas famílias e se lidar com uma família “não tradicional” teve reflexo no bem-estar psicológico delas.

De acordo com esse estudo, quase todas as crianças compartilham o fato de que vivem em uma família de duas mães espontaneamente com amigos próximos, que reagem positivamente. Outros são apenas informados sobre a estrutura familiar “não-tradicional” quando fazem perguntas sobre o assunto. Em comparação com as crianças de famílias heterossexuais, essas crianças não têm mais chances de serem provocadas, mas são mais propensos a incidentes, incluindo provocações relacionadas à família. No entanto, a introdução de sua família “não-tradicional” em seu grupo de pares parece não interferir no seu bem-estar psicológico.

Segundo revisão de estudos com famílias homoparentais, realizada por Gato e Fontaine (2011), quando se comparam famílias homoparentais femininas com famílias heteroparentais, observou-se que as primeiras falavam mais abertamente do processo de inseminação, tanto com as/os filhas/os quanto com outras pessoas.

A possibilidade de escolha da revelação desta informação sobre seu formato de família ou sobre a forma que chegou ao mundo atravessa a vida de todo/as os/as filhos/as e os/as obriga,

²⁴⁸ Eu cheguei a retomar o contato com as mães, entrevistadas durante o mestrado, de um rapaz que tem hoje por volta de 17/18 anos, e que foi concebido por reprodução assistida com doador anônimo no Brasil, mas ele não concordou em participar. Na época do mestrado, ele tinha aproximadamente 8 anos e suas mães disseram que só conheciam um outro filho de lésbicas, da mesma idade, concebido desta forma no Brasil.

em algum momento da vida, pensar e se posicionar sobre como a homossexualidade de suas mães e/ou madrinhas os situa na comunidade em que vivem.

5.5 Desliza e cai no colo: quando as/os filhas/os são protagonistas

A família homoparental é colocada no centro dos olhares, é constantemente avaliada, isso pesa sobre seus membros, sejam mães, pais ou filhas/os. Teriam esses membros a intenção de mostrar uma boa imagem de suas próprias famílias? Teriam eles/elas um discurso já pronto para apresentar?

Em julho de 2018, no II congresso internacional da ABRAFH, ao término de uma mesa redonda onde duas filhas, uma de mãe lésbica e outra de pais gays, estavam presentes e deram seus relatos sobre como são suas vidas, pude escutar uma mulher na plateia dizendo “amanhã será minha filha que estará ali na frente”. (Diário de campo, Brasília, julho de 2018).

Observou-se, em várias narrativas das/os filhas/os, a assunção por parte delas/deles de uma postura em defesa de suas mães. Será que assumiriam uma posição de cuidado e proteção mais precocemente em relação a elas, como uma espécie de inversão de papéis de forma precoce? Será que se trata de antecipação de cuidados que poderiam acontecer na idade avançada de pais e mães, quando estes contam, muitas vezes, com o auxílio de filhos e filhas no gerenciamento de suas vidas, nos cuidados médicos, e outros? Ou, ainda, seria mais difícil para essas/esses filhas/os demonstrarem sentimentos negativos em relação às suas famílias pelo fato de já serem tão criticadas? Estariam elas/eles saindo em defesa dessas mães por sentirem que são atacadas ou, mesmo, para evitar que sofram violências, ainda que sutis? Foram apontadas situações em que essas/esses filhas/filhos viveram os atravessamentos da homossexualidade de suas mães, mas não houve, praticamente, quaisquer demonstrações de revolta, raiva ou ressentimento em relação a elas vinculadas à homossexualidade, exceto nas falas de Lívia.

Bruna e Betina, ainda que tenham descrito momentos de incerteza ou incompreensão relacionados à homossexualidade das mães, relataram também a superação destes:

Bruna

Mônica – Você sente falta dela não ter falado [sobre sua relação com a companheira], [...] você acha que sua mãe devia ter feito isso?

Bruna – Ah, eu entendo a parte dela de eu ter crescido e aceitar, mas eu acho que deveria ter tido uma conversa: “olha eu e ela não somos amigas”, não houve essa conversa, deveria ter tido, seria bom para esclarecer, para mim não ficar com essa interrogação que eu fiquei na minha cabeça durante um tempo

Mônica – Porque teve um tempo de interrogação até entender o que era mesmo

Bruna – Até entender

Mônica – E esse período, foi um período em que você se sentia como? Nesse período de interrogação?

Bruna – Olha, éééé, eu não ficava tipo pensando, “será que é será que não é”, mas assim, sempre eu guardei p mim, não conversei com ninguém, mas... foi tranquilo, não demonstrei que estava curiosa e queria saber, não fiquei estressada, nem fiquei acanhada, mas tinha aquela pergunta na minha cabeça, não demonstrei, em momento nenhum demonstrei

Mônica – Mas você acha que você tinha medo de falar no assunto ou nem vinha na sua cabeça “vou perguntar”, ou “deixa pra lá, é assunto da minha mãe”

Bruna – éééé, talvez “deixa pra lá”. Não que, eu não, eu não... Não que eu não sentia confiança, eu não via que ela queria, ela nunca abriu nada

Mônica – Como se ela não quisesse?

Bruna – É. Como se ela: “é isso, mas não vou falar”.

Para Bruna, teria sido importante que algo fosse apresentado a ela, quando criança. No entanto, demonstrou compreensão, sinalizando que sentiu que sua mãe não queria falar sobre o assunto. Hoje, tem uma relação de muito abertura com a mãe, na qual se conversa, inclusive, sobre assuntos ligados a sexualidade.

Betina

Mônica – De um modo geral, Betina, a gente sabe e os estudos também mostram isso, tudo vai bem com vocês, mas em algum momento, isso foi uma questão, um incômodo, a sexualidade da sua mãe?

Betina – Ela conta que nessa parte rebeldezinha, isso eu não lembro, mas ela conta que eu falava: “não pode ser isso, não é assim” [...]. Mas ela conta que eu falava isso. Eu acredito que deve ter passado assim na minha cabeça “meu Deus, será que eu vou sofrer esse preconceito?”, teve esse medo, dentro de mim, ouvir as outras pessoas sofrendo e eu tinha esse medo, né, e também o que a sociedade nos mostra é mamãe, papai, filhinho. Eu acho que eu via isso em novelas, e eu falava pra ela. Mas aí ela falou que passou essa parte revoltante, minha mãe falava: “Você tem que respeitar, você não precisa aceitar” e aí foi indo e foi melhorando

Mônica – Essa parte revoltante você disse que tinha quantos anos mesmo?

Betina – 10, 11, 12 por ali que você não sabe se você é adolescente, pré-adolescente.

Betina relata uma fase mais difícil em relação à aceitação da homossexualidade da mãe e a relaciona ao temor do preconceito e do quanto a sociedade reforça o modelo heterossexual. A situação atual, contudo, é bem distinta.

Mathias

Mônica – Como é pra você viver com sua mãe e sua companheira?

Mathias – Sem problemas, sempre parti do princípio que é a vida da minha mãe, desde que ela estivesse feliz, é o principal...²⁴⁹

Carlos

[...] eu sei que sofreram [mães]mas eu não sei o tamanho do sofrimento, sabe, porque não é algo que eu vivo na rua, assim. Eu não vivi esse preconceito, essa coisa cruel, eu não vivi, dos meus pais não me aceitarem, eu não vivi.

Carlos, ao conversarmos sobre o que seria boa criação:

²⁴⁹ Original em francês :

Mônica – comment c’est pour vous de vivre avec votre mère et sa copine?

Mathias – sans problème, j’ai toujours parti du principe que c’est la vie de ma mère, dès qu’elle était hereuse, c’est le principal...

Mônica – O que é dar certo, né? O que é dar certo na criação?

Carlos – Exatamente. Elas são tão foda, são pessoas tão boas e não é isso [homossexualidade] que vai definir se ela me criou bem ou não, sabe.

Juliette

Na adolescência... diante da autoridade parental... minha mãe me fazia falta de tempos em tempos... eu não sei se era porque ela era lésbica ou porque ela vivia sua vida de mulher [...] eu gosto dela loucamente, na verdade. Acho que tenho muito respeito pela mulher que ela foi e ainda é sempre. [...] ter assumido, ter feito a escolha que fez e ter assumido, que força! e então, uma vez que digo isso, está tudo dito de fato [fala algo do tipo ter reclamado de não ter tido sua mãe mais perto, algo que todo filho faz] quando eu vejo tudo que ela me transmitiu, bem, essa foi a minha vida, é isso.²⁵⁰

Raquel

A gente deu entrada [para adoção] há 2 anos. [...] Aí eu fiz essa âncora [mostra tatuagem no braço] vou botar a data da adoção aqui. Eu tenho o nome dela aqui Luana e Mila (mostra os pulsos com os nomes tatuados). Na época eu nunca imaginei que seria adotada, eu disse que elas seriam minhas mães de sangue, aí eu tatuei o nome. Eu pedi isso no meu aniversário de 15 anos. E eu criança, eu pedia muito.

Carlos

Carlos – [...] elas apanharam muito também por serem quem são [pessoas públicas] e eu acho que até por isso, não queriam isso em casa, por isso minha criação foi tão amorosa

Mônica – “até por isso”, o que?

Carlos – não queriam esse desconforto em casa, já tinha esse desconforto na vida, com as mães delas porque foi um processo para meus avós aceitarem e entenderem isso, meus tios e tias, um processo. Pra elas foi um problema mais familiar e de vida social fora do ciclo delas. Com os amigos sempre foi muito tranquilo. A experiência ruim de preconceito ficou toda pra elas, mas elas bancaram, sabe.

Elas/es ressaltaram circunstâncias em que as mães sofreram preconceitos e reconheceram seus esforços de superação e enfrentamento de situações discriminatórias dentro de suas próprias famílias de origem, ultrapassando desafios.

Essas/es filhas/os tomam para si as questões que se apresentam a partir da sexualidade não hegemônica de suas mães, abraçando a causa, de maneiras distintas. Observaram-se justificativas para certas atitudes das mães, demonstrações de aceitação e compreensão, como também admiração, bonitas declarações, numa circulação de afetos entre mães e filhas/os.

²⁵⁰ Original em francês :

Juliette – à l’adolescence... face à l’autorité parentale... ma mère m’a manqué de temps en temps... je ne sais pas si c’était parce qu’elle était lesbienne ou parce qu’elle vivait plutôt sa vie de femme, [...] j’aime éperdument ma mère, vraiment. Je crois que j’ai beaucoup de respect aussi pour la femme qu’elle a été et qu’elle est toujours. [...] avoir assumé, avoir fait le choix qu’elle a fait et avoir assumé, quelle force ! et donc une fois que je dis ça, j’ai tout dit en fait en fait... quand je vois tout ce qu’elle m’a transmis, bah, c’était ma vie, voilà.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As homoparentalidades abordadas se constituíram de maneiras distintas, mas todas/os as/os filhas/os entrevistadas/os têm em comum, pelo menos, uma mãe lésbica.

Ao longo do trabalho observou-se, em diversos âmbitos, como a homossexualidade das mães atravessou as vidas das/os filhas/os e o quanto isso apontou para a dinâmica do igual e do diferente das famílias homoparentais.

A grande maioria das/os participantes foi criada/o, desde seus primeiros dias de vida, por duas mulheres e nada havia de estranho nisso, até o olhar externo lhes apontar a diversidade de suas famílias. Muitas vezes isso chegou com críticas severas, até mesmo agressivas.

Mas, como questão apontada por um dos filhos entrevistados (Mathias), seria possível julgar uma família sem conhecê-la, somente através das práticas sexuais de suas mães, algo que diz respeito à esfera íntima do casal? Mathias convidou as pessoas a passarem uma semana que fosse, junto a uma família homoparental, para conhecerem como seus/suas filhos/as são amados/as e criados/as da mesma forma que outros/as.

Ao longo do trabalho, foram relatadas experiências de um cotidiano marcado, mesmo, pela banalidade de uma vida em família, com trocas entre mães e filhas/os, ditos e não ditos familiares, divergências, admirações e relatos dos afetos existentes. Há o cotidiano dessa vida em família, mas atravessado por especificidades que instauram diversidades no que há de banal no dia-a-dia. As especificidades dessas famílias se revelaram de várias maneiras, por exemplo, através da crua diferença entre o que elas têm, ou não, direito de fazer por lei.

Na luta por aquisição de direitos que as famílias heteroparentais já possuem, filhas/os brasileira/os e francesas/es foram afetadas/os de formas distintas, por comentários e críticas. Contudo, de maneira geral, adotaram uma postura defensora em relação às suas mães e às suas famílias.

Na França, intensos debates antecederam a aprovação da lei do *mariage pour tous* e mobilizaram todo o país a ponto de haver grandes manifestações nas ruas. As agressões e críticas que fizeram parte dos argumentos contrários à lei foram sentidos de maneira específica, mais intensa, pelas/os filhas/os. No Brasil, excetuando o caso de um dos entrevistados, as/os demais relataram lidarem com críticas e opiniões contrárias, mas em ambientes mais restritos, como escola, universidade, ciclo de amizade ou família extensa.

As diferenças experienciadas pelas/os filhas/os, neste contexto, podem estar relacionadas ao caminho próprio percorrido por cada um dos países para obtenção de direitos, na França, através do legislativo, e no Brasil, do judiciário.

No que diz respeito à sexualidade, quase todas/os as/os filhas/os com as/os quais conversei relataram que: ou já se sentiram atraídas/os, ou já se envolveram com outra pessoa do mesmo sexo, ou disseram que tal envolvimento seria algo possível. Contudo, a grande maioria delas/es está vivendo, no momento, uma relação heterossexual. Assim como a grande maioria diz ser heterossexual atualmente, mas que no futuro, não tem como saber.

As pesquisas iniciadas nos anos 1970 foram, justamente, investigar como seria o desenvolvimento psicossocial de filhos e filhas criados/as em lares homoparentais. Foi demonstrado, reiteradamente, não existir diferenças significativas entre aqueles/as que cresceram em famílias homossexuais e heterossexuais no tocante ao desenvolvimento psicológico, ao convívio com seus pares e à orientação sexual.

A possibilidade de apontar diferenças nessas/es filhas/os, através da presente pesquisa, foi alvo de autoquestionamentos constantes durante o percurso. A igualdade entre as famílias foi muito defendida ao longo dos anos e apontar especificidades seria arriscado, mesmo ousado, mas, certamente, potente.

No início do processo, na busca por construir um tema de pesquisa, a passagem entre filhas/os de lésbicas e suas mães era feita imperceptivelmente. Mães e filhas/os estão envolvidos numa mesma história, sim, mas de formas distintas. Contudo, tomada pelo óbvio, as sutilezas dos laços só foram clareando ao longo do tempo. O caminho foi mesmo se fazendo enquanto se passava e, assim, a pesquisa foi sendo construída.

Observou-se, no presente trabalho, uma maior abertura por parte das/os filhas/os na forma de enxergar e vivenciar a sexualidade e a não necessidade de conformidade de gênero, em ambos os países.

Aos olhos das/os filhas/os ouvidas/os há um ambiente familiar de maior aceitação da experimentação da sexualidade em sua pluralidade, ainda que elas/es convivam com preocupações das mães em protegê-las/os de discriminações.

Estas preocupações estão inseridas no contexto de elas serem, possivelmente, mais cobradas quanto ao que é esperado de um exercício adequado da maternidade; acabando por sobrepor a homossexualidade à maternidade, no caso de falhas no que é considerado uma boa criação dos/as filhos/as.

Ainda que seja mais aceita nas gerações atuais, a homossexualidade é algo que, caso não seja dito, contado ou revelado, pressupõe-se a heterossexualidade. Diante disso, a homossexualidade das mães, vista pelo viés do dispositivo da sexualidade, representa assim mais do que uma prática sexual restrita à intimidade do casal. Diante desse pressuposto, a homossexualidade das mães é um aspecto da vida delas que deveria ser dito, contado ou revelado aos/às filhos/as? Há uma naturalização dessa necessidade.

O segredo fez parte da história de muitas das mães lésbicas, assim como faz parte da dos/as homossexuais de modo geral, os quais se constituem gerenciando a informação da homossexualidade numa sociedade em que tudo que soa como estranho e vem de determinados grupos deve ser dito, e onde o sexo fala mais da pessoa do que ela própria.

Se num primeiro momento a gestão do segredo pode existir na relação entre mães filhas/os, num segundo momento ela pode existir na relação entre filhas/os e sociedade, com a delicadeza que é gerenciar um segredo que não é deles, mas atravessam de forma definitiva suas vidas.

Observou-se que, de modo geral, a informação da homossexualidade das mães foi transmitida e circulava de maneira simples e desde muito cedo, na vida das/os filhas/os; tanto que elas/eles não conseguem precisar desde quando sabem. No entanto, em alguns casos brasileiros, houve a tentativa de manutenção da situação conjugal lésbica como um segredo ou, em outros casos, houve um momento de revelação, feito pelas próprias mães, ou por alguém próximo. No caso das/os francesas/es, não houve estas situações, nem mesmo nas famílias em que as crianças foram concebidas por doador anônimo.

No que diz respeito aos casos brasileiros, a maioria das maternidades lésbicas, aqui estudadas, não foram planejadas, exceto uma, formaram-se a partir de recomposições familiares. Nos casos franceses, a maioria foi planejada, três delas por reprodução assistida e uma por adoção. Tais aspectos podem ser considerados para entender a diferença apontada.

No que diz respeito à gestão do segredo pelas/os filhas/os, a forma como, em diferentes momentos da vida lidaram com a informação, variou conforme a idade. Quando muito novos não decidem sobre isso, são as mães que compartilham ou não sobre a configuração familiar. A partir da idade aproximada dos 10 anos, observou-se uma maior autonomia em como lidar com a informação, as crianças passam a ser mais ativas na decisão de quem saberá ou não. Quando mais velhos, no entanto, a partir aproximadamente dos 16 anos, observou-se uma inversão do potencial de estigma que a homossexualidade carrega. O problema não pertence mais às suas famílias, mas àqueles que não a aceitam. Tais apontamentos foram observados

de forma semelhante tanto no Brasil quanto na França. Vale destacar que a maioria das/os participantes tem entre 16 e 45 anos.

O fato de terem tido um pai, mesmo que não conhecido, caso de todas/os as brasileiras/os, ou uma madrinha, ao invés de duas mães, por exemplo, foi por vezes utilizado tanto pelas/os brasileiras/os quanto pelas/os francesas/es, para manejar a informação da composição de suas famílias nas relações sociais. A conformidade aparente à heteronorma ajudaria as/os filhas/os a se integrarem nos grupos, enquanto podem apresentar suas famílias como heteroparentais.

Conforme situação ou contextos apontados na pesquisa, a homossexualidade das mães atravessa a vida das/os filhas/os e traz desdobramentos em seus cotidianos. Como mães lésbicas que se inscrevem tanto no hall das mulheres que cumpriram sua função na sociedade, como mães, quanto no hall das desviantes sexuais, a história homossexual é constantemente acionada, e as/os filhas/os nela enredadas/os.

Através da homossexualidade, a sexualidade se faz presente, de maneira específica, na cena familiar. Desta forma, o “banal” da vida cotidiana e o “extraordinário” se conjugam no processo de subjetivação dessas/es filhas/os, em uma dinâmica e, às vezes, tensa, interação, ao longo de suas vidas.

Histórias familiares nos marcam e nos afetam das mais diversas formas e intensidades, estarão sempre presentes. Assim como a homossexualidade das mães se desdobra no cotidiano dessas/es filhas/os, ela é por elas/es resignificada, ao longo do tempo, nas diferentes idades, entre os caminhos e as margens da vida.

REFERÊNCIAS

- ALFANO, B. *Reprodução e biopolítica: infertilidades e práticas de saúde em um serviço público no Rio de Janeiro*. 2009. 108f. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva) –Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ALLEBRANDT, D. Sobre mães e doadores: Identidade e pertencimento sob a luz da experiência da maternidade, do direito de filiação e acesso à reprodução assistida em uma associação de famílias homoparentais do Quebec. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 309-325, 2015.
- ALMEIDA, M.I.M. *Maternidade: um destino inevitável?* Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- AMARAL, S. *Consultor Jurídico*. Leis benéficas a homossexuais ainda são barradas. 16 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010abr-16/leis-beneficas-homossexuais-ainda-sao-barradas-preconceito>>. Acesso em: 18 jul. 2016.
- ANNUNCIATO, A. Uma voz, um fato, duas versões. *Oralidades*, n. 2, p. 143-151, 2007.
- ARÁN, M. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17 (3): 312, set./dez. 2009.
- ARÁN, M.; PEIXOTO JÚNIOR, C. Subversões do desejo: sobre o gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p.129-147, 2007.
- ARAÚJO, M. P.; FERNANDES, T. M. O diálogo da História Oral com a historiografia contemporânea. In: VISCARDI, C.M.R.; DELGADO, L.A.N. (orgs.) *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p.
- ASSOCIATION DES PARENTS ET FUTURS PARENTS GAYS ET LESBIENS (APGL). Enfants nés par GPA sans filiation: la CEDH condamne la France. Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.apgl.fr/article/item/436-enfants-nes-de-gpa-la-cedh-condamne-la-france>>. Acesso em: 24 jan. 2016.
- ASSOCIATION DES PARENTS ET FUTURS PARENTS GAYS ET LESBIENS (APGL). Guide IAD. Fev. 2013. Disponível em : <http://www.apgl.fr/images/2013/pdf/Guide_IAD_APGL_2013.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- ASSOCIATION DES PARENTS ET FUTURS PARENTS GAYS ET LESBIENS (APGL). Les engagements du président de la République face aux familles homoparentales. 8 jul. 2016. Disponível em: < <http://www.apgl.fr/article/item/515-les-engagements-du-president-de-la-republique-face-aux-familles-homoparentales> >. Acesso em: 8 jul. 2016.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAILEY, J. et al. Sexual orientation of adult sons of gay fathers. *Developmental Psychology*, v. 31, n. 1, p. 124-129, 1995. Disponível em: <<http://www.france.qrd.org/assocs/apgl/>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

BAJOS, N.; BELTZER, N. Les sexualités homo-bisexuelles : d'une acceptation de principe aux vulnérabilités sociales et préventives. In : BAJOS, N.; BOZON. *Enquête sur la sexualité en France : Pratiques, genre et santé*. Paris: La Découverte, 2008, p. 243-271.

BARROS, J. *O campo da História: Especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BIBLARZ, T.; STACEY, J. How Does the Gender of Parents Matter? *Journal of Marriage and Family*, n. 72, p. 3-22, Feb. 2010.

BIRMAN, J. *Entre cuidado de si e saber de si: Sobre Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BLANKENHEIM, T.; OLIVEIRA-MENEGOTTO, L.; SILVA, D. Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 243-249, maio-ago. 2018.

BONNET, M. J. *Adieu les rebelles!* Flammarion: Café Voltaire, 2014.

BORRILLO, D. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. La République des experts dans la construction des lois: le cas de la bioéthique. *Histoire@Politique*, n. 14, 2011/2, p. 55-83. DOI 10.3917/hp.014.006.

_____. Mariage pour tous et filiation pour certains: les résistances à l'égalité des droits pour les couples de même sexe. *Droit et cultures* [En ligne], n. 69 (2015-1). Disponível em < <http://droitcultures.revues.org/3566> >. Acesso em: 22 jan. 2016.

BOS et al. Experience of parenthood, couple relationship, social support, and child-rearing goals in planned lesbian mother families. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 45, n. 4, p. 755-764, 2004.

BOS et al. Child adjustment and parenting in planned lesbian-parent families. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 77, n. 1, p. 38-48, 2007.

BOS, H.; SANDFORT, T. Children's Gender Identity in Lesbian and Heterosexual Two-Parent Families. *Sex Roles*, n. 62, p. 114-126, 2010.

BOS, H.; VAN BALEN, F.; VAN DEN BOOM, D. Planned lesbian families: their desire and motivation to have a child. *Human Reproduction*, n. 18, p. 2216-2224, 2003.

BRASIL. *Código civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1358/92, de 11 de novembro de 1992. Adota normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 de novembro de 1992. Disponível em: < http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/1992/1358_1992.htm >. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1957/10, de 15 de dezembro de 2010. Adota normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 de janeiro de 2011. Disponível em:

<http://www.portalm medico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1957_2010.htm>. Acesso em: 24 maio 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 2.013/2013. Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida, anexas à presente resolução, como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos e revoga a Resolução CFM nº 1.957/10. Disponível em: < http://www.portalm medico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2013_2013.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 2121/2015, de 16 de julho de 2015. Adota normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de julho de 2015. Disponível em: < http://www.portalm medico.org.br/resolucoes/CFM/2015/2121_2015.pdf >. Acesso em: 27 set. 2015.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 2168/2017, de 10 de novembro de 2017. Adota normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida. Disponível em: < <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168> >. Acesso em 24 de jan. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça, nº 52, de 15 de março de 2016. Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/6bd953c10912313a24633f1a1e6535e1.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça, nº 63, de 14 de novembro de 2017. Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Disponível em: <<file:///C:/Users/Asus/Documents/DOCTORADO/POR%20TEMAS/LEGISLAÇÃO%20e%20resoluções%20BRASILEIRAS%20HOMO/RA/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf>> Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BREWAEYS; VANFRAUSSEN; PONJAERT-KRISTOFFERSEN. Insémination artificielle: le fonctionnement familial et le développement des enfants dans des familles de mères lesbiennes. In: GROSS, M. Homoparentalité état des lieux. Cidade: ESF éditeur, 2000, p. 230-237.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. (org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 21, p. 219-260, 2003.

_____. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. *Revista de Antropologia Iberoamericana*, v. 4, n. 3, p. 321-336, 2009.

CADORET, A. *Des parents comme les autres*. 2. ed. Paris: Odile Jacob, 2014.

CARVALHO, J.; DEMÉTRIO, W.; MALTCHIK, R. Câmara aceita união de gays, mas se divide sobre adoção de crianças. *O Globo*, Brasília, 15 maio de 2011. O País, p. 12.

CASSAL, L. C. B.; GARCIA, A. M.; BICALHO, P. P. G. *Psico*, v. 42, n. 4, p. 465-473, out./dez. 2011.

CAVENAGHI, S. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. José Eustáquio Diniz Alves. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. 120 p. ; 21 cm (Estudos sobre Seguro, nº 32)

CELIER, B. *Maman, Manour, ses deux mamans: Grandir dans une famille homoparentale*. Paris: Éditions Anne Carrière, 2008.

CESAR, Ana Cristina. *Poética*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

CORRÊA, M. *Novas Tecnologias Reprodutivas: limites da biologia ou biologia sem limites?* Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

CORRÊA, M.E.C. *Duas mães?* Mulheres lésbicas e maternidade. 2012. 213f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COSTA, A.; NARDI, H. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 312, jan./abril 2015.

COSTA, J. A questão psicanalítica da identidade sexual. In: GRAÑA, R. B. (org.). *Homossexualidade: formulações psicanalíticas atuais*. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 15-27.

_____. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Os gregos antigos e o prazer homoerótico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º de maio de 1994. Mais!, s.p. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/01/mais!/22.html>>. Acesso em:

COUR DE CASSATION. Arrêt nº 1092, du 13 septembre 2013 (12-18.315). Cour de cassation - Première chambre civile - ECLI:FR:CCASS:2013:C101092. Disponível em: <https://www.courdecassation.fr/jurisprudence_2/premiere_chambre_civile_568/1092_13_27172.html>. Acesso em: 7 ago. 2016.

COURDURIÉS, J. Rompre avec la famille. Jeunesse, entrée dans l’homosexualité et rejet familial. In: COURDURIÉS, J.; FINE, A. *Homosexualité et parenté*. Armand Colin, 2014, p. 45-64.

DALLARI, D. Ainda à espera do Congresso: decisão do Supremo de reconhecer união homossexual reabre debate de projetos. *O Globo*, Brasília e São Paulo, 7 mai. 2011. O País, p. 3.

DALY; MACNEELA; SAKURA. When parents separate and one parent “comes out” as lesbian, gay or bisexual: sons and daughters engage with the tension that occurs when their family unit changes. 2015.

DARIUS, M; DÉCHAUX, J. Les deux mères. Familles homoparentales féminines en France. *Journal des anthropologues*, n. 144-145, p. 123-146, 2016.

DAVIS, E.; FRIEL, L. Adolescent sexuality: disentangling the effects of family structure and family context. *Journal of marriage and family*, n. 63, p. 669-681, 2001.

De LA ROCHEBORCHARD, E. 1 enfant sur 30 conçu par assistance médicale à la procreation en France. *Population et Sociétés*, n. 556, junho 2018.

DE GARAY HERNANDEZ, Jimena. *Filhas de famílias homoparentais: processos, confrontos e pluralidades*. 2013. 195f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DESCOUTURES, Virginie. *Les mères lesbiennes*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

DESPRET, V. Leitura etnopsicológica Do segredo. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 23, n. 1, p. 5-28, jan./abril 2011.

DIAS, Maria Berenice. *União homoafetiva: o preconceito & a justiça*. 4. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

DUCOUSSO-LACAZE, A; GRATTON, E. Editorial. *Dialogue*. ERES 2017/1 n. 215, p. 7-19, 2017.

DUNDAS, S; KAUFMAN, M. The Toronto lesbian family study. *Journal of homosexuality*, v. 40, n. 2, p. 65-79, 2000.

DUNNE, G. Opting into motherhood: Lesbians Blurring the Boundaries and Transforming the Meaning of Parenthood and Kinship. *Gender & Society*, v. 14, n. 1, p. 11-35, 2000.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FARIAS, M.; MAIA, A. *Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica*. Curitiba: Juruá, 2009.

FASSIN, E; PIGNARRE, P. Du PaCS au “mariage pour tous”: enjeux sociaux et politiques. Rencontre avec Éric Fassin. Société Louise Michel. Le 16 Janvier 2013, Paris. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=sfldtBJIxAY> >. Acesso em: 20 março 2016.

FASSIN, E. La voix de l’expertise et les silences de la science dans le débat démocratique. In: FASSIN, E.; BORRILLO, D. (dir.). *Au-delà du PaCS: L’expertise familiale à l’épreuve de l’homosexualité*. Paris: PUF, p. 89-110, 2001.

_____. Entre famille et nation: la filiation naturalisée. *Droit et société*, 2009/2, n. 72, p. 373-382, 2009.

_____. L’homosexualité dans la famille. Ce que nous apprennent les recherches états-uniennes. *Revue Mouvements*, Paris: La Découverte, n. 82, p. 82-89, 2015.

_____. *L’inversion de la question homosexuelle*. Paris: Éditions Amsterdam, 2008.

FASSIN, E. Le mariage des homosexuels: Politique comparée des normes franco-américaines. *French Politics, Culture & Society*, v. 17, n. 3/4, Special Issue: The Politics of the Family in France (Summer/Fall 1999), p. 165-179, 1999.

_____. Same-sex marriage, nation, and race: French political logics and rhetorics. *Contemporary French Civilization*, v. 39, n. 3, 2014.

FINE, Agnes. Avoir deux pères ou deux mères: révolution ou révélation du sens de la filiation? In: THERY, Irène (org.). *Mariage de même sexe et filiation*. Éditions de l'école des hautes études en sciences sociales, 2013.

FLAKS, D. et al. Lesbians Choosing Motherhood: A Comparative Study of Lesbian and Heterosexual Parents and Their Children. *Developmental Psychology*, v. 31, n. 1, p. 105-114, 1995.

FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagú*, n. 26, p. 11-43, jan./jun. 2006.

_____. Sexualidade e legalidade: questionando fronteiras. In : ÁVILA; PORTELLA; FERREIRA. *Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto*. Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2005, p. 53-64.

_____. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 2008.

FOUCAULT, M. *As verdades e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo: Graal, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. *Michael Foucault, uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FULCHER, M.; SUTFIN, E.; PATTERSON, C. Individual Differences in Gender Development: Associations with Parental Sexual Orientation, Attitudes, and Division of Labor. *Sex Roles*, n. 58, p. 330-341, 2008.

GARCIA et al. "Não podemos falhar": a busca pela normalidade em famílias homoparentais. In: GROSSI; UZIEL; MELLO. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2007, p. 277-299.

GARTRELL, N.; BOS, H. U.S. National Longitudinal Lesbian Family Study: Psychological Adjustment of 17-Year-Old Adolescents. 2010. Disponível em: < <http://pediatrics.aappublications.org/content/early/2010/06/07/peds.2009-3153> >. Acesso em: 14 set. 2014.

GARTRELL, N.; BOSS, H; GOLDBERG, N. Adolescents of the U.S. National Longitudinal Lesbian Family Study: Sexual Orientation, Sexual Behavior, and Sexual Risk Exposure. *Arch Sex Behav*, v. 40, p. 1199-1209, 2011.

GATO, J.; FONTAINE, A.M. Impacto da orientação sexual e do gênero na parentalidade: uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Ex æquo*, n. 23, p. 83-96, 2011.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOLDBERG, A. (How) Does It Make a Difference? Perspectives of Adults With Lesbian, Gay, and Bisexual Parents. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 77, n. 4, p. 550-562, 2007.

_____. Young adults and adults with lesbian and gay parents speak out. In: _____. *Lesbian and parents and their children: Research on the family life cycle*. Washington, DC: American Psychological Association, 2010, p. 157-175.

GOLOMBOK, S.; TASKER, F. Do Parents Influence the Sexual Orientation of Their Children? Findings From a Longitudinal Study of Lesbian Families. *Developmental Psychology*, v. 32, n. 1, p. 3-11, 1996.

GOLOMBOK, S. et al. Children with Lesbian Parents: A Community Study. *Developmental Psychology*, v. 39, n. 1, p. 20-33, 2003.

GOLOMBOK, S. Grandir dans une famille lesbienne. In: GROSS. *Homoparentalité état des lieux. : ESF éditeur*, 2000, p. 215-220.

_____. *Modern families: Parents and children in new family forms*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2015.

GOLOMBOK, S.; SPENCER, A.; RUTTER, M. Children in lesbian and singleparent households: psychosexual and psychiatry appraisal. *J. Child Psychology Psychiatry*, v. 24, n. 4, p. 551-572, 1983.

GROSS, Martine; COURDURIES, Jérôme; de FEDERICO. Morphologie des familles homoparentales. In: COURDURIES, Jérôme; FINES, Agnès (orgs.). Disponível em: <http://www.cmh.pro.ens.fr/reseaux-sociaux/hopfichiers/fichierspub/2014-Gross-Courduries-deFederico-Sociales.pdf>. Acesso em: 25 jan 2016.

GROSS, M. Naissance de l'homoparentalité. Entretien avec Martine Gross. *Revue Mouvements*. Paris: La Découverte, n. 82, p. 160-170, 2015.

GROSS, Martine. Homophobie à l'école : Les stratégies des familles lesboparentales pour protéger leurs enfants. 2011. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-dialogue-2011-4-page-21.htm> >. Acesso em: 9 abr 2016.

_____. *Parent ou homo, faut-il choisir? Idées reçues sur l'homoparentalité*. Paris: Le cavalier bleu, 2013.

GROSSI, Miriam. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagú*, n. 21, p. 261-280, 2003.

GUATTARI, F. Mary Barnes ou o Édipo antopsiquiátrico. In: GUATTARI, F. *Revolução molecular: Pulsões políticas do desejo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUIMARÃES, C. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2004.

HEQUEMBOURG, A. Unscripted motherhood: lesbian mothers negotiating incompletely institutionalized family relationship. *Journal of Social and Personal Relationship*, n. 21, p. 739-762, 2004.

HÉRITIER, F. *O sal da vida*. : Valentina, 2014.

HOCQUENGHEM, G. *A contestação homossexual*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HOOKS, B. *Feminist theory from margin to center*. Cambridge: South End Press, 1984.

IMAZ, E. Pensando sobre maternidades lésbicas. Relato de la evolución de um objeto de estudio. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 294-308, abr./jun. 2015.

INSTITUT D'ÉTUDES OPINION ET MARKETING EN FRANCE ET À L'INTERNATIONAL. Sondage IFOP/ADFH - la question des droits des homosexuels et des familles homoparentales dans la campagne présidentielle. Disponível em: < <https://adfh.net/portfolio-items/sondage-ifopadfh-la-presidentielle-2017-et-les-droits-des-homosexuel-le-s-et-des-familles-homoparentales/> >

INTERASSOCIATIVE LESBIENNE, GAY, BI ET TRANS (INTER-LGBT). Disponível em: < <http://www.inter-lgbt.org/spip.php?article1374> >. Acesso em: 8 jul. 2016.

INTERNATIONAL LESBIAN AND GAY ASSOCIATION (ILGA). State-sponsored homofobia. Maio de 2015. Disponível em: < http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2015.pdf >. Acesso em: 20 jul. 16.

JONES, C. Looking Like a Family: Negotiating Bio-Genetic Continuity in British Lesbian Families Using Licensed Donor Insemination. *Sexualities*, v. 8, n. 2, p. 221-237, 2005.

KAIM, S. *Nous, enfants d'homo*. Paris: Éditions de La Martinière, 2006.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25, n.2, p. 263-280, maio/ago. 2013.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 32-51.

KITZINGER, S. *Mães: um estudo antropológico da maternidade*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1996.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAROUSSE. *Mini dictionnaire de langue française*. Paris: Éditions Larousse, 2008.

LE PARISIEN. PMA pour toutes: “La France est à la traîne par rapport au reste de l’UE”. *Le Parisien*, Paris, 19 de jul. de 2018. Disponível em : < <http://www.leparisien.fr/societe/pma-pour-toutes-la-france-est-a-la-traine-par-rapport-au-reste-de-l-ue-19-07-2018-7826715.php> >. Acesso em: 7 fev. 2019.

LIBÉRATION. Le mariage homosexuel de Bègles n'a pas eu lieu. 13 mars 2007. Disponível em < http://www.liberation.fr/societe/2007/03/13/le-mariage-homosexuel-de-begles-n-a-pas-eu-lieu_13826 >. Acesso em: 6 ago. 2016.

LOBO, A. Famílias espalhadas: circulação e movimento na configuração de maternidades e paternidades em Cabo Verde. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anaais/1278255437_ARQUIVO_Te_xtocompletoLoboST23FazendoGenero.pdf>. Acesso em: 30 maio 2011.

LOREA, R. Acesso ao casamento no Brasil: uma questão de cidadania sexual. In: UZIEL, A.; MELLO, L.; GROSSI, M. Dossiê: Conjugalidades e parentalidades de gays, Lésbicas e transgêneros no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 488-496, 2006.

LOURO, G. (org.). *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. B H: Autêntica, p. 151-172, 2000.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUNA, N. Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 12, n. 2, p. 395-417, 2005.

MACCALLUM, F; GOLOMBOK, S. Children raised in fatherless families from infancy: a follow-up of children of lesbian and single heterosexual mothers at early adolescence. *Journal of psychology and psychiatry*, n. 45, p. 1407-1419, 2004.

MACHIN, R. Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 2, p. 350-359, 2016.

MARCELLO, F. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação e Realidade*, v. 29, n. 1, p. 199-213, jan./jun. 2004.

MEDEIROS, C. *Sobre Deveres e Prazeres: estudo acerca de mulheres que se assumiram lésbicas depois de terem sido mães*. 2004. 90f. TCC. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MEDEIROS, C. Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 535-547, 2006.

MISKOLCI, R. Do desvio às diferenças. *Teoria e Pesquisa*, v. 47, p. 9-41, 2005.

_____. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 681-693, 2006.

_____. A teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017.

MOSCHETTA, S. *Homoparentalidade*: direito à adoção e reprodução humana assistida por casais homoafetivos. Curitiba: Juruá, 2011.

NARDI, H. O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: A comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, Edição Especial, p. 12-23, 2008.

NEIRINCK, C.; GROSS, M. *Parents-enfants: vers une nouvelle filiation?* Paris: La Documentation Française, 2014.

OGIEN, R. Le mariage, prisonnier de l’État. *Contemporary French Civilization*, v. 39, n. 3, p. 395-406, 2014.

OLIVEIRA, L. *Os sentidos da aceitação*: Família e Orientação Sexual no Brasil Contemporâneo. 2013. 239f. Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVIER, A. “Je leur dis que j’ai deux mamans?” carrières de (non-) publicisation de l’homoparentalité à l’école em France. *Revue Internationale, Enfances Familles Générations*, n. 23, p. 52-70, 2015.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Apresentação. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 7-16.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. *Fractal, Revista de Psicologia*, v. 25, n. 2, p. 391-413, 2013.

PECHENY, M. Identidades Discretas. In: RIOS, Luís Felipe et al. (orgs.). *Homossexualidade*: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004, p. 16-33.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da AIDS e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, salud y sociedad*, n. 1, p. 125-157, 2009.

PELUSO, C. Contra a discriminação, a lei: Supremo reconhece, por unanimidade, união civil entre pessoas do mesmo sexo. *O Globo*, Brasília, 6 mai. 2011. O País, p. 3.

PERELSON, S. A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 272, set./dez. 2006.

PICHARD, M. Filiation: quelle place pour la volonté? *Revue Mouvements*. Paris: La Découverte, n. 82, p. 141-147, 2015.

PICHARDO GÁLÁN, J. *Entender la diversidad familiar*: Relaciones homosexuales y nuevos modelos de familia. Barcelona: Bellaterra, 2009.

POLLAK, M. *os homossexuais e a aids*. estação liberdade, 1990.

PONTES, M. F.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S.. Famílias homoparentais e maternidade biológica. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n.1, p. 189-198, 2015.

PONTES, M. Homossexualidades ressignificadas a partir da maternidade. In: SILVA; DE GARAY-HERNANDEZ; UZIEL. *Feminilidades*: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

PONTES, M. *Desejo por filhos em casais de mulheres*: percursos e desafios na homoparentalidade. 2011. 184f. Dissertação (Mestrado). PUC-Rio, Rio de Janeiro.

PORTELLI, Alessandro. História oral italiana: raízes de um paradoxo. 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/2210/1706>>. Acesso em: 20 dez 2015.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, n. 15, p.13-49, 1997.

PRECIADO, B. Qui défend l'enfant queer ? *Libération*, 14 jan. 2013.

RODRIGUES, H. *No rastro dos "cavalos do diabo"*: Memória e história para uma reinvenção do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil. 2002. fl. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*, Porto Alegre: Meridional e Editora da UFRGS, 2014.

ROZÉE, V. L'homomaternité issue de l'assistance médicale à la procréation en France: état des lieux d'un recours transnational. In: BORRILLO, E. ; FASSIN, E. (dir.). Dossier "La bioéthique en débat: angles vifs et points morts". *Raison Publique*: Presses universitaires de Rennes, 2012. Disponível em : <<http://www.raison-publique.fr/article531.html> >. Acesso em: 20 fev 2018

RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoria radical de la sexualidade. In: VANCE, C. (org.). *Placer y peligro*: explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución, 1989, p. 113-190.

SALEM, T. O princípio do anonimato na inseminação artificial com doador (IAD): das tensões entre natureza e cultura. *Physis*, v. 5, n. 1, p. 33-68, 1995.

SALEM, T. *O velho e o novo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SANTOS, C. *A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas*. 2004. 446f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

SASNETT ; SHERRI. Are the Kids All Right? A Qualitative Study of Adults with Gay and Lesbian Parents. 2015

SÁTIRO, D. Família é afetos: “a opção sexual é coisa dele”. Discursos de filhos com pais não heteros. *Confluenze*, v. 8, n. 1, p. 105-137, 2016. (Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEDGWICK, E. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, 2007.

SILVA, D. *Enfim mães!* Da experiência da reprodução assistida à experiência da maternidade lésbica. 2013. 132f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIMMEL, G. O SEGREDO. [set. 1999]. Trad. Simone Carneiro Maldonado. *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, ed. 15, jan/jul. 2018.

STACEY, J.; BIBLARZ, T. 2001. (How) does the sexual orientation of parents matter? *American Sociological Review*, v. 66, p.159-183, April 2001.

STAMBOLIS-RUHSTORFER, M. À propôs du livre Homosexualité et parenté, sous la direction de Courduriès e Fine, Paris, Armand Collin, 2014. *Revue Mouvements*, Paris: La Découverte, n. 82, p. 172-174, 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEREDERAL. ADPF 178, Brasília, DF. 2008. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=398650&tipo=TP&descricao=ADPF%2F178> >. Acesso em: 01 maio 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEREDERAL. PGR pede que STF equipare união homossexual estável à relação estável entre homem e mulher, Brasília, DF, 2 de jul. de 2009. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=110522> >. Acesso em: 20 jun 2016.

TAHON, M. Filiation et universalité: questions à partir du Québec. 2010. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-dialogue-2010-1-page-111.htm>. Acesso em: 21 jun 2016.

TARNOVSKI, F. “*Pais assumidos*”: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. 2002. 114f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. Parentalidade e gênero em famílias homoparentais francesas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 40, p. 67-93, 2013.

TEDESCO, S.; SADE, C.; CALIMAN, L. A entrevista na pesquisa cartográfica. *Fractal, Revista de Psicologia*, v. 25, n. 2, p. 299-322, maio/ago. 2013.

THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 65-91.

UZIEL, A. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VANFRAUSSEN, K.; PONJAERT-KRISTOFFERSEN, I.; BREWAEYS, A. What does it mean for youngsters to grow up in a lesbian family created by means of donor insemination? *Journal of reproductive and infant psychology*, v. 20, n. 4, p. 237-52, 2002.

VARIKAS, E. Préface. In: DESCOUTURES, V. . *Les mères lesbiennes*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

VECHO, O. ; SCHNEIDER, B. Homoparentalité et développement de l'enfant : bilan de trente ans de publications. *La psychiatrie de l'enfant*, Presses Universitaires de France, 2005/1, v. 48, p. 271-328, 2015.

WAINRIGHT, J.; PATTERSON, C. Delinquency, Victimization, and Substance Use Among Adolescents With Female Same-Sex Parents. *Journal of Family Psychology*, v. 20, n. 3, p. 526-530, 2006.

WAINRIGHT, J.L.; RUSSEL, S; PATTERSON, C. Psychosocial Adjustment, School Outcomes, and Romantic Relationships of Adolescents With Same-Sex Parents. *Child Development*, v. 75, n. 6, p. 1886-1898, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Bulletin of the World Health Organization. Mother or nothing: the agony of infertility. 2010. Disponível em: < <http://www.who.int/bulletin/volumes/88/12/10-011210/en/> >. Acesso em: 20 dez. 2015.

WYLLYS, J.; KOKAY, E. Justificativa Projeto de lei n. 5120/2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 14 setembro 2014.

ZAMBENETETTI, G.; SILVA, R. da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 3, p.454-463, 2011.

ZAULI, A. *Famílias homoafetivas femininas no Brasil e no Canadá: um estudo transcultural sobre novas vivências nas relações de gênero e nos laços de parentesco*. 2011. 434p. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.